

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO

GUILHERME NICOLINI PIRES MASI

**ACERVOS PESSOAIS E RELÍQUIAS DE UMA GUERRA:
A TRAJETÓRIA MILITAR DO EX-COMBATENTE DA FORÇA
EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA SOLON RODRIGUES D'AVILA (1930-1945)**

PORTO ALEGRE
2020

GUILHERME NICOLINI PIRES MASI

**ACERVOS PESSOAIS E RELÍQUIAS DE UMA GUERRA: A TRAJETÓRIA
MILITAR DO EX-COMBATENTE DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA
SOLON RODRIGUES D'AVILA (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.
Linha de Pesquisa: Relações de poder político-institucionais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Carla Brandalise

PORTO ALEGRE
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Masi, Guilherme Nicolini Pires
ACERVOS PESSOAIS E RELÍQUIAS DE UMA GUERRA: A
TRAJETÓRIA MILITAR DO EX-COMBATENTE DA FORÇA
EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA SOLON RODRIGUES D'AVILA
(1930-1945) / Guilherme Nicolini Pires Masi. -- 2020.
221 f.
Orientadora: Carla Brandalise.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Segunda Guerra Mundial. 2. História Militar. 3.
Força Expedicionária Brasileira. 4. Arquivos
Pessoais. 5. Ex-Combatentes. I. Brandalise, Carla,
orient. II. Título.

GUILHERME NICOLINI PIRES MASI

**ACERVOS PESSOAIS E RELÍQUIAS DE UMA GUERRA:
A TRAJETÓRIA MILITAR DO EX-COMBATENTE DA FORÇA
EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA SOLON RODRIGUES D'AVILA (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 04 de março de 2020.
Conceito: A

Prof^a Dra. Carla Brandalise – PPGH/UFRGS (Orientadora)

Prof^o Dr. Eduardo Munhoz Svartman – PPGCP/UFRGS

Prof^o Dr. Francisco César Alves Ferraz – PPGHS/UEL

Prof^o Dr. Fernando da Silva Rodrigues – PPGH - UNIVERSO



ATA PARA ASSINATURA N° _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História
HISTÓRIA - Mestrado Acadêmico
Ata de defesa de Dissertação

Aluno: Guilherme Nicolini Pires Masi, com ingresso em 10/02/2017
Título: **ACERVOS PESSOAIS E RELÍQUIAS DE UMA GUERRA: A TRAJETÓRIA MILITAR DO EX-COMBATENTE DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA SOLON RODRIGUES D'AVILA (1930-1945).**
Orientador: Profª Drª Carla Brandalise

Data: 04/03/2020
Horário: 14:00
Local: IFCH - UFRGS

Banca Examinadora	Origem
Fernando da Silva Rodrigues	Univervo
Francisco César Alves Ferraz	UEL
Eduardo Munhoz Svartman	UFRGS

Porto Alegre, 04 de março de 2020

Membros	Assinatura	Conceito
Fernando da Silva Rodrigues (SKYPE)		A
Francisco César Alves Ferraz (SKYPE)		A
Eduardo Munhoz Svartman		A

Conceito Geral da Banca: (A) Correções solicitadas? () Sim () Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

Aluno

Orientador

Para Velci

AGRADECIMENTOS

Em tempos de ataques à educação pública, não poderia deixar de iniciar meus agradecimentos mencionando as/os educadoras/es que contribuíram em minha formação. Sou egresso do ensino público do Estado do Rio Grande do Sul. Estudei, no meu ensino fundamental, na ótima Escola Estadual de Ensino Fundamental Uruguai, da qual recordo com carinho. Fiz meu ensino médio no excelente Colégio Estadual Piratini, no qual tive as mais entusiasmadas aulas de história. Hoje, infelizmente, muitas/os das/os minhas professoras/es são levadas/os à condições precárias de trabalho, à um adoecimento de sua categoria que enfrenta mais de 50 meses de salários atrasados, cinco anos sem reajuste salarial e do endividamento gerado pelos parcelamentos de salários e empréstimos realizados mensalmente no Banrisul.

Agradeço aos colegas que tive durante o mestrado, seus questionamentos e as suas contribuições ajudaram muito para minha formação. Também sou grato a todas/os as/os servidores/as do PPGH-UFRGS e as/os docentes Benito Bisso Schmidt, Céli Regina Jardim Pinto, Cláudia Mauch e Luiz Alberto Grijó com quem tive a oportunidade de cursar disciplinas durante o mestrado. Ao professor Eduardo Svartman e à professora Andrea Helena Petry Rahmeier, que participaram da banca de qualificação, agradeço por suas sugestões e críticas fundamentais para a redefinição dos questionamentos e o foco central do trabalho. Agradeço especialmente a professora Carla Brandalise, que orientou este trabalho e muito contribuiu com a minha trajetória acadêmica, especialmente por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência. O atraso na entrega, os erros e as lacunas deixadas são exclusivamente minha responsabilidade.

É imensurável a contribuição do Grupo de Estudos em História Militar do Museu Militar do CMS para o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço a todas e todos que me ajudaram com as fontes e com a bibliografia em diferentes fases deste trabalho, principalmente ao amigo Ianko Bett, que acredita nas ideias de uma História produzida com qualidade. Aguante!

Agradeço, também, aos meus ex-chefes do Núcleo de Arquivo Permanente do Arquivo Judicial Centralizado do TJRS, Celeste Berté e Emanuel Kern, que ajustavam os meus horários de trabalho para que pudesse cursar as disciplinas da pós-graduação, durante os turnos da tarde.

Não poderia deixar de dar um voto de louvor à equipe com quem trabalho no Núcleo de Biblioteca e Memória do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do

Sul, as estagiárias Ana Clara Dias Bonfante, Mariângela Nascimento Pagliarini e Luciana Olbermann. Da mesma forma, agradeço à servidora Rejane Maria Di Leone por suas correções gramaticais, pelos cafés e pela parceria no “gabinete” do Memória. É oportuno, ainda prestigiar a chefe Francine Feldens, que, por entender as dificuldades do mestrado, sempre me apoiou nos momentos críticos. Obrigado por aguentarem a minha rabugentisse, as minhas reclamações, os resmungos e as minhas piadas velhas e sem graça.

Os amigos e às amigas que levo da academia para a vida, Alba Cristina Salatino, Caio Morais, Débora Strieder Kreuz, o diferenciado Douglas Souza Angeli, o gremista Franklin Fernandes Pinto, a baiana Iamara Andrade, Luiz Vasconcelos Salatino, Michele Casali e Priscilla Almaleh, obrigado pelos ébrios momentos, de alegria e de descontração, mas também de apoio, de conselhos e pelo conforto que só as amizades proporcionam em épocas de pouca razoabilidade. Vocês tornaram a pós-graduação um fardo um pouco mais leve.

Marluce Dias Fagundes, filha de Iansã, disse uma vez o poeta que só de ouvir o vento passar, vale a pena ter nascido. Obrigado por tua garra de vida, por me ajudar a encarar meus monstros e por compartilhar os dias cuidando da Bilu.

Este trabalho é dedicado para minha mãe, Velci Teresinha Pires. Mulher brasileira. Altruísta em toda a potência da palavra. Obrigado por seu apoio incondicional, pelo seu amor e por seus conselhos valiosos.

Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
Nas selvas cresci;
Guerreiros, descendo
Da tribo tupi.

Da tribo pujante,
Que agora anda errante
Por fado inconstante,
Guerreiros, nasci;
Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte;
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi.

Já vi cruas brigas,
De tribos inimigas,
E as duras fadigas
Da guerra provei;
Nas ondas mendaces
Senti pelas faces
Os silvos fugaces
Dos ventos que amei.

Andei longes terras
Lidei cruas guerras,
Vaguei pelas serras
Dos vis Aimorés;
Vi lutas de bravos,
Vi fortes - escravos!
De estranhos ignavos
Calcados aos pés.

E os campos talados,
E os arcos quebrados,
E os piagas coitados
Já sem maracás;
E os meigos cantores,
Servindo a senhores,
Que vinham traidores,
Com mostras de paz.

Aos golpes do inimigo,
Meu último amigo,
Sem lar, sem abrigo
Caiu junto a mim!
Com plácido rosto,
Serenos e compostos,
O acerbo desgosto
Comigo sofri.

(I JUCA PIRAMA – Gonçalves Dias)

RESUMO

A História Militar é um campo do conhecimento histórico que se dedica a compreender os fenômenos militares e suas instituições. No Brasil, a historiografia militar se desenvolveu, por muitos anos, alheia aos debates acadêmicos. É só a partir da redemocratização e, conseqüentemente, da abertura dos arquivos militares para pesquisadores/as civis, que abordagens renovadoras do tema ganham impulso. Assim, a história dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial passa a ter uma circularidade mais ampla nos trabalhos provenientes das universidades brasileiras. Ações de seleção, de descarte e de acúmulo de objetos e documentos podem ser consideradas maneiras de narrar a própria vida. A elaboração de arquivos pessoais recebe, ao longo dos anos, a incidência do titular e de seus herdeiros, que buscam conservar memórias em objetos, transformando-os em relíquias do pretérito. As relíquias recebem um novo *status* qualitativo, ao serem doadas a instituições de conservação e de memória. A história de veteranos/as brasileiros/as da Segunda Guerra Mundial pode encontrar nos seus arquivos pessoais recursos valiosos. Este trabalho tem como objetivo analisar o Arquivo Pessoal do personagem Solon Rodrigues D'Avila, a fim de compreender a sua trajetória profissional militar e as maneiras pelas quais ele constrói a si, e seu arquivo, e como ela vincula-se à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. História Militar. Força Expedicionária Brasileira. Arquivos Pessoais. Ex-Combatentes.

ABSTRACT

Military History is a historical knowledge that is dedicated to understanding military phenomena and their institutions. In Brazil, military historiography has developed for many years, alien to academic debates. It is only from the democratization and hence the opening of the military archives for civilian researchers who approaches theme renewing gain momentum. The history of Brazil in World War II is replaced by a broader circularity in the works from Brazilian universities. Actions of selection, disposal and accumulation of objects and documents can be considered ways of narrating life itself. The elaboration of personal archives has received, over the years, the incidence of the holder and his heirs, who seek to preserve memories in objects, transforming them into relics of the past. The relics are given a qualitatively new status, to be donated to conservation and memory institutions. The history of Brazilian veterans of the Second World War can find valuable resources in their personal files. This work aims to analyze the Personal Archive of the character Solon Rodrigues D'Avila, in order to understand his professional military trajectory and the ways in which he builds himself, and his archive, and how it is linked to Brazilian participation in Second World War.

Keywords: World War II. Military History. Brazilian Expeditionary Force. Personal Archives. Former Combatants.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- CRUZ DE COMBATE 2ª CLASSE E DIPLOMA DA CONDECORAÇÃO	53
FIGURA 2 – CANIVETE ED WÜSTHOF SOLINGEN ROSTFREI	65
FIGURA 3- PLACA DA RUA CORONEL SOLON RODRIGUES D'AVILA (PORTO ALEGRE/RS)	66
FIGURA 4- CAPA DO “ÁLBUM DE RECORTES DE JORNAL SOBRE PAPAÍ”.	69
FIGURA 5 – O CASAL SOLON R. D’AVILA E NADY CAMARGO BARCELOS COM AS FILHAS, ELISABETH B. D’AVILA E ELIANE B. D’AVILA (DÉCADA DE 1950).	76
FIGURA 6 - MEDALHA DE CAMPANHA E DIPLOMA DA CONDECORAÇÃO	77
FIGURA 7 – MEDALHA DE GUERRA E DIPLOMA DA CONDECORAÇÃO	77
FIGURA 8 – ITENS EM CLUSTER POR SIMILARIDADE DE PALAVRAS	82
FIGURA 9 - CARTEIRA DE IDENTIDADE PERTENCENTE AO “CAPITÃO SOLON RODRIGUES D'AVILA”	83
FIGURA 10 - CARTEIRA DE ASSOCIAÇÃO DE SOLON RODRIGUES D'AVILA AO SPORT CLUB INTERNACIONAL	84
FIGURA 11 - "DOG TAG" OU PLACA DE IDENTIFICAÇÃO.	86
FIGURA 12- SOLON DESFILA A FRENTE DA BANDA DO CMPA (DATA DESCONHECIDA).	114
FIGURA 13 - BANDA DO COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE	115
FIGURA 14 - QUADRO DE ALUNOS DO CMPA FORMADOS NA TURMA DE 1935.	119
FIGURA 15 – ESCUDO (CAVALO), CONDECORAÇÃO DE 1º LUGAR DA PROVA DE HÍPICA “GENERAL DAVID CANABARRO” NO ANO DE 1941	142
FIGURA 16- SOLON EM SUA MONTARIA (INICIO DOS ANOS 1940)	143
FIGURA 17 - MODELO DO T17 <i>DEERHOUND</i> NO PÁTIO DO MUSEU MILITAR DO CMS	153
FIGURA 18 - M8 GREYHOUND NO PÁTIO DO MUSEU MILITAR DO CMS	154
FIGURA 19 - OFICIAIS DO ESQUADRÃO EM SAN GIULIANO VECCHIO (MAIO DE 1945).	155
FIGURA 20 - SOLON EM FRENTE AO M8 "LEÃO DO NORTE".	157
FIGURA 21 - SOLON E OUTROS OFICIAS DO ESQUADRÃO AO LADO DOS <i>JEEPS</i> (MAIO DE 1945).	159
FIGURA 22 - CAPAS DA CADERNETA E DA AGENDA QUE CONSTITUEM O DIÁRIO	170
FIGURA 23 – NUVEM DAS 100 PALAVRAS MAIS FREQUENTES DO DIÁRIO	173
FIGURA 24 – A PRIMEIRA PÁGINA DA CADERNETA COM ANOTAÇÃO: “DIÁRIO DE VIAGEM”	180
FIGURA 25 - FRASES QUE NO DIÁRIO ESTÃO RELACIONADAS AO TERMO "VIAGEM".	182
FIGURA 26 – SOLDADOS DO ESQUADRÃO OBSERVAM O DESLOCAMENTO DE CIVIS ITALIANOS.	190
FIGURA 27 - FRASES QUE NO DIÁRIO ESTÃO RELACIONADAS AO TERMO "GUERRA".	205

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO MILITAR E RESPECTIVOS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DE ACORDO COM A “LEI DE ENSINO MILITAR” DE 1928.	104
QUADRO 2 - REGULAMENTOS DOS COLÉGIOS MILITARES ENTRE OS ANOS DE 1907 E 1938.	108
QUADRO 3 - PLANO DE ENSINO DOS COLÉGIOS MILITARES ENTRE 1929 E 1934	111
QUADRO 4 - PLANO DE ENSINO DOS COLÉGIOS MILITARES A PARTIR DE 1934	112
QUADRO 5 - APROVEITAMENTO DOS ALUNOS EXPRESSO POR NOTAS NUMÉRICAS E CORRESPONDENTES Apreciações.....	118
QUADRO 6 – RELAÇÃO DE ALUNOS QUE TERMINARAM O 6º ANO DO COLÉGIO MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL EM 1935.....	130
QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DE PEÇAS DE UNIFORME AOS CADETES	131
QUADRO 8 - RELAÇÃO DOS CONCEITOS E MÉDIAS NOS EXAMES DE 1936....	133
QUADRO 9 - PLANO DE INSTRUÇÃO MILITAR TEÓRICA E PRÁTICA DE ENSINO FUNDAMENTAL COMUM DO REGULAMENTO DE 1934	138
QUADRO 10 - CURSO DA ARMA DE CAVALARIA – ENSINO FUNDAMENTAL – EM 1929 E 1934	144
QUADRO 11- RELAÇÃO DOS CONCEITOS E MÉDIAS NOS EXAMES DE 1938...	144
QUADRO 12 - CURSO DA ARMA DE CAVALARIA 2º ANO – ENSINO TEÓRICO-PRÁTICO – REGULAMENTO DE 1929	145
QUADRO 13 - RELAÇÃO DOS CONCEITOS E MÉDIAS NOS EXAMES DE 1939..	146
QUADRO 14 - CURSO DA ARMA DE CAVALARIA 3º ANO – ENSINO TEÓRICO-PRÁTICO – REGULAMENTO DE 1929	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª DIE – 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária
1º RCI – 1º Regimento de Cavalaria Independente
3º RCD – 3º Regimento de Cavalaria Divisionário
AECB – Associação de Ex-Combatentes do Brasil
AHEx – Arquivo Histórico do Exército
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
AMV – Aeromóvel
Cel. – Coronel
CMPA – Colégio Militar de Porto Alegre
CMRJ – Colégio Militar do Rio de Janeiro
CPOR - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
EASA – Escola de Aperfeiçoamento de Armas
EB – Exército Brasileiro
EEM – Escola de Estado-Maior
EME – Estado Maior do Exército
EMR – Escola Militar do Realengo
EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
EsEFEx – Escola de Educação Física do Exército
EUA – Estados Unidos da América
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FIAT – *Fabbrica Italiana Automobili Torino*
GM – *General Motors*
MMCMS – Museu Militar do Comando Militar do Sul
MMF – Missão Militar Francesa
PC – Posto de Comando
PF – Polícia Federal
PL – Projeto de Lei
PNI – Palavra Não Identificada
SME – Sistema Militar de Ensino
TFM – Treinamento Físico Militar
TO – Teatro de Operações
USS – *United States*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2 – “AMÉM A LA VIDA”: ARQUIVO PESSOAL E RELÍQUIAS MILITARES DE SOLON RODRIGUES D’AVILA.	23
2.1 A ESPADA DE CLÍO: A HISTÓRIA MILITAR E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	24
2.2 O INÍCIO, O FIM E O MEIO: O ARQUIVO DE SOLON RODRIGUES D’AVILA	41
2.3 AS RELÍQUIAS DE UM MILITAR	64
CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO OFICIAL DA ARMA DA CAVALARIA SOLON RODRIGUES D’AVILA	90
3.1 O ENSINO MILITAR NO BRASIL (1930-1939)	91
3.1.1 EMULAÇÃO MILITAR E A MISSÃO MILITAR FRANCESA	94
3.2 “AQUI INICIAMOS A CARREIRA MILITAR NA MAIOR HARMONIA E CAMARADAGEM”: COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE (1930 – 1935)	106
3.3 “ATÉ NA GUERRA UMA FÍSICA ME PERSEGUE”: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO (1936 – 1939)	124
3.4 A “VELHA CAVALARIA DE ESPADA E LANÇA”: O 1º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO DA FEB	149
CAPÍTULO 4 - O “DIARIO DE VIAGEM” DE UM EX-COMBATENTE DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA	163
4.1 “NADA NECESSITO ESCREVER...”: UMA RELÍQUIA DA CAMPANHA DA ITÁLIA	167
4.2 “PODEMOS DIZER QUE ESTAMOS REALMENTE NA GUERRA”: UMA VIAGEM EM DIAS DE GRANDE ESTUPIDEZ	177
CONCLUSÃO	208
FONTES	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	214

1 INTRODUÇÃO

Entre 20 de setembro de 1944 e 07 de agosto de 1945 o então 1º Tenente Solon Rodrigues D'Avila, da Arma da Cavalaria do Exército Brasileiro, escreveu, quase que diariamente, sobre sua “viagem” para a guerra. Era a Segunda Guerra Mundial. Mais de 25 mil homens e mulheres brasileiros/as foram à Itália, combater as tarimbadas forças do Eixo. Muitos nunca retornaram. Em julho de 2013, a Comissão de Acervo do Museu Militar do Comando Militar do Sul (MMCMS) recebeu das senhoras Elisabeth e Eliane D'Ávila, filhas do já falecido Coronel Solon, a doação do arquivo pessoal de seu pai.

A trajetória profissional militar do personagem Solon Rodrigues D'Avila, sujeito que se gradua Oficial da Cavalaria no ano de 1939 e, em 1944, aos 27 anos, se voluntaria para a vaga de Oficial das Ligações e das Transmissões do 1º Esquadrão de Reconhecimento da Força Expedicionária Brasileira, insere essa pesquisa num contexto de transformação das relações profissionais e das dinâmicas internas do Exército Brasileiro. Embora não se deixe de considerar outras atividades exercidas em sua vida, este trabalho tem como problemática fundamental as maneiras pelas quais o “Coronel” Solon Rodrigues D'Avila constrói, para si, uma identidade cujo lastro está na sua “vida” militar e como esta identidade é relacionada com a sua participação na Segunda Guerra Mundial.

O capítulo intitulado: **“Amém a La Vida”: Arquivo Pessoal e Relíquias Militares do Coronel da Cavalaria Solon Rodrigues D'Avila**, trata da História Militar como uma área da pesquisa histórica que, ainda hoje, requer maiores atenções teóricas e metodológicas. Embora seja sempre problemático estabelecer comparações, há, no Brasil, um notório descompasso desse campo histórico ao de outros países ocidentais. A necessidade de fomentar novos estudos a respeito de temáticas militares prova-se um fator relevante na construção do conhecimento histórico do país. Especialmente por esse conhecimento ser atacado por ideólogos que, buscando deslegitimar as ciências humanas, reduzem o discurso histórico ao enaltecimento de heróis, das datas e dos acontecimentos, retirando-lhes o caráter crítico.

Apesar de haver uma produção historiográfica quantitativamente considerável a respeito da História Militar brasileira, temas como a participação do país na Segunda Guerra Mundial são, até hoje, pouco conhecidos da grande maioria da população. Mesmo em instituições de nível superior, o conhecimento desse importante período da história nacional é tratado com pouco interesse por muitos/as historiadores/as, especialmente se a

abordagem for candente às movimentações militares que, de fato, levaram jovens brasileiros a lutar e a morrer nos campos de batalha da Europa. É preciso salientar que a, ainda frequente, falta de interesse de muitos acadêmicos/as pela História Militar brasileira, corroborada por um sentimento de desconfiança com as Forças Armadas, pouco ajuda, ou melhor, muito atrapalha a compreensão crítica e aprimorada dos fenômenos históricos que envolvem os/as militares e suas instituições no passado e no presente.

Contrapondo-nos a esta posição, revisitamos os processos que enquadraram as memórias da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, quando o país enviou para a Itália uma Força Expedicionária. Destacamos a dificuldade para se escrever essa faceta da história do Brasil naquela guerra, pois são decorridos mais de 75 anos do fim do conflito e, aqueles/as poucos/as veteranos/as que ainda estão vivos, já ultrapassam em muito a casa dos 90 anos de idade.

Na sequência do capítulo, salienta-se a importância de resgatar os acervos pessoais dos/as veteranos/as e dos ex-combatentes para a escrita da História Militar. Por ocasião de uma natural e progressiva extinção física, os/as veteranos/as deixam para os/as seus/suas herdeiros/as, as suas “reliquias de guerra”. Assim, analiso o acervo pessoal do Coronel da Cavalaria Solon Rodrigues D’Avila como um escrito de si, gênero de escrita autobiográfica, na qual o titular, deliberadamente, selecionou e descartou (ao que se soma às ações de suas filhas) os documentos e os objetos que, transformados em relíquias de tempos pretéritos, foram doadas ao MMCMS. As suas relíquias são, portanto, um meio pelo qual revisitamos aqueles anos de sua carreira militar e, em especial, a sua atuação na Segunda Guerra Mundial.

O acervo é constituído por documentos pessoais e de identidade, medalhas e condecorações, moedas comemorativas, manuais, diplomas de cursos, cartas, relatórios oficiais, ordens de serviço e fotografias. Integrando o conjunto temos, também, as Relações de Alterações, um “histórico oficial” dos 32 anos que Solon permaneceu a serviço do Exército Brasileiro. Outro item de grande destaque é o “Diário de Viagem” de Solon, manuscrito entre setembro de 1944 e agosto de 1945, período que esteve com a FEB na Itália. O conjunto de documentos e de objetos que constituem o acervo está, atualmente, sob a salvaguarda do Museu Militar do Comando Militar do Sul (MMCMS) e conta, ainda, com documentos produzidos e organizados pelas filhas dele, as senhoras Eliane e Elisabeth D’Avila, em especial os álbuns de fotografias e de recortes de jornais. Veremos que os álbuns são itens particularmente importantes na construção de uma imagem pública do

Coronel Solon, que recebeu uma homenagem póstuma na qual o seu nome foi atribuído a um logradouro na cidade de Porto Alegre.

O desligamento formal de Solon do Exército dá-se em 1969, por ter assumido cargo na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, recebendo Medalha Militar de Ouro, concedida pelos 32 anos de serviços prestados, período no qual chega ao posto de Coronel. Posteriormente, em 1976, ele é nomeado pelo governo de Emílio Garrastazu Médici para o cargo de inspetor da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, oportunidade que se envolve num dos episódios que marcam a morte do ex-presidente João Goulart, especificamente a entrada do corpo no Brasil.

O obituário do jornal Zero Hora da quinta-feira, 31 de janeiro de 2008, notificava o falecimento do Coronel da Reserva Solon Rodrigues D’Avila. Seguia-se um breve relato da vida do ex-superintendente da Polícia Federal e ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira. Em meio à comoção do velório e o recebimento de condolências pelo falecimento do Coronel Solon, familiares articularam uma homenagem pública em sua memória. Em 2010 o então vereador da cidade de Porto Alegre, Mauro Zacher (PDT), encaminha para votação da Câmara de Vereadores um Projeto de Lei¹ para denominação de logradouro público. Ao expor os motivos de seu PL, o vereador narra uma biografia de Solon, muito próxima ao reproduzido no obituário da Zero Hora, mas acrescido de informações que constam naqueles “álbuns” montados por suas filhas, e que foram expostos no velório. Posteriormente a isso, as senhoras Eliane D’Avila e Elisabeth D’Avila doam para o MMCMS o acervo pessoal do pai, momento que marca uma transição desse conjunto de documentos e objetos para um espaço público. Como “fundo arquivístico” e como “vida musealizada”, elaboram-se novas “biografias”, produzidas a partir da investigação histórica, a respeito do “militar” Solon Rodrigues D’Avila.

Narrar trajetórias é uma tarefa desafiadora para os/as historiadores/as que por um lado devem estar atentos aos riscos de tomar vidas com uma linha fixa e pré-moldada. Por outro lado, a história individual pode ser um caminho possível para o entendimento de períodos históricos, nos propiciando maneiras de percorrer espaços, tempos e as relações que lá se estabeleciam. A estratégia aqui adotada pode ser imediatamente criticada se com ela assumir-se um sentido pré-determinado para a vida, delimitando-a num *ser* permanente, fixo e imutável, imóvel frente às possibilidades de devires. Dentro das condições que se desdobram, sigo a orientação das fontes, pois é o próprio caráter destes documentos que

¹ Projeto de Lei do Legislativo 69/10 – Denomina Rua Coronel Solon Rodrigues d’Ávila o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 1307, localizado no Bairro Marcílio Dias.

proporcionam o questionamento sobre a condição de militar brasileiro. Essa é uma discussão que, na realidade, perpassa todos os capítulos da dissertação, sendo necessário reafirmar que o próprio acervo, a base empírica do trabalho, condiciona e produz uma “identidade militar” ao sujeito anteriormente nominado de Solon Rodrigues D’Avila. A constituição e o caráter de seu acervo, bem como as diferentes “biografias” de Solon, também serão tratados neste capítulo.

Nascido em Vacaria no ano de 1917, Solon ingressa no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) em 1930, mesmo ano que os movimentos político-militares levam Getúlio Vargas ao governo brasileiro. As primeiras décadas do século XX, também, marcam uma intensa modernização no Exército. Tratava-se de um processo iniciado nos primeiros anos daquele século e que buscava, dentre muitas coisas, reestruturar o ensino militar de maneira a emular uma formação profissional aos moldes dos principais países desenvolvidos da época. Em meio a uma conjuntura de transformações político-econômicas e sociais, bem como de reformas institucionais das Forças Armadas, Solon realiza sua formação básica no CMPA, período que seria determinante na escolha de sua futura profissão. Em 1936, após os anos de formação básica, Solon é incorporado ao Corpo de Cadetes da Escola Militar do Realengo, onde realizou seus estudos como Aluno de Cavalaria.

O próximo capítulo dessa dissertação, o terceiro, recebe o título **“A Formação Profissional do Oficial da Arma da Cavalaria Solon Rodrigues D’Avila”**; Nele, trabalhamos com a necessidade de compreender as etapas da formação de um “Aspirante-a-Oficial”, ao longo da década de 1930. A chegada de Solon na Escola Militar do Realengo (EMR), em 1936, marca o início de uma etapa fundamental na sua formação, na qual adquire os saberes da “profissão militar”.

As transformações que ocorreram no sistema de ensino militar, e em específico na Escola Militar do Realengo, durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, foram definidoras para a consolidação da noção de “profissionalismo” no âmbito militar brasileiro. As discussões relativas às noções de profissão militar não são recentes na literatura especializada. A compreensão dos parâmetros que estabelecem e que conferem a um sujeito o *status* de militar profissional, em contraste com o civil, são trabalhados por diferentes autores em diferentes perspectivas e períodos. Nesse sentido, o processo de emulação militar empreendido pelo Brasil, na intenção de modernizar suas Forças Terrestres, também pode ser percebido através das reformas curriculares promovidas no “Sistema Militar de Ensino” (SME), que compreende desde as “Escolas Regimentais” até a “Escola de Comando e Estado-Maior do Exército”, passando necessariamente pelo Sistema de

Colégios Militares do Brasil e pelas Escolas de formação Superior Militar. No entanto, este trabalho não fará uma análise do SME como um todo, dar-se-á foco às primeiras instituições de ensino e de formação militar que Solon frequentou durante a década de 1930, sendo elas o Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e a Escola Militar do Realengo (EMR).

Os anos que Solon frequentou a EMR revelam características importantes da formação do oficialato brasileiro no fim da década de 1930. As reformas promovidas no SME ao longo daquela década foram fundamentais para a construção e para a consolidação de tradições, ideologias e cultos, mas, sobretudo, pela busca por um profissionalismo técnico no ensino militar. A evolução das reformas da estrutura curricular e dos regulamentos dos Colégios Militares e da Escola Militar, assim como as noções sobre profissionalização militar, darão subsídios para entender as diferentes etapas da formação de Solon.

Faz-se relevante explicar que o modelo de escrita adotado nesse capítulo será, por vezes, cronológico, tendo em vista que os objetivos e os problemas que norteiam esta pesquisa poderão ser melhores desenvolvidos. Sigo a cronologia estabelecida nos Registros de Alterações de Solon, como um método para demonstrar a o caráter progressivo da carreira militar. Uma trajetória constituída por degraus hierárquicos, na qual o Oficialato ascende de acordo com o posto, sendo os postos divididos entre Oficiais Subalternos (Aspirante-a-oficial, 2º Tenente, 1º Tenente), Oficiais Intermediários (Capitão), Oficiais Superiores (Major, Tenente-coronel, Coronel) e Oficiais Gerais (General-de-Brigada, General-de-Divisão, General-de-Exército, Marechal). Embora me valha dessa estratégia, não me furtarei, evidentemente, de avançar ou retroceder com a narrativa quando, por necessidade, julgar que isto possa dotar o texto de um melhor caráter explicativo. Assim, alguns aspectos de períodos correspondentes à juventude, velhice ou infância de Solon, embora não façam propriamente parte de sua “carreira militar”, serão abordados para que se tenha uma melhor compreensão do como, afinal, ele ingressou no Exército. Isto proporcionará, também, que se tenha uma noção mais exata da especificidade, ou não, de seu caso.

Depois dos anos como Cadete (Aspirante-a-oficial) da Escola Militar do Realengo, Solon senta praça na Cavalaria. A progressão de sua carreira revela aspectos interessantes sobre a conjuntura do Exército Brasileiro, num período que antecedia a *drôle de guerre* e a acachapante derrota dos exércitos franceses e ingleses frente a *Blitzkrieg* da Alemanha nazista. Em 1940, Solon ingressa no 3º Regimento de Cavalaria Divisionário (3ºRCD),

Regimento Osório, unidade localizada na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Enquanto a Inglaterra resistia nos ares, o Eixo espalha sua guerra por mares e oceanos. Na África, os *Panzer Group* de *Erwin Rommel* controlam o deserto entre a Líbia e o Egito. No leste, a União Soviética é fustigada pelas hordas de Hitler, mas resiste. A guerra torna-se mundial.

Solon permanece no Regimento Osório por aproximadamente um ano, período em que é promovido do posto de 2º Tenente. Junto com a promoção, recebe a designação para sua nova unidade, no 1º Regimento de Cavalaria Independente (1ºRCI), que se localizava em Santiago do Boqueirão, no oeste gaúcho. Em abril de 1943 todo o 1º RCI seria transportado, a cavalo, de Santiago do Boqueirão/RS para a cidade de Itaqui/RS, uma distância de aproximadamente 200 km, para uma cidade às margens do Rio Uruguai, e fronteira com a Argentina. O deslocamento do 1º RCI foi lembrado com saudosismo e melancolia pelo próprio Solon. Em uma passagem de seu diário, escrita num dia a bordo do *General Mann*, navio de transporte de pessoal que o levou até a Itália, Solon revela surpresa com o “novo” para o cavalariano que sentia saudades da “velha cavalaria de espada e lança”. Indício de uma época cuja realidade de todas as unidades de cavalaria do Exército Brasileiro estava em desalinho das exigências da guerra que se avizinhava. Basicamente todo o conjunto da cavalaria brasileira era hipomóvel, ou seja, ainda estava sob o lombo de cavalos. O transporte do 1º RCI para a fronteira com a Argentina se deu através da força desses animais, e revela as carências de um país que importava a maioria de seus equipamentos militares, que além de serem antiquados, eram em número insuficiente para atender as demandas de uma guerra como aquela. As Forças Armadas, mas em especial o Exército, tinham uma enorme carência de pessoal e principalmente material como “carros de combate, equipamentos de comunicação, engenharia, logística e peças de artilharia até para a defesa das fronteiras contra os tradicionais inimigos potenciais do Prata” (FERRAZ, 2005, p. 43). A trajetória de Solon coincide, também, com as necessidades do Exército de adquirir equipamentos e de qualificar seus quadros.

Mas sua carreira progredia aparentemente tranquila em maio de 1943, enquanto isso o Eixo estava na defensiva, mas longe de ser derrotado. Após a promoção para o posto de 1º Tenente, Solon é novamente transferido. Da unidade fronteiriça do Rio Grande do Sul com a Argentina (o 1ºRCI) iria para uma guarnição na Capital Federal, o Regimento Andrade Neves (RAN). O retorno dele para o Rio de Janeiro pareceu-lhe precoce e, também, inusitado. Não esperava ser transferido para outra unidade “de maneira tão rápida” (D’AVILA, 2001, p. 22). Especialmente por se tratar de uma unidade que julgou ser “de

elite”; e no Rio de Janeiro, centro onde ficaram mobilizadas as tropas que iriam compor o Corpo Expedicionário. Solon é contundente ao descrever como “agradável surpresa” a sua transferência, fato que permaneceu para si um motivo de mistério. Embora a surpresa de Solon com sua transferência possa ter sido um motivo de mistério durante toda a sua vida, é possível cogitarmos que a sua transferência decorra das necessidades do Exército em centralizar em unidades estratégicas os jovens Oficiais. Contudo, os critérios de transferência interna dentro das instituições militares é um tema pouco abordado mesmo pela bibliografia especializada, assim esta é uma questão que deverá ser mais bem observada ao longo deste trabalho.

Em 1944 ele ocupava o posto de 1º Tenente, momento em que se voluntaria à vaga de Oficial das Ligações e das Transmissões do 1º Esquadrão de Reconhecimento da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ªDIE/FEB), unidade que chegaria a ser subcomandante. Tendo antes estado adido na Escola de Transmissões, responsável a época pela instrução de oficiais que seriam incorporados ao Esquadrão de Reconhecimento, motivo pelo qual declarava ter sido “induzido” a voluntariar-se para a FEB.

Ao conjunto de suas autobiografias soma-se o seu “Diário de Viagem”, como assim denominou aqueles manuscritos anotados entre setembro de 1944 e agosto de 1945. Assim, no 4º capítulo, **“O “Diário de Viagem” de Solon Rodrigues D’Avila”**, analiso o período condicionado ao diário, momento que coincide com a ida de Solon para a Itália junto com o 2º Escalão da Força Expedicionária Brasileira. Escondido por anos, até mesmo da família, este diário torna-se memória, que será preservada nos “subterrâneos” de gavetas, móveis ou cofre de sua casa. Na medida em que o passar dos anos tornava as páginas amareladas, diferentes elaborações eram feitas a seu respeito. Do imediato cotidiano da guerra aos longos anos de pós-guerra, o diário permanece na grafia original, a letra indigesta para os que se dedicaram a transcrevê-lo², não sofreu rasuras ou alterações. Eventualmente alguma anotação foi feita a lápis, nas margens, destacando a dissonância de um episódio enquadrado pela memória. O texto não foi reelaborado, tão pouco foi editado ou publicado por seu autor, nem mesmo pela família. No entanto, foi preservado em toda a fragilidade de seu suporte original. Ao ser retomado, como um suporte de suas memórias, esse diário serve de base ao depoimento/entrevista ao Projeto de História Oral do Exército³, Brasil na

² BARBOSA, Marcus Vinícius. BETT, Ianko; MASI, Guilherme Nicolini Pires. Transcrição do Diário de Guerra do Coronel Sólton Rodrigues D’Avila. Porto Alegre: [S.n.], 2015. Nota: Artigo não publicado.

³ D’AVILA, Solon Rodrigues, 2001. In MOTTA, Aricildes de Moraes (Org). História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo: 7. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

2ª Guerra Mundial. Solon esquece, altera, reconstrói e reformula sua vida e sua guerra. Seu depoimento é claramente amparado no, agora velho, “Diário de Viagem”. Surge outro Solon, produto de ressentimentos, refinamentos e enquadramentos. A guerra também não é mais a mesma.

Como recurso metodológico utilizo o *software* NVivo 12. A ferramenta é disponibilizada, gratuitamente, para download no “Portal do Aluno” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De maneira sucinta, o programa permite a codificação dos conteúdos analisados em diferentes categorias de assuntos, temas, tipo de documento etc.

CAPITULO 2 – “AMÉM A LA VIDA”: ARQUIVO PESSOAL E RELÍQUIAS MILITARES DE SOLON RODRIGUES D’AVILA.

25 – 10 – 44

[...] São 3h. da tarde está frio, e uma chuvinha fina cai constantemente, me fazendo lembrar de Santiago, da Itacema... e do bom tempo que lá passei. Amém a la vida.

Atualmente, tem-se enunciado a nova História Militar brasileira, transformada pela interdisciplinaridade e pelo emprego de diferentes metodologias, pela incorporação de novas noções, novos objetos e de novos questionamentos sobre os fenômenos militares. Os/as historiadores/as profissionais encontram uma relativa facilidade – que pode ser lida como uma prática necessária – em proclamar os motivos pelos quais o “novo” se distancia do “tradicional”⁴. Esses historiadores/as vinculam suas pesquisas aos atuais paradigmas historiográficos, tanto para rebater as críticas de outras áreas da academia, quanto para impor cientificidade aos “entusiastas de militar” e aos “militares historiadores”. Contudo, por mais que nos dediquemos aos argumentos de que a História Militar não é mais aquela prática tradicional e enaltecida dos heróis da pátria, ela ainda permanece envolta por uma densa bruma, suprimida de um arcabouço teórico mais sólido sobre o que vem sendo produzido pelos/as historiadores/as desta dimensão do campo histórico.

Uma das propostas desta sessão é analisar, ainda que de maneira bastante sintética, aquilo que os historiadores/as têm concebido teoricamente por História Militar e como esta permite a compreensão de uma semântica militar que constitui a identidade de sujeitos históricos. Assim, os caminhos percorridos por um arquivo pessoal, desde a elaboração pelo seu titular até o presente momento, passando pela guarda da família e pela doação a uma instituição museológica pública e vinculada ao Exército Brasileiro, são de fundamental importância para uma melhor compreensão do personagem Solon Rodrigues D’Avila como um militar, como um profissional de carreira das Forças Armadas e como um veterano de guerra e ex-combatente brasileiro da Segunda Guerra Mundial. A semântica militar, que constrói as diversas identidades para o dispositivo de nome próprio Solon Rodrigues

⁴ O termo “tradicional” é aqui empregado como o mesmo sentido desenvolvido pelo historiador e militar Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (2011). O autor entende que a “Escola tradicional” da História Militar é composta por “militares historiadores”, que em geral tem “pouca acuidade metodológica, pois não resulta do trabalho de historiadores profissionais, mas de aficionados” (PEDROSA, 2011, p. 08). E, em função de sua origem não especializada e “corporativa”, tende à produção de “*mitos*, ao enaltecimento de figuras históricas e a certa condescendência no julgamento dos fatos e protagonistas” (PEDROSA, 2011, p. 08).

D'Avila, é produto de um movimento iniciado por ele próprio que, ao longo de sua vida, selecionou seus pertences, descartando alguns e guardando outros, num processo de elaboração/escrita de Si.

2.1 A ESPADA DE CLÍO: A HISTÓRIA MILITAR E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Como qualquer outra área da disciplina histórica, as noções em torno do conceito de História Militar estão em constante reelaboração. Assim, a História Militar não está fixa apenas aos paradigmas epistemológicos vigentes nos centros universitários (Nova História Militar), tão pouco se reduz às noções por vezes preponderantes nas instituições militares, ou ainda grupos de entusiastas por militar (Escola Tradicional). Apresenta-se, então, um cenário de disputas epistemológicas – que são, também, disputas político-ideológicas – em torno desse campo do saber histórico. Contudo, a polarização historiográfica que se apresentam, gera um “centro magnético”, que atrai a atenção tanto do que se considera “tradicional” quanto do “novo”, configurando um campo de estudos denominado História Militar.

Cabe, contudo, um posicionamento. Na condição de civil e de historiador graduado em uma universidade pública brasileira⁵, tenho em mente que, possivelmente, a maior parte dos leitores deste trabalho não está propriamente em meu “círculo de pares”. Isso se deve pelo fato de que o público leitor de História Militar não ser exatamente aquele “especializado” no “ofício da História”. Nesse sentido, é preciso levar em consideração que a História Militar não é um produto meramente consumido por públicos distintos ou com interesses igualmente diferentes. Surge, então, uma questão, qual seja, a que público as obras de História Militar vêm sendo destinadas?

Considerando-se a totalidade de publicações a respeito da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, o historiador Francisco Ferraz (2016) identifica que, ao longo de 70 anos decorridos do fim da Segunda Guerra Mundial, há um relativo equilíbrio entre os públicos “civil” e “militar”. Apesar de uma disparidade de publicações existentes nas décadas de 1970-1980, quando a balança tendeu a um público profissional militar (muitas vezes também composto por entusiastas do tema e historiadores/as amadores/as, não ligados/as às universidades brasileiras), “a proporção média de 2/3 das produções para o

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

público geral foi mantida em todos os outros períodos” (FERRAZ, 2016, p. 223). O atual aumento da produção, tanto civil/acadêmica como nas revistas propriamente militares, vai ao encontro do crescimento no número de pesquisas na área. Conforme os dados apresentados por Francisco Ferraz (2016), considerando-se o total de obras dedicadas à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, mais de 30% foi publicada na última década (entre 2000 e 2016 – os índices devem se ampliar se o recorte temporal for estendido até o ano de 2020), uma tendência que segue a se consolidar. Novos trabalhos vêm sendo embalados por um renovado interesse das ciências humanas pelas temáticas militares. Embora esta seja uma realidade animadora ela ainda está longe de ser a ideal.

Apesar disso, é importante destacar que a resistência acadêmica à História Militar não é válida para o conjunto amplo das ciências humanas. Desde o início do “período democrático” tanto os antropólogos/as e sociólogos/as quanto cientistas políticos dedicam-se a análises das Forças Armadas. Uma importante referência na área é o antropólogo Celso Castro que, em 1990, defendeu sua dissertação de mestrado, uma etnografia feita no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), instituição de Ensino Superior Militar que substituiu a Escola Militar do Realengo na formação dos Oficiais das forças terrestres brasileiras. O importante título *O Espírito Militar* ([1990] 2004), é hoje referência para grande parte da produção acadêmica sobre os militares, sendo um dos principais pesquisadores das Forças Armadas brasileiras no período posterior à abertura democrática. Outras obras importantes do autor são *Os Militares e a República* (1995) e *A invenção do Exército Brasileiro* (2002), a “trilogia” *Os anos de chumbo* (1994a), *Visões do golpe* (1994b) e *A volta aos Quartéis* (1995), organizados em conjunto com a cientista política Maria Celina D’Araújo e o cientista social Gláucio Ary Dillon Soares.

No ano de 2004, Celso Castro organiza, juntamente com Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, uma seleção de textos publicados sob o título *Nova História Militar Brasileira* (2004). Essa obra pode ser considerada um marcador de um “novo” campo de interesse acadêmico nos estudos sobre temáticas militares no Brasil. A obra é simbolicamente uma reafirmação das diferenças entre a “Escola Tradicional” da História Militar, produzida por militares em suas instituições, daquela “Nova História Militar”, produzida por historiadores/as civis ou militares (com formação de historiador/a), sob o viés profissional do ofício histórico.

O processo de abertura democrática, a partir do fim do Regime Militar, e o crescimento da área também contribuem para enriquecimento do conhecimento sobre as instituições militares brasileiras. Conhecimento que jamais se difundiu plenamente, bem

como a condição democrática do país. Contudo, esse avanço ajuda, ainda que de forma insuficiente, a tornar mais popular os saberes sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Mas, mesmo que o as publicações de História Militar tenha de fato crescido, não quer dizer que o conhecimento específico sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial tenha se difundido para novos grupos de leitores. Trata-se, portanto, de público bastante específico e igualmente especializado, mesmo entre os/as historiadores/as de profissão. Além disso, se levarmos em conta que o Brasil é um país que consome pouco do conhecimento histórico produzido nas universidades, o quadro se agrava ainda mais (o que também pode ser visto como uma questão de mercado editorial⁶). O nicho consumidor varia de militares a civis entusiastas, sendo que os temas que envolvem a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial recebem uma maior atenção do que, por exemplo, nos Institutos de Filosofia e Ciências Humanas, como pude constatar ao longo da pesquisa e, em especial, em meus estágios de docência⁷. É nítida, também, a defasagem das bibliotecas⁸ das universidades em se tratando de literatura especializada e atualizada sobre

⁶ Embora a sessão reservada para “militaria”, nas principais livrarias de Porto Alegre, tenha aumentado em uma ou talvez duas estantes na última década, a maior parte dos livros encontrados são coletâneas genéricas (e algumas de caráter duvidoso) sobre a Segunda Guerra Mundial, sobre o III Reich, ou sobre o holocausto. Dessa maneira, recorri aos sebos, nos quais tive a boa ventura de encontrar algumas raridades. Contudo, grande parte dos títulos atualizados sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial é escassa nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que está mais bem servida de livros sobre o protagonismo político das Forças Armadas. Na biblioteca da PUC-RS encontrei algumas obras consideradas “clássicas” e que nos sebos são verdadeiramente difíceis de serem adquiridos (pelo valor) encontradas.

⁷ No plano curricular do PPGH da UFRGS, os estágios de docência são um exercício que introduz o pesquisador/aluno à prática docente em nível superior. No objetivo de cumprir essa etapa de formação, tive a oportunidade de, em conjunto com a minha orientadora, professora Carla Brandalise, planejar e de ministrar aulas para turmas de graduação do currículo de Licenciatura e de Bacharelado em História da UFRGS. Na oportunidade dos estágios de docência, iniciei a aula sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial com uma questão que buscava fazer um breve levantamento inicial sobre o nível de aproximação dos/as os/as alunos/as e colegas com esse tema. A pergunta foi feita em duas turmas de graduação (aproximadamente 90 alunos matriculados), na disciplina História do Fascismo (ministrada pela professora Carla Brandalise) e foi respondida individualmente por todos. As respostas foram bastante significativas, e dá um indício da baixa penetração de temas relativos à História Militar nos currículos das graduações. Em termos gerais, as lembranças apontaram para alguma passagem nos livros didáticos utilizados no Ensino Médio ou, em alguns casos, em materiais de cursinhos pré-vestibulares; tendo, ainda, algumas lembranças de revistas de História adquiridas em bancas de revista. Entre as respostas, duas em especial merecem ser destacadas, justamente por destoarem das demais. A primeira, feita por uma aluna cuja avó teria sido namorada de um “pracinha”, trouxe a tona o problema da diluição que as memórias e as histórias da guerra têm na sociedade brasileira. Outra resposta que destoou das demais lembrou um clássico da teledramaturgia brasileira, a da novela “Rei do Gado”, transmitida em horário nobre pela rede Globo entre os anos de 1996 e 1997 (posteriormente a novela foi reprisada em horário vespertino). Na primeira fase da novela o personagem Bruno Berdinazzi (interpretado pelo ator Marcello Antony), filho de imigrantes italianos, é convocado para lutar na guerra. Na Itália, Bruno teria conhecido sua “Gioconda”. A música tema do romance é, originalmente, interpretada por Vicente Celestino. La Gioconda canta o amor que desperta entre um “pracinha brasileiro e uma italiana” recebeu interpretação, para a novela, de Agnaldo Rayol e da dupla Chrystian e Ralf.

⁸ Na busca realizada na plataforma digital de bibliotecas integradas da UFRGS (sabi.ufrgs.br), em março de 2020, constam cadastrados apenas 16 títulos sob a palavra-chave “Força Expedicionária Brasileira”. Dentre esses títulos: três (3) são Trabalhos de Conclusão de Curso; um (1) título em mídia de audiovisual; e doze (12) livros, sendo que desses, apenas três (3) são publicações posteriores ao ano de 2010.

os temas de História Militar. Dessa forma, o trabalho que vem sendo praticado está dispondo-se num ponto de vista “acadêmico”, ou seja, adequando-se textualmente às práticas e as normas técnicas da escrita acadêmica.

A principal dificuldade encontrada ao longo da pesquisa reside justamente na condição deste se pretender uma História Militar. As dificuldades de trabalhar com essa área do conhecimento histórico situam-se, em primeiro lugar, na desconfiança que ainda existe em setores das universidades brasileiras contra temáticas militares. Isso se explica, em grande medida, pelas mais de duas décadas do Regime Militar, que impôs duras penas ao pensamento crítico da população brasileira. Em relação ao âmbito acadêmico, o problema é bem ilustrado pelo seguinte trecho da introdução da obra “Nova História Militar brasileira” (2004).

A história militar acadêmica tem tido uma trajetória difícil no Brasil. A expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão (a partir da segunda metade do século XX) coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e, acima de tudo, com o regime militar de 1964-85, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas. A academia dedicou pouca atenção à história militar para além do estudo do envolvimento militar na política - ponto problemático num regime autoritário (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 13).

A obra “Pesquisando os militares brasileiros: experiências de cientistas sociais”, organizada por Celso Castro e Adriana Marques, lançada em 2016, reúne entrevistas realizadas com sete acadêmicos, considerados “pioneiros no estudo da temática militar no âmbito das Ciências Sociais no Brasil (em particular na Ciência Política) e na construção de espaços institucionais relacionados ao campo” (CASTRO; MARQUES, 2016, p. 16). Os organizadores da obra descrevem os empecilhos sofridos pela “geração de pioneiros” que, nas universidades brasileiras, durante o regime, desenvolveram estudos sobre os militares. Os entrevistados, em sua maioria homens, eram “desestimulados” por um “temor dos acadêmicos de se verem transformados em “inimigos” pelo regime e sofrerem com isso” (CASTRO; MARQUES, 2016, p. 16). Destaca-se que, além do clima de terror e da “vigilância” do regime, havia um sentimento de desconfiança naqueles que se dedicavam às temáticas castrenses, o que nutriu um preconceito, até hoje existente no meio acadêmico, contra o envolvimento com o tema⁹.

⁹ Somente no ano de 2019 criou-se o Grupo de Trabalho de História Militar da ANPUH.

Essa parece ser uma lógica de países que sofreram e que ainda sofrem com intervenções militares, especialmente nos países do Conesul¹⁰, onde os traumas das ditaduras militares ainda são um elemento latente. O desenvolvimento geopolítico latino-americano teve influência nos estudos sobre Forças Armadas, especialmente porque os militares do subcontinente tiveram amplo protagonismo na política. O alinhamento do Regime Militar com o bloco “capitalista” e o anticomunismo visceral contribuíram para o predomínio de abordagens voltadas às relações políticas entre civis e militares. Celso Castro e Adriana Marques destacam, também, que outro problema encontrado por aquela geração de pioneiros era a “identificação da temática militar com a direita – ou, dito de outra forma, a identificação do objeto de estudo com um determinado posicionamento político-ideológico conservador” (CASTRO; MARQUES, 2016, p. 18). Por outro lado, a ótica marxista, então hegemônica nas décadas de 1970 e 1980, “diminuía a importância do estudo da instituição militar como um objeto em si de pesquisa por vê-la, *a priori*, inserida na dinâmica estrutural da luta de classes” (CASTRO; MARQUES, 2016, p. 19). Em países que tiveram revoluções socialistas ou nacional-libertadoras vitoriosas, como Cuba, China, Rússia e Vietnã, o debate militar sob um viés teórico marxista atingiu estágios muito mais avançados.

Assim, é imperativo compreendermos não só o histórico protagonismo das Forças Armadas brasileiras na política, mas também outros processos constituidores dessas instituições, bem como suas lógicas internas de formação e profissionalização de homens e de mulheres que têm suas trajetórias de vida imersas e atravessadas por códigos e condutas muito específicos. E, é justamente nesse ponto que reside outra dificuldade para os/as historiadores/as que trabalham com a História Militar. Pensar a História Militar é, também, pensar na necessidade dos historiadores/as brasileiros/as lidarem com todo um arcabouço de signos e de saberes que, como em qualquer outra área do saber histórico, são indispensáveis para a elaboração dos próprios questionamentos que fazemos sobre nossos

¹⁰A historiografia militar brasileira sofre de um retumbante atraso se comparada à produção de países vizinhos da América-latina como Argentina e Chile. Esses países que igualmente passaram por regimes ditatoriais impostos por suas Forças Armadas, entre as décadas de 1960 e 1990, tiveram em seus processos de redemocratização a possibilidade de uma reparação mais abrangente e justa dos crimes cometidos por militares, embora muitos torturadores permaneçam impunes. A relação com as Forças Armadas das populações desses países pôde ser revista de uma forma mais aprofundada e ampla, o que certamente contribui para a punição dos perpetradores dos crimes ainda hoje julgados e condenados, o que também se reflete na produção historiográfica e nos estudos militares. No Brasil, o processo que foi “lento, gradual e seguro” ainda hoje permanece como um empecilho para a construção de uma salutar relação entre Forças Armadas e academia. Decorridos mais de 30 anos do fim do regime, o acesso aos arquivos militares ainda é uma dificuldade que os historiadores/as brasileiros/as têm que lidar, seja pela desconfiança por parte de militares, seja pelo sentimento de insegurança dos setores civis frente à hierarquia e a forte burocracia das instituições militares.

objetos. Trata-se da aquisição de um “conhecimento de gramática própria” (FERRAZ, 2017, p. 32), sendo necessário o aprofundamento nas especificidades do evento militar. No entanto, o/a historiador/a militar ao aplicar seus métodos e ao interpelar teoricamente os seus objetos, tensiona noções ainda difusas de um conhecimento pouco disseminado fora das casernas. Ou seja, o “caráter técnico da História Militar” é um dos fatores complicadores para a propagação e para o aperfeiçoamento da área, como bem explica o historiador Dennison de Oliveira (2017):

Outro fator complicador na difusão e aperfeiçoamento dos estudos da História Militar é seu caráter técnico. A organização das forças armadas, a relação destas com a sociedade, o entendimento dos limites e possibilidades de diferentes armas e sistemas de armas, a compreensão da relação entre geografia e operações militares, o domínio de conceitos fundamentais como dissuasão, estratégia, etc. requerem muitos anos de estudos e leituras prévios fazendo da História Militar um ramo do conhecimento altamente especializado. Por exemplo, mesmo o mais simples descritivo de operações de combate de pequenas frações de infantaria pode ser absolutamente incompreensível para a maioria das pessoas, particularmente se forem usadas as numerosas abreviaturas e siglas correspondentes. O caráter altamente técnico da História Militar e a dificuldade em entender seu jargão específico são, pois, fatores a mais a contribuir para a fraca disseminação deste ramo do conhecimento nas instituições brasileiras de ensino superior (OLIVEIRA, 2017, p. 11).

Mas a História Militar, que ainda hoje carrega um estigma de ferramenta para a instrução de profissionais das armas, tem sido produzida, gradativamente, atrelando saberes tradicionais/clássicos às experiências dos soldados ou dos setores subalternos das forças beligerantes. Os fatos que antes ilustravam uma perspectiva geral do campo de batalha, como ainda faz a “Escola Tradicional”, atualmente são tomados como “uma variável de análise para a compreensão mais abrangente das experiências de guerra sob o viés do enquadramento social dos indivíduos submetidos à hierarquia das organizações militares” (MAXIMIANO, 2004, p. 34). Tais condicionantes são fundamentais para um estudo sobre as operações militares durante a Segunda Guerra Mundial e, aqui especificamente sobre a Força Expedicionária Brasileira, sendo que o desprezo desses elementos proporcionaria uma abordagem inconsistente da realidade da linha de frente.

A História Militar tradicional era usada para designar as histórias dos conflitos em armas, das batalhas e das campanhas. A noção foi amplamente empregada, contudo, adquiriu novas dimensões conforme a “Arte da Guerra” se tornou mais difundida. Maurice Matloff (1982) escreve sobre o contexto dos EUA, país em que a História Militar representa muitos fatores inter-relacionados. No contexto estadunidense, as considerações

sobre História Militar estariam inclusas numa sociedade marcada por uma “incidência frequente de guerras” (MATLOFF, 1982, p. 422). Ponto importante se compararmos ao caso brasileiro, mas que é uma diferença que impacta diretamente na própria produção historiográfica. Diferente dos EUA, o Brasil envolveu-se em apenas uma guerra externa nos últimos 75 anos. Trata-se exatamente da Segunda Guerra Mundial, na qual o país esteve diretamente envolvido, ocasião que enviou uma Força Expedicionária, composta por mais de 25 mil homens e mulheres¹¹ para combater no Teatro de Guerra Europeu. A maneira como as sociedades lidam com suas experiências de guerra, impacta diretamente na percepção que as mesmas têm sobre os eventos militares.

A reintegração dos combatentes tenha sido problemática, eles perfaziam uma parcela importante da sociedade; era impossível ignorá-los e sua presença constante reforçava a necessidade de se lidar tanto com as memórias que a guerra deixava quanto com suas sequelas mais concretas, nas vidas de seus jovens e suas famílias. Quanto maior a parcela da população jovem masculina recrutada para as guerras, maior a necessidade da sociedade não-combatente em tomar para si a resolução desses problemas. Inversamente, quanto menor a parcela de combatentes $\frac{3}{4}$ e esse foi o caso dos brasileiros na Segunda Guerra $\frac{3}{4}$ maior o alheamento da população. As lembranças e esquecimentos ultrapassam os limites dos simbolismos e das representações e se inscrevem nas dificuldades da vida concreta, cotidiana. O esquecimento progressivo do ex-combatente se faz então duplamente: como símbolo de cidadania e como cidadão (FERRAZ, 2012, p. 60).

As experiências de guerra produzem uma relação distinta entre ex-combatentes e suas sociedades. A reintegração dos combatentes, como no caso estudado por Francisco Ferraz (2012), é um problema para as nações do mundo que enviam sua população jovem para as frentes de combate durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. A “resolução dos problemas” gerados a partir de eventos traumáticos – como guerras – provoca, necessariamente, novas reflexões acerca das razões que levaram aquela sociedade a engajar-se num conflito. Mas se por um lado a História Militar não trata apenas dos períodos de guerra, ou mesmo só de conflitos, de batalhas, de escaramuças e etc., estes

¹¹ O Decreto-Lei nº 6.097 de 13 de dezembro de 1943 criou o “Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército”. Ao DL, seguiu-se o voluntariado de centenas de mulheres em todas as partes do país. As mulheres selecionadas deviam ter entre 20 e 45 anos de idade e todas prestaram o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (Portaria nº 5.855, de 03.01.1944, publicada no Diário Oficial nº 02, de 04.01.1944). Dentre as muitas diversas voluntárias que realizaram o curso, apenas 67 foram incorporadas ao Serviço de Saúde da FEB, sendo que 61 atuaram nos hospitais de campanha do Teatro de Operações italiano e 6 realizaram um curso para se especializarem em transporte aéreo de feridos na Base de Parnamirim. Ver: SILVA, Maristela Feitas. Resgatando a memória: A história das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

fenômenos têm sim uma importância e uma significativa influência no processo de produção historiográfica. O que não quer dizer que a temática militar seja totalmente desprezada pelos/as historiadores/as de países com pouca tradição bélica, como é propriamente o caso brasileiro. Não é a toa que, no Brasil, a historiografia militar é muito mais desenvolvida no que consiste à participação das Forças Armadas na política.

A antologia organizada por Russel F. Weigley, publicada nos Estados Unidos no ano de 1975, com artigos produzidos tanto por historiadores “civis” quanto por historiadores “militares”, apresenta um excelente panorama de como as guerras – no caso daquela antologia, a derrota na guerra contra o Vietnã – acabaram influenciando as reflexões históricas das Academias Militares e dos centros universitários estadunidenses. O próprio desenvolvimento dos fenômenos bélicos, bem como a ausência deles, contribui para a evolução das interpretações históricas dos fenômenos militares.

A História Militar tem oscilado, sempre, entre duas escolas. Como ensino prático militar, expandiu-se e tornou-se mais especializada durante a Renascença, do mesmo modo acontecendo com a literatura de Guerra. Maquiavel, ao externar uma nova linha de indagações a respeito da natureza e das formas do Estado, e das relações entre a Guerra e a Política, foi o primeiro a perceber “a vida militar como uma fase da vida do cidadão e a Guerra como uma subdivisão da Política”.

No entanto, à medida que os anos passavam e as guerras se intensificavam, a História Militar foi se tornando área cada vez mais exclusiva dos militares. Os grandes escritores militares do século XVIII não notavam senão uma pequena diferença entre a História Militar e a Teoria Militar (WEIGLEY, 1981, pp. 40-41).

O final do século XIX consolidou a História como disciplina, a historiografia historicista dominava a prática da escrita sobre o passado. Ao longo do século XX, a preponderância de interpretações marxistas e da influência dos *Annales* na historiografia ocidental, a História Militar, assim como a História Política, teria vivido anos nas sombras do conhecimento histórico, “esquecida” pelos historiadores/as profissionais. De fato é recorrente vermos textos que apresentam a “nova” História Militar, tanto em nível de Brasil quanto no âmbito internacional, uma espécie de “lamento retórico”. Expresso em termos como: “abandonada” (TEIXEIRA, 1991; MANCUSO, 2008, p. 06; PEDROSA, 2011), “banida” (SOARES, VAINFAS, 2012), “desaparecida” (LUFT, 2013), “desatenção” (PEDROSA, 2011) “esquecida” (MOREIRA, 2012), “exilada” (SOARES, VAINFAS, 2012), “ignorada”, “marginalizada” (TEIXEIRA, 1991; SOARES, VAINFAS, 2012), “negligenciada”, “rechaçada” (LOUREIRO, 2010), “relegada” (SANCHES, 2010).

Expressões que, além de demonstrarem um momento no qual a História Militar não esteve na “moda” dos debates acadêmicos do ocidente, também evidenciam um “divórcio” (SOARES; VAINFAS, 2012), que especialmente no Brasil, até hoje não foi restabelecido.

Mas se por um lado a historiografia militar brasileira, na qual estão inseridos os debates sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, sofreu de um “esquecimento”, por outro lado existe uma historiografia bastante considerável sobre o assunto, o que torna incorreto enunciar que as histórias das guerras brasileiras e de seus protagonistas não tenham sido contadas. Se de fato houve um desinteresse por assuntos militares na academia, isso não quer dizer que as organizações de historiadores/as ligados/as às sessões históricas das Forças Armadas tenham praticado a mesma ação. Pelo contrário, a produção historiográfica castrense permaneceu intensa, fazendo com que as sessões das Forças Armadas estendessem seu poder sobre o campo histórico, especialmente pelo “controle dos arquivos”¹² (fundamentais para o ofício histórico) e pelo conhecimento técnico, natural da profissão militar. No interregno, os/as historiadores/as militares que dedicavam seus interesses aos assuntos da caserna, além das já mencionadas dificuldades impostas pelas suspeitas com que eram vistos pelos seus colegas de profissão, encontravam, também, a desconfiança dos militares que os viam pejorativamente como “paisanos intrusos”. Veremos que essa realidade vem, gradativamente, se modificando.

Como referido, a historiografia militar brasileira não é exclusivamente produzida em instituições de ensino superior. Para Marcos Sanches (2010), a História Militar foi, academicamente, “relegada a segundo plano, inserida no tempo curto, acontecimental da história política ou pertencente a um nível (superestrutura) subordinado da realidade” (SANCHES, 2010, p. 06). Teria sido, no Brasil, produzida apenas por alguns militares profissionais, “herdeiros da Missão Francesa que valorizava o estudo da história militar como fundamento da elaboração da doutrina” (SANCHES, 2010, p. 06). Da mesma maneira, Amanda Pinheiro Mancuso (2008) identifica uma importância fundamental da História Militar, a qual serve de subsídio para elaboração de doutrinas pelo Exército Brasileiro. Para a autora, um amplo conhecimento da História Militar brasileira possibilita um maior “controle democrático, uma vez que a compreensão militar dos problemas nacionais está diretamente relacionada à sua forma de pensar a própria história e, através

¹² A historiadora Adriana Barreto de Souza (2001) escreveu um artigo sobre a sua experiência de pesquisa em arquivos militares, no início da década de 1990. A autora destaca, dentre muitos aspectos, a condição totalizante das instituições militares, o que se impõe aos pesquisadores “um diálogo cotidiano com códigos e muito particulares, constitutivos da identidade social do militar. Dessa maneira, por mais que o militar no/do arquivo não seja objeto de estudo do pesquisador, entender as especificidades do “mundo militar”, e dialogar com elas, é essencial para pesquisar em um arquivo militar” (SOUZA, 2009, p. 201).

dela, sua inserção na sociedade” (MANCUSO, 2008, p. 02). No Manual de Fundamentos editado pelo Ministério da Defesa em 2014, temos um significado atualizado para o termo Doutrina:

1.3.1 A Doutrina em seu significado mais amplo é o conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentadas principalmente na experiência, destinada a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações, expostos de forma integrada e harmônica.

1.3.2 As doutrinas militares compreendem o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas (FA). Dentro dessa visão, as doutrinas militares englobam a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares (BRASIL, 2014).

Se de fato determinados círculos dão uma aplicabilidade à História, ou seja, se esta disciplina é um elemento valorizado pelo Exército Brasileiro na elaboração das doutrinas de defesa do país, parece-me, então, pertinente, para não dizer essencial, que os/as historiadores/as brasileiros/as se preocupem em intervir academicamente nesse processo de ensino e de escrita. É uma visão que se torna pertinente se colocada ao encontro da proposição feita por Francisco Ferraz (2017) que, com um sentido de melhoria da disciplina, adiciona à noção de História Militar uma “reflexão não só das batalhas, mas de todas as dimensões que podem ser relevantes para a preparação e liderança de homens torna-se essencial, e necessita de uma História Militar cada vez melhor, cada vez mais social” (FERRAZ, 2017, p. 34). O entendimento que Ferraz nos apresenta, permite a constituição de um saber que enxerga além da “doutrina, ciência e arte militar”, proporcionando ferramentas de leitura da própria sociedade brasileira. Ou seja, a História Militar é um saber que “olha a guerra como oficial comandante e como soldado pode ser decisivo para quem lidera um grupo de homens para uma missão de vida e morte” (FERRAZ, 2017, p. 34), mas quando superficialmente estudada, propicia argumento em favor de qualquer teoria ou ideologia. As “funções sociais” da História Militar estão sujeitas a pressões e a interesses para que ela desempenhe uma função didática.

O alerta feito por Marcos Guimarães Sanches é válido, especialmente para atentarmos para a necessidade de “discutir a própria configuração do campo de investigação e construir ferramentas teórico-metodológicas capazes de explorá-lo” (SANCHES, 2010, p. 06). O autor parte da perspectiva desenvolvida por José D’Assunção Barros, sobre a constituição de um campo ou de um domínio de investigação histórica. Sanches compreende que a constituição de um campo de investigação está diretamente

relacionada à maneira de indagar e ao “tipo de questão nos interessa e como se pretende investigá-la”. Assim, levanta a questão: “Será a guerra o objeto da história militar?”. Sanches indaga se os/as historiadores/as não estão atribuindo um caráter universal para o fenômeno da guerra, independente do seu significado nas diferentes sociedades e culturas? Ou seja, Sanches propõe “tratar a guerra como atividade humana e como fenômeno histórico e social” (SANCHES, 2010, p. 07), o que implica “relativizar a exclusiva subordinação da história militar à história política” (SANCHES, 2010, p. 07).

O argumento de Sanches parte das definições de guerra encontradas nos principais dicionários de Língua Portuguesa, o Aurélio e o Houaiss, que definem no verbete guerra como uma luta “armada entre nações ou partidos, não cobrindo, por exemplo, a sua concepção como parte de uma determinada dinâmica social como na clássica interpretação de Florestan Fernandes sobre as sociedades Tupinambás” (SANCHES, 2010, p. 07). Uma concepção que, desde os clássicos historiadores greco-latinos, atribui à guerra um caráter de “motor onipresente da explicação histórica levando John Keegan a afirmar que a história escrita das sociedades é em grande medida uma história de guerras” (SANCHES, 2010, p. 07). Pressuposto que deve ser relativizado, pois a naturalização do conceito retira-lhe a historicidade. Em sua perspectiva, Marcos Sanches trabalha com duas hipóteses. A primeira é de que a guerra não é uma categoria atemporal e universal; e, a segunda hipótese é de que o campo da História Militar não se esgota na guerra. O autor entende que a opção pela problemática da guerra implica não no abandono, como irrelevante, da perspectiva anterior (a história-batalha), mas na sua consideração dentro de um conjunto muito mais amplo de variáveis incidentes sobre os conflitos. Dessa forma, “mais do que a guerra a história militar pode numa perspectiva globalizante se ocupar de inúmeros problemas, caracterizando seu campo pelo conjunto de ações/manifestações do poder militar, o que transcende ações que envolvam operações das forças armadas” (SANCHES, 2010, p. 07). É bastante pertinente o que Marcos Sanches descreve como perspectiva de se ocupar de inúmeros problemas, dentre eles a guerra. Porém, se a caracterização desse campo histórico não se reduz à guerra, ampliando-se às ações/manifestações do poder militar, esse me parece que é um problema que ainda precisa ser mais bem evidenciado.

Como vimos a pouco, a História Militar tem, para as Forças Armadas, funções bastante específicas no que consiste a produção de doutrinas. O caráter funcional diz respeito ao emprego da disciplina histórica como um saber adquirível, que pode “ensinar” com a experiência prática de outros. Samuel Huntington (1996), um cientista político muito

referenciado por generais¹³ do Exército Brasileiro, nos trás o princípio de que a profissão militar é uma vocação que se desenvolve pelo acúmulo de experiências que promoveriam um conjunto de conhecimentos profissionais. A História Militar seria o meio de acumular tais experiências uma vez que a guerra, em sua realidade, não é algo que se possa criar ou simular em sua totalidade para fins de treinamento.

Na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Liddell Hart, “a experiência universal”, e História Militar, como disse Moltke, “é o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz”. Desse modo, a ética militar dá grande valor ao estudo metódico e objetivo da História. Mas a História só tem valor para o militar quando é aproveitada para desenvolver princípios capazes de futura aplicação (HUNTINGTON, 1996, p. 82).

A possibilidade de um/a historiador/a compreender a experiência de guerra está diretamente limitada à condição de não tê-la vivido. Assim, os/as historiadores/as estão restritos à impossibilidade de compreender integralmente a realidade pretérita, vivida por aqueles sujeitos colocados em situações de extrema violência e de morte. E, mesmo que às tenham vivido, sua experiência de guerra será tão diferente quanto à de cada sujeito mobilizado. A completude do passado é impossível aos/às historiadores/as. O historiador César Campiani Maximiano (2004), ao entrevistar os veteranos da FEB que estiveram diretamente envolvidos em combates nas linhas de frente da Itália, relata ter ouvido deles palavras que sintetizam muito bem a ideia: “se eu tentar explicar você não vai conseguir entender” (MAXIMIANO, 2004, p. 27). O autor assume, então, a posição de incompreensibilidade e procura saber exatamente o que seria inteligível aos historiadores/as ou àqueles que não viveram a experiência traumática da guerra. Cabe, portanto, aos/às historiadores/as, a tentativa de reconstruir as facetas daquelas experiências de guerra que os ex-combatentes vivenciaram no dia-a-dia daquela campanha, e não tomá-las meramente como lições.

Pois, o valor da História e, conseqüentemente da História Militar, não está nos fatos que relata e nem mesmo nos princípios que ilustra. O valor da História reside naquilo que ela pode propiciar em termos de uma compreensão atualizada do passado e, conseqüentemente, de um melhor entendimento do presente (WEIGLEY, 1981, pp. 40-41).

¹³ O ex-comandante geral do Exército, General Eduardo Villas Boas, cita o cientista político em postagem no twitter. Disponível em: https://twitter.com/gen_villasboas/status/936296286743138306?lang=pt Acesso em: 03 fev. 2020.

Outro aspecto importante de ser relacionado é a utilidade ou finalidade do conhecimento histórico. Em se tratando da história brasileira na Segunda Guerra Mundial, o predomínio de uma visão institucional que utiliza o conhecimento histórico com instrumento que evoca, “sob a forma de culto aos heróis, feitos guerreiros e tradições militares” (MAXIMIANO, 2004, p. 30). Trata-se de uma visão criadora de mitos e de heróis, “desloca para o segundo plano textos e relatos de ex-combatentes que possam ser prejudiciais à manutenção das versões triunfalistas” (MAXIMIANO, 2004, p. 31). A produção historiográfica “oficial” encontra sua razão de ser justamente nas necessidades de legitimar e de manter as posições de determinados sujeitos ou grupos sociais.

É na conjuntura apresentada que os debates mais profícuos e mais esclarecedores sobre o que foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial sofreram atrasos importantes. No que se refere à historiografia sobre a participação brasileira na guerra, existem algumas obras que balizam a visão geral existente sobre o assunto, especialmente por sua ampla circulação e a sua inquestionada aceitação interna nas Forças Armadas. Destaca-se a obra produzida pelo Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, Comandante-em-Chefe da Força Expedicionária Brasileira na Itália, publicado em 1947, sob o título de “A FEB pelo Seu Comandante”. Trata-se de um relatório produzido a partir de seu diário de campanha e de documentos e relatórios oficiais. A obra aborda a FEB, desde os antecedentes à entrada do Brasil na guerra, a preparação dos elementos constitutivos da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, abordando a campanha e, posteriormente, a sua desmobilização e o retorno da tropa expedicionária da Itália. Não se trata de um livro que analisa os acontecimentos de forma mais crítica, embora teça algumas considerações importantes sobre as dificuldades encontradas pela falta de apoio do próprio Exército, em especial do então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e do Chefe do Estado Maior, Pedro Aurélio de Góes Monteiro. O mote da obra é, portanto, as datas, os locais e os deslocamentos de unidades, o desenvolvimento das batalhas e a situação tática das operações.

Outras obras consideradas ‘fundamentais’ são: “A Verdade Sobre a FEB” (1968), organizada pelo General Floriano de Lima Brayner; e o título “O Brasil na II Grande Guerra”, de Manuel Thomaz Castello Branco (1960). São títulos que contribuíram para consolidar uma visão preponderante sobre a participação do Brasil na guerra e, assim como de “A FEB pelo Seu Comandante”, são ótimos compilados das informações gerais sobre as unidades integrantes da FEB, a trajetória da divisão de infantaria nela inserida e os

principais combates em que os brasileiros se engajaram. Essas obras representam com “galhardia” aquilo que se considera por “versões oficiais”, dentro de uma historiografia “tradicional” sobre a FEB. As obras acima destacadas provocaram uma nítida influência na literatura sobre o Brasil na Guerra e, ao longo dos anos, tiveram uma maior divulgação e, conseqüentemente, mais facilidade de acesso aos leitores interessados. Isso fez com que a historiografia se reproduzisse a partir dessas referências, em especial por tratarem-se de textos “organizados por oficiais superiores alocados a posições de comando na tropa brasileira” (MAXIMIANO, 2004, p. 16). E, como mencionado, são obras que têm, ainda hoje, uma grande influência na construção e na disseminação de uma “memória oficial”¹⁴ da FEB.

Outro fator que contribuiu para o parco conhecimento existente sobre a participação de brasileiros/as na guerra decorre do universo atual de mais de 200 milhões de brasileiros/as, no qual alguns poucos veteranos da FEB que ainda vivem, possuem pouca representatividade para a sociedade brasileira. A distância no tempo é outro fator que coloca a “FEB” como um tema de aficionados ou restritos ao público militar. “A Segunda Guerra Mundial chamou mais a atenção dos brasileiros [do que em relação à Primeira], mas nunca se tornou o ponto de referência histórico como o foi na Europa e nos Estados Unidos” (FERRAZ, 2012, p. 24). Foi um processo quase natural¹⁵ que levou à institucionalização em torno de uma memória da FEB, heroica, glorificadora de suas vitórias (especialmente a de Monte Castelo, Montese e Collecchio-Fornovo). A versão glorificada é muitas vezes difundida nas próprias universidades, que reagem ao quadro se afastando do tema. A reação adversa demonstra “quão bem sucedida é a consolidação da versão institucional” (MAXIMIANO, 2004, p. 17), mas também evidencia a proficuidade de questionamentos possíveis para o tema. É, então, necessário pontuar que a própria vinculação desses estudos sobre militares, sobre os exércitos, ou no caso específico da Força Expedicionária Brasileira, a um “enfoque laudatório e grandiloquente, em conformidade com as versões oficiais e oficiosas” possui a sua historicidade.

O desafio posto aos/às historiadores/as militares de refletir sobre o campo da História Militar encontra alguns caminhos nas provocações feitas por Francisco Ferraz. O autor indica que práticas interdisciplinares adicionam-lhe “objetos que até então eram pouco pensados como relacionados à área em questão” (FERRAZ, 2017, p. 32). Os autores

¹⁴ Além dessa literatura, existem diferentes maneiras pelas quais a memória da FEB foi, e ainda é preservada, tais como as esculturas, conjuntos arquitetônicos, cerimônias comemorativas e agremiações do tipo das associações de ex-combatentes, etc.

¹⁵ Este processo será melhor explorado no decorrer do capítulo.

Stephen Morillo e Michael Pavkovic constroem uma definição ampla e abrangente de História Militar, que não se reduz exclusivamente às guerras, mas que acabam agrupando outras variáveis de estudos históricos em que os militares, de todos os tipos, são o foco ou tema do trabalho. Os autores buscam analisar “a maneira pela qual os conflitos são realmente travados em terra, no mar e no ar”, e ainda as como “instituições militares e suas várias interseções com política, economia, sociedade, natureza e cultura formam o foco ou o tópico do trabalho” (MORILLO; PAVKOVIC, 2013, p. 04).

Uma implicação óbvia de uma definição tão ampla é que muitos trabalhos da história militar também podem ser classificados de várias formas como história política, econômica, institucional, intelectual, social ou cultural. De fato, a melhor história, militar ou não, necessariamente atravessa muitas dessas fronteiras acadêmicas abstratas, a fim de apresentar uma visão tão rica e arredondada quanto possível do passado. Na prática, a história militar se beneficiou de avanços e percepções metodológicas derivadas de outros subcampos da história, bem como de campos acadêmicos separados, mas relacionados, como antropologia, sociologia e crítica literária (MORILLO; PAVKOVIC, 2013, p. 04).

Portanto, a História Militar procura abordar de um lado a relação entre a guerra e as instituições e do outro lado os desdobramentos políticos, a sociedade e a cultura. Nessa perspectiva, pode-se considerar que o trabalho de César Campiani Maximiano (2004) define bem a clivagem operada pelos historiadores/as militares, não só por adotar outros enfoques temáticos, mas também, por aplicar ferramentas teórico-metodológicas atualizadas para produção atinente ao envolvimento brasileiro na guerra. O autor decide em seu trabalho “passar ao largo de questões políticas e diplomáticas, assim como das controvérsias que circundaram os preparativos para a criação e o envio da Força Expedicionária Brasileira ao além mar” (MAXIMIANO, 2004, p. 11). Embora não despreze essas questões, em “Trincheiras da Memória”¹⁶ o autor analisa a FEB como “fator absoluto, tal como o foi para os milhares de convocados em 1944” (MAXIMIANO, 2004, p. 11).

A historiografia “tradicional” sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial colocou as Forças Armadas, em seu sentido mais amplo, como o protagonista das histórias, produzindo, assim uma “memória oficial”. Por outro lado, a experiência da guerra, tal qual ela se descortinou para os soldados comuns e para os oficiais menos

¹⁶ A tese defendida na USP, em 2004, com o título “Trincheiras da Memória: Brasileiros na Campanha da Itália, 1944-1945”; foi publicada, com alterações, em 2010 no título “Barbudos Sujos e Fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial”.

graduados, não foi representado de maneira satisfatória na totalidade dos registros mais conhecidos e/ou difundidos sobre a presença de brasileiros na Itália. Com base nisso, aponta-se para uma “amnésia coletiva”, relativa ao distanciamento temporal daquela realidade concreta do Brasil da década de 1940. Assim, tanto a guerra como as memórias traumáticas dos veteranos brasileiros permaneciam, em grande medida, reclusas ao círculo íntimo de relações das comunidades de veteranos, de seus filhos e de seus netos. Contudo, as memórias e os esquecimentos sobre os episódios daquela época não se devem a um suposto desleixo da produção historiográfica. Como vimos, há uma extensa produção de textos e de obras editadas, relatos, reportagens e documentários. Essa produção deu um enfoque grandiloquente nas figuras dos oficiais que se encontram no topo da hierarquia de comando da FEB, ou mesmo nas relações políticas estabelecidas entre Brasil e Aliados, deixando de lado as histórias de sujeitos “que de fato tomaram parte do limiar, da quintessência da experiência da guerra: o combate em primeira linha” (MAXIMIANO, 2004, p. 12). Em contrapartida, Maximiano propõe metodologicamente aliar a noção de “experiência” à perspectiva de uma “história vista de baixo” para priorizar o viés dos soldados combatentes, representantes dos níveis hierárquicos mais básicos.

O foco do trabalho foi centrado nas experiências dos soldados combatentes. Tal escolha foi baseada na circunstância de serem esses os homens que tem experiências mais diversificadas e maior proximidade com a turbulência de uma guerra. Como “experiências diversificadas”, entenda-se a oportunidade de sentir de forma prática os resultados de seu treinamento, o contato com a população civil, a chance de testemunhar como operam os demais exércitos e, é claro, o ensejo de conhecer em primeira mão o inimigo e as consequências físicas e psicológicas do combate (MAXIMIANO, 2004, p. 23).

Deslocar o eixo de análise para a base da hierarquia militar permite aos/às historiadores/as acessarem, de maneira mais instigante, as vicissitudes da guerra, ou seja, “entrar-se-á de forma repentina no mundo dos quartéis e pistas de treinamento, assim como sucedia aos jovens que abandonavam sua condição de civis” (MAXIMIANO, 2004, p. 11). Mantendo-se o emprego do “jargão militar”, Maximiano considera um caminho importante para revelar a “rusticidade de algumas expressões proferidas nos depoimentos [e] por conter maior verossimilhança com o calão das conversas pessoais entre ex-combatentes” (MAXIMIANO, 2004, p. 12). A abordagem proposta pelo autor destoa metodologicamente da própria produção historiográfica “tradicional” (algumas referidas a pouco), que em grande medida se utilizavam de obras consideradas “clássicas” ou mesmo “consagradas”

para produção de textos. Nesse sentido, Maximiano opera com as “especificidades do evento militar” (FERRAZ, 2017, p. 33), ou seja, aquilo que Ferraz descreve como “um mundo às vezes diferente da sociedade civil, que possui valores diversos e até mesmo uma linguagem própria” (FERRAZ, 2017, p. 33). Tensiona-se, assim, aquele caráter técnico da História Militar, refinando-se o arcabouço de signos e de saberes próprios das casernas.

Todo um “novo” conjunto de fontes passou a interessar aos/às historiadores/as militares brasileiros/as. Com isso, as possibilidades de percepção do que foi aquela Segunda Guerra Mundial para os/as brasileiros/as também se ampliou. A partir daí, tem-se a necessidade de renovar as práticas de pesquisa, incorporando não só novas metodologias, mas fundamentalmente uma profunda renovação teórica. Com base nesse entendimento, Maximiano revisita as maneiras pelas quais a guerra era, e ainda é percebida, corporal e psicologicamente pelos homens e pelas mulheres que estiveram a serviço das armas brasileiras na campanha da Itália. O autor procura enxergar as maneiras pelas quais os “antigos soldados se recordam, relatam e representam sua passagem pelos campos de batalha da Itália, fora do âmbito da memória predominante, entendida aqui como as manifestações oficiais de culto aos feitos de guerra” (MAXIMIANO, 2004, p. 24). Emergem memórias destoantes do denominador comum. O autor questiona-se sobre “quais seriam as possíveis respostas que seriam recebidas em relação a temas e questões que permanecem na surdina, tanto por negligência ou esquecimento deliberado” (MAXIMIANO, 2004, p. 24). Evidencia-se, enfim, algumas distinções importantes que podem influenciar na elaboração tanto das memórias quanto das histórias, ou seja, a “compreensão dos problemas vividos na linha de frente estava sujeita a diferenças de origem, graduação e posição social” (MAXIMIANO, 2004, p. 23).

A condição hierárquica na qual cada soldado, Cabo, Sargento, Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel, Coronel, General-de-Brigada, General-de-Divisão, General-de-Exército, encontrava-se na estrutura da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária acaba sendo determinante na elaboração de suas memórias. Dito de outra maneira, a graduação e o posto na qual cada homem ou mulher, civil (tornado soldado pelo esforço de guerra) ou militar, ocupa numa guerra é determinante para a experiência, bem como na elaboração das memórias sobre o fenômeno vivenciado. Atrelado a isso, condições como “caráter, formação e personalidade também influenciavam na compreensão” (MAXIMIANO, 2004, p. 25) do que foi, ou é, viver os desdobramentos dos fenômenos daquela época.

Assim, os problemas propostos por Francisco Ferraz e por César Campiani Maximiano encontram um termo condicionante que é o acesso aos sujeitos, “os agentes de

memória”, que estiveram na Itália nas condições de praças ou de oficiais inferiores. Temos, hoje, um acesso limitado a esses sujeitos. O fator tempo a principal causa de perda de informações, tendo em vista que, “nos últimos anos, a preocupação com a extinção física levou os ex-combatentes a debaterem o que fazer com os acervos e patrimônios acumulados” (FERRAZ, 2012, p. 09). Tem-se aí outro problema encontrado pelos historiadores/as da FEB, qual seja a dificuldade de acesso aos documentos (fontes) dos fenômenos vividos por aqueles sujeitos, em particular seus arquivos pessoais, pouco encontrados nos principais centros de documentação. Contudo, os centros de preservação e de memória normalmente guardam arquivos ou materiais produzidos por autoridades ou pelos próprios órgãos oficiais, o que contribui para a manutenção de uma “memória uníssona”. Assim, são raros os “registros como diários, cartas e jornais de baixa tiragem, nas coleções de centros de documentação. Sua existência nesses locais deve-se mais ao acaso do que ao esforço exaustivo” (MAXIMIANO, 2004, p. 25). A documentação que os veteranos de guerra brasileiros produziram ao longo de suas vidas, deve ser considerada uma peça importante para a escrita das histórias da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. As próximas seções do capítulo valem-se justamente da documentação pessoal de um veterano de guerra e ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, Solon Rodrigues D’Avila.

2.2 O INÍCIO, O FIM E O MEIO: O ARQUIVO DE SOLON RODRIGUES D’AVILA

A possibilidade de existência dessa pesquisa se deve, em primeiro lugar, ao fato de Solon ter construído um “arquivo pessoal”. Mas o que chamo aqui de arquivo pessoal, possivelmente não tenha recebido a mesma denominação por seu titular. Alguns termos presentes no cotidiano do ofício dos/as historiadores/as, nem sempre são comuns àqueles desinteressados da pesquisa histórica. É possível afirmar, com um determinado grau de certeza, que verbos como guardar, preservar, arquivar, etc, não eram constantes nas relações que Solon mantinha com os “seus papeis”. Ou, mesmo que os tenha empregado, não continham a mesma carga conceitual com a qual operam os/as historiadores/as, arquivistas, museólogos/as e etc. Os termos que elenco aqui como “arquivo pessoal” e “fontes históricas” surge a posteriori, numa conjuntura de pesquisa arquivística, histórica e museológica, subsequente ao ato de doação do “arquivo pessoal” de Solon a uma instituição museal pública.

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no “fazer história” (GOMES, 1998, p. 122).

Os arquivos pessoais de veteranos brasileiros são excelentes recursos para os/as historiadores/as, que se dedicam a contar as vicissitudes de sujeitos que viveram o dia-a-dia de uma frente de combate na Segunda Guerra Mundial. Embora não seja “possível, de forma individualizada, recontar toda a trajetória da FEB através de apenas uma coleção pessoal, porém ela auxilia no entendimento de muitas questões, elucidando dúvidas em pesquisas ou mesmo apontando novos caminhos e perspectivas” (ROCHA, 2016, p. 89). As memórias, agrupadas em objetos e em documentos pessoais, acabam revelando possibilidades de acessar, ainda que de maneira limitada e incompleta, o passado vivido pelos ex-combatentes. São memórias que projetam um passado vivido por eles enquanto “militares de carreira”, ou enquanto “cidadãos-soldados”, de forma individual e coletiva, aparecendo de maneiras tão múltiplas quanto à quantidade de homens e de mulheres que lá estiveram.

Contudo, um aspecto fundamental, que precisa ser considerado ao pensarmos nas possibilidades de trabalho com arquivos pessoais de ex-combatentes como fontes para a pesquisa histórica, é a condição de acesso aos objetos-documento (LE GOFF, 1996). Ou seja, a sua disponibilidade pública, ou da acessibilidade do arquivo para um/a historiador/a. A questão remete ao fato de que, como fonte de pesquisa, os arquivos pessoais precisam passar de um domínio privado a um domínio público. Ou, ainda que permaneça num domínio privado, com a posse de seus titulares ou de seus herdeiros, esse “domínio privado” precisa ser acessado por um agente externo, que são os/as historiadores/as. Nesse sentido, escreve a historiadora Ângela de Castro Gomes, que:

É trivial afirmar, que só é possível o desenvolvimento de pesquisa acadêmica séria e bem fundamentada quando se dispõe de documentação para atestá-la, ou seja, quando os registros produzidos por um indivíduo, grupo ou instituição, além de não serem destruídos pela ação do tempo e do homem, são por eles mantidos, arranjados e colocados ao acesso do público para consulta, visando fins diversos, com destaque, a pesquisa científica (GOMES, 2017, p. 141).

Os debates sobre as relações entre história, memória, identidade e representações sociais moldam as principais problemáticas atuais dos estudos sobre os veteranos de guerra brasileiros. O historiador Francisco Ferraz (2012) indica que os estudos podem ser divididos em dois grupos. O primeiro grupo é apresentado pelo autor como sendo o que concentra o maior volume de pesquisas publicadas, sendo que nelas busca-se compreender os ex-combatentes como sujeitos da memória social da guerra em que tomaram parte. Valorizam-se aspectos que problematizam as maneiras que esses sujeitos recordam dos conflitos e, as inter-relações entre o que a Guerra significou para si e para seus contemporâneos não-combatentes. O segundo grupo indicado pelo autor, compreende os/as veteranos/as como agentes sociais em uma sociedade do pós-guerra. Essas pesquisas teriam o objetivo de elaborar um espécie de “história social dos veteranos de guerra”, com abordagens relacionados à desmobilização, retorno ao lar, reconstrução de seus laços familiares com não-combatentes, trajetórias profissionais, opiniões e ações políticas, etc. Os dois conjuntos apresentados por Ferraz possuem, de fato, mais conexões do que distinções.

A reintegração social do ex-combatente não é um processo que se efetua no vazio cultural e social. O cidadão-soldado recém-convertido em veterano volta para uma sociedade transformada pela guerra. Trata-se de uma sociedade formada por milhões de não-combatentes, que de modo heterogêneo e desarticulado mantiveram certas ideias a respeito da participação de seus jovens no conflito, abandonaram outras e incorporaram ainda novas concepções. É neste terreno que os milhares (e em alguns casos milhões) de jovens voltaram ao convívio social. É neste terreno, também, que se constroem as memórias sociais da guerra (FERRAZ, 2012, p. 33).

Ao abordar a Segunda Guerra Mundial, os historiadores/as militares devem ter em mente que estudam trajetórias de sujeitos que participaram ativamente de um dos eventos mais traumáticos da história. Os impactos das duas Guerras Mundiais são até hoje sentidos, em maior ou menor grau, em todos os países do mundo. Há países em que as memórias de veteranos/as e de ex-combatentes são tratadas com maior relevância, como é o caso das sociedades europeias, asiáticas e estadunidense. Nos países mais afetados pela guerra, o número de veteranos/as extrapola à casa dos milhões. Nesses casos, o impacto dos conflitos ainda é sentido de maneira muito mais latente do que, por exemplo, no Brasil, onde o número de homens e de mulheres que participaram de guerras, e que estão vivos, é consideravelmente menor. Conforme referido a pouco, em países que tiveram em suas histórias uma maior incidência de guerras, as memórias (e as histórias) dos conflitos

aparecem de muitas maneiras no presente cotidiano das sociedades. Contudo, muitas vezes essas memórias tornam-se inacessíveis, especialmente por uma condição própria da memória, que é ser total e intensamente pessoal.

O autor David Lowenthal (1998) trabalha com a noção de passado e as maneiras pela qual este pode ser conhecido e “relembrado”. Em termos gerais, o autor considera que são três as formas de conhecer o passado: através da lembrança ou da memória, da leitura ou da audição de histórias e de crônicas, e vivendo entre relíquias de épocas anteriores. O passado chega a nós por meio de um conteúdo residual de tempos pretéritos, onde o acontecido é parte integral de nossa própria existência. Assim, “somos a qualquer momento a soma de todos os nossos momentos, o produto de todas as nossas experiências” (LOWENTHAL, 1998, p. 64). A condição de lembrar o passado é tanto individual quanto coletiva; contudo, “recordamos apenas nossas próprias experiências em primeira mão, e o passado que relembramos é intrinsecamente o nosso próprio passado” (LOWENTHAL, 1998, p. 78). Para o autor, o ato de lembrar só ocorre na privacidade, sendo que “conhecer a minha memória não é absolutamente o mesmo que possuí-la” (LOWENTHAL, 1998, p. 64). Mas a memória também tem sua condição pública, pois a natureza “intrinsecamente pessoal da memória não apenas a condena à final extinção, mas torna defeituosa sua comunicação do passado” (LOWENTHAL, 1998, p. 80). A memória (e a história) transforma-se em um valor necessário para “ser lembrado”, ou seja, é algo que está diretamente relacionado ao fato de “existir” e de fazer parte de um grupo social.

O processo de desmobilização da FEB converte, voluntária ou involuntariamente, os ex-combatentes em “agentes de memória” (FERRAZ, 2012, p. 36). Essa reclusão de caráter íntimo deixou “subterrânea” (POLLAK, 1989) aquelas memórias da grande massa dos componentes do 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, primeira e única divisão que compôs a FEB. Para Ferraz, o “que vale, o que interessa mesmo, são os significados que um evento histórico pode ter para os que compartilharam sua vivência e para aqueles que lhes são distantes no tempo e no espaço” (FERRAZ, 2012, p. 17). Para o autor, a expansão dos debates teóricos e historiográficos em torno de problemas que relacionam a história e a memória, ampliam as possibilidades de “abordagens concernentes aos ex-combatentes, uma comunidade de memória por excelência” (FERRAZ, 2012, p. 36).

No que consiste a memória de veteranos/as e de ex-combatentes, a intimidade das memórias dos sujeitos também está relacionada às condições traumáticas pelas quais viveram. Em geral as sociedades que enviam seus jovens para matar e para morrer em guerras, não estão preparadas para os seus retornos, sendo que o próprio Estado nem

sempre tem a intenção de promover medidas que facilitem o processo de readaptação social. Por outro lado, as ações promovidas por ex-combatentes, ao longo de todo o período pós-guerra, são uma verdadeira luta contra o esquecimento e contra a invisibilidade. Ocorre que a “guerra não acaba” no armistício, permanecendo viva nos sujeitos que lá estiveram. A guerra, viva em cada sujeito que lá esteve, descortina-se novamente na multiplicidade de possíveis memórias, únicas dentro das tantas realidades experimentadas durante e no pós-guerra. No caso dos brasileiros, o “esquecimento predominou, neste mais de meio século, e não foi apenas aquele relativo às representações históricas, mas o esquecimento concreto, físico, material” (FERRAZ, 2012, p. 38). A realidade do pós-guerra foi ingrata para muitos/as veteranos/as da FEB. O próprio Coronel Solon Rodrigues D’Avila acusou esse movimento que “invisibilizou” a FEB. O ex-combatente do Esquadrão de Reconhecimento revelou, em um depoimento ao Projeto História Oral do Exército, que para a sua “vida pessoal a guerra não teve consequências. A única coisa que eu ganhei por ter sido da FEB, foi estendida para todos do Exército. Não consegui vantagem nenhuma. Aliás, não fui para a guerra para obter vantagens” (D’AVILA, 2001, p. 35).

A autora Patrícia da Silva Ribeiro (2013) trabalha com a realidade dos/as veteranos/as da FEB que teriam sido lançados, “repentinamente, do heroísmo à invisibilidade” (RIBEIRO, 2013, p. 111). É consenso, entre os autores que estudam as memórias e as histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que a condução das negociações que resultaram na dissolução da FEB foi um elemento chave no processo que resultou na “invisibilidade” dos/as veteranos/as e dos ex-combatentes.

A determinação do General Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra, e do General Góis Monteiro, à época chefe do Estado-Maior do Exército, em retirar a 1ª DIE, que ainda estava na Itália, do comando de Mascarenhas de Moraes e subordiná-la ao Comando da 1ª Região Militar foi feita às pressas. A urgência da cúpula militar brasileira de dissolver e de desmobilizar a FEB é interpretada de muitas maneiras, justamente porque gerou muitos problemas e muitas contradições. Dentre elas, está o fato de que o Brasil enviou tropas para combater as ditaduras nazifascistas enquanto vivia, internamente, a ditadura do Estado Novo. Esse teria sido um dos principais motivos para a rápida dissolução da FEB.

Com o fim da guerra a tropa brasileira era prestigiada pelo seu desempenho operacional bem sucedido, tendo o governo de Getúlio Vargas sido “sondado pelos EUA sobre a possibilidade de manter a FEB na Áustria como tropa de ocupação. Tal oferta não chegou a ser considerada” (OLIVEIRA, 2015a, p. 260). A recusa de permanecer na Europa,

como Tropa de Ocupação, poderia ser explicada pela necessidade de aproveitar a experiência adquirida pelas tropas expedicionárias para “atuarem como instrutores e professores dos integrantes das demais unidades militares do Brasil. A experiência e o conhecimento que acumularam na luta seriam indispensáveis ao pretendido esforço de modernização do Exército Brasileiro” (OLIVEIRA, 2015a, p. 260). No entanto, os conhecimentos acumulados no conflito não foram aproveitados e os soldados, em “sua quase totalidade imediatamente dispensados pelo Exército, sem sequer terem passado por exames médicos e psiquiátricos” (OLIVEIRA, 2015a, p. 261).

Pairava um temor, dentro do governo do Estado Novo, que o retorno triunfante das tropas expedicionárias, por ser composta em grande parte por soldados-cidadãos, que em muitos casos teriam se voluntariado, torna-se um símbolo de reivindicações democráticas. Para o historiador Dennison de Oliveira, os motivos para a rápida desmobilização foram “de ordem puramente política. Dutra era candidato à sucessão de Vargas, e receava que os veteranos de guerra da FEB fossem cooptados pelos seus adversários políticos nas eleições presidenciais que se aproximavam” (OLIVEIRA, 2015a, p. 260). De fato a FEB até hoje gera controversas políticas, sendo que apenas na Constituição de 1988, se estabeleceu uma pensão para os/as veteranos/as.

A precipitação em desmobilizar a FEB, para além da tentativa de agilizar questões de ordem burocrática, pode indicar uma estratégia de “apagar” sua memória, tornando-a “invisível” historicamente. O reduzido espaço destinado à FEB nos livros didáticos de História do Brasil evidencia, em parte, a eficácia dessa medida. Na maioria das vezes, a menção à memória da FEB limita-se às questões relacionadas à política externa e à derrubada da ditadura varguista não se detendo mais detalhadamente nas ações dos combatentes. A escassa produção acadêmica sobre a memória da FEB – que, é bem verdade, tem crescido na última década – vem reforçar essa constatação. Não se pode deixar de considerar também que, se comparado aos impactos provocados pela Segunda Guerra Mundial na sociedade europeia e norte-americana, a repercussão do conflito entre a sociedade brasileira foi mais limitada, contribuindo, assim, para diluir a presença da FEB na historiografia brasileira (RIBEIRO, 2013, p. 111).

Embora não tenha sido propriamente o caso de Solon, que teve em sua vida uma condição financeira bastante confortável, o desamparo estatal trouxe dificuldades de todas as ordens para muitos dos recém-transformados em ex-combatentes. Além de amparo jurídico e de condições para aplacar as distintas dificuldades médicas e os traumas psiquiátricos decorrentes da guerra. As dificuldades dos veteranos, principalmente daqueles que ocuparam os postos hierárquicos mais baixos, se tornaram, por décadas, um problema

de primeira ordem das associações de veteranos. A luta pelo amparo aos mais necessitados só seria parcialmente resolvida na década de 1990, após a Constituição de 1988. Era uma batalha que tardiamente fora “vencida, [possibilitando que] as atenções dos dirigentes [voltassem] a ser direcionadas para a preservação dos acervos materiais e dos museus instalados nas sedes das seções” (FERRAZ, 2012, p. 329). No entanto, o descaso estatal e a “invisibilização” social gerou, em maior ou em menor grau, profundos ressentimentos em muitos veteranos. Esse “não era certamente o reconhecimento esperado por quem arriscou a própria vida em nome da pátria” (RIBEIRO, 2013, p. 117). São muitos os casos de ex-combatentes que sequer receberam às devidas condecorações por atos de heroísmos.

Essas experiências, claramente vividas como uma forma de rebaixamento, deixaram, entre os veteranos profundos ressentimentos, que originaram uma memória traumática, marcada, como era de se esperar, pelas lembranças da guerra, mas também, e em grande parte, pelas adversidades enfrentadas no pós-guerra, na medida em que, se as primeiras eram uma dor previsível, as segundas eram uma surpresa intolerável, pois injusta. Desta maneira, tanto para aqueles que voltaram com sequelas físicas e mentais dos campos de batalhas, como para os que tiveram a dádiva de retornar com o corpo e a mente sã, os desafios impostos pela readaptação não foram nada fáceis. O atendimento médico precário e os entraves de uma legislação morosa e insuficiente eram questões que afetavam a todos os ex-combatentes indiscriminadamente mas, em especial, agravavam a situação dos praças civis que, afastados de suas ocupações no Exército, lutavam também para conseguir emprego e tentar reorganizar suas vidas, sem qualquer tipo de auxílio oficial (RIBEIRO, 2013, p. 117).

A dissolução da FEB aconteceu antes mesmo de seu retorno ao país. Após o desembarque das tropas expedicionárias no Brasil, festas entusiasmadas e desfiles apoteóticos. Mas a desmobilização dos ex-combatentes foi rápida, fato considerado como uma maneira do regime estado-novista evitar a arregimentação política dos ex-combatentes por partidos e movimentos contrários ao governo. Muitos/as veteranos/as passariam por inúmeros constrangimentos que se iniciavam com a proibição do uso do uniforme da FEB e no descaso da entrega das medalhas e condecorações. Mesmo os/as veteranos/as que permaneceram no Exército, como é o caso de Solon, o aproveitamento da experiência de combate jamais foi retomado. Para Dennison de Oliveira, esse foi um processo humilhante e suas consequências foram rapidamente sentidas pelos/as veteranos/as. Muitos retornaram com traumas, ferimentos e doenças. Outros tantos ficaram desempregados, sendo que “as habilidades militares não tinham qualquer valor no mundo civil” (OLIVEIRA, 2015a, p. 261). No caso dos militares de carreira, como Solon, muitos foram deslocados para guarnições distantes uns dos outros, sendo “silenciados no que diz respeito à divulgação de

sua experiência na guerra. A todos foi ordenado que dispensassem o uniforme e distintivos da FEB em uma semana” (OLIVEIRA, 2015a, p. 261). Além das medidas humilhantes, que ofuscavam a vitória da FEB no combate contra regimes nazifascistas, muitos dos que permaneceram no Exército sofriam com “ciúme, boicote, perseguição e inveja da parte de colegas que ficaram no Brasil durante a guerra e temia agora ser ultrapassados nas promoções” (OLIVEIRA, 2015, p. 262). No depoimento concedido pela senhora Eliane D’Avila, filha do falecido Coronel Solon, o processo de invisibilização da FEB aparece associado ao sentimento de mágoa.

Ele ficou magoado com isso. Com o Exército. Talvez depois ele tenha entendido o motivo, mas ele tinha mágoa [...]. Mas ele só falou dessa mágoa depois, em casa e mais idoso, ele não falava disso antes. Talvez até ele tenha falado por que estava preparando esse trabalho: “– porque não fizeram isso comigo logo que eu cheguei, deveria tanto contar. Agora que estou velho a memória não é a mesma!”. Foi daí que ele comentou de ter mágoa. Eu nem sabia que ele tinha mágoa sobre isso. Foi por causa desse Projeto aí que ele preparou (D’AVILA, 2017).

No caso aqui contemplado, Solon teria nutrido um sentimento de mágoa com a política adotada pelo Exército em relação aos soldados da FEB e do não aproveitamento das experiências dos ex-combatentes. Nas palavras da senhora Eliane D’Avila, o Exército “não souberam pegar o que eles experienciaram lá, fresquinho da guerra. Por que não perguntaram pra ele, não falavam sobre isso? Era tudo apagado, ninguém perguntava, como se não tivesse acontecido” (D’AVILA, 2017). A experiência de guerra dos ex-combatentes foi, literalmente, invisibilizada.

Outro episódio que contribuiu com o sentimento de mágoa nutrido por Solon é o caso do Sargento “Bigode”, acontecido na Itália, no contexto da Ofensiva da Primavera¹⁷, entre os dias 22 e 23 de Abril de 1945. Em seu diário, Solon descreveu esses dias como “uma verdadeira disparada no encalço dos alemães que está em pronta retirada”. Ocorre

¹⁷ O contexto da guerra na Europa, no início da primavera de 1945, apresentava os exércitos aliados envolvendo o “Reich de Hitler num quebra-nozes gigantesco. Foi então que se começou a ouvir falar no Reduto Sul” (CLARK, 1970, p. 443). A missão dos exércitos aliados na Itália era destruir as forças do Eixo no vale do rio Pó antes que conseguissem escapar para as cordilheiras alpinas. A retirada das divisões nazifascistas para uma nova posição defensiva poderia prolongar a guerra. As tentativas dos exércitos aliados de romper a Linha Gótica, posição defensiva estabelecida pelas forças nazifascistas na Cordilheira dos Apeninos, com os objetivos de conquistar o acesso ao Vale do rio Pó, no norte Italiano, antes do inverno falharam. Após um árduo inverno, o IV Corpo do V Exército, ao qual a FEB estava subordinada, preparava-se para o início da ofensiva. A missão da 1ª DIE era, dentre outras, tomar a cidade de Montese. Naquela região, era a última posição defensável do Eixo e sua conquista era “um objetivo de manifesta importância e significação especial na manobra ofensiva do IV Corpo” (MORAES, 1947, p. 181). A conquista da vila cobrou um tributo pesado, com mais de quatrocentas baixas (entre mortos e feridos) brasileiras nos quatro dias de combates pela cidade. A artilharia alemã despejou sobre Montese “mais tiros que o restante da frente do IV Corpo, guarnecida então por quatro Divisões” (MORAES, 1947, p. 181).

que, após a conquista em Montese, no dia 19 de abril, o Esquadrão de Reconhecimento recebera missões de busca e reconhecimento.

19 de abril

Os alemães retiraram-se e o Esq. foi lançado para retomar o contato. Os pels. foram lançados e cumpriram a missão. Luis¹⁸ foi ferido. Passei a noite em “Salto”. ~~E aqui me encontro ainda.~~ As ligações estão sendo feitas pelo rádio. Tivolucci¹⁹ está em Montese.

No dia 20 de abril, o Esquadrão recebe a ordem de busca de informações número 27 (G2), que descrevia a situação de retirada dos alemães para a região ao norte da vila de Zocca, ocupando, com suas retaguardas: M. Carpignano (6034) – M. Albano (585331). Abaixo, um trecho da “Ordem de busca de informações nº 27”, reproduzido do Relatório do Capitão Comandante do Esquadrão de Reconhecimento, Plínio Pitaluga:

I. [...]

II. Missão do Esquadrão: Logo após a substituição pela Infantaria, era de reconstituir na região de Montese, com a missão: Lançar-se no eixo Vila Missano – Rosola – Zocca, bifurcação de estradas 565350 e aí ficar em condições de:

- a. Vigiar o movimento inimigo ao longo da estrada imediatamente a O de Panaro.
- b. Reconhecer as passagens do Panaro entre as horizontais 33 e 37, particularmente na região de Samone (543345) que deverá ser ocupada;
- c. Levar os reconhecimentos até M. de Vallechie (565385) e ligar na transversal de Samone (570355) à Cia. de Tanque 894 T. D. que em missão análoga opera no eixo: Zocca – Monte Orsello (585405).
- d. Manter as regiões de 476 e Samone.
- e. Conduta: Em presença de fracos elementos agir agressivamente.
- f. Zona de ação: W – Panaro; L – Estrada Zocca – Monte Orsello.
- g. Ritmo de informações: Mesmo negativa, a partir de Zocca.
- h. Ligação e transmissões: Pelo rádio, em posto a posto, com a 2ª Secção. Em cumprimento a ordem verbal do G2, dada no Q.G da 1ª D.I.E, o Esquadrão deslocou-se, às 8 horas do dia 21, tendo como ponto de primeiro destino a localidade de Castel D'aiano de onde deveria prosseguir a missão mediante acionamento do G2 – Somente às 10 horas, o Esquadrão começou o movimento em direção a Rosola e Zocca, distante de Castel D'aiano, cerca de 15 quilômetros, estando a estrada seriamente destruída e com as variante ainda em construção pelos reparadores. O 2º Pelotão alcançou Cá de Lucca e Gainasso (560355) às 15 horas, depois de marca difícil, pelas condições do terreno. Nessa região foi estabelecido a ligação com elementos do 1º R.I e com 1 Pelotão de Reconhecimento Blindado (Americano) – O 2º Pelotão foi lançado para M. Vallechie, enquanto o grosso do Esquadrão atingia Cá de Lucca – Pequena resistência se apresentou a W de Gainazzo e o 2º Pelotão e 3º Pelotão atingiram o corte de Vallechie, atingindo fim de missão e detidos por

¹⁸ Possivelmente o então 1º Tenente Luiz Tereza de Freitas

¹⁹ Então 1º Tenente Theodolpho Benso Tivolucci

grande destruição da ponte. – // – As 16 horas, pelo rádio, o Esquadrão recebe ordem para continuar a retomada de contato em direção a Granela, face a Marano do Panaro, com a missão de:

- i. Reconhecer as margens do Panaro.
- ii. Lançar patrulhas ao N de Marano.
- iii. Atravessar o Panaro mediante ordens da 1ª D.I.E.

[...] (PITALUGA, 1946)

A situação apresentava-se de forma muito perigosa, num cenário de campos minados, de destruições e bloqueios das estradas, túneis e pontes destruídas pela ação alemã. No dia 20 de abril, Solon escrevia em seu diário sobre a situação daqueles dias: *“Amanheci o dia longo da estrada dormindo ao lado do meu M8. Os Pels. estão todos separados em diversas direções. Salto, bem como Montese, estão completamente obstruídos. É grande o número de cavalos mortos que se encontra pelas estradas”*. Embora a Sessão de Engenharia se empenhasse em reparar a condição de tráfego das vias, o ritmo do serviço não poderia acompanhar a velocidade da “disparada no encalço dos alemães”. Nos trechos de Cá de Lucca a Vallechie, o serviço teve a valiosa contribuição de civis, “empregados na construção de uma variante e os 2º e 3º Pelotões, em viaturas de ¼ tonelada, iniciaram as 21 horas a passagem de Vallechie, tendo atingido Pieve de Trebbio às 22,30 horas, através do terreno variado” (PITALUGA, 1946). Os bloqueios, a destruição das vias, pontes e túneis forçou alguns Pelotões do Esquadrão a utilizarem os “Jeeps” para realizar os reconhecimentos.

Os carros de reconhecimento M8 foram deixados em M. Vallechie sob a defesa do 1º Pelotão, e os 2º e 3º Pelotões prosseguiram a retomada de contato pelo eixo: “Pieve de Trebbio – Rochetta – Pietrarossa – Spinella – Cranela”.

O deslocamento foi realizado orientado por um guia italiano e as informações foram colhidas em Rochetta e Pietrarossa, às 24 horas que uma coluna alemã (cerca de 150 homens – com viaturas hipomóveis) atravessara o Panaro. Ao atingir a região de Spinella, civis informaram que Marano achava-se ocupada e o 2º Pelotão entrou em posição guardando o vau de Marano e o 3º Pelotão em Spinella. Às 5 horas de 22, o inimigo se apresentou para transportar canhões que ainda permaneceram à margem direita do Panaro e foi surpreendido pela ação dos Pelotões.

Com o clarear do dia os alemães que ocupavam as alturas à W de Panaro, desencadearam forte bombardeio de morteiro e tiro de a.a.²⁰. Os 2º e 3º Pelotões para melhor abrigo mudaram de posição, ocupando as alturas da margem direita do Panaro (PITALUGA, 1946).

²⁰ Armas Automáticas.

Sem a proteção dos veículos blindados “M8 Greyhound”, impedidos de trafegarem, os “Jeeps” eram uma solução imediata. Por serem viaturas menores e mais leves que os “M8”, possuíam uma maior manobrabilidade naqueles terrenos. Embora pudessem transpor obstáculos com maior facilidade que os pesados M8, os “Jeeps” não dispunham de nenhuma blindagem, deixando os soldados do Esquadrão, literalmente, sem nenhuma proteção e, portanto, mais suscetíveis a baixas.

23 de abril

De 21 pra cá, tem sido uma verdadeira disparada no encalço dos alemães que está em pronta retirada.

Pouco se tem dormido e a cozinha não consegue nos alcançar. São 16.30 e estou com o café da manhã. Tivemos ontem um sargento morto (038) e quatro feridos. Fizemos 35 prisioneiros. Recebi ontem as primeiras flores da população, que está radiante. Esq. está em “Marano” e estou em Giuglia em ligação com o G2, aguardando as ordens para o Esq. (pelo rádio).

Tavolucci foi ferido ontem, acidental com carabina. Estou como Sub Cmt, etc...

No desenrolar dos acontecimentos do dia 22 para o dia 23, o Esquadrão sofreria nove baixas, contabilizando oito feridos e uma morte, a do soldado Bernardino da Silva. O episódio da morte de Bernardino, além de ser uma das quatro²¹ mortes de membros do Esquadrão, é marcado, também, por um ato heroico do Sargento “Bigode”. Tanto o depoimento de Solon como o relato da senhora Eliane D’Avila, registram que o soldado Bernardino, que estava num *Jeep*, teria sido atingido próximo à localidade de *Granali*, no Vale do Rio Panaro, onde o corpo de Bernardino teria ficado se não fosse por seu camarada, o Sargento Bigode, lá regressar.

Lembram caso que eu contei do soldado que levou um tiro, caiu no rio e o Esquadrão não parou, prosseguiu no seu deslocamento? No dia seguinte pela manhã coloquei o Esquadrão em forma e um soldado apresentou-se sem coturno. O Capitão Pitaluga estourou, repreendeu-o e ele retrucou. O Pitaluga falou pra mim:

²¹ Atualmente são conhecidos apenas quatro mortos do Esquadrão de Reconhecimento. São eles: Segundo-Sargento Pedro Krinsk, vitimado em combate no dia 24 de setembro de 1944, na região de Camaiore; Cabo Benedito Alves, morto por um acidente com arma de fogo em 17 de novembro de 1944; Segundo-Tenente R/2 Amaro Felicíssimo da Silveira, alvejado por alemães durante um reconhecimento na região de Montilocco (aproximadamente 2Km de Gaggio Montano) em 20 de novembro de 1944; e o Soldado Bernardino da Silva, morto durante um reconhecimento nas proximidades da localidade de Granali, no Vale do Rio Panaro, entre os dias 22 e 23 de abril de 1945. Contudo, o número de fatalidades de elementos do Esquadrão de Reconhecimento certamente aumentará se levarmos em conta as mortes de soldados evacuados para os hospitais de campanha, e que possivelmente morreram em decorrência da gravidade dos ferimentos, mas que não foram contabilizados como mortes diretas no front.

- Solon, vamos abrir um inquérito disciplinar e indiciar esse sujeito. Ele está se insubordinando.

O apelido do pracinha era Bigode, me lembro até hoje dele. Levei-o para um canto e perguntei:

- O que está havendo contigo, Bigode? Onde estão os teus coturnos?

- Eu os perdi no rio – respondeu.

- Perdeu no rio?

- Perdi quando voltei para buscar o colega que caiu do jipe, ferido pelos tiros dos alemães.

- Você foi lá, à noite, sozinho? Encontrou o seu companheiro? Onde ele está?

O corpo do soldado, envolto em uma coberta, estava no jipe usado pelo Bigode para resgatá-lo. Ele foi sozinho buscar o cadáver do companheiro. E trouxe. Merecia ter recebido a Cruz de Combate de Primeira Classe. Relatei para o Pitaluga o que havia ocorrido, mas o fato acabou sendo esquecido. Naquela ocasião estávamos nos atropelos da corrida para o Vale do Pó (D'AVILA, 2001, p. 38).

Esse episódio teria marcado Solon, que lembrava apenas do apelido do “pracinha Bigode” e de seu ato de heroísmo. Em meio à emoção que essas lembranças lhe despertaram, ele questionava-se para a filha, *“porque eu não fiz mais por esse sargento, porque eu não dei uma medalha de heroísmo”* (D'AVILA, 2017). O Sargento “Bigode” teria saído sozinho para encontrar o corpo do companheiro. À noite e sozinho, numa área com ações dos inimigos alemães, encontrou o companheiro morto e resgatou seu corpo. Nas dificuldades da noite, perdeu os coturnos. A ação do Sargento “Bigode”, que merecia condecorações²² por ato de bravura e sacrifício, porém também acabou “esquecida”.

²² O DECRETO-LEI Nº 6.795, DE 17 DE AGOSTO DE 1944, criou as condecorações, denominadas “Medalha de Guerra”, “Medalha de Campanha” e “Cruz de Combate de 1ª e 2ª classe”. A “Medalha de Guerra” era uma condecoração destinada aos “oficiais da ativa, da reserva e reformados, e civis que tenham prestado serviços relevantes, de qualquer natureza, referentes ao esforço de guerra, preparo de tropa ou desempenho de missões especiais confiadas pelo governo dentro ou fora do país”. A “Medalha de Campanha” era conferida “aos militares da ativa, da reserva e assemelhados que participarem de operações de guerra, sem nota desabonadora”. A terceira condecoração criada no decreto foi a “Cruz de Combate”. Era destinada aos militares que se distinguem em ação, sendo: “a) A de 1ª classe - para todos os que praticarem atos de bravura ou revelarem espírito de sacrifício no desempenho de missões em combate. Essa medalha poderá ser conferida a unidades que se destacarem na luta; b) A de 2ª classe - aos participantes de feitos excepcionais praticados em conjunto por vários militares”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6795-17-agosto-1944-382902-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 02 fev. 2020.

Figura 1- Cruz de Combate 2ª Classe e Diploma²³ da condecoração



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

A senhora Eliane D’Avila conta que ela mesma jamais se esquecerá da história do Sargento Bigode, contada pelo pai. Quando Solon revelou o episódio para ela já velhinho, em sua casa, com 90 anos, teria se emocionado muito. Ele *“me contou um caso da guerra e chorou. Chorava como criança. Eu achei incrível aquilo! – Como é que o senhor nunca me falou disso antes?”*. Eliane comenta, dando ênfase nas palavras, que casos em que Solon se emocionava eram raros, *“mas ele se emocionou muito com o que esse sargento fez. Especialmente por não ter dito nada na hora que ele foi castigado, pois não estava usando coturnos. Se arrependia de não ter falado nada, simplesmente se retirado”* (D’AVILA, 2017).

*Eu disse pro papai: – Vamos encontrar ele, vamos atrás dele!
Era o Bigode. Chamavam ele assim, e era carioca.
– Mas como é que eu vou encontrar o Bigode?
Então ele tinha mágoa de não ter feito, nem que seja uma medalha para a família dele. Ele mereceu por heroísmo* (D’AVILA, 2017).

O depoimento de Solon, colhido pelo projeto “História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial” (2001), é um momento de grande expressão na reconstrução memorial dele sobre a guerra. Conforme o relato de sua filha, o então octogenário Coronel Solon acolhe a participação no projeto com um sentimento contraditório. Ao mesmo tempo em que se dedica com entusiasmo, não teria deixado de demonstrar uma mágoa pelo “esquecimento” de mais de 50 anos. É possível percebermos esse sentimento de mágoa no texto final da entrevista publicada pelo Projeto de História Oral do EB, para o qual Solon claramente “estudou” em seu arquivo pessoal. É perceptível a retomada do seu “velho”

²³ A concessão da “Cruz de Combate 2ª Classe” de Solon só foi realizada em 20 de fevereiro de 1947, mais de dois anos após o término da guerra.

diário para avivar as suas lembranças, tendo inclusive feito marcações, a lápis (o diário foi escrito à caneta), nas bordas de algumas páginas. Algumas marcações também foram feitas nas Folhas de Assentamentos dele, nos períodos abrangidos na entrevista, o que será mais bem explicado na próxima sessão.

Levando em conta a forma com que a entrevista foi estruturada (a partir de uma preparação prévia) e esse uso consciente das suas “anotações”, tem-se aquilo que será entendido como um “segundo tempo” de suas memórias de guerra, resultado do processo de recordação dirigida, não espontânea, tanto pela ordem estabelecida na metodologia do projeto quanto pela sua possibilidade de consulta em seu diário de guerra (BETT, 2017, p. 10).

Aproximadamente 56 anos após o seu embarque no 2º Escalão da FEB (e, portanto, o do início da redação do diário), Solon retoma seu “velho” diário, dando-lhe “nova materialidade às suas memórias de guerra” (BETT, 2017, p. 02). Mas, como bem explica o autor David Lowenthal (1998), as memórias se relacionam com as dimensões do pretérito, promovendo um intercâmbio entre o esquecimento e a preservação integral do passado. No nível de sujeitos, enquanto seres individualizados, a memória tem a capacidade de selecionar, organizar e sistematizar lembranças daquilo que já foi vivenciado. Contudo, Lowenthal (1998) alerta para o fato de que cada um constrói a sua memória com a influência mútua dos demais, ou seja, ligada às lembranças das experiências e às ligações afetivas de pertencimento a uma determinada coletividade. Assim, essas relações “enquadram” as memórias, isto é, produzem uma memória social, como diz Michael Pollak (1989). Mas, ao mesmo tempo em que a memória é produzida, ela também opera uma revisão das próprias lembranças, transformando “o passado experimentado no que mais tarde pensamos que devia ter sido, eliminando as imagens não desejadas e adequando as prediletas” (LOWENTHAL, 1998, p. 301).

Eu anotei no meu resumo algo a respeito: “Somente agora, depois que já estamos velhos e com o efetivo muito reduzido, é que passamos a ser heróis”. Antes nunca falaram em heróis da FEB. De uns tempos para cá é que estamos nos transformando em história e passamos a ser considerados heróis. Não era assim. Quando eu cheguei da Itália não era herói coisa nenhuma. Me transferiram para um Regimento de Porto Alegre e lá nunca se falou que eu tinha participado da guerra. Nunca me chamaram para fazer uma palestra, nunca me estimularam: “Você deve fazer cursos, você tem experiência de guerra” (D’AVILA, 2001, p. 36).

No caso de veteranos da FEB, é natural que o próprio processo de esquecimento e de posterior lembrança tenha produzido, também, mágoas e ressentimentos. Dessa maneira, como a “memória, história e fragmentos revivem continuamente nossa consciência do passado. Mas como podemos estar seguros de que refletem o que aconteceu?” (LOWENTHAL, 1998, p. 67). A questão levantada por Lowenthal nos leva a refletir sobre o conteúdo e a materialidade do acervo pessoal do Coronel Solon – e, em especial, o objeto-diário.

O conjunto documental foi, verdadeiramente, um guia para o seu depoimento ao Projeto de História Oral, porém, o “resumo” de suas memórias, ou melhor, o processo de reelaboração de suas experiências de guerra parece ter gerado novos documentos²⁴, em que Solon “anota” suas lembranças. Esse “resumo”, ancorado no acervo pessoal, parece ter recebido outros estímulos. Em fevereiro de 1998, o General Plínio Pitaluga, escreve uma carta para quem acreditava já ser General Solon, seu antigo comandado no 1º Esquadrão de Reconhecimento. A carta reflete bem esse momento de produção compartilhada de memórias:

O tempo e outros fatores naturais da vida, vão nos afastando e somente, os encontros raros, permitem uma recordação, embora ligeira, dos nossos dias de integrantes do 1º ESQUADRÃO da nossa Cavalaria na ITÁLIA (1944-1945).

Estou revendo as minhas memórias, anotações, livros, publicações para dar a minha impressão sobre a atuação nossa, na Campanha da FEB.

[...] Gostaria de receber uma cópia de seu pronunciamento, claro, sincero, de modo que posso, além dos relatórios que você me deu em 1945, contemplar as impressões com 50 anos de meditação, o que naturalmente, pode sofrer modificações, alterações, de várias naturezas.²⁵

A carta do General Plínio Pitaluga era um pedido para que Solon recebesse o jornalista Ricardo Bonalume Neto, que a época escrevia para o jornal Folha de São Paulo e, anteriormente, já havia publicado um livro sobre a participação de brasileiros na Segunda Guerra Mundial. No entanto, não foi possível saber se Ricardo Bonalume entrevistou-se com Solon. A senhora Eliane não se recorda do fato, pois não residia mais no Brasil. No entanto, indica que o período correspondente à década de 1990 é marcado pela participação do pai em muitos eventos de homenagem e de celebrações da memória da FEB. De fato,

²⁴ Em outubro de 2019 a senhora Eliane D’Avila relatou, em conversa informal, que havia encontrado outros documentos que pertenciam ao Coronel Solon. Na oportunidade ela demonstrou interesse de doar a nova documentação ao MMCMS, porém, devido a viagens para o exterior, a ação ainda não se concretizou (tanto a senhora Elisabeth quanto a senhora Eliane D’Avila residem em Boston, nos Estados Unidos).

²⁵ Trecho da carta enviada por Plínio Pitaluga a Solon Rdrigues D’Avila, em 05 de fevereiro de 1998.

nessa década, há um movimento bastante importante em relação à preservação da memória dos veteranos, tendo na atuação do General Plínio Pitaluga um personagem de destaque. De acordo com Francisco Ferraz (2012) o General Pitaluga foi um entusiasta da memória da FEB, e considera que:

Na década de 90, depois que a luta por amparo foi sendo dura e tardiamente vencida, as atenções dos dirigentes voltaram a ser direcionadas para a preservação dos acervos materiais e dos museus instalados nas sedes das seções. Este era, segundo o presidente do Conselho Nacional da AECB, general Plínio Pitaluga, o maior desafio para os últimos combatentes vivos. Pitaluga via a entidade que dirigiu a até a sua morte, em 2002, extinguir-se lentamente, com o falecimento dos membros. Para ele, uma vez que os poucos ex-combatentes ainda vivos já dispõem de uma pensão, a maior preocupação, para o futuro próximo, é preservar a memória da participação brasileira na guerra do esquecimento, que a morte dos últimos veteranos e a dispersão do patrimônio documental poderão acelerar drasticamente (FERRAZ, 2012, p. 329).

A senhora Eliane D'Avila comenta que o pai teria acatado com entusiasmo ao projeto de narrar os episódios que viveu com a FEB, tendo se dedicado muito a escrever sobre a guerra. O depoimento dado ao Projeto de História Oral, Brasil na Segunda Guerra parece, por fim, ter sido um momento em que Solon pode expor sua insatisfação com o esquecimento de sua experiência de combate, e a de tantos outros, posta sob um verdadeiro “manto de silêncio” durante muitas décadas. Ao falar das consequências da guerra, o então octogenário Coronel entendia que:

Para o Exército foi motivo de orgulho e prestígio ter participado da guerra e contribuído para a derrota do nazi-fascismo. Julgo que para as Forças Armadas Brasileiras isto foi algo muito positivo. Eu assinalei nas minhas anotações: “É pena que o Exército não tenha sabido aproveitar as experiências adquiridas, principalmente pelos militares de carreira, na guerra”. Houve, logo que a FEB voltou, uma espécie de manto de silêncio sobre ela. Ninguém falava em FEB. Ela foi desmobilizada ainda na Itália. Por quê? Não sei. Até hoje eu não sei a razão dessa pressa. Em vez de aguardarem o regresso dos soldados e estudarem caso a caso os seus problemas, para depois liberá-los, desmobilizaram-nos ainda na Itália. A impressão que se tinha é de que estavam com medo da FEB. Por que desmobilizá-la na Itália? Isso foi uma decisão e um fato que até hoje não entendi bem (D'AVILA, 2001, p. 35).

Por mais que pudesse relembrar de suas experiências e que seu acervo pessoal permita revisitar alguns aspectos importantes de seu passado e das suas memórias, ele mesmo acusa que essas lembranças não teriam mesma relevância prática para o Exército, ou para a sua carreira. Em tom de queixa, relata que nunca “me chamaram para fazer uma

palestra, nunca me estimularam: Você deve fazer cursos, você tem experiência de guerra” (D’AVILA, 2001, p. 36).

Eu nunca fui convidado para falar sobre a guerra. Agora não falo mais, já estou com a cabeça meio fraca. Eu fui Instrutor-Chefe do Curso de Cavalaria do CPOR em 1966 e 1967 e nunca o Comandante me disse: "Agora, no dia 8 de maio, nas comemorações do fim da II Guerra Mundial, você vai fazer uma palestra sobre a FEB". A impressão que se tinha é que ninguém queria falar sobre a guerra (D’AVILA, 2001, p. 36).

É importante notar, que aquele esquecimento gradual ganha um novo peso se levarmos em conta o processo natural de extinção física dos veteranos. Decorre daí, uma preocupação fundamental, qual seja a de como acessar aquele passado sensível, onde brasileiros/as mataram e morreram lutando contra as tropas do nazi-fascismo na Itália?

Tanto nos casos de memória quanto nos de esquecimento, sobressaem como fontes documentais principais as memórias de guerra escritas por ex-combatentes, correspondentes de guerra e civis não-combatentes, bem como suas histórias orais. Não obstante, outros tipos de documentos têm sido de grande utilidade, como os jornais de campanha, as correspondências entre combatentes e não-combatentes, a iconografia das frentes de combate e das frentes domésticas, os diários pessoais dos soldados, além dos relatórios oficiais das unidades, imprescindíveis (FERRAZ, 2012, p. 38).

Hodiernamente, os acervos pessoais de veteranos da FEB se encontram dispersos, sendo que muitos ainda estão sob a tutela de ex-combatentes, que já ultrapassaram em muito a casa dos 90 anos de idade. Outros ainda permanecem com seus familiares que, em alguns casos, acabam doando esses documentos para instituições de memória. Foi o caso das filhas do Coronel Solon Rodrigues D’Avila, que participou da guerra como Oficial das Ligações e das Transmissões do Esquadrão de Reconhecimento da FEB. O arquivo será mais bem detalhado na sequência do capítulo.

Quando aos acervos das associações, há pouco interesse externo dos grupos de ex-combatentes, suas famílias e conhecidos. Universidades e centros de documentação pouco interesse têm manifestado pela documentação e acervos de associações. E mesmo quando isso ocorre, há o problema de chegar a um acordo sobre os direitos de propriedade e usos dos acervos, pois os centros de documentação investiriam recursos para reunir, organizar e disponibilizar o material documental e, naturalmente, o que não tem sido aceito pelas associações de ex-combatentes (FERRAZ, 2012, p. 328).

A documentação da FEB encontra-se, verdadeiramente, pulverizada em diversos fundos e coleções. Tem-se aí outra dificuldade para os/as historiadores/as da FEB, pois os documentos estão em “vários arquivos, centros de documentação, museus, arquivos pessoais ou públicos, além de colecionadores que reúnem o material de familiares dos soldados que estiveram na guerra através de doações ou compras” (ROCHA, 2016, p. 78). A autora Cristal Magalhães da Rocha (2016) estabelece um mapeamento dos principais mantenedores de memória que contém documentos da FEB, compreendendo que por esta ser uma documentação ampla e custodiada por uma miríade de instituições, sendo a organização e a gestão dos acervos sujeita às mais variadas regras, não existe uma uniformidade nesses processos.

Para o levantamento das fontes, a pesquisa priorizou os arquivos de Porto Alegre/RS e o Arquivo Histórico do Exército (AHEx), na cidade do Rio de Janeiro. Mas se por um lado temos o AHEx como uma referência no que consiste às pesquisas sobre o Exército Brasileiro, e por consequência a FEB, por outro lado existe um sem número de locais “sem organização compatível com o conteúdo que podem transmitir, não recebendo correto destino” (ROCHA, 2016, p. 80). E, ainda que o AHEx mantenha uma coleção bastante significativa dos certificados de reservistas²⁶, a documentação nem sempre é completa, e muitos cadastros apresentam falhas no preenchimento. De fato são poucos os documentos sobre os homens e mulheres mobilizados (se considerarmos um conjunto de mais de 25 mil homens e mulheres) no AHEx, que prioriza uma documentação oficial/institucional, esta sim muito mais completa.

O AHEx possui sob sua custódia uma documentação muito importante para a história da participação do Brasil na Segunda Guerra, porém o “fundo FEB” é organizado por tema e não por produtor. Ou seja, foram inclusos a este fundo, os documentos referentes aos subordinados do EB que, por razões da administração do mesmo, ou com o fim da guerra tiveram suas atividades finalizadas ou foram extintas. Dessa forma, muitos documentos de unidades que compuseram a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, ou que tiveram importância para a sua formação, ou mesmo para o esforço de guerra, não estão

²⁶ De acordo com a autora Patricia da Silva Ribeiro (2013) o AHEx é mantenedor de 1.116 cópias de certificados de reservistas. A documentação corresponde a apenas 5% do total do efetivo da FEB na Itália. Em relação aos Oficiais, o AHEx preserva uma pasta com uma cópia da Caderneta de Assentamentos dos inativos. A pasta relativa ao Coronel Solon Rodrigues D’Avila pode ser encontrada no AHEx na indicação: XXX/50/525. Deve-se ressaltar que a organização do AEHx, bem como a disponibilidade de pesquisa nesse arquivo é, atualmente, bem diferente daquelas condições descritas pela historiadora Adriana Barreto Souza (2009).

disponíveis no AHEx, mas sim em suas unidades de origem, literalmente espalhadas pelo país.

De fato, não há instrumentos de pesquisa descrevendo acervos pessoais dos ex-combatentes, que seja capaz de orientar os pesquisadores em seus trabalhos e também como forma de mapearmos esta documentação. Seria um trabalho relevante a ser feito no sentido de que não se perca após a morte de seus produtores. Desta forma, as instituições arquivísticas poderiam tomar conhecimento destas coleções e, se houvesse interesse, poderiam entrar em contato com o produtor para doação, a fim de organizar, preservar e divulgar as informações contidas nestes documentos. Para localizar um acervo pessoal hoje é necessário entrar em contato com os veteranos e/ou seus familiares, ou mesmo a indicação de outros pesquisadores. Há de se considerar que muitos veteranos acabam desmembrando suas coleções ao longo dos anos as entregando a organizações ou pessoas e, por uma razão ou outra, acabaram por perder-se (ROCHA, 2016, p. 100).

Assim, um dos problemas encontrados ao longo da pesquisa se deve ao fato de que os arquivos estão espalhados nos quatro cantos do Brasil, um país de proporções continentais. É o caso da documentação da antiga “Escola de Transmissões”, atual Escola de Comunicações Coronel Hygino Corsetti, localizada no Lago Norte em Brasília-DF. A documentação da antiga “Escola de Transmissões” está, provavelmente, sob a custódia do arquivo da atual Escola de Comunicações, fato que tornou o acesso inviável para a pesquisa.

Outra instituição que mantém a custódia de documentos importantes é o Museu Militar Capitão Pitaluga²⁷, localizado na cidade de Valença, Rio de Janeiro. Trata-se de um museu de tipologia militar, mantido pelo atual 1º Esquadrão de Cavalaria Leve (AMV) e possui um importante acervo sobre a FEB, em especial sobre o 1º Esquadrão de Reconhecimento da FEB. O próprio nome do museu é uma homenagem ao já falecido General Plínio Pitaluga, que a partir de dezembro de 1944 comandou o Esquadrão de Reconhecimento. A unidade mantenedora do museu recebe o nome em homenagem ao então Segundo-Tenente R/2 Amaro Felicíssimo da Silveira, que faleceu durante a campanha. A ocasião da morte de Amaro é analisada no último capítulo da dissertação.

²⁷ Apesar de não ter conseguido pesquisar pessoalmente no acervo do Museu Militar Capitão Pitaluga, tive acesso a algumas fotografias digitalizadas na instituição. As imagens foram postadas em redes sociais como *Instagram* e *Facebook*, em grupos ou páginas com o objetivo de divulgar a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Como algumas dessas imagens acabaram sendo pertinentes para esta pesquisa, contatei os organizadores das páginas, ou as pessoas que fizeram postagens de fotos ou de documentos, dando-lhes o devido crédito pelas digitalizações. Grande parte das imagens que fiz *download* foi postada nas páginas do grupo “V de Vitória: Jornalismo de Guerra – Brasil na II GM”. Em nota de descrição da página, os organizadores trabalham com o objetivo de divulgar a participação do Brasil na II Guerra Mundial, tendo como foco principal a atuação da força terrestre. A maior parte do acervo divulgado na página foi resgatada no Arquivo Nacional, sendo de autoria da Agência Nacional.

Para além dos empecilhos encontrados, a maior parte da documentação analisada foi encontrada na Reserva Técnica do Museu Militar do Comando Militar do Sul²⁸. Trata-se justamente do arquivo pessoal do Coronel Solon Rodrigues D’Avila, “herança” que foi doada para o MMCMS por suas filhas. É, portanto, a partir desse arquivo pessoal que lanço minhas interpretações sobre a História Militar brasileira e no que consiste a participação de Solon e do Brasil na campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Como referido, o conjunto documental e os objetos que compõe o arquivo pessoal aqui trabalhado estão, atualmente, sob a salvaguarda de uma instituição museal ligada à organização do EB. O MMCMS está subordinado à Diretoria de Patrimônio Histórico do Exército Brasileiro, e foi escolhido, objetivamente, pelas filhas do Coronel Solon, para doarem os antigos pertences de seu pai. Em entrevista concedida para a pesquisa a senhora Eliane D’Avila²⁹ revelou que a escolha pelo MMCMS se deu por este ser vinculado ao Exército, e por entender que a *“herança do papai, um militar que lutou na guerra, merecia mais do que uma caixa num armário de casa”*. Assim, o ato de doação do arquivo, retira o “pai” de um espaço de foro íntimo, e condiciona a “identidade do arquivo”, que no espaço público deverá ser a do militar que lutou na guerra. Trata-se de um escrito de si que, no espaço público, recebe outras interpretações, outras visibilidades e novos significados. Mas se por um lado, a profissão do “papai” foi fator preponderante para as filhas de Solon doarem o conjunto documental ao MMCMS, por outro lado é necessário termos em mente a ação do próprio Solon sobre cada um dos documentos e sobre cada um dos objetos por ele guardado. O ato de doação, que projeta um “novo momento de memória” (BETT, 2017) aos objetos, é, também, parte do luto das filhas. Nesse sentido a autora Cristal Magalhães da Rocha (2016) compreende que:

²⁸ O MMCMS foi criado em 1999 com o objetivo de “recolher, preservar, conservar, pesquisar e expor objetos referentes à história do Exército Brasileiro”. Seu acervo é composto por mais de 6000 itens que podem ser identificadas às atividades da Força Terrestre Brasileira. Localizado na Rua dos Andradas, no Centro Histórico de Porto Alegre/RS, o museu ocupa prédio do antigo Arsenal de Guerra da província sul-rio-grandese. O prédio que hoje dá lugar ao museu militar foi um importante instrumento de apoio à logística do Exército Imperial, durante a campanha da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Posteriormente o prédio recebeu a Companhia de Menores Aprendiz, meninos que eram abandonados na Roda dos Expostos da Santa Casa, em Porto Alegre. No ano de 2001 o local passou a ser ocupado pelo Museu Militar do Comando Militar do Sul. Ver: BETT, Ianko. COSTA, Nathalia Santos da. Oficinas em Práticas Museológicas: uma experiência de educação patrimonial no Museu Militar do Comando Militar do Sul (MMCMS). In: Fraga, Hilda Jaqueline de; Cardoso, Claudira do Socorro Cirino; Quevedo, Éverton Reis; Barroso, Véra Lucia Maciel; Souza, Renata Cássia Andreoni de. (Org.). Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios. 1ed. Porto Alegre: Selbach e Autores Associados, 2015.

²⁹ D’AVILA, Eliane Barcellos. Porto Alegre. 16/10/2017. Entrevistadores: Guilherme Nicolini Pires Masi, Ianko Bett. Arquivo de áudio: 2H15 minutos.

[...] as coleções particulares que foram constituídas por veteranos da Força Expedicionária Brasileira em sua participação na Segunda Guerra Mundial e que os acompanhou ao longo de suas vidas e que, com o decorrer do tempo virou parte da herança sentimental transmitida para seus filhos e netos, reúne uma série de espécies documentais tais como carta, bilhete de ônibus, ingresso de cinema, recortes de jornais e revistas, até documentos produzidos formalmente tais como os emitidos pelo Exército: boletins, pedidos de licença, documentos de registro enquanto expedicionário da FEB, entre outros. Eventualmente é possível encontrar nestas coleções certidão de casamento, pois alguns soldados vieram a se casar com cidadãs italianas, cujo país o Brasil combateu durante sua estadia na Europa (ROCHA, 2016, p. 88).

A partir do ato de doação, o historiador do MMCMS, sargento Ianko Bett (2017), compreende que o acervo adquire um novo *status* qualitativo “na medida em que eles passaram a transitar pelas etapas necessárias e exigidas para a sua devida musealização” (BETT, 2017, p. 01).

Este ato, por outro lado, também denota o prosseguimento de um esforço, inaugurado pelo próprio “dono” do acervo, de preservação de suas memórias, pois, durante mais de sessenta anos, esses objetos ficaram no âmbito privado, sob a guarda de Solon e de suas filhas, apresentando um estado de conservação digno de nota (BETT, 2017, p. 01).

Na sequência, a equipe responsável pelo setor de pesquisa histórica da instituição museal realiza uma primeira transcrição do conteúdo do diário que integra a coleção e, a partir de seu conteúdo elaboram um projeto museográfico que resultou na exposição intitulada: “Cenários de Guerra: Sentimentos de um combatente da FEB”³⁰.

Foi durante o período da referida exposição que tive o primeiro contato com o manuscrito produzido por Solon, justamente por ter sido convidado³¹ pelo sargento Ianko Bett, historiador do museu, para atualizar a primeira transcrição do conteúdo. O novo

³⁰ A exposição que teve como base o acervo pessoal de Solon e, em especial, o objeto-diário. Ficou aberta à visitação do público entre o período de novembro de 2014 a dezembro de 2015 e, de acordo com os dados obtidos no MMCMS, pode ser contemplada por 63.752 pessoas. Entre os dias 17 e 26 de julho de 2016, a exposição “Cenários de Guerra” foi remontada e apresentada na praça de alimentação do *I Fashion Outlet*, na cidade de Novo Hamburgo, RS. A exposição explora os sentimentos vividos por Solon nos diversos “cenários de guerra” pelos quais passou, priorizando os sentimentos que estão expressos no diário: coragem, medo, angústia, alegria, solidariedade, tristeza, euforia etc. Retrata, também, a travessia do Atlântico, a chegada ao porto de Nápoles e o transporte para o acampamento de Pisa. E, também, o período de treinamentos e a entrada em combate, as patrulhas feitas a pé, as reações frente às conquistas de Monte Castello, e a ofensiva da primavera, com a batalha de Montese e a manobra de cerco de Collecchio-Fornovo. A exposição era composta, ainda, por um vídeo com imagens originais da FEB e por uma trilha sonora.

³¹ Na época eu realizava o Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial –, com a orientação da Professora Caroline Pacievitch. Os créditos são obrigatórios para a graduação no curso de Licenciatura em História da UFRGS, sendo necessária a escolha de uma instituição museal na qual será desenvolvida uma oficina pedagógica. Concomitantemente ao Estágio de Docência, realizei o curso de Práticas Museológicas, oferecido pelo próprio MMCMS.

projeto foi desenvolvido em parceria com a equipe do MMCMS e com o também historiador Marcus Vinícius Barbosa, resultando numa complementação da primeira transcrição. A revisão possibilitou a compreensão de expressões e de palavras que até então não haviam sido identificadas. No entanto, a transcrição do diário ainda não está totalmente “completa”, sendo indicadas pelas iniciais P.N.I. (Palavra Não Identificada), as expressões e palavras não compreendidas. A transcrição do conteúdo e a materialidade do manuscrito serão mais bem trabalhadas no último capítulo.

A autora Luciana Heymann (1997) problematiza a associação e a identificação de conjuntos documentais de origem pessoal no tocante a uma manifestação concreta da memória individual de seus titulares, bem como a sensação de “imersão na experiência vivida” que esses acervos podem provocar nos pesquisadores.

O encantamento produzido pelo contato com as fontes primárias, documentos, papéis, fotografias, capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até então invisíveis da história e do mundo social. Esta sensação é fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens (HEYMANN, 1997, p. 41).

A autora orienta suas reflexões sobre “o que há de social na produção deste tipo de memória dos indivíduos, localizando nesse tipo de fonte um campo estratégico para a exploração de um tema “clássico” nas ciências sociais, qual seja, o da relação entre indivíduo e sociedade” (HEYMANN, 1997, p. 42). A irresistibilidade provocada por fontes de caráter individual ou pessoal carregam em si, a capacidade de provocar sensações diferentes dos rigores do “institucional da produção documental” (HEYMANN, 1997, p. 41). As fontes de caráter privado permitem aos/às historiadores/as, uma “espécie de transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações (HEYMANN, 1997, p. 42). Apesar disso, é preciso ter em mente que os arranjos documentais de caráter pessoal expressam a mutabilidade de determinadas ideias de memória e de história nas suas diferentes temporalidades e em diferentes espaços. Seu caráter é relativo, ainda, às maneiras pelas quais os diferentes atores se vinculam ou interpretam o arquivo pessoal e os objetos-documento nele contido. Dessa forma, a “necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente” (LOWENTHAL, 1998, p. 77). O

arquivo pessoal aqui trabalhado é fruto de incontáveis processos de seleção e de descarte. De igual maneira, as instituições que recebem e que guardam os acervos pessoais devem ser pensadas, tanto epistemologicamente como metodologicamente, pois os arranjos que fazem desses objetos-documento também expressam determinadas ideias de história, de tempo e de memória. Assim, deve-se pensar não apenas o caráter dos acervos, mas também as diferentes maneiras pelas quais são organizados, desde sua seleção pelos titulares, até sua guarda em instituições de memória. De tal maneira, compartilha-se o entendimento da autora Priscila Fraiz (1998), que defende o uso do conjunto de documentos acumulados por sujeitos ao longo de suas vidas, pois possuem uma qualidade informativa, por vezes única, sobre os acontecimentos do passado.

Uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal, característica essencial dos seus documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Mas se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados (FRAIZ, 1998, pp. 62-63).

Uma dimensão específica da escrita de si são os arquivos pessoais. Os arquivos surgem muito em função de uma condição particular, que leva os sujeitos a guardarem para si, as suas relíquias e as suas memórias. A historiadora Ângela de Castro Gomes (2004) apresenta o que se compreende por “práticas da escrita de si” ou “escrita auto-referencial”. Para a autora, essas práticas devem ser entendidas dentro de um conjunto de ações que variam desde o próprio exercício da escrita até o recolhimento e preservação de objetos materiais que constituíram uma “memória de si”. São “atos biográficos” que evidenciam a relevância para os indivíduos de, mesmo que inconscientemente, “dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de alguma forma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas” (CASTRO GOMES, 2004, p. 11). O caso exposto nesta pesquisa compreende o acervo construído por Solon Rodrigues D’Avila inserido nesse conjunto de práticas discursivas, ou seja, um escrito de si. Assim, temos o mesmo entendimento de Ângela de Castro Gomes, ou seja, de que acervos pessoais materializam “a história do indivíduo e dos grupos a que pertence” (CASTRO GOMES, 2004, p. 11). Como registros de sua vida, as relíquias pessoais que fazem referência ao período que Solon esteve no Exército e na

guerra, constroem uma “identidade para si, através de seus documentos” (CASTRO GOMES, 2004, p. 11). Compõem registros de sua “vida militar”. Mas que “vida militar” seria esta? Por quais motivos estes objetos, em detrimento de tantos outros, teriam sido transformados por Solon em relíquias? E, finalmente, porque as “reliquias da guerra” são fundamentais para a construção de sua identidade profissional militar cujo lastro está na sua atuação como Oficial das Ligações e Transmissões do 1º Esquadrão de Reconhecimento da Força Expedicionária Brasileira?

2.3 AS RELÍQUIAS DE UM MILITAR

*29 de abril
Rendição da 148 Divisão Alemã!!!
Nada necessito escrever... nunca esquecerei as
cenas deste dia...*

O arquivo de Solon Rodrigues D’Avila tem sua história de acumulação, sua trajetória enquanto conjunto documental e suas características em termos de volume e temas contemplados pela função que seu titular desempenhou no processo de desenvolvimento das suas atividades profissionais como homem público. Ou seja, tais documentos estão agrupados dentro de uma lógica específica, qual seja a de representar um profissional da carreira militar. O tempo incide diretamente nas maneiras pelas quais Solon se relacionou com os seus objetos e com os seus “papeis”. O arquivo pessoal recebe, então, diferentes significados em diferentes momentos da vida de seu titular, e também após o seu falecimento. Objetos de caráter autobiográfico recebem *status* de relíquias ao povoarem os museus de hoje. Os dias, os anos, as décadas transformam estas relíquias em verdadeiros detentores de memórias, ou em símbolos do “reinado que se desfaz”. São itens cuidadosamente selecionados, guardados em caixas, gavetas, armários ou mesmo em cofres. Dentre todos os objetos que pertenceram a Solon, alguns foram mantidos escondidos, até mesmo da família, e quem sabe até de si próprio, para serem retomados em momentos que os pensamentos exigiam dar materialidade às lembranças. Em quantos momentos saudosistas o folhear de páginas amareladas não relembrou Solon de suas amizades naquela “grande estupidez” que é a guerra? Quantas vezes o troféu-canivete lembrou o cavalariano que nada necessitou escrever sobre as cenas de um dia que nunca esqueceria?

Figura 2 – Canivete Ed Wüsthof Solingen Rostfrei³²



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

Convém examinar, portanto, a construção de si operada por Solon, presente tanto no conjunto que compõe o arquivo, quanto em alguns dos objetos em separado. A historiadora Luciana Quillet Heymann (1997) orienta suas reflexões sobre arquivos pessoais alertando para “a ilusão da unidade” (HEYMANN, 1997, p. 42) que o conjunto de cada arquivo pessoal pode passar. Uma unidade que é, obviamente, conferida pelo sujeito ou instituição que o constitui. Assim, a acumulação de determinados documentos dentro do universo daqueles produzidos e recebidos correspondem a uma seleção operada por um sujeito, o titular do arquivo. As suas escolhas e as suas seleções obedecem a um sentido determinado pelo titular, no objetivo de estabelecer um “eixo de sentido no processo de constituição do arquivo” (HEYMANN, 1997, p. 42). A construção de si, operada por Solon, redefine aspectos da sua trajetória individual, desenhando sua existência com a finalidade de construir, ou mesmo de reafirmar uma identidade. O arquivo é, de fato, uma narrativa sobre a sua trajetória no qual estão articulados diversos “tempos presentes” com o seu passado.

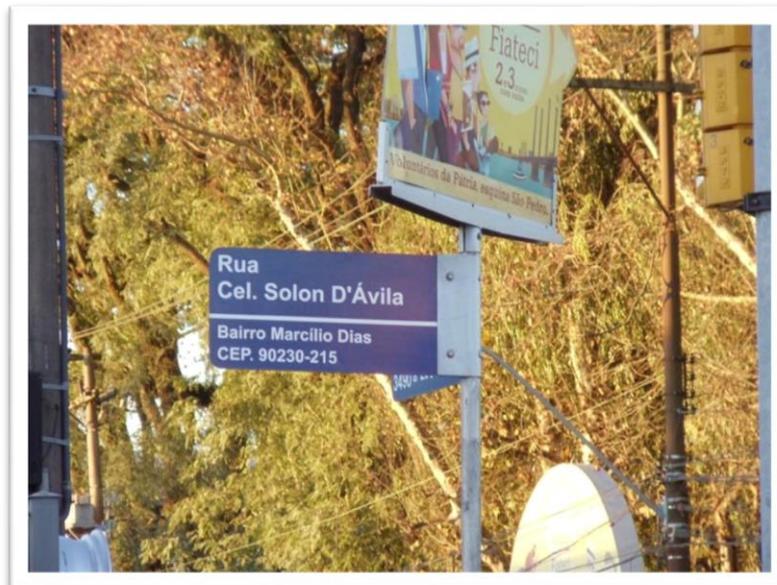
A exceção de um item, que veremos a seguir, o “eixo de sentido” no caso aqui contemplado é definido pela profissão exercida por Solon ao longo de sua vida. Mas é importante salientar que, embora o caráter do arquivo tenha sido construído por Solon, ele não é exclusivo de seu titular. O acervo tem, em parte, a incidência de suas filhas, Elizabeth

³² O canivete da marca Ed Wüsthof Solingen Rostfrei foi doado ao MMCMS com uma folha de caderno, escrita por uma das filhas do Coronel Solon, explicando sua origem. Na íntegra, o conteúdo anotado: “Doado por oficial alemão à meu pai na rendição da Divisão Alemã 148. Meu pai limpava as unhas com uma faca de Trincheira e o oficial alemão lhe estendeu o canivete. Após usa-lo meu pai devolveu, mas o oficial deu de presente”.

e Eliane, que com o objetivo de preservar uma “memória do pai militar”, reuniram os antigos pertences dele e doaram para o MMCMS que, como já salientado, é um museu vinculado ao Exército Brasileiro. Todas essas etapas ajudam a construir o militar Solon Rodrigues D’Avila.

O autor Pierre Nora (1993), identifica como “lugares de memória” aqueles lugares onde a memória ganha materialidade, tornando-se referência para uma sociedade ou um grupo social. Ao estabelecer uma diferença entre a memória e a história, Pierre Nora compreende que a memória corresponde à vida, síntese dialética da lembrança e do esquecimento e, nesse sentido, suscetível ao uso de manipulações. Por outro lado, a história corresponde a uma reconstrução a partir de um problema, ou questão de saber incompleto, mas que não existe mais. Para o autor, quando a sociedade passa a ocupar o lugar da nação, esta é transformada num fato, produzindo “lugares de memória”, provenientes de uma falta de memória espontânea e, portanto, gerando a necessidade de criação de arquivos. A história apodera-se dos lugares “experenciados” e vividos para torná-los estáveis e materializados, do contrário os lugares seriam não-lugares (NORA, 1993, pp. 8-13).

Figura 3- Placa da Rua Coronel Solon Rodrigues D'Avila (Porto Alegre/RS)



Fonte: Imagem retirada do grupo “Família Tristão e Virginia D’Avila”³³ da rede social *Facebook*, postada em 22 jul. 2017.

³³ O grupo “Família Tristão e Virginia D’Avila” foi criado na rede social *Facebook* pelos descendentes do casal Tristão e Virgínia. Fui autorizado pela senhora Eliane D’Avila, a participar do grupo e fazer uso das fotografias e das postagens referentes ao seu pai.

Quando do falecimento do Coronel Solon, após todos os ritos fúnebres, houve uma iniciativa para homenageá-lo, que culminou em um Projeto de Lei para logradouro público. O processo foi encabeçado, na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, pelo então vereador Mauro Zacher (PDT), mas sua proposta teria partido de um sobrinho do Coronel. De acordo com a senhora Eliane D'Avila, a homenagem teve *“iniciativa de Rodrigo, Marcelo e Irene Leal, que teriam ficado impressionados com o currículo do tio”* (D'AVILA, 2017).

O irmão desse sobrinho trabalhava com o Mauro Zacher. Quando ele viu o currículo do meu pai, inclusive as pastas que eu lhe dei, estavam no velório, e ficou impressionado. Ele dizia: mas esse meu tio tem que ser homenageado de uma maneira ou de outra. E como o irmão dele trabalhava com o Mauro Zacher, aí começou tudo (D'AVILA, 2017).

O PL trás uma breve biografia de Solon, dando destaque para o voluntariado para a FEB, sua atuação na Itália, e a função de subcomandante do 1º Esquadrão de Reconhecimento da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e a participação na manobra de cerco que rendeu a 148ª Divisão do Exército alemão. A biografia destaca, também, o período em que foi nomeado Chefe de Gabinete do Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul por Emílio Garrastazu Médici e, posteriormente, nomeado Superintendente da Polícia Federal no Estado, exercendo o cargo entre os anos de 1970 e 1976.

Um elemento presente nos arquivos pessoais, que integra o conjunto de operações seletivas de si, são os “recortes”. A autora Ana Maria de Almeida Camargo (2009) inclui as ações de escolhas dentro de uma rubrica que “compreende notícias e outras matérias que, uma vez destacadas dos periódicos em que foram publicadas, passam a formar séries dotadas de funcionalidade diversa” (CAMARGO, 2009, p. 29). A autora afirma que tipos documentais como os “recortes”, que são produzidos tanto pelos titulares quanto por seus herdeiros/as, não teve uma valorização de maior relevância para a arquivística, chegando, inclusive, a citar que a razão para o não aproveitamento seria motivado pela semelhança com outros locais de salvaguarda, sendo, portanto, desinteressantes no conjunto de um arquivo pessoal. Contrária a esse entendimento, Ana Camargo compreende que o “clipping” de jornais e de revistas é um valioso escrito autobiográfico, especialmente por conta das “marcas funcionais que lhe são incorporadas pelo contexto de uso e que são necessariamente distintas, conforme a entidade produtora” (CAMARGO, 2009, p. 30). É com esse entendimento que vemos o “Álbum de Recortes de Jornal sobre papai”, um

clipping montado pelas filhas do Coronel Solon, e que abrange um conjunto sistemático de eventos nos quais ele participou.

Algumas reportagens encontram a datação ainda no período da guerra, como é o caso do recorte cuja manchete principal é: “O General inverno na frente italiana”, e trás uma reportagem sobre o clima enfrentado pelos brasileiros no TO italiano, do correspondente de guerra na Itália, Henry Buckley da Agência Reuters. O mesmo recorte traz uma entrevista com um tio de Solon, o Coronel Virgílio Rodrigues³⁴, de Vacaria, que menciona ter recebido uma carta enviada por Solon da Itália, na qual é feita uma comparação das temperaturas daquele país ao clima de Vacaria: “O Clima da Itália é igual ao de Vacaria”. Embora não tenha sido possível identificar a data, nem o periódico específico da publicação existe outros como o Diário de Notícias, o Correio do Povo, a Folha da Manhã e a Folha da Tarde (de Porto Alegre), e ainda, Zero Hora, jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul.

Ainda que existam outras reportagens abordando temas relacionados à FEB, ou a memória dos/as veteranos/as, como no caso de inauguração de monumentos em homenagens aos expedicionários, a grande maioria das reportagens é de outro período da vida de Solon. Dos cerca de 50 recortes que compõem o “álbum”, apenas seis são relacionados à FEB. Assim, os anos de Polícia Federal aparecem com maior destaque, no *clipping* montado pela senhora Eliane D’Avila, que de acordo com o relato da senhora Eliane D’Avila, foi feito em razão do velório do pai. Mas isso não significa que se tenha priorizado as reportagens sobre o período que o pai esteve na PF, mas nos leva a hipótese de que a cobertura de eventos relacionados à Superintendência ocupada por Solon tenha sido mais comuns do que a cobertura de eventos ligados à FEB.

³⁴ O título de “Coronel” deve-se ao fato de Virgílio Rodrigues ser um dos filhos do ex-Coronel da Guarda Nacional Libório Antônio Rodrigues. No inventário do ex-Coronel consta o nome de seus filhos e filhas, herdeiros de um considerável patrimônio na região de Vacaria-RS. São eles José Rodrigues das Neves, Virgínia Rodrigues Teixeira (mãe de Solon), Etelvina Francisca Rodrigues, Virgílio Rodrigues e Libório Antônio Rodrigues Filho.

Figura 4- Capa do “Álbum de Recortes de Jornal sobre papai”.



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

O conteúdo do “álbum” teria, então, chamado à atenção dos sobrinhos do Coronel Solon, que decidiram encaminhar uma homenagem ao falecido tio. O PL N° 069/10 que denominou Rua Coronel Solon Rodrigues D’Ávila o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 1307, localizado no Bairro Marçílio Dias em Porto Alegre se encerra com a biografia do homenageado, enumerando as principais condecorações recebidas em sua carreira no Exército.

O PL também menciona um evento bastante importante na carreira pública de Solon. No ano de 1976, o ex-presidente brasileiro João Goulart faleceu na Argentina, mesma época que Solon ocupava o cargo de Superintendente da PF no Rio Grande do Sul. Em razão da morte de “Jango”, criou-se um problema, que era os ritos fúnebres e o local de seu jazigo. Solon teria, então, permitido que o corpo fosse trazido ao Brasil, passando de carro pela fronteira. A decisão era, supostamente, contrária à posição do Ministro do Exército, e teria gerado retaliações a Solon, com a abertura de um Inquérito Policial Militar contra si, o que o levou a pedir afastamento da Polícia Federal.

O evento teve uma importância significativa em sua carreira pública. João Goulart faleceu na fazenda *La Villa*, no dia 6 de dezembro de 1976, no município argentino de Mercedes. Sua morte teve grande repercussão no Brasil, a despeito da censura imposta ao

noticiário relativo ao fato. O corpo do ex-presidente foi sepultado em sua cidade natal, São Borja, localizada no estado do Rio Grande do Sul. O cortejo teria sido acompanhado por cerca de 30 mil pessoas, entre as quais políticos opositores e antigos colaboradores de seu governo. De acordo com o depoimento do senhor Jair Krischke, no relatório da subcomissão que investigou as circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart:

As tratativas para que o corpo viesse por terra foram feitas com o vice-presidente General Alberto Pereira dos Santos, que autorizou o coronel Solon, superintendente da Polícia Federal, a que isso acontecesse. E, ele acabou respondendo a inquérito policial militar, e foi defenestrado da superintendência da Polícia Federal. E, a sua carreira como oficial do exército terminou aí. Veja que coisa maluca. Que coisa infernal. Por quê? Por que autorizou que o cortejo viesse por terra. Essa foi à grande culpa dele. Observem um homem honesto e um homem do golpe militar. Ninguém seria superintendente da Polícia Federal, em qualquer lugar, se não fosse da confiança dos donos do poder, e, mesmo assim, ele pagou caro³⁵.

A ligação de Solon com o ex-presidente João Goulart parece ter tido capítulos anteriores. Embora as informações não sejam precisas, no mesmo relatório, o uruguaio Mário Ronald Neira Barreiro, ex-agente dos serviços de informação da ditadura militar do Uruguai, declarou que:

O Solon Rodrigues era um correligionário. Ele era coronel. No tempo da morte do João Goulart, ele era o superintendente da Polícia Federal. Ele é um ex-coronel do Exército, mas o Solon Rodrigues não era somente um coronel, não era somente o delegado de polícia federal. Ele era um correligionário. Não tinha muitas aspirações políticas, mas era um amigo de Goulart³⁶.

O processo que culminou em saída de Solon do cargo na Superintendência da Polícia Federal, também foi mencionado durante a entrevista com a senhora Eliane D'Avila, realizada em 2017. Na ocasião o assunto foi abordado, mas gerou certa relutância. No entanto, alguns aspectos relatados dão conta de que a autorização para o ingresso do corpo do ex-presidente teria sido dada à Solon pelo General Adalberto Pereira dos Santos, a época vice-presidente do Brasil, que estava em Porto Alegre. A autorização, contudo, não

³⁵ Relatório Final da Subcomissão que investigou a morte do presidente João Goulart. Disponível no CD-ROM da coletânea “A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória”. Subcomissão Especial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2009.

³⁶ Relatório Final da Subcomissão que investigou a morte do presidente João Goulart. Disponível no CD-ROM da coletânea “A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória”. Subcomissão Especial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2009.

teria sido formalizada em nenhum documento, sendo expressa verbalmente, durante um deslocamento para o aeroporto.

[Solon] me disse que ele fez isso autorizado pelo vice-presidente. Que uns dois ou três dias antes o Adalberto esteve em Porto Alegre, já estava se cogitando esse negócio de passar o corpo. Ele foi levar o Adalberto no aeroporto e nisso perguntou: Adalberto o que é que eu faço? Deixo passar? E o Adalberto disse: – “Pode deixar passar, não tem nenhum problema quanto a isso!”. E junto estava o comandante do 3º Exército, que ouviu o Adalberto autorizar. Bem, o Adalberto deixou passar, quem mais que o Adalberto? Então ele deixou passar.

Aí a turma do 3º Exército aquela época criou toda aquela quizomba, né. Mas 3º Exército ficou sabendo? Mas não gostaram. O vice-presidente tinha dito que podia passar, que é que o 3º Exército tem a ver com isso? O problema era a exploração política do episódio, não era passar ou não passar. Era a exploração política que de fato foi feita com o episódio (D’AVILA, 2017).

A retaliação sofrida com o episódio parece ter marcado Solon. Entretanto, não é possível estabelecer até que ponto essa situação também contribuiu para reforçar nele os sentimentos de “mágoa”, já mencionados anteriormente. Fica evidente no depoimento de Solon, publicado no projeto “História Oral do Exército”, um desconforto com o Exército, o que não aparece de forma mais evidente no seu acervo pessoal. À exceção de uma reportagem sobre a morte de “Jango” anexa ao *clipping* montado pelas filhas, o caso do corpo do ex-presidente só é mencionado no texto final do Projeto de Lei, não aparecendo em nenhum outro documento que de fato tenha sido mantido por Solon. Evidentemente que isso não quer dizer que os documentos não tenham existido, podendo mesmo ter sido descartados. Mas, mesmo que tenham sido, de alguma maneira, preservados, não estão no fundo Coronel Solon do MMCMS. Tem-se, então, uma questão pertinente, levantada por Luciana Heymann (1997), e que deve ser feita por todos os historiadores/as que trabalham com acervos pessoais, é até que ponto a imagem (ou a autoimagem) que o titular cria de si não influencia no momento da análise. Ou ainda, pelas imagens criadas por outros sujeitos ou pelos próprios espaços de salvaguarda não acabam interferindo na nossa visão do acervo?

A materialidade do arquivo está intrinsecamente vinculada ao titular de quem empresta o nome. Vale-nos, assim, as considerações feitas por Pierre Bourdieu (2006) no célebre artigo “A Ilusão Biográfica”. Bourdieu faz uma crítica ao “contrabando do senso comum”, na qual se entende que a vida seria uma história, e como qualquer história ela teria início, meio e fim. Fim, tanto no sentido de final, quanto no sentido de finalidade. E

início, tanto no sentido de começo, quanto no sentido de uma origem. Assim, o autor chama essa noção que trata a vida como uma história de uma “ilusão”, que entra de “contrabando do senso comum”. A ilusão daria uma ideia de que a vida segue linear e coerentemente, orientada com um sentido sinalizado por expressões tais como “sempre”, “desde pequeno”, etc. São expressões que projetam uma coerência para a vida, que ganha um sentido imanente ao nome Solon. Essa lógica foi expressa nas narrativas sobre o pai, produzidas pela senhora Eliane.

Meu pai, claro, em primeiro lugar estava a vida profissional dele. Ele se dedicava ao Exército, a paixão dele era o Exército. Tanto é que por causa disso que ele não manteve a serraria que ele fundou nas nossas terras. Nós éramos transferidos para outra cidade e tal e não tinha tempo de estar lá. No fim não deu certo por conta disso, e o Exército para ele era o número um (D’AVILA, 2017).

Todavia, os/as historiadores/as estão numa posição privilegiada no tempo, pois são conhecedores/as do futuro. Ao investigarem vidas passadas, de certa maneira observam as decisões que já foram tomadas, e as consequências do que viria a ser. Sabemos seu início, seu fim, seu meio. Sendo uma tendência comum àqueles que narram vidas, ou trajetórias individuais, de darem um sentido coerente aos sujeitos. E, mesmo que se apontem os momentos de inflexão, os caminhos e os descaminhos, as dúvidas e as certezas da vida do protagonista, suas escolhas acabam, para o bem ou para o mal, totalizando o dispositivo retórico do “eu”, neste “ser” que já é conhecido na constância unificada do nome próprio. O nome próprio determina uma identidade única, um “ponto fixo num mundo que se move” (BOURDIEU, 2006, p. 186), condicionando a pessoa nela mesma, desde seu nascimento até a sua morte. Podemos, então, assumir que o arquivo pessoal aqui contemplado é totalizado pelo dispositivo que é o nome próprio Solon. Mas, esse mesmo arquivo recebe outra constante, que de igual maneira pretende-se totalizadora e que atrela um sujeito a outro sentido imanente – o militar. A patente do militar sempre acompanha seu nome, de fato acaba amalgamando-se a sua identidade. Assim temos o “Marechal” Mascarenhas de Moraes, o “General” Lima e Silva, o “Coronel” Solon, o “Capitão” Nascimento, o “Tenente” Amaro, “Sargento” Garcia, etc. Ao que Celso Castro nos alerta:

Sem dúvida a morfologia da instituição, seu aspecto mais “sociológico” não pode ser desprezado pelo pesquisador. Mas este deve fugir à tentação de sobrepôr àquele aspecto um inventário dos elementos constituintes da identidade militar – deve procurar perceber não “o que é”, mas sim “como

é” essa identidade, quais são seus mecanismos simbólicos (CASTRO, [1990] 2004, p. 32).

A “Relação de Alterações”³⁷ de um militar consiste no histórico de atividades do sujeito ali escriturado. Normalmente toda a documentação oficial produzida segue parâmetros estabelecidos em instruções, manuais, regimentos, regulamentos, enfim, um documento oficial para regulamentar a forma com a qual outro documento oficial deverá ser produzido. Um desses documentos é o Boletim do Exército número 22, expedido em 20 de Abril de 1934 que definia, em caráter explicativo, as “Instruções para a escrituração do histórico de vida dos oficiais e assemelhados”. O documento estabelecia um resumo detalhado sobre a maneira pela qual os Oficiais deveriam proceder com a organização dos documentos que vão compor seus Registros de Alterações. O resumo trata dos principais pontos do regulamento, definindo a responsabilidade do militar interessado, a organização e prazos de entrega da documentação. E, também, os critérios para a escrituração das folhas, como elas devem ser preenchidas, quais os critérios que atestam a sua validade e, em caso de incorreção no preenchimento, como o militar deveria proceder.

O Boletim³⁸ indica que toda a documentação do Oficial deverá seguir a uma organização padrão, sendo elas as Folhas de Alterações, de Juízos e de Conceitos. Todos os documentos anexos devem estar ordenados de forma cronológica e encadernados de maneira que fiquem “presos pela margem esquerda”. Na primeira folha da caderneta deverá

³⁷ Conforme o Boletim analisado, as “Relações de Alterações” deviam ser entregues aos militares semestralmente, num prazo de 10 dias a contar do fim do semestre. Em caso de não recebimento das folhas, instruíam-se que o militar solicitasse para o Comandante do Corpo sua cópia. No caso seria concedido novo prazo, de 30 dias, a contar do dia em que foi solicitado ao Comandante, e se ainda assim o pedido não for atendido, instruíam-se que recorra à autoridade superior. Se o recurso não for atendido, o militar deverá apelar à última instância, ao Chefe de Departamento do Pessoal do Exército. A Folha de Alterações deverá ser entregue ao militar em outras ocasiões. Ao ser desligado de um corpo ou Estabelecimento, o militar deve receber sua documentação no prazo de 24 horas. Da mesma forma, sempre que o militar estiver frequentando um instituto militar de ensino, na condição de aluno, deverá receber as folhas de alteração assim que for desligado, sendo por motivos de conclusão ou qualquer outro. Ao chegar a um corpo ou instituição, o oficial deverá apresentar ao comandante ou ao diretor suas folhas de alteração, juízos e conceitos, que lhe serão devolvidas em um prazo de 30 dias. A documentação deverá ficar a disposição do comandante ou diretor sempre que for solicitado pela autoridade. Se ocorresse o extravio, uma cópia deveria ser solicitada diretamente a divisão respectiva do Departamento do Pessoal do Exército.

³⁸ O Boletim também define de que forma as folhas devem ser escrituradas. Estas são divididas em três partes. A primeira parte é relativa ao exercício das funções desempenhadas pelo militar durante o semestre anterior. Devendo contar a data de entrada na unidade (ou informar não haver alterações no semestre anterior), o exercício de suas funções normalmente desempenhadas, as funções eventuais quando não exercidas concomitantemente as suas funções normais, e a data de desligamento da unidade, caso houver. A segunda parte é basicamente um resumo da primeira, onde se anota o Tempo Computado (T.C), que é o número de dias e meses que o oficial passou em função normal de seu posto, ou de posto superior; o Tempo Não Computado (T.N.C), que é o somatório dos dias e meses que o militar passou fora de seu posto ou posto em superior. A terceira parte é normalmente a mais longa, onde se anotam de maneira mais descritiva as recompensas, castigos, serviços, acúmulo de funções e etc. Estes procedimentos de escrituração deverão, por fim, estar assinados pelo comandante ou diretor, e carimbados com o brasão da unidade ou instituição, além de ser produzida uma contra cópia.

constar uma folha que indique a Arma (Infantaria, Cavalaria, Artilharia ou Engenharia) e o nome do Oficial, a qual segue uma Folha de Identidade. Na “Folha de Identidade” também deverá constar: a Região Militar, a Zona, a Unidade, a Guarnição, o Período, o Semestre e a Data, as Funções exercidas, o Posto ocupado, e o tempo em que esteve, ou não arregimentado.

Em mãos do interessado, as alterações devem ser conferidas conforme previsto no BE nº 22 e, se constata alguma omissão, deveria ser feita uma comunicação, verbal ou por escrito, para que se efetuasse a correção. Assim, era o militar, também, responsável pela escrituração de seu histórico. A chancela de Solon sobre as informações contidas nos registros, bem como o preenchimento a próprio punho de sua “Folha de Identidade”, confere a estes documentos um caráter de escrito de si. Soma-se a isto, o contexto de preservação e salvaguarda da documentação, especificamente contida no “acervo pessoal” e em um museu de tipologia militar, estabelece uma identidade sobre a vida do sujeito ali nominado. Na cópia³⁹ das “Alterações” que pertenceram à Solon (doadas para o MMCMS) há outros elementos que, para além de um “histórico militar”, constroem uma “identidade militar” relacionada a eventos muito específicos.

O caderno de “Relação de Alterações”⁴⁰ é composto por aproximadamente 165 páginas. Mas, em algumas poucas páginas, existem marcações feitas com giz-de-cera vermelho. As marcações em vermelho foram feitas com a intenção de destacar eventos simbolicamente relevantes na trajetória militar de Solon. Possivelmente os marcadores tenham sido feitos pelo próprio Solon, na intenção de facilitar a leitura, ou mesmo para encontrar aquele conteúdo de maneira mais rápida. Pode-se, então, observar que as marcas destacam os registros que dispõem sobre as concessões das condecorações relativas à FEB, à guerra, ao início de sua “formação” e aos “elogios” e “louvores” recebidos. Há diferentes tipos de marcações, tais como: sublinhado, traço na frente do parágrafo, marcador em “V”, marcador em “X”, marcador em “bolinhas”.

Embora as Relações de Alterações sigam o padrão cronológico, as marcações parecem ter sido definidas por conteúdos. Assim, serão apresentados os tipos das marcações feitas nas páginas, o que não representa necessariamente sua aparição cronológica.

³⁹ Outra cópia desse documento foi encontrado no Arquivo Histórico do Exército, na pasta de “Setor Pessoal”, indicação XXX|50|525. Na capa da pasta constam o “Nome”, “Posto”, “Identidade” (3G.172.553), “Data de Nascimento/Falecimento”, “Data de Praça”, “Inatividade”, “Filiação” e, se o militar for casado, um campo para preenchimento do nome da “Viúva”.

⁴⁰ Relação de Alterações – Caderneta de Assentamentos do Oficial da Arma de Cavalaria Solon Rodrigues D’Avila.

A única incidência de marcador em “V”, que remete simbolicamente a uma ideia de aprovação, ou de “validação”, está na “Folha de Identidade”. Solon ingressa na Escola Militar com 18 anos. A sua carreira militar, propriamente dita, embora precedida por anos no Colégio Militar de Porto Alegre, se inicia no dia 25 de Abril de 1936, quando é incluso, a título provisório, no Corpo de Cadetes da Escola Militar do Realengo. Em seu ingresso redigiu-se uma “Folha de Identidade” cujos critérios foram preenchidos a próprio⁴¹ punho. No documento constam os campos: “Nome *Solon Rodrigues d’Avila*”; “Filho de *Tristão D’Avila Pinto*” (o documento omite o nome da mãe, Virgínia Teixeira Rodrigues); “Nasceu em *11 de Maio de 1917*”; “Natural de *Rio Grande do Sul*”; “Município de *Vacaria*”; “Estado Civil *Solteiro*”; “Profissão *Militar*”; “Cor *branca*”; “Cabelos *pretos*”; “Barba *Raspadas*”; “Bigodes *raspados*”; “Olhos *castanhos*”; “Altura de *1m68*”; “Vacinado *Sim*” (não é indicado o tipo de vacina); Os campos “Sabe nadar” e “Cicatrizes etc” não foram preenchidos; o último campo é “Outras notas *Não tem*”. O documento não continha fotografias. Posteriormente, em Junho de 1940, uma nova “Folha de Identidade” foi anexa à pasta, desta vez redigida à máquina (o que impossibilita o reconhecimento do redator), o documento produzido na Escola Militar do Realengo traria as mesmas informações daquele redigido à mão, sendo acrescido do carimbo da Escola e assinado pelo comandante, Álvaro Fiuza de Castro, em 22 de junho de 1940. Nota-se que, além de um caráter formal, cuja “chancela” está no carimbo com o brasão da instituição e na assinatura do comandante da Escola, a “Folha de Identidade” é, também, uma descrição física do militar ali identificado.

Um segundo grupo de marcações feitas com o giz-de-cera vermelho nas “Relações de Alterações”, segue o padrão “traço” na frente do parágrafo |AB. O padrão “traço” destaca um castigo, sofrido na Escola Militar do Realengo, e um internamento na enfermaria da instituição de ensino (“Por ter sido acidentado na instrução”). Também foi destacada, a época que serviu como “Instrutor de Transmissões das Unidades da FEB”, as funções exercidas como “Auxiliar de Instrutor da Divisão de Rádio”, sua nomeação e inclusão como “Auxiliar de Instrutor” da Escola de Transmissões.

Outro padrão encontrado é o “sublinhado”, geralmente dando relevância para alguma data. É o caso de seu ingresso na Escola Militar do Realengo (“Em 25.IV.1936”⁴²), a apresentação no Regimento Andrade Neves (“Em 6/VIII” de 1944) e a apresentação no 1º

⁴¹ A identificação do redator que preencheu esta Folha de Identidade pode ser feita com a comparação entre a grafia deste documento com a grafia presente em seus manuscritos.

⁴² Relação de Alterações – Caderneta de Assentamentos do Oficial da Arma de Cavalaria Solon Rodrigues D’Avila.

Esquadrão de Reconhecimento (“Em 6/X”), no ano de 1945, após ter estado adido ao 2º Regimento Moto-Mecanizado, em Porto Alegre, devido ao seu retorno antecipado da Itália, por ocasião de uma enfermidade de seu pai. A última marcação no padrão “sublinhado” também está relacionada à data de 06 de outubro de 1945, no item “desligamento”, quando se encerrou, formalmente, o seu vínculo com o 1º Esquadrão de Reconhecimento.

Há um destaque em vermelho no “Registro de Alterações” que destoa completamente dos outros padrões encontrados. A marcação foi feita com um “X”, marcando a data de 03 de agosto de 1947, quando apresentou a sua certidão de casamento “com a Senhorita Nady Camargo Barcelos”.

Figura 5 – O casal Solon R. D’Avila e Nady Camargo Barcelos com as filhas, Elisabeth B. D’Avila e Eliane B. D’Avila (Década de 1950).

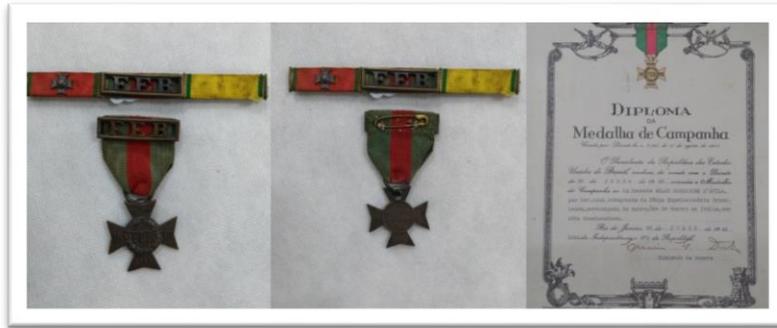


Fonte: Imagem retirada do grupo “Família Tristão e Virginia D’Avila” da rede social *Facebook*, postada em 13 out. 2017.

Por vezes, há a incidência de padrões usados de maneira combinada, como é o caso: “traço” e “sublinhado” AB. O padrão combinado, que por si só representa um duplo destaque nas “Relações de Alterações”, é destinado aos eventos relativos ao seu voluntariado para a Força Expedicionária Brasileira. O primeiro item assinalado com esse padrão é o deslocamento, na data de 20 de setembro de 1944, da “Colina do Capistrano para a estação da Vila Militar, de onde foi transportado em trem para a Estação Marítima,

embarcando no mesmo dia no navio americano W.A. Gen. Mann, para fins de transporte para a Itália”⁴³. O mesmo padrão é destinado às condecorações recebidas por sua atuação na campanha da Itália.

Figura 6 - Medalha de Campanha e Diploma da condecoração



Fonte: A Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

O padrão de destaque “duplo” foi assinalado nas condecorações recebidas por ter participado da guerra, para apenas os seus títulos sublinhados. São elas: a “Medalha de Campanha”, a única entregue em 1945, na data de 06 de outubro; a “Medalha de Guerra”, condecoração que provavelmente tenha sido entregue para ele quando servia, já como Capitão, no 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em 16 de agosto de 1946; e a “Cruz de Combate 2ª Classe”, já mencionada anteriormente, cuja entrega só foi realizada em 20 de fevereiro de 1947, mais de dois anos após o término da guerra.

Figura 7 – Medalha de Guerra e Diploma da condecoração



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

⁴³ Relação de Alterações – Caderneta de Assentamentos do Oficial da Arma de Cavalaria Solon Rodrigues D’Avila.

Novamente é preciso salientar que os marcadores obedecem aos critérios elaborados pelo próprio Solon, em um momento de sua vida em que ele revisita a sua carreira, selecionando os episódios que, possivelmente, contribuíram na reconstituição de suas memórias. Embora não tenha sido possível identificar exatamente em que época (ou épocas) as marcações foram feitas, é plausível considerar que tenham sido produzidas na ocasião em que “estudou” para a entrevista que prestaria para o Projeto de História Oral do Exército sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Quase todos os itens destacados por Solon, com algum dos padrões mencionados, têm alguma relação na construção de seu depoimento. No entanto, existe ainda outro grupo de marcações, encontradas nos “Registros de Alterações”, que está relacionado aos “Elogios” e aos “Louvores”, que como veremos, são quase todos vinculados aos eventos relacionados à campanha da Itália.

Como vimos, a encadernação das “Alterações” compõem, aproximadamente, 165 páginas. Os “elogios” (ou “condutas elogiosas”) e os “louvores” repetem-se por todo o documento, sendo 38 vezes o primeiro e 14 o segundo. Mesmo que ocorram ao longo de toda a carreira, fazendo-se menção de um ou de outro em quase todos os semestres correspondentes aos mais de 32 anos em que serviu ao Exército, apenas aqueles recebidos na década de 1940 recebem a distinção com o giz-de-cera vermelho. O marcador no padrão de “bolinha” (* ELOGIO/LOUVOR) assinala um total de três “Elogios” e dois “Louvores”.

Os “elogios” e os “louvores” podem ser interpretados dentro da lógica dos valores organizacionais, como estabelece a psicóloga portuguesa Ana Filipa Morais Lisboa (2008), em seu estudo sobre os “Valores Militares na Força Aérea Portuguesa”. De acordo com Lisboa, os valores organizacionais se constituem dentro de uma “Cultura Organizacional” que cria, inventa e desenvolve padrões, pressupostos e valores básicos dos quais os membros da organização compactuam. “Os valores remetem para os princípios e critérios utilizados para avaliar as situações, pessoas e ações presentes em declarações sobre a filosofia, a missão e a identidade da organização, e que, por isso, orientam o comportamento dos colaboradores” (LISBOA, 2008, p. 06). A autora compreende, ainda, que os valores podem ser associados a uma ideia de “bem”, remetendo para “os princípios e critérios utilizados para avaliar as situações, pessoas e ações presentes em declarações sobre a filosofia, a missão e a identidade da organização, e que, por isso, orientam o comportamento dos colaboradores” (LISBOA, 2008, p. 06). Embora Ana Lisboa detalhe com maior aprofundamento a relação entre “Cultura Organizacional”, e suas diferentes

abordagens, com a categorização dos “valores organizacionais”, vale-nos aqui utilizar o seu entendimento de “valores militares”.

Genericamente, os termos relacionados aos “valores militares” devem ser, inicialmente, atrelados à noção hierárquica que estrutura as organizações militares. A hierarquia estabelece formalmente os sujeitos por meio de postos e funções e, de acordo com Lisboa, possibilita “uma dependência funcional, essencialmente técnica e consultiva e que permite punir ou louvar os executantes” (LISBOA, 2008, p. 22). À noção hierárquica das Forças Armadas também está relacionada à ideia de “disciplina”, como sendo um dos princípios “fundamentais para o funcionamento e prontidão operacional da Organização Militar, à qual possibilita a articulação e o funcionamento de todos os órgãos, estabelece as relações de comando e funcionais, permitindo o emprego operacional dos seus elementos” (LISBOA, 2008, p. 22). Os valores militares são, então, princípios da “Ética e da Deontologia Militar” que se reflete em comportamentos e condutas “profissionais” que satisfazem “um código moral, por vezes não escrito, semelhante a outros existentes, que se revela superior em exigência” (LISBOA, 2008, p. 22). Um dos “elogios”, assinalado por Solon em sua “Relação de Alterações”, refere-se a sua atuação como 1º Tenente e Oficial de Transmissões do Esquadrão de reconhecimento. A alusão feita pelo então Major Arnaldo Augusto Mota, chefe do Serviço de Transmissões, à Solon, em julho de 1945, contribui para um entendimento do que podem consistir os “valores militares”.

A 25.06.1945, foi público que de acordo com o ofício nº 316-I.S.T., foi elogiado pelo Sr. major Arnaldo Augusto da Motta, Chefe do Serviço de Transmissões nos seguintes termos: "1º Tenente de Cavalaria, Solon Rodrigues D'Avila, durante todas as atividades do Esquadrão de Reconhecimento da 1ª D.I.E., foi o 1º Tenente Solon, o seu oficial de Comunicações. Cumpriu muito bem as suas missões. **Trabalhador, perseverante competente e animado do mais intenso amor à responsabilidade**, soube fazer com que as Transmissões na sua Unidade, jamais deixasse o seu Comandante em dificuldades. Cumpriu sempre bem as ordens do Serviço de Transmissões com o qual manteve serrado contato. Soube preparar e dar as suas ordens de modo que o emprego dos meios de Transmissões à sua disposição, foi muito bem. Na ofensiva da Primavera, quando o Esquadrão de Reconhecimento, ainda mais brilhou na excelente ação de perseguição do inimigo, vencendo toda a sorte de dificuldades e transpondo o Rio Panaro velozmente, foram as transmissões que se impuseram como base de todas as ações; e o seu pessoal de Transmissões, cumpriu muito bem as missões, permitindo assim que o alto Comando, em particular a Seção do E.M. Divisionário pudesse agir com acerto e com muita presença durante o desenrolar dos acontecimentos. Ao Tenente Solon, as felicitações do Major Arnaldo

Augusto da Motta, que assim procede em nome e de ordem do Exmº Sr. General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes⁴⁴.

Percebe-se, então, que as “virtudes militares” são expressas através de termos que salientam as condutas vistas como positivas e que, em algum grau, revelaram-se fundamentais, ou valiosas, para o bom funcionamento do conjunto organizacional. No caso acima, o chefe do Serviço de Transmissões compreendia que as atitudes de Solon produziram-se com valores positivos (“Trabalhador, perseverante competente e animado do mais intenso amor à responsabilidade”), que contribuíram para que “o alto Comando, em particular a Seção do E.M. Divisionário, pudesse agir com acerto e com muita presença durante o desenrolar dos acontecimentos”. Vemos, ainda, que as “condutas” merecedoras de “elogios” são atribuídas num grau descendente da hierarquia militar, sendo, normalmente, feito pela apreciação de um procedimento corretamente praticado por um comandado, no caso um Major avaliando a conduta de um Tenente. Por outro lado, os “valores militares” são condutas que devem orientar pelo “bom exemplo”, sendo, ainda, atributos que devem determinar o carácter do militar no cumprimento dos deveres castrenses.

Cabe destacar que, por vezes, os “elogios”, ou os “louvores”, podem ser concedidos coletivamente, como aconteceu no “louvor” direcionado a toda 1ª D.I.E, pelo General estadunidense, Willis Dale Crittenberger.

Ainda A 22.06.1945, foi elogiado pelo Exmo. Sr. General U.S. Army Willis Dale Crittenberger, nos seguintes termos: Em consequência do elogio do Comandante do IV Corpo, tenho por honra de louvar os oficiais e praças da 1ª D.I.E., pelo muito que cada um fez na esfera de suas atribuições, para que a Divisão alcançasse o alto conceito em que se firmou no Teatro de Operações da Itália, e o faço nos seguintes termos: O esplendido desempenhou dado pelas tropas sob meu Comando, adaptando-se rapidamente as condições e a coordenação de movimentos, recebendo cada nova missão **entusiasticamente** e cumprindo-a com eficiência, é um resultado que se podem justamente orgulhar os oficiais e praças da 1ª D.I.E⁴⁵.

⁴⁴ Relação de Alterações – Caderneta de Assentamentos do Oficial da Arma de Cavalaria Solon Rodrigues D’Avila.

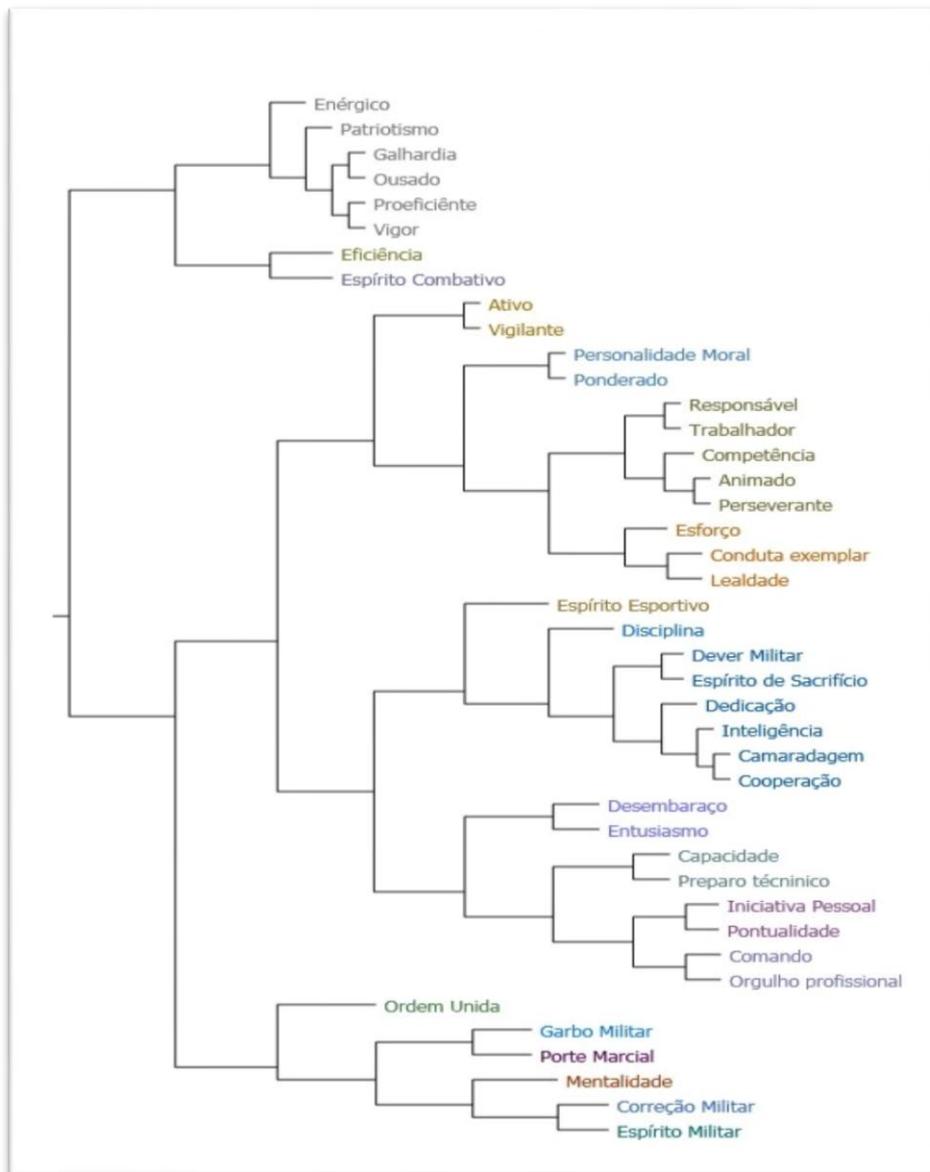
⁴⁵ Relação de Alterações – Caderneta de Assentamentos do Oficial da Arma de Cavalaria Solon Rodrigues D’Avila.

Os documentos aqui analisados foram submetidos ao *software* para criação e análise qualitativa de banco de dados NVivo 11⁴⁶. A codificação de índice “valores militares” não foi encontrada apenas nas “Relações de Alterações” de Solon, ocorrendo, também, em seu diário e nos relatórios do Capitão Plínio Pitaluga. A figura 8 é um mapa de dispersão do cluster⁴⁷ correspondente aos “valores militares” catalogados, um a um, conforme sua incidência nos documentos analisados. O mapa apresenta um resultado bastante interessante, sendo que a distribuição dos “itens” disposta pelo compartilhamento de variância, ou seja, pela correlação linear positiva entre dois itens. Trata-se de padrões similaridade de palavras, nos quais é possível enxergar as conexões entre os “valores militares”.

⁴⁶ O *software* é disponibilizado, gratuitamente, para download através do “Portal do Aluno” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De maneira sucinta, o programa permite a codificação dos conteúdos analisados em diferentes categorias de assuntos, temas, tipo de documento etc.

⁴⁷ Salienta-se que a análise de cluster foi gerada pelo coeficiente de correlação de Pearson.

Figura 8 – Itens em cluster por similaridade de palavras



Fonte: Desenvolvido pelo autor, NVivo 11 (2020).

Ao longo dos anos, os “Cadetes” da Escola Militar do Realengo desenvolviam seus estudos teóricos e práticos de acordo com o rigor da hierarquia e da disciplina militar. O conjunto de atividades curriculares, exigidas para a formação nas instituições de ensino, contribuíram para o desenvolvimento profissional de gerações de militares brasileiros. Mas outro fator, de igual importância, emerge dos anos de convivência com os colegas. Um fenômeno comum das instituições com regime de internado, um senso ligado à “camaradagem”, mas não apenas. Uma noção de identidade coletiva, comum aos membros da corporação. À unidade orgânica de autoconsciência, definida por Samuel Huntington (1996) como um “senso de corporatividade”, confere aos membros de uma profissão um

status que o distingue do leigo – do civil. No entanto, é preferível usar a noção de espírito-de-corpo, desenvolvida por Celso Castro (1995), pois não está exclusivamente atrelada à noção profissional.

O caso da oficialidade militar brasileira, estudada por Celso Castro (1995) é sintomático. O autor recorre ao processo de formação dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, explicando os movimentos que levaram ao golpe da República. É interessante perceber como a sociabilidade dentro do ambiente escolar cria códigos próprios daqueles sujeitos. Códigos que se traduzem num “espírito-de-corpo” e que podemos entender como a “integração e a solidariedade oriundas do ‘encantamento efetivo’ que nasce de poder admirar a si mesmo em seus pares e do sentimento de solidariedade que repousa sobre a comunidade de esquemas de percepção, de apreciação, de pensamento e de ação” (CASTRO, 1995, p. 38). Valores que, na prática, são transformados pelos jovens em um sentimento de superioridade, ou mesmo de vanguarda da nação.

Figura 9 - Carteira de Identidade pertencente ao “Capitão Solon Rodrigues D’Avila”



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

A formação de uma identidade militar é, também, associada à contraposição com a “identidade civil”. A noção de identidade militar, tal qual formulado por Celso Castro em seu “O Espírito Militar” (1990), entende que a formação do militar se opera de diferentes maneiras, constituída por saberes técnicos, próprios da profissão e, também, de saberes sociais, advindos de uma ruptura – abrupta, simbólica e violenta – com a condição de não militar, ou seja, de civil. É uma identidade que se constitui ao longo do período de formação “profissional”, que não é o mesmo de formação militar, tendo em vista que a carreira das armas é progressiva e continuada. A identidade militar é entendida por Celso

Castro ([1990] 2004) como uma maneira pela qual os sujeitos se diferenciam de outros – pejorativamente, os civis são chamados de paisanos – os quais não possuem a mesma condição formativa. Trata-se de uma identidade expressa pela conscientização de si, como possuidor de uma personalidade forjada no ambiente mítico da instituição militar, cujos signos, símbolos, valores e tradições são a têmpera que transforma os Cadetes em comandantes das Armas brasileiras.

A carteira de Sócio Contribuinte do clube de futebol E.C. Internacional é um dos poucos itens dessa coleção que não têm uma ligação exclusiva com a profissão exercida por Solon. Embora se possa ler “Capitão Solon R. D’Avila”, e na fotografia se identifique um militar fardado, a carteira de sócio de um clube de futebol acaba destoando do conjunto que confere a identidade militar dele, criando outros pertencimentos, seja como torcedor “colorado”, como sócio contribuinte de um clube de futebol ou mesmo sua relação com uma instituição não militar. Assim, escreve Lowenthal, “relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos” (LOWENTHAL, 1998, p. 83). Da mesma forma, “recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores” (LOWENTHAL, 1998, p. 83) e, é importante para nossa identidade cuja síntese pode ser evocada a partir de uma sequência de memórias e do envolvimento em uma teia de retrospectiva unificadora.

Figura 10 - Carteira de associação de Solon Rodrigues D’Avila ao Sport Club Internacional



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

No MMCMS, o fundo “Coronel Solon” está disponível para ser pesquisado por arquivistas, por museólogos/as, por historiadores/as etc. Apesar das referências serem

consideradas obviedades, nem sempre os/as historiadores/as, os/as entusiastas de militar ou os/as militares de profissão deixam transparecer que as suas perspectivas de análise também acabam incidindo nos seus objetos de estudos, que refletem as noções neles projetadas. São chaves de leitura que estabelecem delimitações temáticas, teóricas, ou mesmo as escolhas metodológicas, e incidem nos objetos analisados, que refletem os signos procurados pelo pesquisador. Dito de outra forma, Solon e seu arquivo pessoal são objetos desta pesquisa sob a perspectiva da História Militar.

É necessário frisar que a semântica militar que “emana” dos objetos-relíquia do arquivo pessoal, ainda está sendo simbolicamente construída, embora encontre sua razão fundante nas escolhas de seleção e de descarte originalmente operadas pelo próprio Solon. Cabe, então, a indagação de como Solon quis ser lembrado? Ao longo de sua vida ele construiu os critérios que julgou importantes de serem preservados (ou destacados com giz-de-cera vermelho), revelando muitos aspectos de suas identidades como homem, branco, gaúcho, militar, Oficial da Arma da Cavalaria do Exército Brasileiro, veterano de guerra e ex-combatente, “colorado” e etc.

A ênfase na acumulação significa que o titular não produziu necessariamente todos os documentos que integram o conjunto e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental. [...] A produção de documentos não é, assim, o que importa, mas a acumulação que deu origem ao conjunto. É nesse sentido que se pode compreender o “princípio de respeito aos fundos” ou “princípio da proveniência sob o ponto de vista externo” (HEYMANN, 1997, p. 43).

A “coesão” que identifica o conjunto acumulado de objetos em torno da profissão militar do titular acata e “lhe confere sentido, por refletir atividades, dinâmica e critérios da instância responsável pela acumulação” (HEYMANN, 1997, p. 43). A singularidade orgânica conferida por Solon é reiterada por suas filhas, que obedecem a uma “lógica” particular dos objetos originalmente acumulados pelo pai. A lógica dos arquivos é objeto de uma “norma da arquivística expressa no princípio do respeito à ordem original ou princípio da proveniência sob o ponto de vista interno” (HEYMANN, 1997, p. 43). Embora ainda não tenha sido criado um “fundo Coronel Solon” propriamente dito, é possível afirmarmos que o MMCMS é mantenedor da ordem original do conjunto documental, não apenas por preservar seus elementos físicos (através de processos de musealização, higienização, catalogação, etc), mas, fundamentalmente, por sustentar os estigmas originalmente

impostos por Solon em suas “reliquias”. Porém, isso não exclui a possibilidade desses estigmas serem ressignificados, ou sujeitados a outros vetores interpretativos.

A evocação do inexprimível não é rara nas memórias íntimas. Os relatos de experiências místicas, de êxtases ante ruínas antigas ou a floresta profunda, dos momentos sublimes em que o corpo e o espírito se unem pelo amor ou pela amizade manifestam a necessidade de expressar para o outro ou para si mesmo essa transcendência (RANUM, 2009, p. 213).

O autor Orest Ranum (2009) escreve sobre os objetos íntimos que constituem a individualidade dos sujeitos modernos. A miscelânea de objetos acumulados ao longo de vidas recebe a aura de relíquia, guardando neles um poder especial. O poder das relíquias pessoais pode se manifestar por sua qualidade de, ao mesmo tempo, manter viva as memórias, e de conservar a existência e a intimidade de sujeitos. Problematizar a identificação dos conjuntos documentais e dos objetos de origem pessoal, bem como a manifestação concreta da memória individual de seus titulares, permite aos/as historiadores/as “recensar as intimidades sob três rubricas: a dos lugares privilegiados, propícios da relação com o outro; a dos objetos-relíquia, dotados do poder de lembrar de amores e amizades; e a dos registros da existência íntima conservados pela imagem ou pela escrita” (RANUM, 2009, p. 214). Podemos, então, compreender que “cada objeto fala a sua maneira” e, que os arquivos pessoais são compostos por objetos que são, literalmente, relíquias do passado.

Figura 11 - "Dog Tag" ou Placa de Identificação.



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

As relíquias são tangíveis e, nas palavras do autor David Lowenthal (1998), “sobrevivem na forma de características naturais ou de artefatos humanos [...], mas nenhum objeto ou vestígio físico são guias autônomos para épocas remotas; eles iluminam o passado apenas quando já sabemos que eles lhe pertencem” (LOWENTHAL, 1998, p. 149). Assim, nem todos os objetos são transformados em relíquias, apenas aqueles aos quais se engastam noções de tempo, de passado, de memória e de história. As relíquias são marcadas pelo tempo, assim como são os objetos que fazem referência à profissão de Solon, e que possuem marcas simbólicas da pessoa que os guardou. As relíquias possibilitam que o “eu” possa “expressar-se por meio de um parágrafo, uma assinatura, de um lema ou até mesmo do x traçado na presença do notário” (RANUM, 2009, p. 212). Os objetos-relíquia carregam consigo as memórias íntimas (ou do privado, do ser), imbuídas da capacidade e evocarem apenas algumas dimensões do passado.

No passado, através de emoções, gestos, preces e sonhos, o indivíduo associou determinados espaços e certos objetos a seu ser, que dizem ao íntimo de seu ser. A lembrança-espaço (em especial o jardim fechado, o quarto, ruelle, o gabinete ou o oratório) e a lembrança-objeto (o livro, a flor, a roupa, o anel, a fita, o retrato ou a carta) são muito particulares, pertenceram a alguém único no tempo e no espaço; todavia, seu sentido é codificado e perfeitamente compreensível para os outros (RANUM, 2009, p. 211).

Para além da materialidade dos objetos, os historiadores/as procuram a “reflexão interior” neles incutida. A “posse de um objeto partilhado não exclui a possibilidade de graças a ele, penetrar em uma intimidade particular” (RANUM, 2009, p. 212). Assim, as relíquias são importantes espécimes do tempo pretérito, capazes de projetar lembranças para aqueles que dominam suas chaves de acesso. A capacidade de detectar o passado determina a condição de se perceber um artefato como relíquia, por conseguinte, a percepção das formas das relíquias demanda não apenas uma diferenciação entre aquilo que é remanescente de uma época passada do presente, mas, também, da possibilidade e da disposição de se perceber essas diferenças de tempos. Mas para percebermos o passado nas coisas, também é preciso saber reconhecê-lo, ou seja, possuímos no presente os segredos do criptograma que é o tempo anterior ao nosso. A possibilidade de reconhecermos uma época está diretamente relacionada com a frequência com que as vimos, ou a seus similares anteriormente. Para reconhecer suas condições de relíquias precisamos evocar circunstâncias distintas das do presente, porém muito dissimilares.

Um elemento importante para determinar a semântica militar do Coronel Solon é a maneira pela qual ele preservou a Si. Ou seja, aqui vimos que as relíquias são, também, uma forma de escrita de si, uma maneira pela qual Solon imbuiu os “seus papéis”, as suas anotações, os seus documentos, o seu diário e as suas cartas, as suas fotografias e os seus assentamentos, as suas medalhas, os seus diplomas, os seus troféus e os seus “suvenires de guerra” de seu testemunho “de uma era que lhe dá perenidade contra a fatalidade do esquecimento” (CUNHA, 2015, p. 253). Há, assim, “vários tipos de recordação, desejadas e espontâneas, adquiridas e inatas, revelam aspectos diversos de coisas passadas, associadas para mostrar o passado como um todo” (LOWENTHAL, 1998, p. 77). Uma prática que nos força a observar e a perceber esse arquivo como uma maneira pela qual Solon contou o amontoado de ocasiões distintas de sua vida, mas dando-lhes uma guia especificamente ligada à vida militar.

As opções por determinados itens, em detrimento de tantos outros, remete a acontecimentos igualmente selecionados. À seleção vincula-se a uma narrativa, cujo cerne está naqueles eventos singulares de sua experiência militar. Solon constrói uma narrativa de si e de suas experiências, selecionando, também a identidade de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira. O arquivo pessoal de Solon Rodrigues D’Avila é, por fim, uma reafirmação deliberada de sua identidade militar, centrada na sua experiência como Oficial do 1º Esquadrão de Reconhecimento da FEB. O conjunto material do seu arquivo recebe um *status* de relíquia de guerra e, como tal, “merece” ser preservado. O espaço escolhido, não só irá manter a integridade material das relíquias, mas, fundamentalmente, consolidará aquela identidade. Por sua vez, as identidades de militar, de ex-combatente, de veterano, de “pracinha”, de “febianos” etc, ocuparão um plano preponderante sobre a sua existência, podendo, inclusive, esconder, ou mesmo apagar qualquer vestígio de outras possibilidades que se distanciem da identidade que se espera ver reconhecida.

Por sua vez, as representações que Solon elabora a partir de suas relíquias de guerra – especialmente do seu manuscrito – conferem a elas uma aura de “testemunhas” de um tempo pretérito. Guardiãs das “memórias” de suas experiências de guerra que, de igual maneira, encontram e dão sentido às memórias compartilhadas com outros/as veteranos/as.

Vimos, ao longo do capítulo, que a historiografia militar brasileira tem procurado responder novos questionamentos a respeito da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O estudo das trajetórias individuais de militares brasileiros que lutaram na campanha da Itália possibilita a melhor compreensão do próprio conflito. Desse modo, os arquivos pessoais desses sujeitos são recursos valiosos para os/as historiadores/as, pois

possibilitam que questionemos a importância e o impacto da guerra na elaboração das suas memórias e das suas identidades. No caso do “Coronel Solon”, vimos que a sua identidade está vinculada a uma “vida” de militar e como essa formulação identitária, embora entremeada por ressentimentos e mágoas, exalta como um “valor positivo” de militaridade, a sua participação na Segunda Guerra Mundial.

Tendo em vista o questionamento originalmente proposto, no próximo capítulo analisar-se-á a “carreira” militar do personagem Solon Rodrigues D’Avila. As etapas de sua “formação militar”, desde o ensino básico, no Colégio Militar de Porto Alegre, até o voluntariado para a vaga de Oficial das Ligações e Transmissões do 1º Esquadrão de Reconhecimento, etapas que são importantes para se perceber a identidade “profissional” de nosso personagem.

CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO OFICIAL DA ARMA DA CAVALARIA SOLON RODRIGUES D’AVILA

A educação numa academia militar é a primeira e a mais crucial experiência de um soldado profissional – Morris Janowitz, 1967, p. 129.

A profissionalização da carreira militar, fenômeno que se desenvolve no continente europeu, entre os séculos XVII e XIX, vinculou os exércitos aos Estados Nacionais. O processo que decorre da complexificação dos exércitos como burocracias estatais, em concomitância à gradual formulação de normas, jurisdições, e a consolidação de doutrinas militares e de princípios como a disciplina e a hierarquia, gerou a necessidade de administrar recursos e pessoas. À necessidade de organizar mecanismos de controle, de ordem e de vigilância pelos Estados “modernos” ensejou, no âmbito militar, o aparecimento de dispositivos disciplinares que regulamentassem a ação dos soldados em tempos de guerra e em tempos de paz.

Conforme o Brasil se tornava uma nação “independente”, o funcionamento de um aparato militar faz-se cada vez mais essencial, pois, além de defender e conservar os limites territoriais da nação, também desempenhou um papel historicamente importante para a manutenção da ordem social e política. A construção dos Estados Nacionais, nos séculos XVII e XVIII, foi precedida, ou mesmo acompanhada por uma intensa formalização dos instrumentos de regulação dos exércitos nacionais, desenvolvendo-se, com maior destaque, nos países europeus e nos EUA. No Brasil não foi diferente, entretanto é no século XX, com a República, que o Exército Brasileiro adquire uma “estrutura orgânica”, moderna e profissionalizada (SVARTMAN, 2012, p. 285). Embora a profissionalização das Forças Armadas brasileira não seja exclusividade do século XX, é neste século que ela adquire aspectos dinâmicos que muito se distinguem do antigo Exército Imperial. “Com o fim da monarquia e o início da República faltava, no Brasil, o sentimento de comunidade, de identidade coletiva (que é o cimento da nacionalidade, faltava ainda uma nação, e o sentimento de pertencimento)” (RODRIGUES, 2017, p. 63). A construção de uma identidade nacional é outro elemento que impulsiona os anseios “modernizadores” no ambiente castrense, tendo especial relevância entre os anos de 1904 e 1946 e, em especial, ao longo da “Era Vargas” (1930-1945).

Nas primeiras décadas do século XX, estendendo-se até hoje, ocorre que Celso Castro descreve como a “Invenção do Exército Brasileiro” (CASTRO, 2002). Trata-se de

um amplo processo de “invenção”, em que Castro busca enfatizar “o caráter de permanente invenção da cultura humana” (CASTRO, 2002, p. 11), delimitado pelas possibilidades históricas que se desdobram. É no período que se cria:

Uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira. Vencidas as resistências internas e externas e os projetos alternativos, chegou-se a um arranjo organizacional e simbólico que vigorou, com poucas modificações, por mais de meio século (CASTRO, 2002, p. 13).

Os arranjos simbólicos são fatores importantes para a constituição da identidade militar brasileira, contudo não são os únicos. O próprio Celso Castro, em seu “O Espírito Militar” ([1990] 2004), descreve como os cadetes da AMAN⁴⁸ vivenciam a socialização profissional dentro de uma instituição de ensino superior militar. O autor descreve momentos nos quais os “Cadetes” adquirem os saberes indispensáveis para o exercício profissional que vão desempenhar, e, fundamentalmente, quando aprendem o que é ser militar. O “ser militar” é, portanto, algo que ultrapassa os saberes técnico-profissionais do ofício e da gestão disciplinada da violência, e também, os saberes “inventados”, vinculados às tradições.

O problema do desenvolvimento técnico profissional militar é, portanto, foco do capítulo, que busca compreender o “momento dos fundamentos” para a carreira profissional de Solon Rodrigues D’Avila. Veremos que sua “trajetória militar” se inicia em 1930, com o ingresso no Colégio Militar de Porto Alegre, seguindo, em 1936, para a Escola Militar do Realengo, da qual sai Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria da turma de 1939. Ao longo das primeiras décadas do século XX, o ensino militar brasileiro sofreu diversas reformas que buscavam “modernizar” a formação profissional dos futuros Oficiais do Exército. Para a compreensão do fenômeno usaremos a noção de emulação militar, no objetivo de demonstrar algumas práticas previstas nos regulamentos das instituições de ensino militar brasileiro, e de que modo os oficiais brasileiros eram formados durante o período em que Solon esteve nessas instituições.

3.1 O ENSINO MILITAR NO BRASIL (1930-1939)

⁴⁸ Academia Militar das Agulhas Negras. Instituição militar de ensino superior dedicada à formação de Oficiais do Exército.

A presença de Solon Rodrigues D’Avila em uma instituição de ensino do Exército precede ao seu ingresso no Corpo de Cadetes da Escola Militar do Realengo (EMR). Com 13 anos, proveniente da cidade de Vacaria, é matriculado no Colégio Militar de Porto Alegre⁴⁹ (CMPA). Neto do Coronel da Guarda Nacional, Libório Antônio Rodrigues, Solon teve como fiadora de seus estudos, Virgínia Teixeira Rodrigues, sua mãe. De acordo com a senhora Eliane D’Ávila, filha de Solon, a vontade da senhora Virgínia foi preponderante para a escolha da profissão de seus filhos. Pois seria “*moda naquela época, não interessava se ia ou não ser militar, então ela botou o pai e o tio Leco*⁵⁰ no Colégio Militar. *Aí os dois viraram militares*” (D’AVILA, 2017). A vontade da mãe preponderou à do pai, Tristão D’Avila Pinto, que, segundo Eliane, não seria tão favorável ao ingresso dos filhos no Exército. Ela entende que seu avô “*preferia que eles trabalhassem em qualquer canto lá em Vacaria, mas que sua avó disse não*”⁵¹. Embora seu irmão Dilermando tenha seguido a mesma profissão, o outro irmão, Cícero Rodrigues D’Avila, não fez a mesma escolha. O último teria permanecido “civil” e construído sua vida nas fazendas de Vacaria.

Naquela época de Vacaria, apesar de serem famílias abastadas e fazendeiros; eles tinham muita terra. Mas meu pai não queria ficar em fazenda, cuidando de gado. E naquela época ser militar era um prestígio. Tanto é que o pai dele, que é o Tristão D’Avila Pinto, queria que ele ficasse na fazenda, ficasse ajudando um dos tios que tinha uma loja, uma coisa assim. Meu pai disse não queria isso, que queria ser militar. E isso pequeno; Ele estava no Colégio Militar, ele veio para cá com 11 ou 12 anos. O vô era contra, mas a mãe, a Rodrigues, filha do Libório, fez tudo pro meu pai ser militar. Contra a vontade do Tristão (D’AVILA, 2017).

A chegada em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, marcou não só uma nova etapa na educação de Solon, mas o distanciamento, ainda que temporário, de sua mãe, pai,

⁴⁹ Infelizmente a bibliografia a respeito do Colégio Militar de Porto Alegre não é ampla, o que dificulta um melhor detalhamento do período que Solon lá esteve como aluno, entre os anos de 1930 e 1935. Os trabalhos que tratam sobre o “Casarão da Várzea”, um dos nomes atribuídos aos prédios que compõem o CMPA, abordam períodos distintos daquele aqui estudado. O funcionamento da instituição tem uma cronologia marcada por rupturas. A instituição é criada no século XIX, tendo funcionado até seu fechamento, em 1911. Este período foi trabalhado por Laudelino Medeiros (1992), no livro “Escola Militar de Porto Alegre”, onde também aborda o processo de edificação do “Casarão da Várzea” – construção dos prédios que se localizam a Rua José Bonifácio, número 363, bairro Farroupilha em frente ao Parque Farroupilha, popularmente conhecido como Redenção, na cidade de Porto Alegre.

Entre os anos de 1911 e 1938, o “Casarão da Várzea” funcionou como “Colégio Militar de Porto Alegre”. Em 1938 o CMPA foi fechado, dando lugar à “Escola Preparatória de Porto Alegre”, que funcionou no local até o ano de 1961, quando também foi fechada. Em 1962, o prédio foi reaberto, novamente como Colégio Militar de Porto Alegre, o qual funciona até hoje como um dos colégios Sistema Colégio Militar do Brasil. É preciso destacar que há um hiato entre os períodos de funcionamento do Colégio, e que aqui trabalharei apenas com o primeiro, que corresponde ao período de 1912 e 1938.

⁵⁰ O irmão de Solon, Dilermando Rodrigues D’Avila (tio Leco), também se graduou Oficial do Exército.

⁵¹ A genealogia de sua família é mais bem desenvolvida no primeiro capítulo, assim como aspectos da infância nas fazendas de Vacaria.

irmãos e irmãs, primos e primas, e demais parentes. Um menino que tinha os privilégios de uma vida abastada, ainda que vivesse entre as fazendas de criação de gado e uma cidade de população bastante reduzida (Vacaria), chegava à capital do estado numa época em que essa era um dos principais centros políticos do país. No Colégio Militar de Porto Alegre viveria em regime de internato, conforme determinava o regulamento da instituição, convivendo diariamente com professores militares e colegas de diferentes origens sociais. Os anos de internato no Colégio da capital sul-rio-grandense aparecem pouco nos documentos consultados, mas deles é possível revisitar o período de formação básica de Solon. Seria um período fundamental de sua formação e determinante para o futuro ingresso na Escola Militar do Realengo.

Em comparação com outras instituições militares de ensino, a Escola Militar do Realengo, ganha destaque e importância não apenas por ser a formadora de gerações de militares que tiveram enorme destaque no cenário político brasileiro⁵², mas, também, por marcar o desenvolvimento de noções técnicas e de profissionalismo militar da oficialidade brasileira. Durante os quarenta anos que a Escola Militar funcionou em Realengo (1904 a 1944) ocorreram nove⁵³ reformas regimentais, sempre em busca de um aprimoramento profissional e de novos rumos no que se relaciona ao enquadramento militar e ao currículo. Veremos, no entanto, que estas reformas não são frutos genuinamente brasileiros, tendo sofrido fortes influências estrangeiras, cada uma há seu tempo, sendo resultado de um processo de emulação militar que visava reproduzir os saberes técnico e profissional de países como Alemanha, França e Estados Unidos.

Ainda assim alguns aspectos deste processo são efetivamente pouco trabalhados pela historiografia militar brasileira, sendo importante vermos como as transformações regimentais estruturam o ensino superior militar a época da formação de Solon Rodrigues D'Avila. Portanto, é interessante estabelecer um panorama sobre a evolução das estruturas curriculares dos Colégios Militares e da Escola Militar do Realengo nos anos que antecedem o ingresso de Solon na carreira das armas, numa conjuntura de reformulações empreendidas pela Missão Militar Francesa (MMF).

⁵² Na tese “Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964” o professor Eduardo Munhoz Svartman (2006) aborda a relação entre a formação profissional, formação política e a ação política extra-militar de 24 generais identificados com o polo intervencionista-controlador do Exército Brasileiro que esteve envolvido nas conspirações que levaram à derrubada do governo João Goulart em 31 de março de 1964.

⁵³ As reformas são: 1905, conhecida como Mallet-Argolo; 1913, Marechal Hermes; 1918, Caetano de Faria; 1919, General Alberto Cardoso e Aguiar; 1924, Ministro Setembrino de Carvalho; 1929, Sezefredo dos Passos; 1934, Góes Monteiro; 1940, Dutra e 1942, Dutra.

3.1.1 EMULAÇÃO MILITAR E A MISSÃO MILITAR FRANCESA

No Brasil, a criação do Estado Maior do Exército, em 1896, foi inspirada no modelo do Exército Alemão. Em 1904, após a revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, o ensino militar é deslocado do Rio de Janeiro para outras regiões. No período, o então presidente Hermes da Fonseca e o ministro Rio Branco empreenderam esforços para “modernizar” o Exército. Além da lei do sorteio, adotam medidas sugeridas pelo então ministro Rio Branco, e que provocaram grande impacto para o treinamento de Oficiais: o envio de jovens Oficiais para servirem arregimentados no Exército alemão, considerado dos mais bem organizados da época. Conhecidos como Jovens Turcos⁵⁴, os oficiais que estagiaram na Alemanha criam a revista “A Defesa Nacional”⁵⁵, cujo propósito era difundir as ideias adquiridas na Europa. A influência da revista e dos “Jovens Turcos” foi fundamental para a adoção de práticas reformadoras do Exército. Contudo estas reformas devem ser compreendidas como “um limitado esforço de emulação do modelo prussiano” (SVARTMAN, 2016, p. 363).

No intuito de melhor aparelhar e aperfeiçoar o desempenho das funções militares, as elites dirigentes brasileiras buscavam modelos europeus para organizar as Forças Armadas do país. A contratação de Missões Militares por países latino-americanos deu-se dentro de uma lógica competitiva entre Estados, dominada pela noção de “nação em armas”, na qual as Forças Armadas, além de terem a função de defesa, ganham a função de “escola de nacionalidade”. Embora não seja um fenômeno exclusivo dos Estados latino-americanos, visto que também foi reproduzida em países como a Rússia, de Pedro o Grande, o Império Turco-Otomano, o Japão Meiji e etc, exemplos bastante conhecidos de “ocidentalização” das Forças Armadas por meio da contratação de missões militares estrangeiras. Na América Latina, os Estados optaram por países como Alemanha, França, Inglaterra e posteriormente Estados Unidos, como modelos para o aprimoramento de suas forças de terra, mar e ar.

⁵⁴ Inicialmente pejorativa, a referência é feita aos jovens oficiais reformadores militares de Mustafá Kemal. Os oficiais turcos também estagiaram na Alemanha e foram responsáveis por reformularem as Forças Armadas do Império Turco-Otomano, que durante a Grande Guerra 1914-1918 foi aliada da Alemanha.

⁵⁵ Um contundente estudo sobre o projeto de modernização do Exército Brasileiro é feito por Fernanda de Santos Nascimento, a historiadora analisa as propostas dos militares redatores da *Defesa Nacional*, bem como as reivindicações a favor de uma maior profissionalização e especialização das Forças Armadas brasileiras. Bem como a série de debates sobre instrução, hierarquia, promoção, efetivos, equipamentos, e a organização geral do Exército e Ministérios da Guerra. Ver: NASCIMENTO, Fernanda de Santos A revista *A Defesa Nacional* e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). PUC-RS, 2010.

A “modernização” desses países, que teve como primeiro (e irreversível) passo a introdução de técnicas e procedimentos militares europeus, não foi a intenção original de seus promotores, que em princípio desejavam apenas melhorar o estado de suas Forças Armadas. Porém, cedo ou tarde, tal introdução obrigou a adoção de medidas internas que teriam efeitos profundos. A “europeização” das Forças Armadas constitui o principal canal da civilização europeia nessas sociedades (CASTRO, 1995, p. 41).

O movimento empreendido pelas elites dirigentes brasileiras na intenção de melhor capacitar as Forças Armadas e a indústria de defesa remontam ao início do século XX. Em decorrência de um clima de corrida armamentista, o Brasil realiza movimentos visando à renovação de sua Marinha, com a aquisição de navios ingleses e novos armamentos para o Exército. Além da atualização do material bélico, são promovidas ideias para a contratação de missões estrangeiras e para a reestruturação da força terrestre.

A modernização das Forças Armadas, e especificamente do Exército Brasileiro, “pode ser lido pela via da emulação militar” (SVARTMAN, 2016, p. 364). Eduardo Svartman (2016), ao analisar sob uma perspectiva comparada os modelos organizacionais decorridos da vigência da Missão Militar Francesa (1919-1939) e dos acordos militares firmados entre Brasil-Estados Unidos entre 1942 e 1952, chama atenção para a teoria da “emulação militar” desenvolvida por João Resende-Santos. A teoria da emulação militar compreende como “uma imitação deliberada por um Estado de qualquer aspecto do sistema militar de outro Estado que se baseia em seu próprio sistema militar” (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 9). Um procedimento que nem sempre é totalmente espontâneo, mas que consiste numa sistemática incorporação das técnicas e das práticas militares de um Estado por outro. Veremos que algumas iniciativas de “emular” o sistema militar de outro país podem ser expressas por meio de traduções de manuais, regulamentos e de currículos dos sistemas de ensino militar, bem como a aquisição de armamentos e de outros artigos que buscavam “modernizar” o Exército Brasileiro.

O autor João Resende-Santos define três aspectos a serem considerados quando se trabalha com a noção. Primeiro, a emulação militar é um ato consciente e voluntário. Envolve uma decisão deliberada de copiar, em parte ou no todo, o sistema militar de outro país. A existência de diversas maneiras pelas quais as práticas militares de Estados se espalham e convergem. “Historicamente, a coerção e a imposição externas têm sido salientes na vida dos Estados. Da mesma forma, é provável que haja casos ambíguos que fazem fronteira entre a emulação voluntária e a coerção” (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 10). Entretanto, a constituição dos Estados latino-americanos – como é caso brasileiro – se

opera dentro de uma lógica própria, onde o transplante de modelos estrangeiros adquire outra ambientação.

A vitória da França e seus aliados na Grande Guerra de 1914-1918 foi um elemento importante para a definição da opção brasileira em contratar a missão militar daquele país. As transformações tecnológicas revolucionam as maneiras de praticar guerra, porém, também geraram o primeiro grande morticínio do século XX. O embate entre as potências europeias retumbou por todo o globo. No Brasil, o conflito causou impacto de diferentes formas. Embora tenha tido uma participação militar pouco significativa⁵⁶, a repercussão da Grande Guerra influenciou diretamente nas escolhas tomadas pelas lideranças políticas e militares brasileiras do período. Assim, temos um importante conjunto de reformas que afetaram muito a evolução do Exército Brasileiro, provocando reformulações estruturais e aumento de orçamentos da União.

O historiador José Murilo de Carvalho (2005) apresenta os dados relativos aos aspectos estruturais da organização militar ao longo da primeira metade do século XX. No período pós-guerra, e do início da atuação da Missão Militar Francesa, o número de oficiais graduados cresce vertiginosamente. De 2.718 em 1915, para quase o dobro em 1929, chegando ao número de 5.135. O número de praças também segue o padrão de crescimento, tendo os efetivos legais do Exército um aumento de aproximadamente 20 mil em 1910, para 42.977 em 1920 (CARVALHO, 2005, pp. 30-31). Com base nos números trazidos por José Murilo de Carvalho, pode-se afirmar que a Grande Guerra foi um divisor de águas entre o que era antes um pequeno exército, talhado em modelos antiquados.

Com a guerra, e depois desta, vieram as reformas substanciais de estrutura, os sorteios foram aplicados, os orçamentos se fizeram mais generosos, realizaram-se efetivos de maior porte, construíram-se quartéis, compraram-se armas automáticas e canhões, ampliaram-se arsenais e fábricas, o ensino militar adquiriu novo tom (MOTTA, 1976, p. 218).

⁵⁶ A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial pode ser dividida em três estágios. O primeiro de 1914 a 1917, onde o país declarava-se neutro frente aos beligerantes. O segundo momento foi de ruptura da neutralidade, com o ataque alemão e afundamento de um navio brasileiro na costa da França. Por último o envio de uma missão médica que operou junto ao exército francês e, ainda, uma missão preparatória que foi posta a disposição do Estado Maior francês, cuja finalidade era adquirir experiência e conhecimento das modernas táticas de organização e combate empregadas no *front* ocidental. Vinte e seis oficiais brasileiros foram para a França para estudos e compra de material. “Alguns desses oficiais ficaram à disposição do Exército aliado e foram autorizados a servir em qualquer ponto e ser empregados em combates” (RODRIGUES, 2010, p.107). Um dos oficiais enviados para esta missão militar foi o então tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que posteriormente viria se tornar um dos principais reformadores do Exército Brasileiro, e em especial das Escolas Militares.

A ascensão de Francisco de Paula Rodrigues Alves à presidência da República, pela segunda vez (o primeiro mandato ocorreu entre os anos de 1902-1906), foi o impulso necessário pela definição pelos franceses. De fato Rodrigues Alves pouco pode fazer, pois viria a óbito em decorrência da Gripe Espanhola. O vice-presidente, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, mineiro, assume interinamente o principal cargo do Executivo, em 15 de novembro de 1918, herdando o ministério indicado pelo paulista Rodrigues Alves. Os profundos laços da elite paulistana com a França resultaram, “primeiro, na escolha de um ministro da Guerra pró-francês e, segundo, na negociação de um contrato para uma missão militar com o governo da França” (McCANN, 2009, p. 257). O ministro da Guerra, general-de-brigada Alberto Cardoso de Aguiar, era tido como convicto francófilo. De acordo com o autor estadunidense Frank McCann (2009), a empatia do Ministro da Guerra por Paris certamente pesou politicamente a favor da contratação da Missão Francesa.

O general Cardoso de Aguiar empenhou-se em favor dos franceses. Já em 29 de dezembro [de 1919] dissera ao general Tasso Fragoso que contrataria oficiais franceses. Pouco depois, em 4 de dezembro, telegrafou a Malan avisando que a decisão estava tomada e pediu-lhe que sugerisse um general para chefiar a missão. Especificou: “Não quero apenas indiscutível competência técnica quero também general moço, sadio grande descortinado com equilíbrio qualidades necessárias delicada incumbência será confiada”. O general escolhido deveria vir ao Brasil para ver pessoalmente o que teria pela frente, e depois retornar à França para montar sua equipe (McCANN, 2009, p. 257).

O Decreto nº 3.741 de 28 de maio de 1919⁵⁷ autoriza o Brasil a contratar, na França, uma missão militar para fins de instrução no Exército. Em 08 de setembro daquele ano o contrato é assinado. Os efeitos práticos da MMF foram sentidos quase que de imediato. Em 1919 a criação da escola de Aviação, no Campo dos Afonsos foi obra de um primeiro grupo de instrução incorporado à missão, permitindo que, já naquele ano fossem apresentados os primeiros pilotos. Os termos do contrato asseguraram importantes encomendas de aeronaves à indústria francesa. Antes disso, o Brasil já havia adquirido material junto à França, o que também pendeu favoravelmente à contratação da Missão Francesa.

A MMF só chegaria à Escola Militar do Realengo em 1924, na gestão do General-de-Divisão Fernando Setembrino de Carvalho, levando com ela um novo regulamento de ensino, construído por conta dos acontecimentos ocorridos em julho de 1922. “Do ponto de vista político, a revolta da Escola Militar em 1922 significava o retorno de movimentos

⁵⁷ Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3741-28-maio-1919-571040-publicacaooriginal-94146-pe.html>. Acesso em 14 set. 2019.

rebeldes como o que acontecera em novembro de 1904 [...], talvez em parte, pelos excessos disciplinares que a “Missão Indígena” impusera a seus alunos” (RODRIGUES, 2010, p. 109). Muitos são os elementos presentes nas revoltas de 1922, não sendo o foco deste trabalho. Contudo, no que consiste a Escola Militar do Realengo, o historiador Fernando da Silva Rodrigues compreende que essas revoltas estão, em parte, ligadas aos regulamentos daquela instituição militar de ensino superior.

É preciso, então, salientar que o primeiro conjunto de reformas promovidas na instituição se dá no contexto da Grande Guerra, sendo denominados por Jehovah Motta (1976) como “*Estatutos Gêmeos*”. Os regulamentos teriam sido elaborados num período de tempo muito curto, entre 1918 e 1919 sendo os primeiros a refletir ideias advindas da experiência militar da guerra, com inovações no quesito de emprego de armamentos e tática. O Regulamento de 1919 era visto criticamente pelo então Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, como um currículo eminentemente prático. O Ministro Calógeras defendia “o retorno do ensino de cultura geral, que seria aplicado junto com o ensino prático de forma a assegurar, na formação dos oficiais, elementos que pudessem solucionar os diversos problemas da profissão” (RODRIGUES, 2010, p. 111). O ministro cogitava um ponto de equilíbrio entre o ensino prático e teórico, e defendia que os instrutores franceses, recém-chegados ao Brasil, atuassem diretamente na EMR, o que de fato só viria a acontecer em 1924. O predomínio da prática sobre a teoria foi central no Regulamento de 1919, que definia o regime da EMR um internato destinado a ministrar aos alunos os conhecimentos necessários para o desempenho de funções de oficial de tropa de cada uma das quatro armas (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia), até o posto de capitão⁵⁸.

Já o Regulamento da Escola Militar de 1919, quando Delfim Moreira era o presidente do Brasil e o General Alberto Cardoso de Aguiar era ainda o ministro da Guerra, definiu que, nos estabelecimentos de ensino militar, deveriam ser ministrados apenas conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de capitão. A reforma de 1919 obrigava o oficial a manter constante aperfeiçoamento

⁵⁸ A hierarquia militar é distribuída em duas classes: Praças, classificados em graduações; e Oficiais classificados por postos. Essas classes se subdividem em outras de acordo com o nível de responsabilidade e qualificação profissional. A cada grau hierárquico corresponde uma insígnia regulamentar. No caso brasileiro a hierarquia militar ascende da seguinte maneira: Praças, divididos em Recrutas, Soldados e Cabos; Suboficiais divididos em Subtenentes e Sargentos, divididos em Terceiro Sargento, Segundo Sargento, Primeiro Sargento e Subtenente. Já os Oficiais são divididos em Subalternos, Intermediários, Superiores e Generais. O Oficialato ascende hierarquicamente de acordo com o posto, sendo: Oficiais Subalternos os Segundo Tenente e Primeiro Tenente; Os Oficiais Intermediários ocupam o posto de Capitão, e os Superiores os postos de Major, Tenente Coronel e Coronel. Os Oficiais-Generais são ordenados em General-de-Brigada (Duas Estrelas), General-de-Divisão (Três Estrelas), General-de-Exército (Quatro Estrelas) e Marechal (Cinco Estrelas).

em sua profissão, enquanto durasse sua carreira no Exército, conforme era feito nos Exércitos europeus (RODRIGUES, 2016, p. 92).

O ensino na escola previa cinco cursos, distribuídos entre os três anos de estudos. O primeiro ano destinava-se para o curso fundamental, comum para todos os alunos ingressantes. Os dois anos seguintes previam-se quatro cursos especiais, um para cada arma. As disciplinas práticas dominam o currículo, e se configuram por assuntos destinados aos diversos aspectos da atividade profissional. Em 1919, a Escola é moldada segundo padrões nitidamente militares, com um currículo voltado fundamentalmente para os assuntos profissionais militares, objetivo perseguido desde 1905. De fato, no currículo de 1919, o aproveitamento do tempo escolar era praticamente todo voltado ao ensino prático “rigoroso e absorvente, e com um regime disciplinar severo, que por vezes até se reveste de uns certos toques de prussianismo. Além disso, nesse ano, o número de alunos eleva-se a setecentos e cinquenta, o que obriga a ampliação das instalações escolares” (MOTTA, 1976, p. 264). Outra importante mudança no regulamento de 1919 afetava diretamente a progressão da carreira militar, que passava a depender também da frequência a instituições de ensino militar superior, ou seja, os Oficiais que desejassem ascender a postos superiores ao de capitão eram obrigados a realizar novos cursos, como a Escola de Aperfeiçoamento de Armas, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), Escola de Estado-Maior (EEM), dentre outras. O cerne da estrutura organizacional da carreira militar estava atrelado a um padrão que se pretendia “meritocrático” e, em muitos aspectos, ainda está em vigor.

O estatuto de 1919 “objetivava não só articular estreitamente a Escola à tropa, como coloca-la em pé de igualdade com esta, no que diz com os processos de instrução” (MOTTA, 1976, p. 263). A questão parece ser fundamental ao longo dos anos, ou seja, a evolução e o progresso didático da escola parecem nem sempre seguir o que era praticado na realidade. Aquilo que estava previsto nos textos dos estatutos de 1918-1919 nem sempre encontravam correspondência no cotidiano. É um resultado muito comum em países que “emulam” sistemas militares de outros mais desenvolvidos, o que leva a um verdadeiro descompasso entre o pretendido e a realidade praticada. No caso da EMR, temos:

O desaparecimento material da Escola era muito grande: laboratórios paupérrimos, para a Física e para a Química, poucos recursos do instrumental topográfico, ausência muitas vezes completa dos “meios auxiliares” do ensino. Por outro lado, não eram menores as carências de ordem pessoal. A direção do ensino, exercida por comandantes a quem faltava a compreensão exata dos novos textos, não se fez atuante no

sentido de assegurar-lhes a devida execução. O organismo de administração escolar era frágil, não tinha condições para realizar um planejamento e um controle adequados. E, finalmente, o corpo docente, formado na prática e na exaltação do ensino verbal, preso a hábitos e atitudes arraigadas, permaneceu indiferente, quando não hostil a procedimentos didáticos que lhe exigiam mudanças de concepção e reestruturação de experiências (MOTTA, 1976. p. 263).

Em que pese o ensino teórico se passasse dessa maneira, Motta (1976) afirma que o “ensino prático”, ou a “instrução militar” era diferente de outras épocas. Os instrutores eram majoritariamente ligados ao pensamento dos Jovens Turcos e a Missão Indígena, e atuavam de forma bastante rigorosa com a disciplina e voltavam-se aos ensinamentos práticos das inovações ocorridas na Europa. Em 1922, o país é agitado pelo movimento tenentista, o que interrompe o esforço profissionalizante do Exército. A rebelião foi apenas parcial, mas afetou duramente a EMR. Os alunos, na sua maioria, aderiram ao movimento que acabara derrotado. O acontecimento teve consequências quase imediatas e de vulto. Quase a totalidade dos alunos foi expulsa da Escola, havendo uma mudança do comando. A sedição na Escola Militar marcou o fim da Missão Indígena, e foi responsável por abrir espaço para penetração da Missão Militar Francesa em 1924.

Bertrand Badie e Guy Hermet (1990) desenvolvem a noção de “dinâmicas órfãs” para explicar o aparecimento de Estados periféricos, onde enquadram os países da América-latina. A noção pode ser aproximada ao modelo teórico desenvolvido por Resende-Santos, que enuncia o aparecimento de uma relação de dependência do país emulador para com o país emulado. Um segundo aspecto relativo à teoria da emulação militar entende que há “similaridade, mas não podemos realisticamente esperar uma cópia de carbono idêntica” (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 12). Em não sendo uma replicação perfeita, o fenômeno expõe limites práticos e humanos para cópias exatas, produzindo modelos híbridos. Dadas às condições diferenciadas estabelecidas por este processo de estruturação social, os Estados “latinos” se constroem reivindicando uma filiação europeia, constantemente negada pela Europa em si, mas ao mesmo tempo muito sentida como uma espécie de rejeição que o Ocidente tem para com aquilo que seria seu derivativo “impuro” e “pobre”. Aquilo que seria a América Latina de uma forma geral.

De ahí su afirmacion de lo especificamente “latino” que con frecuencia sólo es la confesion agresiva de un complejo de abandono o de una búsqueda de identidad de lo más insegura: la de los herederos desheredados (BADIE E HERMET, 1990, p. 181).

Os Estados periféricos, onde se conformam as dinâmicas órfãs, pendem para duas lógicas, uma externa e outra interna. A dinâmica externa “sustenta as relações de dependência, e submete seu funcionamento as exigências internacionais” (BADIE E HERMET, 1990, p. 181). Por sua vez, a dinâmica interna preocupa-se em “evitar a perigosa desagregação das relações dentre governantes e governados” (BADIE E HERMET, 1990, p. 181). Ou seja, ao mesmo tempo em que há uma dinâmica imposta de fora, estabelecendo uma “razão ocidental” que seria implantada nesses territórios, há, também, a degradação interna, sentida na reestruturação daquela dinâmica externa. Em casos como o do Brasil do início do século XX, os modelos estrangeiros são usados mais do que meros exemplos a serem seguidos, conformam-se em verdadeiros arquétipos ou guias intelectuais, gerando uma dependência crônica dos países emulados. A dependência propicia às elites a territorialização política, a construção de centros de poder e a formação de estruturas burocráticas. Em contrapartida, as relações sufocam a soberania nacional, a constituição de uma sociedade civil diferenciada, estruturada e o estabelecimento de formas de legitimação bastante sólidas (BADIE E HERMET, 1990, p. 181). Podem-se vislumbrar algumas das rupturas almejadas pelo movimento Tenentista de 1922, bem como a influência externa, nesse caso a Francesa, na política brasileira. Nesse sentido, é sintomática a análise do autor Nelson Werneck Sodré (2010), que afirma categoricamente o descompasso que se estabelece no país, cuja “burguesia brasileira não tem condições para forjar, aqui, o aparelho militar nas mesmas condições que a burguesia europeia forjou o seu” (SODRÉ, 2010, p. 287).

As alterações no armamento impõem alterações na organização. As alterações no armamento e na organização impõem alterações na tática e nos processos de combate, as formações rígidas tendem a ceder lugar às formações dispersas. Tudo isso se traduz, em última análise, a alienação no processo de equipamento das Forças Armada e em tudo que dele decorre.

São as nossas, pois, Forças Armadas típicas de país dito subdesenvolvido, isto é, de país que não possui indústria pesada, indústria de bens de produção, e que, portanto, equiparando-se por aquisições do estrangeiro, ao mesmo tempo, que importa material bélico, importa processos de combate e tende à cópia de tudo o que se refere ao aparelho militar, que alguns ingênuos almejam seja tão perfeito, tão organizado e tão eficiente quanto os modelos externos, e se desesperam quando isso não é alcançado. A solução parece, a certa altura, a vinda de missões militares estrangeiras, oriundas de países em que o aparelho militar se aproxima da sonhada perfeição, e que encontram ambiente de surda resistência e cuja herança, por tudo isso, é reduzida, não ultrapassando as cúpulas militares (SODRÉ, 2010, pp. 288-289).

A influência francesa no Brasil encontra as suas raízes no século XIX, especialmente nos âmbitos culturais daquele país “pela difusão das alianças francesas e dos liceus pela América Latina, oferecendo muitas bolsas de estudo para estrangeiros, a fim de difundir e expandir o idioma francês” (BELLINTANI, 2009, p. 24). Operando dentro de uma lógica imperialista, “a política francesa penetra no meio educacional latino baseada na cooperação e na reciprocidade de interesses” (BELLINTANI, 2009, p. 148). Interesses recíprocos que obedeciam tanto às demandas das elites brasileiras, em especial a paulistana, que gostaria de ter seus filhos recebendo uma educação à francesa⁵⁹, mas também de Paris, que concomitantemente expandia e propagava a sua cultura, hábitos, costumes, pensamento e, principalmente, inseria-se em novos mercados.

De acordo com Eduardo Svartman (2016), os contratos foram extremamente rendosos para a França, cujo valor pode ser atribuído muito mais ao comercial do que propriamente ao militar. A MMF ampliou enormemente a presença das indústrias francesas no mercado brasileiro, chegando ao ponto do contrato firmado entre Brasil e França “assegurar o monopólio no fornecimento de assessoria, armamentos e equipamentos militares ao Brasil” (SVARTMAN, 2016, p. 365). Essa pode ser a principal influência da MMF no próprio Estado Maior do Exército, órgão responsável pela adoção dos estudos e das medidas necessárias à Defesa Nacional, tendo em vista que a escolha de armamentos adquiridos implica na análise de especificidades técnicas impactando diretamente a doutrina adotada.

O terceiro ponto a ser destacado da teoria de Resende-Santos é relativo à semelhança. Havendo a necessidade de distinguir a emulação, como um processo, uma estratégia deliberada que envolve a intenção explícita e as medidas discerníveis, dos resultados obtidos. De acordo com o autor, pode-se dizer que a emulação ocorre independentemente do emulador poder, ou não, empregar efetivamente a tecnologia emprestada, ou a prática organizacional. Na esteira do remodelamento do Exército Brasileiro aos moldes do francês, o que pode ser traduzido em grandes unidades que “foram reorganizadas no sentido de receber reservas oriundas do serviço militar obrigatório e novos armamentos modernos foram introduzidos, como a companhia de carros de assalto”

⁵⁹ Uma das principais influências que trouxeram ao Brasil a ideia de um Colégio Militar destinado aos filhos dos militares é o *Prytanée de La Fleche* criado por Napoleão Bonaparte, em 1808, na França. Este Colégio era administrado pelo Exército, especificamente pelo Ministério da Guerra, mas que também contava com a participação de professores civis. A concepção de ensino do *Prytanée* era bastante semelhante aos de outros estabelecimentos secundários daquele país, contudo Colégio destinava-se, principalmente, aos filhos dos militares. O *Prytanée* teve grande influência sobre os militares brasileiros, chegando inclusive a fazer parte do primeiro nome dado ao Colégio: “Pritaneu Militar”. Este nome seria vetado pelo Imperador do Brasil, Dom Pedro II, que optou por denominá-lo Imperial Colégio Militar.

(SVARTMAN, 2016, p. 368). A Missão Militar Francesa foi fundamental para reorganização da estrutura do Exército brasileiro como um todo. O que não tardou em chegar à Escola Militar do Realengo, de modo que o influxo do modelo francês era gradativamente incorporado aos regulamentos da instituição de ensino superior militar. “Essas reformas não eram restritas apenas ao ensino praticado na Escola Militar do Realengo, na verdade compunham um processo mais amplo de sucessivas reestruturações do Exército como um todo” (SVARTMAN, 2006, p. 80). A instrução dos Oficiais franceses nas escolas estava centrada em temas como estratégia, história militar, tática, cavalaria, transmissões, higiene, geografia, educação física entre outros. Em 1929, o curso de Estado Maior do Exército passa a ser requisito para a promoção ao posto de General de Brigada. E, como ressalta Araújo Martins: “A escola passou a ter como finalidade ser um instituto militar de ensino destinado a formar o oficial de Estado Maior que seria o assessor imediato do Comando das Grandes Unidades” (MARTINS, 2003, p. 63).

Foi para esse Exército ampliado e reestruturado que a Escola do Realengo trabalhou, visando não só formar-lhe instrutores aptos, como a iniciar a oficialidade nos estudos que, desenvolvidos mais tarde, conduziriam aos cursos superiores do Estado-Maior, da Engenharia Militar e do Alto Comando (MOTTA, 1976, p. 287).

A EMR recebe os instrutores da MMF e com eles um novo regulamento. Assinado pelo Ministro da Guerra do governo do presidente Arthur Bernardes, general Setembrino de Carvalho, o Regulamento para a Escola Militar de 1924 foi uma tentativa de se retornar à ordem quebrada pelo movimento revolucionário de 1922. Colocava-se como ponto inicial “a necessidade do aperfeiçoamento dos oficiais ao longo da carreira e não de forma maciça em uma única escola” (RODRIGUES, 2010, p. 111). Pela sua análise, seria importante a mudança no modelo nitidamente prático que se estabelecera com a reforma de 1919 e o regresso à “cultura geral”, ou seja, cursos “científicos que permitam assegurar a formação de oficiais capazes de solucionar os mil e um problemas da profissão, e que exigem mais do que conhecimentos de um oficial de tropa médio” (MOTTA, 1976, p. 265). Buscavam fomentar um ensino que desse aos futuros oficiais a condição intelectual aplicada junto com o ensino prático.

Em linhas gerais o regulamento mantinha a mesma estrutura do anterior, em três anos, divididos em primeiro ano destinado ao “ensino geral”, e os outros dois anos ao “ensino militar”. O ensino geral consistia em cursos que englobavam Matemática, Química, Física, Topografia, Direito e Legislação Militares dentre outras disciplinas voltadas a

proporcionar aos alunos “conhecimentos científicos indispensáveis a todo oficial” (MOTTA, 1976, p. 265). Por sua vez, o ensino militar incluía cursos teórico e prático destinado aos aspectos do conhecimento técnico profissional militar. De fato o novo regulamento tinha o objetivo de buscar um equilíbrio entre o antigo “bacharelismo” da Praia Vermelha e a limitação da formação do oficial a aspectos estritamente militares. Em que pese o retorno das disciplinas “científicas” voltarem ao currículo, outras novas foram integradas, como Missão do Exército e Missão Social do Oficial. O estatuto priorizava tanto os estudos gerais, “científicos”, sem com isso sacrificar as disciplinas “profissionais”. Era um regulamento que se pretendia adulto, frente ao objetivo da busca pelo profissionalismo na formação de oficiais. Contudo, o currículo não previa disciplinas ligadas às ciências humanas, tais como Psicologia e Sociologia, as quais Benjamin Constant defendera ainda no século XIX.

O estatuto que vigora a partir de 1924 é substituído por um novo, em 1929. A razão pela qual outro regulamento é produzido dá-se por motivos que implicam o ensino militar como um todo. Em 1928, uma reforma se operou no ensino militar brasileiro, não estando restritas à EMR. A primeira “Lei do Ensino Militar” de 1928, dispunha como medidas ligadas ao ensino primário, secundário e superior.

Quadro 1 - Instituições de ensino militar e respectivos níveis de instrução de acordo com a “Lei de Ensino Militar” de 1928.

Primário	- Ensino elementar	- Escolas Regimentais (para recrutas e soldados analfabetos);
	- Elementar/profissional	- Escolas Regimentais;
	- Complementar/profissional	- Escolas de Sargentos;
Secundário	Colégios Militares	- Colégio Militar do Rio de Janeiro; - Colégio Militar de Porto Alegre; - Colégio Militar de Fortaleza;
Superior	Escolas de Formação	- Escola Militar; - Escola de Cavalaria; - Escola de Aviação Militar; - Instituto Geográfico Militar; - Escola de Intendência; - Escola de Aplicação do Serviço de Saúde; - Escola de Aplicação do Serviço de Veterinária;
	Escolas de Aperfeiçoamento	- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; - Escola de Estado-Maior; - Escola de Engenharia Militar;
	Escolas de Especialização	- Centro de Instrução da Artilharia de Costa; - Centro de Instrução das Transmissões;

Fonte: Quadro elaborado a partir dos artigos do Decreto Nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928. Disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5632-31-dezembro-1928-561390-norma-pl.html>. Acesso em: 01 nov. 2019.

A Escola Militar do Realengo estaria enquadrada num conjunto composto por 12 escolas ou centros de instrução de ensino militar superior. O conjunto de escolas foi dividido conforme a modalidade de ensino para a formação do oficial ao longo da carreira, ou seja, de forma gradual e contínua, atendendo não só à instrução prática como também à teórica. Com a lei de 1928, o conjunto da “rede escolar” do Exército se amplia, dando forma às modalidades de ensino de formação, aperfeiçoamento e especialização conforme se estabelecia de maneira progressiva e gradual. Onde a formação profissional militar passa a ser tão completa quanto possível, atendendo, em cada grau, não só à instrução profissional como à cultura geral que lhe devia corresponder. O Decreto Lei Nº 5.632, estabelecia em seu Artigo 12, “que os regulamentos das escolas, repartições, estabelecimentos, bem como a organização geral do Exército, seriam revistos” (BRASIL, 1928). O dispositivo determinava às Escolas procedessem à revisão de seus regulamentos, sendo esta a razão pela qual o Regulamento da EMR de 1924 foi substituído por um novo, em 1929. O mesmo valia para os Colégios Militares e demais instituições de ensino militar.

Para o propósito deste trabalho, o termo emulação militar denota um processo de grande escala, e abrange o Exército brasileiro como um todo. Envolvendo sua reestruturação e modernização não apenas no quesito armamentos e equipamentos militares, mas também da organização estrutural, hierárquica e doutrinária. O início do século XX, no Brasil, foi marcado por uma série de pequenas tentativas de reformas, que atingiram objetivos muito tímidos, como vimos a pouco no caso dos “Regulamentos Gêmeos” da Escola Militar do Realengo. As reformas de Hermes da Fonseca e a propagação das ideias do grupo dos Jovens Turcos tinham pontos em comum, como a difusão de um sistema de treinamento de práticas e costumes técnico-militares, profissionalismo, afastamento da política e defesa nacional. Como reflexo deste fenômeno, a modernização dos Colégios, Escolas Militares, e demais instituições de ensino militar, aparecem como ponto central para execução de tais ideias. A partir de 1914 esse processo seria pautado pela conjuntura Grande Guerra de 1914-1918, e mais tarde pela influência da Missão Militar Francesa. Contudo, para além das relações econômicas e culturais, a intenção das autoridades brasileiras com a contratação de uma Missão Militar era dar ênfase ao ensino prático, e despolitizar as forças armadas. Esses pontos são bastante importantes para os objetivos deste capítulo. Embora a historiografia referente ao tema enuncie regularmente este anseio por um ensino prático, normalmente este não é demonstrado de maneira mais aprofundada, preferindo-se demonstrar o caráter protagônico das Forças Armadas na política nacional. No entanto, o que se pretende aqui é compreender

o que consiste este processo de emulação militar nas instituições de ensino, e como ele se configura na formação profissional dos Oficiais brasileiros. Ou seja, de que maneira deu-se a formação de Solon Rodrigues D'Avila dentro do Sistema de Ensino Militar brasileiro das primeiras décadas do século XX.

3.2 “AQUI INICIAMOS A CARREIRA MILITAR NA MAIOR HARMONIA E CAMARADAGEM”: COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE (1930 – 1935)

Com a contratação da Missão Militar Francesa as autoridades brasileiras visavam, num primeiro momento, reorganizar os cursos regulares de carreira, principalmente os do Estado Maior do Exército (EME), promover a construção de novas instalações, elaborar novos regulamentos, além de introduzir novos serviços especializados, tais como aviação militar e o emprego de veículos blindados, o que também contou com o estágio de oficiais na França para realizarem cursos de aperfeiçoamento. A MMF passa a atuar diretamente junto ao EME e, em março de 1920, o grupo de oficiais franceses chefiados pelo General Maurice Gustave Gamelin foi agregado ao Estado-Maior, que supervisionava a formação de Oficiais do Exército. Os franceses ficariam responsáveis por concederem instruções de formação na Escola do Estado Maior (EEM), escola dedicada à formação de oficiais superiores (majores e tenentes-coronéis) e cuja aprovação no curso tornava-se condição necessária para a ascensão ao generalato. Além da atuação junto a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, voltada para capitães e tenentes, e, da Escola Militar, responsável pela formação de Oficiais. De acordo com a autora Adriana Iop Bellintani (2009), os melhores resultados obtidos pela MMF durante os anos da administração do general Gamelin são:

[...] a constituição das escolas de Estado Maior e de Aperfeiçoamento: há, até então, uma fusão constante entre a EEM, o curso de Revisão, a escola de Aperfeiçoamento e o corpo de tropa. Os regulamentos são, por isso, quase que totalmente refeitos, sob intenso trabalho, pois devem levar em consideração a tradição do Exército Brasileiro e as condições especiais do clima e do relevo (BELLINTANI, 2009, p. 216).

O período que corresponde aos anos entre 1912 e 1938 acolhe, nos muros do “Casarão da Várzea”, o Colégio Militar de Porto Alegre. No período, as diretrizes para o ensino, a disciplina, a rotina e o currículo dos Colégios Militares eram ditados pela Diretoria do Ensino de Formação. O órgão estava subordinado ao Estado-Maior do

Exército, que por sua vez estava submetido ao Ministério da Guerra. De acordo com Patrícia Carra (2008), a história do CMPA deve ser compreendida por dois caminhos paralelos, um que observa o Colégio “no seio do Sistema Colégio Militar do Brasil e, conseqüentemente, do Exército e sua implicação no Ensino Fundamental e Médio; e o ângulo desta instituição de ensino no contexto do Rio Grande do Sul” (CARRA, 2008, pp. 41-42). O primeiro ponto é aqui particularmente relevante. A partir de 1912 forma-se, no Brasil, um Sistema de Colégios Militares, cujo modelo era o Colégio Militar do Rio de Janeiro.

O Colégio Militar do Rio de Janeiro passou a ser reconhecido como uma instituição de qualidade de ensino e a ocupar um lugar de educandário de excelência e disciplina no imaginário social. Este fator contribuiu para o Exército enxergar nesta instituição de ensino uma forma de aproximação e interação com a sociedade civil. Mais tarde, a Força Terrestre relacionará o ensino à questão da segurança nacional e defenderá um projeto pedagógico estratégico. O sucesso, o respeito e prestígio do CMRJ, junto à sociedade civil, propiciaram a formação do Sistema Colégio Militar do Brasil. O Sistema nasceu com a criação do Colégio Militar de Porto Alegre e do Colégio Militar de Barbacena⁶⁰, em 1912, e do Colégio Militar de Fortaleza, em 1919 (CARRA, 2008, p. 45).

O Sistema de Colégios Militares (SCM) podem ser inclusos no bojo das reformulações promovidas no conjunto das Forças Armadas, e no Exército em específico, ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, consolidando-se com o Estado Novo, sob a coordenação de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, mantendo-se até os dias atuais. É da própria evolução do Estado Maior do Exército (EME), como Órgão burocrático de Estado, que se define e se regulamenta o conjunto de instituições de Ensino Militar no Brasil. Um sistema de ensino que encontra o seu vértice máximo na Escola de Estado-Maior, e subordinava os Colégios Militares diretamente ao Ministro da Guerra, no que concerne a administração e a disciplina, e ao Estado-Maior do Exército, quanto aos critérios de ensino. Veremos que alguns dos aspectos da evolução desta estrutura hierarquizada de ensino serão importantes para o entendimento da trajetória de formação profissional militar do personagem Solon Rodrigues D’Avila.

As diretrizes de funcionamento e o fazer pedagógico deste conjunto de Colégios de educação básica tinham como referência o Decreto nº 6.465⁶¹, de 29 de abril de 1907. Outorgado pelo então Ministro da Guerra do governo de Afonso Pena, marechal Hermes

⁶⁰ O Decreto nº 16.851, de 27 de Março de 1925 suprime o Colégio Militar de Barbacena.

⁶¹ Decreto nº 6.465, de 29 de abril de 1907, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6465-29-abril-1907-506852-republicacao-104908-pe.html> Acesso em: 01 mai. 2018.

Rodrigues da Fonseca, definia os regulamentos⁶² para os Colégios Militares. Os Colégios Militares tiveram diversos regulamentos entre os anos de 1907 e 1938. No Quadro 2 apresento a lista dos principais regulamentos em vigor no período que o “Casarão da Várzea” abrigava o “Colégio Militar de Porto Alegre”.

Quadro 2 - Regulamentos dos Colégios Militares entre os anos de 1907 e 1938⁶³.

Ano	Decreto	Governo	Ministro
Regulamento de 1907	Decreto Nº 6.465, de 29 de Abril De 1907	Affonso Penna	Hermes da Fonseca
Regulamento de 1918	Decreto Nº 12.956, de 10 de Abril De 1918	Wenceslau Braz	José Caetano de Faria
Regulamento de 1922	Decreto Nº 15.416, de 27 de Março de 1922	Epitácio Pessoa	João Pedro da Veiga Miranda
Regulamento de 1929	Decreto Nº 18.729, de 02 de Maio de 1929	Washington Luís	Nestor Sezefredo dos Passos
Regulamento de 1934	Decreto nº 53, de 11 de Setembro de 1934	Getúlio Vargas	Góes Monteiro

Fonte: Quadro elaborado a partir dos decretos disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 14 set. de 2019.

O decreto que definia que o funcionamento do CMPA em 1930, ano do ingresso de Solon Rodrigues D’Avila na instituição de ensino, era o Decreto Nº 18.729, de 02 de Maio de 1929. A partir deste regulamento de 1929 se pretende demonstrar, em linhas gerais, o período de ensino médio de Solon. É preciso salientar que nem sempre estes dispositivos oficiais eram integralmente praticados, e muitas vezes ocorriam adaptações locais. Infelizmente não será possível demonstrar com maior riqueza de detalhes esta hipótese, pois a documentação encontrada, relativa ao período que Solon estudou no CMPA, não é suficiente para revisitar o cotidiano escolar da época. Mas a desconfiança de que existiam adaptações curriculares se dá com base no que ocorreu na Escola Militar do Realengo, entre os anos de 1936 e 1940, quando houve uma indefinição de qual regulamento a ser seguido. Questão que será analisada no momento oportuno.

Em 1930, o regulamento vigente para os SCM eram definidos no decreto de maio de 1929. Normalmente os Colégios Militares funcionariam como instituições de ensino básico,

⁶² Adoto a noção de Heloísa Liberalli Belloto (2002) que define os regulamentos documentos diplomáticos, dispositivos normativos, descendentes. Conjunto das condições em que uma lei deve ser executada. Também significa o conjunto de normas que regem o funcionamento de uma subdivisão hierárquica e administrativa de uma instituição. Também chamado regulamento interno.

⁶³ Foram suprimidos os decretos secundários, que alteravam apenas alguns dispositivos ou artigos em vigor. Contudo é preciso destacar que, embora o CMPA tenha sido criado apenas em 1912, o regulamento que definia o funcionamento dos Colégios Militares na época de sua criação era o de 1907.

onde seus alunos permaneciam em internato, num regime integralmente militar. Ao serem incorporados, os alunos eram distribuídos de acordo com a idade e o desenvolvimento físico em companhias. As companhias eram unidades compostas por 60 a 250 alunos e eram em número de cinco no CMRJ e três nos demais Colégios do sistema.

Aos alunos era aplicável um regime militar no que for compatível com as suas condições e a vida escolar. Um relato oportuno foi feito por Nelson Werneck Sodré em suas “Memórias de um Soldado” (1967). Embora o autor relate as memórias de seu cotidiano escolar no Colégio Militar do Rio de Janeiro, é possível projetar a realidade vivida por Solon no CMPA. No entanto é preciso salientar que, mesmo que o CMRJ estivesse sob a égide dos mesmos regulamentos, havia algumas diferenças em relação aos demais Colégios do sistema. Além de possuir um número maior de companhias, o que se reverte em um número muito maior de alunos, de fiscais, de capitães e de tenentes-ajudantes, de instrutores e de professores. O CMRJ localizava-se na Capital Federal, para onde convergiam alunos de diversas regiões do país, mais distantes do que, por exemplo, Vacaria era de Porto Alegre. Nelson Werneck Sodré destaca que a distância⁶⁴ era, para muitos alunos, um atenuante do austero regime aplicado e que muitos alunos viam seus familiares uma poucas vezes no ano, em períodos de férias.

Para enfrentar o sólido e rigoroso aparelho de repressão, os alunos desenvolviam um espírito de camaradagem e unidade realmente impressionante, permanecendo, ao longo da existência de todos nós, como gratíssima lembrança. Era uma vida rude, a do Colégio, sem concessões, sem agrados, sem presença confortadora de familiares, sem doçura de espécie alguma. Claro que me refiro à vida dos internos, dos que não tinham família no Rio, dos órfãos, daqueles para quem tudo se resumia, praticamente, por longos meses, por vários anos em muitos casos, ao ambiente de internato militar (SODRÉ, 1967, p. 13).

É interessante observar a modificação dos Artigos que definiam o internato dos alunos. Em relação ao regimento de 1907, definia-se o Colégio como um internato, mas que se admitia o externato, ou seja, admitia-se a saída dos alunos findos os trabalhos teóricos e práticos do dia. No caso do estatuto de 1929, nenhum artigo definia propriamente que os Colégios eram um regime exclusivamente de internato, mas o Artigo 166 trazia que “nenhum aluno contribuinte (interno, semi-interno ou externo) poderá permanecer no

⁶⁴ Natural do Rio de Janeiro, Nelson Werneck Sodré conta em suas memórias que, na época em que fora matriculado no Colégio Militar do Rio de Janeiro, seus pais moravam na cidade de Caçapava, interior de São Paulo. Na cidade estava localizado o “Regimento Caçapava” e, de acordo com o autor, do convívio com os oficiais e suas famílias, “deve ter surgido a ideia de minha ida para o Colégio Militar do Rio de Janeiro” (SODRÉ, 1967, p. 13).

estabelecimento em dia feriado ou domingo, salvo caso previsto no Art. 167 n.5⁶⁵, ou nos casos de força maior, por determinação do diretor⁶⁶. Solon, natural de Vacaria, ingressa no CMPA com 13 anos, permanecendo interno ao longo dos seis anos. Contudo, o relato da senhora Eliane D'Avila possibilita entendermos um pouco melhor o período que seu pai esteve interno no CMPA.

Ele vivia no Colégio Militar, interno. Tem histórias incríveis de quando meu avô vinha, o Tristão. Eles vinham pra férias de três meses e ficavam aqui nesse hotel que hoje é a...Hotel Majestic. Que naquela época era o melhor hotel da cidade! Diz que eles vinham e ficavam três meses aqui no Hotel Majestic. Um dia eu fui com meu pai, há uns 10 anos atrás, nós subimos lá em cima e ele mostrou o quarto onde ficavam os pais dele. Então meu pai, mesmo quando eles estavam aqui, ele continuava morando no Colégio Militar. Ele vinha aqui, almoçava com eles e voltava pro CMPA (D'AVILA, 2017).

Embora Solon tivesse tido a proximidade dos pais e de familiares, podendo visitá-los no luxuoso Hotel *Majestic*, certamente a mudança para Porto Alegre representou um momento importante em sua vida e que acabaria sendo fundamental na escolha de sua carreira.

O Colégio Militar se destinava, pela sua estrutura, a preparar futuros oficiais. Preparava-os bem, dentro das limitações naturais, não só pelo ensino, mas pela disciplina, toda calcada nas normas militares. Ao passar à Escola Militar, os antigos alunos não sentiam a transição; estavam habituados àquilo de longos anos em uma fase em que os hábitos se vinculavam, as impressões se aprofundavam e se tornavam duradouras (SODRÉ, 1967, p. 24).

Os alunos dos Colégios Militares eram admitidos nas três modalidades: internato, semi-internato e externos. No SCM existia outra divisão dos alunos, que eram dispostos em duas classes, a dos contribuintes e a dos gratuitos. Devido a sua procedência abastada, é provável que Solon tenha sido matriculado na classe dos alunos contribuintes, o que de acordo com o regimento da instituição, não deveria ser um critério diferenciador. Previam-se uma educação que padronizasse e que capacitasse todos os alunos à profissão das armas⁶⁷, de modo que, ao término do curso, estivessem habilitados para a matrícula na Escola

⁶⁵ 5º impedimento de saída nos dias determinados;

⁶⁶ BRASIL, Artigo 166º do Decreto Nº 18.729, de 02 de Maio de 1929.

⁶⁷ Seria interessante realizar um mapeamento de quantos colegas ingressaram e permaneceram no Colégio nas mesmas condições que Solon, ou seja, aluno contribuinte em regime de internato, bem como, dos alunos egressos do CMPA que ingressaram nas Escolas Militares de ensino superior.

Militar e na Escola Naval “ou em qualquer outra escola superior da República”⁶⁸. No entanto, o ingresso nos Colégios Militares não era algo exatamente simples. Devido ao número reduzido de vagas, previa-se um concurso, destinado aos alunos chamados contribuintes, que eram em sua maioria filhos de civis. Sendo que a maioria das vagas era destinada aos órfãos de militares, isentos de qualquer contribuição, e aos filhos de militares, que pagavam a metade do valor cobrado dos filhos de civis.

Entre os anos de 1930 e 1935 estiveram em vigor dois regulamentos, o de 1929 e o de 1934. A turma de Solon cursou as disciplinas de acordo com o plano de ensino estabelecido pelo currículo de 1929, porém não é possível saber se as práticas internas do Colégio Militar de Porto Alegre, bem como se a estrutura curricular, reformulada pelo Regulamento de 1934, afeta de alguma maneira a sua progressão escolar. O Quadro 3 apresenta o plano geral de ensino que vigorava no Sistema de Colégios Militares do Brasil entre os anos de 1929 e 1934, sendo este o currículo existente no ano de que Solon ingressa como aluno do CMPA. Ao que tudo indica o plano de ensino no qual Solon completou o seu Ensino Secundário, em 1935, parece não ter sofrido alterações. Embora o regulamento escolar tenha sido modificado no ano de 1934, os alunos matriculados no regulamento anterior devem ter concluído o Secundário com o plano anterior, sendo previsto, possivelmente, um período de transição ou de adaptação para o novo plano.

Quadro 3 - Plano de ensino dos Colégios Militares entre 1929 e 1934

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano
Português; Francês; Aritmética; Geografia; Desenho;	Português; Francês; Aritmética; Inglês ou Alemão; Geografia; Desenho;	Português; Francês; Latim; Álgebra; Inglês ou alemão; Historia Geral; Desenho;	Português; Inglês ou alemão; Latim; Álgebra; Geometria no plano e trigonometria retilínea; Historia Geral; Desenho;	Literatura da língua portuguesa; Latim; Geometria no espaço; Noções fundamentais de Física e Química; Historia Natural; Cartografia e Historia do Brasil; Cosmografia;	Agrimensura (compreendendo elementos essenciais de topografia), e legislação de terras; Estudo complementar de Física e Química; Filosofia; Revisão de matemática elementar e noções preliminares de geometria analítica e descritiva precedidas de trigonometria esférica, consoante o programa do exame vestibular da Escola Politécnica; Instrução Moral e Cívica;

Fonte: Plano de ensino dos Colégios Militares. Decreto N° 18.729, de 02 de Maio de 1929.

⁶⁸ BRASIL, Artigo 1º do Decreto N° 18.729, de 02 de Maio de 1929.

Apenas a caderneta da disciplina do 6º ano, “Estudo complementar de Física e Química”, foi preservada, não sendo possível acessar outros cadernos de Solon, que provavelmente tenham sido descartados há muitos anos. O que permanece, guarda elementos importantes. Em primeiro lugar, pelo próprio fato de ter sido guardado por tanto tempo. A preservação do caderno não se deu por uma preferência pessoal pela disciplina de Física e Química, que ao que tudo indica, não era de sua preferência. O motivo da preservação do caderno se deve por motivos sentimentais, mas relacionados aos seus colegas que anotaram seus “autógrafos” nas últimas páginas. São páginas de lembranças e serão abordadas na sequência. No entanto, é possível dizer que o próprio caderno confirma a permanência do currículo nos moldes do regulamento de 1929.

As disciplinas de Física e Química, nos moldes do Regulamento de 1929, deixam de existir no regulamento seguinte, de 1934. Sob a égide de Góes Monteiro o regulamento de 1934 reduz o tempo de ensino no SCM de seis para cinco anos, e reorganiza totalmente a estrutura curricular, tornando-a mais enxuta e enfatizando o ensino prático. O plano geral do ensino do novo regulamento previa, no SCM, um “ensino teórico-prático” e um “ensino essencialmente prático”. Onde o ensino teórico-prático seria ministrado em dois cursos: um fundamental e um complementar. E o ensino prático, ministrado paralelamente ao ensino teórico-prático, constituída de dois grupos assim discriminados: 1º instrução militar; 2º educação física.

O regulamento de 1934 definia, também, os cursos complementares. Eram num total de três e estavam destinados a complementar formação dos alunos de acordo com as diferentes carreiras que seriam seguidas. Ou seja, os cursos complementares eram distintos entre si, configurando-se de acordo com as linhas de interesse dos candidatos às matrículas em futuros cursos superiores.

Quadro 4 - Plano de ensino dos Colégios Militares a partir de 1934

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Português Francês Historia da Civilização Geografia Aritmética Ciências Físicas e naturais Desenho Música	Português Francês Inglês Alemão (facultativo) Historia da Civilização Geografia Aritmética Ciências físicas e naturais Desenho Música	Português Francês Inglês Alemão (facultativo) Historia da Civilização Geografia Álgebra Física Desenho Música	Português Latim Inglês Historia da Civilização Geografia Álgebra Geometria e Trigonometria Física Química Historia natural Desenho	Português Latim Historia da Civilização Geometria Química Historia Natural. Historia e Cartografia do Brasil. Desenho
Para os candidatos à matrícula no curso jurídico:				
1º ANO		2º ANO		
Latim; Literatura; Historia da Civilização; Noções de economia e estatística; Biologia geral; Psicologia e logica;		Latim; Literatura; Geografia; Higiene; Sociologia; Historia da Filosofia; Instrução moral e cívica;		
Para os candidatos á matrícula nos cursos de Medicina, Pharmacia e Odontologia:				
1º ANO		2º ANO		
Alemão ou inglês; Matemática; Física; Química; Historia natural; Psicologia;		Alemão ou inglês; Física; Química; Historia natural; Sociologia; Instrução moral e cívica;		
Para os candidatos á matricula nos cursos de Engenharia, Arquitetura e Escola Militar e Naval.				
1º ANO		2º ANO		
Matemática; Física; Química; Historia natural; Geografia física e cosmografia; Psicologia e logica; Topografia, desenho topográfico e legislação de terras.		Matemática; Física; Química; Historia natural; Sociologia; Desenho; Instrução moral e cívica.		

Fonte: Plano de ensino dos Colégios Militares. Decreto nº 53, de 11 de Setembro de 1934.

O Regulamento de 1929 não fazia qualquer menção a cursos complementares, embora incluísse disciplinas complementares, como o caso “Estudo complementar de Física e Química”. E, no sexto ano, dedicava-se a uma espécie de revisão geral, preparatória para o ingresso dos alunos no ensino superior. O caráter do Regulamento de 1934 era claramente direcionado à complementar a formação dos alunos de acordo com a futura opção de carreira, ou seja, desde o primeiro ano o aluno estava sendo preparado para seu futuro ingresso em cursos superiores, coisa que no regulamento anterior aparece, de

maneira não declarada, no último ano. No Quadro 4 o plano de ensino dos cursos complementares que preparam os futuros candidatos ao oficialato das Forças Armadas, revela as disciplinas especialmente ligadas à lógica, a leitura cartográfica e cosmográfica, conhecimentos considerados importantes para os futuros Aspirantes a Oficiais, pois ensinam noções bastante técnicas de localização no ar, na terra e no mar.

Outro aspecto interessante que pode ser observado nos Regimentos dos Colégios Militares é a ausência de uma definição própria para o ensino de música, ocorrendo apenas no regulamento de 1934. Na verdade o ensino de música, e mesmo a banda da escola, sequer são citadas no Regimento de 1929, o que antes era muito bem definido nos regulamentos de 1907, 1918 e 1922. O regulamento de 1907 definia que a escola devia conservar uma banda, composta pelos próprios alunos da escola, o instrutor seria encarregado de reger a banda, além de ministrar as aulas de teoria musical. A banda só sairia do Colégio quando em formatura geral do corpo de alunos, e seus membros estavam proibidos de tocarem fardados em ambientes externos, ou mesmo em festas particulares.

Figura 12- Solon desfila a frente da banda do CMPA (data desconhecida).



Fonte: Imagem retirada do grupo “Família Tristão e Virginia D’Avila” da rede social *Facebook*, postada em 23 set. 2017.

Os dois regulamentos seguintes, de Abril de 1918 e o de Março de 1922 não mencionam qualquer proibição aos alunos tocarem fora do Colégio, mas definem que as bandas seriam compostas por corneteiros, tambores e mais uma banda de música organizada com os próprios alunos do Colégio. O regulamento de 1922 foi o último a normatizar o funcionamento da banda, dando continuidade ao regulamento anterior, como o funcionamento das bandas em corneteiros, tambores e uma banda de música. Embora

também não mencionasse qualquer proibição aos alunos de tocarem fora do ambiente escolar, o regulamento obrigava os alunos matriculados na disciplina de música, que era facultativa, de participarem da banda. Por sua vez o regulamento de 1929 não faz qualquer menção à banda do Colégio, tão pouco a disciplina de música. A única referência que pode se relacionar ao quesito “música” se dá no Artigo 105, que define os profissionais que irão ministrar as intrusões práticas, no que consta “um mestre de musica em cada Colégio”. Embora não apareça no regulamento do SCM, sabe-se que a banda do CMPA existiu entre os anos de 1930 e 1935.

Figura 13 - Banda do Colégio Militar de Porto Alegre



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

A Figura 12 mostra Solon, empunhando uma corneta à frente da banda do CMPA. É possível identificar que a fotografia foi tirada num desfile externo ao ambiente escolar, porém a ocasião não é conhecida. Na fotografia seguinte (Figura 13), a banda de tambores e trompetes do Colégio Militar de Porto Alegre posa para a fotografia que foi tirada no pátio interno do Colégio, que pode ser visto no padrão arquitetônico dos arcos, existentes até hoje no “Casarão da Várzea”. A banda ostenta uniforme de gala. Solon está sentado, ocupando a quarta posição da esquerda para a direita. Em sua mão pode ser visto um trompete, que está meio encoberto por uma bandeira. Também sentado nesta fileira, o mestre da banda, possivelmente um Tenente, oficial do Exército. De pé, ao lado da banda, possivelmente um sargento, auxiliar do mestre.

Não é possível saber se Solon participou da banda durante todos os anos que esteve no Colégio. Mas a aptidão para a música pode ter sido adquirida ainda antes dos anos de Colégio, com isso as noções de teoria musical o ajudaram a aprender a tocar diversos instrumentos como violão, cavaquinho e gaita. De acordo com a senhora Eliane D’Avila, o gosto por música fez parte da vida de Solon. Ela lembra que o pai tinha certo talento para a música, “*tocava violão que era uma beleza, e cavaquinho e gaita. Tocava gaita, La comparcita, aquela de tango*” (D’AVILA, 2017). A aptidão para a música contribuiu, também, com as suas amizades, especialmente nos anos da guerra. Ao descrever o então tenente José Alves Marcondes, seu colega de Força Expedicionária Brasileira, Solon fez o seguinte comentário:

30 – 09 – 44

*José Alves Marcondes – Matogrossense, filho de gaúcho, parece ser bastante franco e sincero, **tocador de violão, canta polka paraguaia**, toma chimarrão; a princípio não me simpatizei muito com ele, porém, agora já o aprecio- É o 1º Ten. Da Res. de Cav. (É P.N.I). (Grifo do autor).*

O Tenente R2 José Alves Marcondes⁶⁹ também manteve um diário durante a campanha da Itália. O diário foi transcrito e publicado pelos filhos do Coronel Marcondes em 2011, nele há o relato de uma “audição musical” realizada no acampamento em Pisa, na Itália, “dedicada ao major-médico americano, nosso assistente que nos retribuiu com um bom uísque quando estávamos tocando. Major Sady, exímio no acordeom, eu e o tenente Solon com violão” (LUCIANO, 2011, p. 163). O período que esteve subordinado à FEB, na guerra, será mais bem trabalhado no último capítulo.

O gosto pelos acordes fez com que Solon adquirisse uma “paixão por músicas paraguaias” que, segundo sua filha, se refletiram numa “*enorme coleção de fitas K7 de música paraguaia*”. Talvez o gosto tenha sido adquirido durante a guerra, com seu amigo mato-grossense, que em suas próprias palavras, era “tocador de violão, cantor de *polka paraguaia*”. Gostava, também, dos tangos e serenatas. Durante a longa travessia do Atlântico, as audições musicais eram comuns e, aparentemente, existia uma espécie de hora da arte, na qual as tropas brasileiras exibiam-se em apresentações. No segundo dia de outubro de 1944, Solon relatava os acontecimentos do dia para o seu diário, escrevendo

⁶⁹ O Tenente R2 José Alves Marcondes estava subordinado ao Batalhão de Saúde da FEB. A obra “Triunfo e Glória de um Guerreiro” narra uma trajetória de vida do personagem José Alves Marcondes e apresenta a seguinte nota explicativa a respeito do diário nela publicado: “Escrito pelo coronel Marcondes e transcrito, na íntegra, de dois cadernos capa dura. A intervenção do autor se limitou a eventuais correções gramaticais (preservando a grafia da época), observância em relação ao nome de cidades, lugares mencionados, nomes de militares, além de citações e referências. Em alguns trechos a letra é ilegível” (LUCIANO, 2011, p. 141).

sobre as maneiras encontradas pelos oficiais para passar o tempo, as quais variavam de jogos de carta ou de gamão, tocar piano, ouvir rádio e escrever, “não faltando aqueles que nutrem um bom papo”. Outro evento a bordo do navio era a “hora de arte”, que como escreveu naquele dia, era dedicado a celebrar o aniversário do comandante do 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio), a época o Coronel Agnaldo Caiado de Castro⁷⁰.

2 – 10 – 44 (Segunda)

[...]

São 8h. da noite e encontro-me só em meu camarote, depois de ter assistido a hora de arte feita pelo choro de R. Sampaio, em homenagem ao seu Cmt. que hoje aniversaria.

[...]

A música de uma pequena vitrola portátil também serviu de alento para o tédio e para a ansiedade daqueles dias de travessia do Atlântico.

6 – 10 – 44

[...]

São 17h30. – Quando tudo estava pronto para desembarcarmos veio contra-ordem – a principio não se sabia a causa, porem agora sabemos que tomaremos novas embarcações que nos levarão para o norte. Ainda não sei quando isso se dará, pois as versões são múltiplas. Estou agora no camarote ouvindo música, e aguardando com calma os acontecimentos, já que estou aqui, estou por tudo (Bem longe dos meus, da Liza)

Tivemos hoje a visita de alguns generais, oficiais e enfermeiras brasileiros.

O porto de Nápoles apresenta aspecto pobre, como alguns pontos, ainda bem destruídos.

Como disse a pouco, estava ouvindo música e como cultivamos música ouvi: Rosas Rubras, em uma serenata, No Mar Negro, tango por Georges Bolangers – valem a pena serem ouvidas essas melodias, mesmo quando, depois de 16 dias, o navio atraca em Nápoles e não posso sair.

[...]

As aulas de música no Colégio Militar de Porto Alegre podem ter servido para o desenvolvimento de suas aptidões musicais, embora na sua época a escolha pela disciplina tivesse caráter facultativo. As melodias o ajudavam a pensar, como ele mesmo anotou em seu diário. E quem sabe não o ajudaram a concentrar-se nos estudos para os exames do Colégio?

A documentação do período de Solon no CMPA é pouco abrangente, tendo sido preservados, além das fotografias, apenas um único caderno e uma caderneta do ano de

⁷⁰ O então Coronel Agnaldo Caiado de Castro nasceu em 2 de outubro de 1899, no Rio de Janeiro.

1934. No caderno estão anotadas algumas lições sobre as leis gerais da física e química, disciplinas que eram cursadas nos 5º e 6º anos do Colégio, como demonstro no Quadro 4. Na caderneta está anotado o número de alunos das duas turmas de 6º ano (em 1935). A primeira turma contava com 28 alunos, a segunda 26 alunos, totalizando 54 alunos, com idades em torno dos 17 ou 18 anos. O quadro com as fotografias da Turma de Formandos de 1935 (Figura 14) apresenta 53 alunos. A maior parte dos nomes dos formandos naquele ano constava numa lista, de abril do ano seguinte, da Escola Militar do Realengo. O “Aluno nº 74 Solon R. D’Avila” terminou o ano letivo na disciplina de “Physica, chimica e historia natural”, com a média de 6,3 pontos. Como os cadernos de outras disciplinas não foram encontrados, talvez sequer tenham sido preservados, o que impossibilita estabelecer um padrão de médias do desempenho de Solon. Seria excelente dispor das médias, pois seriam utilizadas para o ingresso na Escola Militar. Embora não disponha dos dados, é possível afirmar que Solon atingiu um aproveitamento superior ao considerado “sofrível”, conceito mínimo necessário para a aprovação final no SCM e exigido para o ingresso na Escola Militar do Realengo.

Quadro 5 - Aproveitamento dos alunos expresso por notas numéricas e correspondentes apreciações

Média	Conceito de aproveitamento
0	Sem aproveitamento
1, 2 e 3	Pouco aproveitamento
4, 5 e 6	Aproveitamento sofrível
7, 8 e 9	Aproveitamento bom
10	Aproveitamento ótimo

Fonte: Plano de ensino dos Colégios Militares. Decreto nº 53, de 11 de Setembro de 1934.

As notas finais dos alunos do SCM, também eram um quesito a ser considerado no ingresso na Escola Militar do Realengo. De acordo com Fernando da Silva Rodrigues (2010), a formação nos Colégios Militares dispensava os egressos do exame intelectual, onde era aplicado “uma prova de Português, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria Retilínea e Desenho. Todas as provas seriam escritas, com exceção da de Desenho, que seria gráfica” (RODRIGUES, 2010, p. 161). Embora fossem dispensados dos exames intelectuais, os candidatos ainda seriam submetidos a exames físicos, psicológicos e passariam por uma seleção médica.

Figura 14 - Quadro de alunos do CMPA formados na turma de 1935.



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

Os alunos do CMPA recebiam paralelamente ao ensino teórico, um ensino de práticas militares que habilitavam fisicamente para o ingresso nas Escolas Militares. O Artigo 11 do regulamento de 1929 definia os critérios práticos de instrução militar, delimitado pelos anos de curso dos alunos. Aqueles que se encontravam no 1º e 2º anos recebiam instruções essenciais do Regulamento de Continências e movimentos da Escola de Soldado desarmado, sem exigência de uma correção na execução individual. A partir do 3º anos, todos os alunos recebiam instruções de infantaria, de modo a estarem, no último ano, capacitados a prestar as provas indispensáveis à concessão da caderneta de reservista de 2ª categoria. O regulamento também instruía que todos os alunos recebessem instruções complementares para o curso de cabos e sargentos.

A instrução prática era dividida em três grupos. O primeiro grupo – Infantaria – contava com um instrutor e mais um auxiliar para cada companhia, os quais eram oficiais subalternos do quadro da Arma da Infantaria, com um curso de aperfeiçoamento. O segundo grupo – Instrução Física teria um instrutor e três auxiliares no Colégio Militar do Rio de Janeiro e um instrutor e dois auxiliares nos outros Colégios, todos oficiais subalternos do Exército. A modalidade de instrução prática visava, principalmente, o aperfeiçoamento corporal. Sendo:

Art. 14 mistér que os exercicios não sejam anti-anatomicos nem anti-physiologicos, desdobrando-se, portanto, em trabalhos de flexionamento e desportos adequados (natação, woley-ball. peteca, basket-ball, sallos,

corridas, arremessos simples) , sob orientação traçada pelo medico, tendo em conta factores essenciaes e complementares á constituição particular de determinadas creanças. Todavia, quanto possivel, ter-se-ha sempre em vista que a instrucção physica deve ser ministrada pelos methodos adoptados nos regulamentos em vigor no Exercito⁷¹.

As turmas eram distribuídas, consoante ao critério, em grupos homogêneos não excedendo 40 alunos, sob a imediata direção de um monitor, normalmente um sargento. As lições eram diárias e matinais, mantidas por um período máximo de 40 minutos para alunos do 3º ao 6º anos, e 25 para alunos do 1º e 2º anos, “impondo-se que sejam continuas, progressivas variadas e atrativas”. Os alunos internos, semi-internos e externos deveriam participar de todos os trabalhos de educação física, quanto aos externos, porém, os exercícios poderiam ser praticados à tarde, “em lugar sombrio e em horas convenientes”, isto é, nem próximas das refeições nem em momentos de elevada temperatura.

O último grupo era o de Equitação e esgrima, e tinha um instrutor e dois auxiliares no Colégio Militar do Rio de Janeiro e um instrutor e um auxiliar nos demais Colégios. A exceção dos auxiliares de esgrima, que pode ser de outra arma, os demais oficiais deviam ser da arma de cavalaria, todos com o curso da Escola de Cavalaria ou do Aperfeiçoamento. A equitação reduzia-se a uma atividade preparatória, não sendo permitidos os exercícios em terrenos difíceis e de equitação desportiva.

Como referido anteriormente, as iniciativas de “emular” o sistema militar de outro país passam por traduções de manuais, regulamentos e de currículos dos sistemas de ensino militar. O ensino militar brasileiro, que na década de 1930 passa a ser cada vez mais voltado aos exercícios teórico-práticos, promoveu, também, uma reformulação dos manuais de ensino. É o caso, por exemplo, do “Manual de Campanha C20-20 para Treinamento Físico e Militar” adotado em 1934. O manual consistia na tradução integral do manual de Educação Física do próprio Exército Francês, com o propósito de ser um “guia geral de orientação para treinamento físico nos corpos de tropa e estabelecimentos militares”. Introduzia as bases do Treinamento Físico Militar (TFM), modalidades de treino, metodologia do treino físico militar, higiene e situações especiais do combate. O Regulamento de Educação Física do EB, de 1934, se apoiava em bases fisiológicas, pedagógicas voltadas a chamar atenção para a saúde física do militar. O manual visava homogeneizar as práticas de treinamento, na intenção de obter melhorias em qualidade e aptidão física, além de elevar o moral da tropa. É interessante pensar que até então o

⁷¹ Decreto N. 18.729, 2 de maio de 1929.

Exército Brasileiro não adotava medidas de instrução e de TFM padronizadas. “Estas mudanças foram muito significativas, pois mesmo os alunos oriundos de escolas militares sentiam falta em adaptar-se ao rigor e às exigências de em termos de aptidão física” (SVARTMAN, 2012, p. 288). Embora, desde meados do século XIX, existisse uma tentativa de sistematizar o TFM no Brasil, é só com a criação da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), em 1933, que a demanda foi suprida. Sendo nítida a influência da Missão Militar Francesa, a qual aplicava os manuais de TFM daquele país.

Quando meu curso já ia em meio, chegou no Exército a febre da Educação Física. Refletiu-se, no Colégio, de forma acentuada; passávamos a manhã inteira em ginástica e esportes. Naquela, irrompia o chamado *Método Francês*, que começava com uma “lição” destinada a mexer com todos os músculos; era baseada, ao que se dizia, nos movimentos de um ladrão: suspender, trepar, arremessar, atacar, defender, correr – e terminava em assovio. Depois da “lição” de ginástica, os alunos eram repartidos por esportes e pelos campos em que parte da extensão plana do Colégio se transformara. Era a oficialização do futebol, até então mantido em clandestinidade dificilmente quebrada (SODRÉ, 1967, pp. 34-35).

No capítulo anterior vimos que a valorização atribuída aos documentos e aos objetos de acervos pessoais, tanto por Solon, titular do acervo, quanto por suas herdeiras, imputa-lhes o caráter de relíquias. Contudo, não foi o apreço pela disciplina de “Physica, chimica e historia natural” que motivou a preservação do caderno correspondente àquela disciplina. Embora algumas páginas no meio da caderneta tenham sido arrancadas, por um motivo que permanecerão um mistério, sua materialidade causa admiração para a filha do Coronel Solon.

*Sabe o que eu achei. Um documento enorme, da época que meu pai estava no Colégio Militar. Pena que faltam umas folhas, foram arrancadas as folhas, não sei por que motivo. Olha aqui, Rodrigues, nº 74. Olha, isso é mil novecentos e vinte e poucos. Isso é o boletim dele. Tem depoimentos de colegas dele no fim, é fantástico!*⁷² (D’AVILA, 2017).

Embora algumas páginas tenham sido cortadas (o corte parece ter sido realizado com uma tesoura), nas últimas se leem diversos recados dos ex-colegas de Solon no CMPA. Os amigos escrevem ao “Gaúcho”, como aparentemente era chamado por alguns

⁷² O caderno e a caderneta de turma também foram doados pela senhora Eliane D’Avila ao MMCMS, atualmente integram o acervo relativo ao “Coronel Solon”.

deles, que lembram a camaradagem e o companheirismo que se criou ao longo dos anos de internato no Colégio.

Solon a amizade contrai além e (PNI). Aqui iniciamos a carreira militar na maior harmonia e camaradagem. Quando nos acostumamos nas múltiplas encruzilhadas que aos militares se deparam, seja sempre com a maior harmonia e unificados tomemos o exercito, poderoso e respeitado para que quando for necessário, puder mudar uma forma de governo. Votos do amigo de todos os tempos. [Assinatura não legível]⁷³

Muitos recados são apenas breves saudações, outras poesias espirituosas sobre uma personalidade alegre e brincalhona, atribuída à Solon. Há também os que deixam previsões para o futuro, e os que esperavam por uma amizade longa e duradoura. Além destes, há quem depositasse as esperanças no militarismo, um caminho considerado como o futuro de sua geração e, especialmente, da pátria. Embora a maioria dos relatos na caderneta de Solon exalte a amizade, uma em específico exalta outro tipo de coleguismo, uma “harmônica camaradagem militar”. O autor Nelson Werneck Sodré descreve as sutilezas que forjavam essa “harmônica camaradagem” nos internos dos Colégios Militares. A experiência vivida por Solon e por seus colegas, no CMPA, entre os anos de 1930 e 1935, guarda semelhança ao relato feito por Nelson Sodré, também ex-aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro no início da década de 1930.

Entre estes [os alunos], no auxílio que se prestavam, na ajuda constante contra a vigilância da autoridade, que proibia quase tudo, desenvolvia-se gerando uma ética particular e severíssima. O principio fundamental dessa solidariedade era ao da responsabilidade coletiva, cobrindo, sempre que possível, as faltas individuais. E era o que a autoridade, quase sempre arbitrária, mais temia e procurava quebrar. Fortíssima, esmagadora, diante do menino isolado, verdadeiro pigmeu face àqueles gigantes, receava o que a impedia de apanhar a vítima solitária, tendo de enfrentar a barreira da coletividade, que tinha em si mesma o amparo de seus componentes (SODRÉ, 1967, p. 36).

O autor Celso Castro (2012) identifica na figura do personagem José Pessoa como o inventor das tradições no Exército Brasileiro. O caso do paraibano José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1859), filho da influente família “Pessoa” e vitorioso no movimento político liderado por Getúlio Vargas, em 1930, é compreendido por Celso Castro como sendo um dos principais nomes a identificar o “Exército com os conceitos abstratos de “pátria” e “nação””(CASTRO, 2012, p. 119). Veremos, na sequencia do

⁷³ Caderneta da disciplina do 6º ano, “Estudo complementar de Física e Química”.

capítulo, como José Pessoa operou as reformas na Escola Militar, na melhoria de suas condições materiais e, fundamentalmente, na preocupação do comandante em criar uma “mentalidade homogênea, de um novo estado psicológico no corpo de oficiais” (CASTRO, 2012, p.119). Contudo, cabe-nos antecipar que as suas ideias de “nação” e de “pátria”, não ficaram restritas ao Corpo de Cadetes da Escola Militar. De fato, eram amplamente difundidas em todo Sistema de Ensino Militar.

A formação curricular e o tipo de vivência, em regime militar de internato, gerava um forte sentimento de solidariedade entre Solon e seus colegas do CMPA. Iam lhes sendo difundidos os saberes, os gostos e os desgostos, as afinidades e as diferenciações, os valores e as expectativas de uma futura carreira militar. Projeções que se amalgamavam numa espécie de compromisso com o Exército, com a Pátria e com a defesa da Nação; essas ideias eram, certamente, inculcadas no corpo de alunos do SCM.

O problema de carreira não foi jamais objeto de cogitações, entre nós. Já éramos militares. No último ano, recebíamos certificado de reservista, a que ninguém dava importância. Havia sete anos de atividade militar, atrás de nós, eu e meus companheiros; acostumara-me a decidir com eles os problemas. Eram sete anos de ambiente militar, de hábitos militares, de linguagem militar, de convívio militar. Quando, aqui, escrevo dormitório, estou violentando esta linguagem, era alojamento; refeitório era rancho; castigo era punição. Tudo que o regime militar tem de exterior nos cercava; estávamos impregnados disso tudo até às raízes, os hábitos, o comportamento; e também o que ele tem de formal, a disciplina, o sentido da hierarquia, a obediência, a postura que corresponde a isso tudo (SODRÉ, 1967, p. 57).

Nota-se, no recado deixado por um dos colegas de Solon, que ele já se consideravam militares, embora sua formação, até aquele momento, lhe conferisse apenas o nível de instrução secundário. O colega compartilha com o amigo seu desejo de um exército unificado, “poderoso e respeitado para que quando for necessário, puder mudar uma forma de governo”. Um anseio que é diametralmente oposto ao sentido de profissionalismo, embora possa guardar muitos dos elementos que o definam. Eduardo Svartman chama a atenção para esta característica politizada no seio das instituições militares brasileiras, ao dizer que o “avanço do profissionalismo nas forças armadas esteve longe de deixá-las imunes aos debates e embates ideológicos que mobilizaram a política brasileira no século XX” (SVARTMAN, 2006, p. 24). Sugere-se, então, que as Forças Armadas brasileiras assumem um caráter protagônico na política, devido a condições diretamente relacionadas ao desenvolvimento de noções de profissionalismo, em contraste

direto com a política civil. E, como bem define o autor, eles compartilhavam uma visão que se concebia como “Guardiões da Nação”.

Solon conclui os anos de formação básica e seu caminho, “quase que de maneira natural”, era a Escola Militar, no Rio de Janeiro. A próxima sessão trata do período de sua formação de nível superior militar, entre os anos de 1936 e 1939.

3.3 “ATÉ NA GUERRA UMA FÍSICA ME PERSEGUE”: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO (1936 – 1939)

Questionar as possibilidades do “ser” militar implica diretamente em compreender a carreira desses sujeitos e como elas se desenvolvem. O oficialato consiste numa elite militar, e para ingressar nela são necessários muitos anos de educação, treinamento e de experiências profissionais. Apesar de profissionalismo, se estabelece como produto imperativo da função que será exercida, o que condiciona o “fazer” eminentemente técnico das atribuições militares?

A atividade guerreira não é um fenômeno da modernidade. A humanidade ocupa-se da “Arte da Guerra” desde tempos imemoriais. Mas, a modernidade produz algo totalmente genuíno no que tange as ciências do combate. Algo que é substancialmente diferente do amador aristocrático e individualista – do rei guerreiro. O aparecimento gradual do Corpo de Oficiais, ou do oficialato, “representa uma das criações institucionais mais significativas do século XIX” (HUNTINGTON, 1996, p. 37). É com Napoleão, em suas guerras, que a oficialidade passa a adquirir uma técnica especializada, através da institucionalização de valores e organizações próprias, padronizadas em órgãos singulares. Se em 1800 o oficialato não existia, “em 1900 estes organismos passam a existir em, praticamente, todos os países do mundo” (HUNTINGTON, 1996, p. 37) e, dessa forma, uma nova instituição social autônoma.

O que distingue o guerreiro da antiguidade de um militar “moderno” do fim do século XIX, ou início do século XX não é exatamente a capacidade individual para guerrear ou combater. Mas sim a noção que compreende a gestão organizada da violência dentro de um grupo profissional, caso dos Soldados, estabelecendo sua concepção através do serviço prestado para a sociedade, não apenas com objetivos materiais pessoais. O “Soldado” moderno é um servidor público, investido de um cargo na burocracia dos Estados. No entendimento de Samuel Huntington (1996) os fatores que distinguem uma profissão são três: a especialização, a responsabilidade e a corporatividade.

A especialização de um grupo profissional seria expressa através de um conhecimento técnico complexo em que o militar adquire, conjuntamente com seus pares, habilidades específicas do seu fazer profissional. Pela educação e pela convivência, no seio da corporação, eles adquirem os seus saberes. O processo se configura por dois caminhos, pelos quais a profissão é aprendida no desenvolvimento de saberes e de habilidades técnicas especializadas; e, também, por elementos culturais das relações que se estabelecem no interior da corporação. Têm-se, então uma segunda noção para o entendimento de profissionalismo, que surge a partir do momento que esses sujeitos adquirem seu saber profissional, e que será colocado à disposição do funcionamento da sociedade. No entendimento de Huntington, a principal “função social” do Soldado é a “Segurança Nacional”, o que não quer dizer que não existam outras atribuições possíveis. Quando a responsabilidade é uma sensação comum aos sujeitos de uma corporação, como uma autoconsciência que distingue dos grupos leigos, temos a corporatividade. Ou seja, os sujeitos assumem uma identidade em comum – militar – que o distingue de outras coletividades – civis –, por meios de elementos organizados e regulamentados por códigos de conduta e configurados de maneira burocrática.

No capítulo anterior vimos algumas maneiras pelas quais a identidade pode ser expressa por uma consciência de si, na qual os sujeitos fazem usos e dão significados a uma personalidade que se forja num ambiente “mítico” da instituição militar. Vimos, também, como essas identidades são reflexos de “invenções” que criam os seus próprios signos, símbolos e tradições que dão a “têmpera” que transformam os jovens Cadetes em futuros comandantes das Armas brasileiras.

Percebe-se, então, o oficialato como sendo, ao mesmo tempo, a expressão de uma identidade social e de uma profissão burocraticamente organizada pelo Estado. No âmbito profissional, Huntington (1996) considera que o que distingue a competência de um Oficial em relação a outro é a hierarquia do posto ocupado. Contudo, veremos que esse é um elemento que supervaloriza a letra fria dos regulamentos, deixando escapar a iminência das práticas não escritas. A noção de Huntington entende que a hierarquia e a disciplina como um simples espelho das ações de um Oficial enquanto profissional, onde tão somente a experiência, a antiguidade e a formação seriam os elementos para a progressão e para a ascensão na carreira. Esse, de fato, seria um modelo ideal. Sendo, enfim, a noção de “Soldado-profissional” exclusivamente significativa dentro de um conjunto de Oficiais de carreira. O “Soldado-profissional” segue determinadas características, valores, códigos de conduta, tradições que são definidoras, e constantemente avaliadas por seu conjunto de

pares. No caso brasileiro⁷⁴, “Caxias” é o nome que pretende representar ao absoluto de tal condição.

É no sentido “profissional” que os degraus de uma carreira militar podem ser descritos como uma “progressão de experiências educacionais, como estudante e professor, intermeada por missões militares operacionais” (JANOWITZ, 1967, p. 129). A noção está inserida naquilo que o autor Morris Janowitz define como a “vida militar é uma vida institucional” (JANOWITZ, 1967, p. 130) e vincula-se à instituição que a sustenta. Dessa maneira, a Escola Militar é o momento que os Cadetes adquirem o preparo para este estilo de vida peculiar ao militar, e para tal devem completar as atividades previstas nas diretrizes de ensino. Independente de um *ethos* que produz identidades semelhantes para a coletividade militar há uma série de regulamentos que pretendem não só uniformizar, mas literalmente adestrar os “membros da fraternidade profissional” (JANOWITZ, 1967, p. 130). As diretrizes do que seria o ensino militar, como vimos, sofreu, no Brasil, uma série de transformações ao longo das primeiras décadas do século XX, e acabou tendo uma particular importância no que pretendemos compreender nas páginas que seguirão, ou seja, a instrução técnica-militar que Solon Rodrigues D’Avila teve em sua formação junto ao Corpo de Cadetes da Escola Militar do Realengo.

Se a vida militar é uma “progressão de experiências educacionais”, conforme definido por Janowitz (1967). Para Solon, alguns dos elementos já haviam se consolidado, mesmo antes de seu ingresso no Corpo de Cadetes da Escola Militar do Realengo. As suas experiências se assemelham com as descritas por Nelson Weneck Sodré em suas memórias, em especial o momento de “passagem” do Colégio para a Escola Militar.

A passagem à Escola Militar era, assim, transição normal. Não mudávamos de vida, não rompíamos com o passado, não abríamos nova etapa. Continuávamos, simplesmente. [...] não tive, entretanto, perplexidade alguma, hesitação, dúvida. Não houve instante de reflexão, exame de perspectivas, possibilidades, alternativas. Isso simplesmente não aconteceu. Íamos todos para a Escola Militar (SODRÉ, 1967, p. 57).

⁷⁴ O Exército Brasileiro tem a seguinte definição para o termo patrono: “A mais autêntica homenagem que se pode prestar aos grandes vultos da Pátria é manter viva a lembrança de seus feitos, interpretar os acontecimentos de que participaram e recolher os dignos exemplos que nos legaram. As magistrais lições que emanam de suas incomuns existências constituem a imortal seiva que robustece crenças, revigora forças para a travessia do presente e inspira a busca do futuro. **Patrono.** {Do lat. *patronu*} S.m. 5. Bras. Chefe militar ou personalidade civil escolhida com figura tutelar de uma força armada, de uma arma, de uma unidade, etc., cujo nome mantém vivas tradições militares e o culto cívico dos Heróis” (Exército Brasileiro, 2020, Patrono).

Os dispositivos de seleção dos alunos para a EMR foram estudados pelo historiador Fernando da Silva Rodrigues (2010). Na década de 1930, afirma Rodrigues, o Brasil selecionava os candidatos para o curso de Oficial do Exército, através de um processo que os avaliava individualmente. A avaliação seria, então, referendada por uma Comissão de Oficiais da EMR e pelo próprio Comandante da Escola, que dava seu parecer final, positivo ou negativo. No entanto, esses critérios nem sempre eram garantias de equidade, chegando mesmo a ser um processo que, em alguns períodos, adquiria “contornos altamente discriminatórios” (RODRIGUES, 2010). Os Regulamentos da Escola Militar dos anos de 1929 e de 1934 ganham importância para o entendimento do período que Solon Rodrigues D’Avila teve sua formação junto ao Corpo de Cadetes da Escola Militar do Realengo.

Vimos acima que a EMR teve uma série de transformações, iniciadas ainda nos anos iniciais do século XX, recebendo um impulso importante com os instrutores franceses, em especial após o ano de 1924. A chamada “Lei de Ensino Militar”, correspondente ao Decreto nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928, foi um ponto de inflexão do Sistema de Ensino Militar brasileiro, pois previa, em seu Artigo 12, que fossem revistos todos os regulamentos das instituições de ensino militar.

Atendendo ao Artigo 12 da Lei de Ensino Militar, um novo regulamento para a Escola Militar seria aprovado em 25 de Abril de 1929. O regulamento definia, grosso modo, uma relativa sequência do currículo anterior, de 1924, mantendo inclusive a mesma orientação didática. Contudo, inseria mudanças importantes no que diz respeito à estrutura administrativa da Escola, onde foram criados novos órgãos de planejamento, coordenação e controle, encarregados de acompanhar os setores de ensino em suas mais diversas atividades. “O fato merece registro, pois que até então o que se vira sempre, desde 1810, fora uma estrutura extremamente elementar, em que apareciam, de um lado o comandante da Escola como o orientador geral, e do outro lentes e instrutores, como executantes” (MOTTA, 1976, p. 282).

Com os movimentos políticos de outubro de 1930, liderados por Getúlio Vargas, Washington Luiz é destituído do governo e o ministro Senzefredo dos Passos é preso. Assume a pasta da Guerra, o General de Brigada José Fernandes Leite de Castro. Depois dos acontecimentos de 1930, a formação dos oficiais brasileiros seria de fato modificada. Contudo, isso se daria na esteira de um processo de emulação militar que, como vimos, buscava modernizar e profissionalizar Exército Brasileiro. Processo que remete ao do Império, mas que ganha impulso a partir da República, com os “Jovens Turcos”, com a “Missão Indígena” e que se consolidaria com a “Missão Militar Francesa” e com a Aliança

Brasil-Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial. Contudo, o movimento vitorioso em 1930 daria seu tom no ensino militar, logo estendido para a Escola Militar do Realengo, que também recebia um novo comandante, o então Coronel José Pessoa.

A era de José Pessoa na Escola Militar do Realengo marcou-se por profundas mudanças estruturais, onde a melhoria das condições materiais é significativa. As transformações na EMR também seriam acrescidas de elementos simbólicos, como bem descreve o autor Celso Castro, definindo-as como um exemplo “bem sucedido de criação de novas tradições” (CASTRO, 2002, p. 38). Para o autor, a principal preocupação de José Pessoa era com a “criação de mentalidades homogêneas, de um novo estado psicológico no corpo de oficiais. A reforma da Escola Militar seria apenas o início deste processo” (CASTRO, 2002, pp. 39-40). O pensamento por trás da criação de “mentalidades homogêneas” era primeiramente “afastar a política – que divide – e enfatizar a disciplina – que une” (CASTRO, 2002, p. 42). Em que pese José Pessoa ser um dos principais, se não o principal, reformador da Escola Militar do Realengo, esta não teria inicialmente a sua estrutura curricular modificada de maneira drástica.

Em suas reformas, José Pessoa pretendia, de fato, aplicar novos parâmetros de vida para os alunos – que seriam novamente chamados de Cadetes. O comandante da EMR julgava que a reformulação do ambiente escolar era indispensável para um estímulo educacional adequado à formação dos futuros Oficiais. O autor Fernando da Silva Rodrigues, que analisou o discurso do então Coronel José Pessoa aos alunos, na ocasião em que este assume o comando da Escola, em janeiro de 1931, entende que o emprego imediato do título simbólico de Cadete era uma maneira de resgatar uma condição de nobreza do “cadetismo”, critério de seleção utilizado no século XIX.

Além dos aspectos simbólicos, a remodelação da Escola passaria a ser muito mais voltada aos aspectos estruturais do que propriamente ao currículo e a didática de ensino, embora a primeira influencie diretamente no desenvolvimento e na qualidade da segunda. Assim, o regulamento de 1929 é mantido até o ano de 1934, porém o ambiente escolar seria transformado de outras maneiras. Novamente as memórias de Nelson Werneck Sodré dão conta de exemplificar o caráter do momento. Sodré ingressa na Escola Militar em 1931 e, em suas memórias, recorda que lá se promoviam “grandes transformações”, especialmente motivadas pelo novo comandante, que segundo ele:

Começou a reformar a Escola materialmente [...]. Deu fisionomia diferente àquela penitenciária já tendendo a tornar-se pardieiro, construiu banheiros em que não se sentia repugnância de entrar, substituiu as camas,

os colchões, as roupas. Fez um rancho limpo, agradável e escolheu material de mesa e de cozinha como para uma casa de família. Providenciou que a alimentação fosse melhorada. Os salões da biblioteca e do cassino eram dignos de um clube, com mobiliário confortável, sóbrio e bonito. Criou um Banco, onde os cadetes recebiam os vencimentos, retirados com cheque. Procurou, por todos os meios, assim, conferir dignidade àqueles que deveriam ser oficiais adiante. Tratados pior do que soldados, antes, os cadetes entranhavam até tanto esmero, o Coronel Pessoa selecionou, também, a oficialidade que servia na Escola Militar; desejava os melhores, e conseguiu que a maioria tivesse o curso de Estado Maior (SODRÉ, 1967, p. 61).

As principais demandas de José Pessoa era dar aos cadetes um ambiente propício para a melhor apreensão e formação profissional. Um ambiente limpo, visto que essa limpeza desdobrava-se “em três planos: o físico, o moral e o social” (MOTTA, 1976, p. 283). No plano físico, melhoraram-se as condições estruturais das instalações da Escola, tais como dormitórios, rancho, banheiros, biblioteca e salas de estudos, de divertimento e de estar. No plano moral, foram criados e inculcados, nos cadetes, conceitos de “honra e *penache* militares, e refundir-lhes critérios de disciplina, tudo conduzindo à mística do oficialato (o corpo de cadetes, o espadim de Caxias, o código de honra são instrumentos dessa mística)” (MOTTA, 1976, pp. 283-284). Já no plano social, fomentava a distinção social, aristocratizante, onde aquela criação simbólica e mística do oficialato propunha estabelecer a distinção social dos “cadetes”, futuros oficiais, das praças e dos civis (MOTTA, 1976, p. 283). E justamente a “distinção social” que se reforçavam alguns padrões discriminatórios, “aristocráticos”⁷⁵.

Tanto no Regulamento de 1929 como no seguinte, de 1934, foram adotadas uma série de instruções para a matrícula que, de acordo com Fernando da Silva Rodrigues, por si só já estabeleciam padrões discriminatórios. Os principais requisitos que estabeleciam padrões discriminatórios eram a nacionalidade, o atestado de antecedentes e honorabilidade, e, principalmente “o valor da taxa paga [que] restringia em grande parte o número de candidatos, principalmente aqueles pertencentes a camadas sociais mais baixas e que não pudessem pagar o valor estipulado de 30\$000” (RODRIGUES, 2010, p. 158).

Apesar dos regulamentos terem sofrido muitas modificações e num curto período de tempo, não ficam exatamente evidentes quais as práticas escolares em 1936, quando Solon se submete ao processo de seleção à vaga na Escola. Basear-nos-emos naquilo que lei em vigor naquele ano determinava, ou seja, que se seguisse o Regulamento de 1929. Fernando

⁷⁵ A expressão “sangue azul” é, até hoje, pejorativamente proferida pelas praças do EB. Referir-se aos Oficiais “esnobes”, ou seja, aqueles Oficiais que adotam uma postura “aristocrata”, valendo-se de sua posição hierarquicamente superior como uma suposta distinção social.

Rodrigues explica que existia uma reserva de vagas aos egressos dos Colégios Militares – o que não se pode chamar de cotas –, no intuito de selecionar e de favorecer “o ingresso dos melhores elementos da sociedade brasileira, ou seja, ampliava-se a fonte de seleção dos candidatos, mas mantinha-se o controle sobre a seleção dos indivíduos” (RODRIGUES, 2010, p. 129). A condição abastada de Solon, neto de Coronel da Guarda Nacional (Libório Antônio Rodrigues), também favorecia sua causa, pois também era um dos critérios de seleção ou de corte a identificação dos pais. Além dos critérios já assinalados, exigia-se um atestado de honorabilidade, que no caso de Solon seria fornecido pelo seu ex-diretor do Colégio Militar de Porto Alegre.

Conforme referido a pouco, a transição do Colégio à Escola Militar era alguma coisa próxima ao natural. A opção dos ex-alunos dos Colégios Militares pela carreira das armas foi descrito por Nelson Weneck Sodré, que chega, inclusive, a salientar que “normalmente, as turmas eram transferidas à Escola Militar, na quase totalidade; uns poucos escolhiam profissões liberais; alguns, a Marinha” (SODRÉ, 1967, p. 57). Foi justamente a realidade encontrada para ano de 1936, pois quase todos os 53 egressos da turma de 1935, do Colégio Militar de Porto Alegre, constavam na lista de “Apresentação de Alunos que Terminaram o 6º Ano do Collegio Militar do Rio Grande do Sul”. O Boletim Escolar nº 67, de 11 de Abril de 1936, trás a lista dos candidatos à vaga na EMR no ano de 1936. Felizmente a preservação da caderneta de turma do ano de 1935, do CMPA, possibilitou a comparação dos nomes dos candidatos à Escola Militar com os egressos do Colégio. Apenas dois nomes não constavam na caderneta preenchida por Solon; e, da caderneta, apenas um nome não está na lista abaixo:

Quadro 6 – Relação de Alunos que Terminaram o 6º Ano do Colégio Militar do Rio Grande do Sul em 1935

Luiz Alberto de Freitas	Agilberto Atílio Maia Filho
Boris Bramniski	Danillo Marques Paiva
Renato Ney Ribeiro	João Luiz dos Santos Chagas
Arthur Canabarro Travessos Alves	Augusto Joaquim Stuck do Alencastro
Wilson Castro de Freitas	Ronanger Ribeiro de Souza Martins
Eduardo Sergio de Oliveira Bittencourt	Raymundo Victorino Prates
José Mattos M. Motta	Pedro Pinto de Carvalho
Enio Pessôa	José Lopes de Oliveira
Clóvis Pessoa	Josyl Palmeira da Costa
Ney de Moraes Fernandes	José Monserrat
Paulo de Couto e Pfeil*	Alberto Firno de Almeida
José Francisco de Assumpção Santos	Sabino Cotegipe da Cunha
Jacy Braun Braga	Manuel Ribeiro da Costa
Pedro Biccon Ribeiro	Junot Fernandes Monteiro
Ivo Moreira Borges	Arthur Octávio Regis

Oscar Gonçalves	Adão Monte
Adão Braz Schineleski	Francisco Ludwig Rödo
José Antônio de Alencastro e Silva	Janyr de Abreu Duarte
Arthur Nunes Dewite	Milton Campos
Aimé Alcebíades da Silveira Lamaison	Henrique Beckmann Filho
Ruy de Almeida Barbosa	Zanir Pinto
Solon Rodrigues D'Avila	Carlos Conceição Rodrigues Schmitz
Ornuz Rodrigues da Cunha Linn*	Hélio Boher Veloso da Silveira ⁷⁶
Pedro Leon Rostide Schneider	Peri Zimerman
João Carlos Rodrigues Beltrão	Fernando da Silva Abrantes
Manoel Cassal Duarte	Ruy Ebbesen Martins de Menezes
Victor Vianna Bradt	Paulo Lannes Cunha
* Nomes não relacionados na caderneta de turma de Solon	

Fonte: Boletim Escolar da EMR nº 67, de 11 de Abril de 1936.

O Boletim Escolar nº 97, de 24 de Abril de 1936, informa que Solon e outros candidatos procedentes do CMPA, por satisfazerem as condições regulamentares e as exigências constantes das instruções para a matrícula na Escola Militar, que consistiam num exame físico e num exame médico, foram considerados “aptos” a terem efetuadas as matrículas e ingressariam no Corpo de Cadetes. Em 28 de janeiro de 1936, os “novos cadetes” receberiam as boas vindas do então comandante da Escola, o então Coronel João Batista Mascarenhas de Moraes. Além das boas vindas, os Cadetes recebiam as peças de uniformes de acordo com a tabela abaixo:

Quadro 7 - Distribuição de peças de uniforme aos Cadetes

DISCRIMINAÇÃO	1º ANO	2º ANO	3º ANO
Bonet de panno azul ferrete	1	1	1
Bonet sem pala de brim verde oliva	2	1	1
Borzeguins de couro preto (par)	3	3	3
Calça de pano azul ferrete	1	-	-
Calça de brim verde oliva	2	1	1
Calça de brim de linho branco	1	1	1
Calção de brim verde oliva	2	2	2
Camisa de brim verde oliva	2	2	2
Capacete de palha verde oliva	1	-	-
Charlateira azul turquesa (par)	1	-	-
Cinto de seda azul turquesa	1	1	1

⁷⁶ Embora não seja foco deste trabalho, a lista acima apresenta alguns nomes que tiveram suas trajetórias nas Forças Armadas marcadas pela participação na Força Expedicionária Brasileira. Além de Solon, identifica-se o nome de Hélio Boher Veloso da Silveira, que na FEB era 1º Tenente. O nome de Hélio Silveira consta na lista de jovens oficiais que assinam um manifesto de reconhecimento aos esforços da Liga de Defesa Nacional, exaltando a vitória contra o nazi-fascismo.

Distintivo do ano	1	1	1
Divisas verde oliva (par)	2	1	1
Estolas prateadas (par)	2	1	1
Luvas fio da Escossia (par)	1	1	1
Palarino de pano azul ferrete	1	-	-
Perneira de couro preto (par)	1	1	-
Sapato de verniz (par)	2	2	2
Túnica de brim de linho branco	2	1	1
Túnica azul ferrete	1	-	-
Túnica de brim verde oliva	2	1	1
Observação: Os cadetes repetentes do 1º ano receberão as peças de uniformes consignadas para o 2º ano. Os cadetes rearticulados este ano, receberão as peças de uniforme que recolheram do Almoxarifado e as demais necessárias para o complemento da presente tabela.			

Fonte: Boletim Escolar nº 83, de 06-IV-1936.

Não está clara a estrutura curricular em vigor durante o início da formação de Solon. De acordo com Jehovah Motta, o que aparece sobre o Regulamento de 1934 é que este não teria durado muito tempo, “a bem dizer não chegou a ser aplicado” (MOTTA, 2001, p. 292), o que é reiterado por Fernando da Silva Rodrigues (2010). Contudo, a informação de que o regulamento não chegou a ser aplicado parece não se confirmar na prática. Ao confrontar as médias escolares registradas nos Assentamentos de Solon com o “Anexo do Boletim Escolar nº 99”, de 27 de Abril de 1936, nota-se uma diferença. Pela lei em vigor na época, o plano de ensino previsto deveria ser o do Regulamento de 1929, contudo as disciplinas cursadas eram a do Regulamento de 1934, extinto por um decreto do ano de 1935. Da confusão sobre qual regulamento adotar, parece ter se praticado um “híbrido” dos dois. A Escola Militar do Realengo só teria implantado um novo Regulamento no ano de 1940, ficando a questão de qual teria sido, de fato, o currículo praticado durante esses anos?

O Regulamento de 1934 previa, no seu plano de ensino, uma duração total de quatro anos, onde os 1º e 2º anos eram dedicados ao ensino fundamental comum. O ensino fundamental nesse regulamento, assim como no de 1929, tinha como objetivo proporcionar os Cadetes os conhecimentos indispensáveis para a compreensão de assuntos que lhes seriam ministrados ulteriormente nos dois últimos anos. Mas, diferente do de 1929, previa que o ensino fundamental fosse realizado em dois anos, nos quais os Cadetes adquiriam requisitos técnicos fundamentais e a base necessária para se preparar para os dois últimos anos, consagrados ao ensino militar teórico-prático (habilitava os cadetes para o desempenho das funções de oficiais subalternos e, ulteriormente, das de capitães).

Numa simples conta vemos que são quatro – 1936, 1937, 1938 e 1939 – os anos que Solon permanece na Escola. A julgar pelos quatro anos, pode-se inferir que o regulamento praticado na época de seu ingresso era o de 1934. Porém a hipótese se demonstrou incorreta. De fato Solon permanece quatro anos na Escola Militar, no entanto, em seu primeiro ano, acaba reprovado nos exames da 2ª Aula do Curso Fundamental, como pode ser observado no Quadro 8.

Os Cadetes eram examinados individualmente, não só na parte relativa à escola do soldado, do grupo e do pelotão, mas também na parte tática da instrução individual do soldado de infantaria e em todas as suas especialidades como elemento constitutivo de um grupo do combate e de um grupo de comando. Além disso, prestariam uma prova especial como instrutor e como comandante de grupo de combate. O resultado das provas era expresso por uma nota, que, somada à correspondente do tiro das armas portáteis e à de instrução física militar, formava a média final da prova militar prática do primeiro ano. Por sua vez, a avaliação teórica ficava a critério de uma prova escrita, em todas as matérias do ensino fundamental, e uma prova oral sobre a matéria de topografia. De acordo com o Regimento de 1934 seriam aplicadas provas escritas para todas as matérias, exceto as da 4ª Aula. As referidas notas seriam expressas em graus de 0 a 10, sendo consideradas: Ótimas, as de grau 10; Boas, as de 6 a 9; Sofríveis, as de 3 a 5; e Más, as menores que 3.

Quadro 8 - Relação dos conceitos e médias nos exames de 1936

Aula	Disciplina	Conceito	Média
1ª Aula	Geometria analítica. Cálculo diferencial e integral.	Aprovado	Três
2ª Aula	Física experimental, precedida de noções de Mecânica. Noções de Meteorologia.	Reprovado	Não consta
3ª Aula	Geometria descritiva e planos cotados. Noções de sombras e de perspectiva. Desenhos correspondentes.	Aprovado	Três
4ª Aula	Noções de sociologia. Noções de Direito constitucional, administrativo e internacional público. Rudimentos de economia política.	Aprovado	Quatro
Ensino Militar	*Ver Quadro 7	Aprovado	Cinco

Fonte: Registro de Alterações de Solon Rodrigues D'Avila.

Não foi possível saber que motivou a média insuficiente na 2ª Aula. A que tudo indica, Solon teria reprovado nos exames e, recebendo nova oportunidade no 2ª época de exames, novo insucesso. O ensino de “Física experimental, precedida de noções de mecânica”, abrangia as partes da matéria e as noções de meteorologia, sendo examinadas no âmbito de interesse à aviação e a artilharia. De acordo com as diretrizes de ensino de 1934, o curso tinha dois objetivos. O primeiro tratava-se de uma revisão de conhecimentos já adquiridos pelos Cadetes, antes do ingresso na Escola. O segundo objetivo visava desenvolver os aspectos ligados propriamente a “Arte da Guerra”. Tendo a aula o caráter experimental, onde era previsto que os assuntos fossem abordados por meio do maior número possível de experiências, executadas na presença dos cadetes, e a custa de numerosos trabalhos práticos, por eles realizados.

Nota-se, no quadro das disciplinas do primeiro ano, que a 4ª Aula, de “Noções de sociologia”; “Noções de Direito constitucional, administrativo e internacional público”; “Rudimentos de economia política”, eram disciplinas não previstas pelo Regulamento de 1929, o que confirma a prática do Regulamento de 1934. A aula de “Noções de Sociologia”, de “Direito” e de “Economia Política” tinham por fim proporcionar aos cadetes uma visão de conjunto sobre os pontos característicos dos assuntos. As atividades previstas na 4ª Aula não apareciam no currículo desde 1890, quando Benjamin Constant os introduzira no plano de ensino da extinta Escola Militar da Praia Vermelha. “O fato foi considerado, na época, pelos elementos da ortodoxia militar, uma incongruência, ou atrevida manifestação de sectarismo ideológico, a serviço da propaganda positivista” (MOTTA, 1976, p. 291). Decorridos quase cinquenta anos do movimento de Benjamin Constant, introduzia-se no Regulamento de 1934, o estudo do “fato social” como elemento formativo da cultura geral da oficialidade. Os estudos de Sociologia deveriam, conforme o regulamento, “evitar as considerações históricas, bem como a análise das teorias diversas que gravitam em torno de um mesmo assunto” (BRASIL, 1934, Art.13). Por sua vez, os “Rudimentos de Economia Política” tratavam de maneira sintética o exame dos vários aspectos que compõem um mesmo fenômeno social ou uma determinada questão de direito. Estas disciplinas estariam, conforme comenta Jehovah Motta, na “esteira dos acontecimentos mundiais e ao sopro da inquietude intelectual que invade o Brasil com a Revolução de 1930, todo mundo passou a interessar-se pelos estudos sociais em suas diversas modalidades, inclusive aquela que diz respeito aos fenômenos econômicos” (MOTTA, 1976, p. 292).

Em que pese o retorno ao Regulamento de 1929, previsto no Decreto nº 192, de 20 de Junho de 1935, as disciplinas relacionadas não foram retiradas do plano de ensino aplicado aos Cadetes da EMR em 1936. Os exames finais realizados de acordo com o grupo de disciplinas de cada aula traziam a 4ª Aula.

A reprovação na disciplina de Física parece ter atormentado Solon por muitos anos. No dia 25 de outubro de 1944 o Esquadrão de Reconhecimento da FEB praticava exercícios físicos, atividade preparatória das tropas após a viagem de ida para a Itália. No meio da tarde daquele dia, Solon teve a oportunidade de escrever em seu diário sobre os acontecimentos de uma manhã fria e chuvosa. Queixando-se das atividades praticadas, associou o desconforto que sofria a um velho termo que o perseguia: “*física*”.

25

[...]

Durante a manhã houve Ed. Física – até na guerra uma física me persegue – e depois armamento.

[...]

O tormento provocado pelo insucesso na 2ª Aula corrobora com a análise de Fernando da Silva Rodrigues (2010) sobre os Cadetes reprovados na EMR. O uso da palavra fracassado, para referir-se aos que reprovavam em algum ano, era comum à “gíria” da Escola. O termo serviria para caracterizar qualquer insucesso na vida de um aluno, mas que também podia ganhar um tom pejorativo, incutindo-lhes a pecha de indivíduos preguiçosos, indisciplinados e imorais. Embora não seja possível afirmar o motivo exato para sua reprovação na disciplina de Física, é provável que isto tenha lhe rendido constrangimentos e caçadas jocosas.

A questão da reprovação dos Cadetes não ficou restrita à EMR. O autor Fernando Rodrigues (2010) detalha um acirrado debate que ocorre entre o então comandante da Escola, General José Pessoa e o Ministro da Guerra, General Góes Monteiro. Por meio de cartas trocadas entre os dois militares, Rodrigues observa o posicionamento deles em relação ao assunto das reprovações, sendo o primeiro interessado em “formar a base de uma nova elite militar por meio de uma nova educação dos indivíduos e das coletividades isenta de problemas políticos, de problemas da educação, e principalmente, de problemas morais” (RODRIGUES, 2010, p. 136). Para José Pessoa, a Escola não devia ensinar as qualidades, mas apenas aprimora-las e molda-las na elite profissional do Exército Brasileiro. Contrapondo-se ao comandante da Escola Militar, o General Góes Monteiro considerava o posicionamento do primeiro muito “radical e elitista com relação ao não aproveitamento de

cadetes reprovados na EMR” (RODRIGUES, 2010, p. 132). Em sua resposta, Góes Monteiro considera desproporcional e muito rígida a concepção de José Pessoa, e entende que jovens iniciantes e inexperientes, mesmo tendo sofrido um primeiro insucesso, tinham potencial de desenvolver suas aptidões militares. Para Rodrigues, Góes Monteiro estaria inclinado a uma concepção política que considerava “defender a coisa pública, articulada à defesa das Forças Armadas, mesmo que o interesse levasse a interferir em um dos processos seletivos do núcleo formador profissional do Exército” (RODRIGUES, 2010, p. 136). O pensamento de Góes Monteiro parece ter prevalecido. O Ministro da Guerra defendia o reaproveitamento dos Cadetes, concedendo-lhes a oportunidade de recuperarem os cursos perdidos.

Na perspectiva apresentada, receberiam nova chance os “inabilitados primários em exames parciais; os desligados por faltas disciplinares não reincidentes; os afastados por moléstia; os atingidos por medida de clemência governamental;”. O caso de Solon, reprovado na 2ª Aula do ensino fundamental, foi enquadrado no primeiro item, “dos inabilitados primários em exames parciais”. No Boletim Escolar nº 79 de, 7 de Abril de 1937, apresenta um quadro dos alunos repetentes do primeiro ano, que deveriam repetir as aulas por reprovação em alguma disciplina. Dos 44 nomes que constam na lista, 38 tiveram, entre as suas reprovações, a disciplina de “Physica”, um índice que ultrapassa 86% dos alunos reprovados. Sendo que 15 tiveram insucesso única e exclusivamente nessa disciplina. Talvez a dificuldade dos alunos se justifique, em parte, no que relata Nelson Sodré sobre a proximidade entre professores e os cadetes, no que consiste ao ensino teórico:

Na parte de ensino teórico, tratava-se apenas de graus de sabatina e de exames, e havia pouco contato entre alunos e professores, que só se encontravam nas salas de aula. Já em nível universitário, o professor ocupava o tempo em expor a matéria do programa, a arguição de alunos era rara; tudo levava, pois, a que se desconhecêssem. Acontecia precisamente o inverso no que tocava ao ensino prático, o ensino militar: os oficiais e cadetes estavam em contato permanente; estes eram repetidamente arguidos por aqueles, e essas arguições anotadas pelos instrutores; a observação dos oficiais era ininterrupta, da alvorada ao anoitecer, quando não se prolongava, pois os instrutores concorriam à escala de oficial-de-dia (SODRÉ, 1967, p. 71).

O segundo ano de Solon na EMR parece ter transcorrido com maior tranquilidade, ao menos no quesito relativo ao seu aproveitamento na 2ª Aula, na qual chegaria ao índice três, rendendo-lhe a aprovação. No ensino militar também receberia aprovação, com o

índice cinco. O último consistia em uma instrução militar fundamental, sem distinção das Armas, voltado à infantaria. O Regulamento de 1934 previa aos alunos um ensino fundamental de cultura teórica (não militar) ministrada na Escola. Em paralelo, a instrução militar teórica e prática, com o objetivo de dar aos cadetes os fundamentos elementares na instrução, ou seja, a instrução do soldado e o conhecimento do armamento individual e coletivo, da infantaria. O plano de instrução teórica e prática do ensino fundamental previsto no Regulamento de 1934 está compilado no Quadro 9.

As instruções de ensino teórico e prático eram normalmente realizadas na própria Escola, como o caso das instruções técnicas, tais como os extenuantes exercícios de marcha, construção de trincheiras, sapas e abrigos. Também eram realizadas instruções para o conhecimento completo do material existente no grupo de combate, inclusive o equipamento individual. Consistia no conhecimento completo do fuzil, do mosquetão e do fuzil metralhador; da pistola e das granadas; noções essenciais sobre a metralhadora pesada, o canhão de acompanhamento e morteiro; e “notícias sumárias” sobre o armamento da cavalaria e da artilharia. A que seguia as instruções de tiros de fuzil, a distância real, e do fuzil metralhador, a distância reduzida. Contudo, a respeito das lições para os alunos de primeiro ano, Nelson Sodré faz uma descrição bastante negativa daquele período, que classificou de “monótono, terrivelmente monótono” (SODRÉ, 1967, p. 65). Sodré atribui uma visão negativa para o período, mas justifica que sua impressão foi-lhe causada por um incurável machucado no pé, que por meses permaneceu-lhe aberto devido aos estafantes esforços físicos que os Cadetes eram submetidos.

O primeiro ano pertencia, obrigatoriamente, à infantaria, considerada arma básica: a prática dessa arma consistia em marchas, cada vez mais longas e com equipamento mais pesado, conhecimento das armas portáteis e tiro delas, exercícios de combate e organização de terreno. A marcha era considerada fundamental; marchava-se longos quilômetros, para chegar a determinado lugar e aí aprender em quantas partes se dividia o fuzil ou a serra articulada, ou cavar uma trincheira. Aquilo que poderia ser ensinado no pátio, ou numa sala, era ensinado longe da Escola – era pretexto para marchar. Abrindo trincheiras, marchando, montando e desmontando armas, passamos um ano (SODRÉ, 1967, p. 65).

Os conhecimentos teórico-práticos eram complementados por manobras, onde participavam todos os Cadetes da Escola. Eram obrigatórias e podiam contar com a participação, em conjunto, com outras Escolas, como a de Aviação Militar. O âmbito das manobras estaria em correlação com a finalidade essencial da Escola: formar Tenentes. O então Comandante da Escola Militar, Coronel Mascarenhas de Moraes refere-se, em suas

memórias, às manobras daquele ano, realizadas no mês de outubro, na região de Pindá, em Taubaté, estado de São Paulo. Para Mascarenhas, as manobras em Taubaté coroam um “completo êxito pelo cuidadoso planejamento e fiel realização no tocante ao corpo de cadetes, à escolha da região, aos suprimentos e à figuração do tema tático, desenvolvimento em terreno acidentado, propício a variados exercícios de combinação de armas” (MORAES, 1984, p. 104). As atividades consistiam na simulação de situações de combate e serviço em campanha. Previa-se que as manobras não se realizassem nas regiões próximas à sede da Escola, cujo terreno, em regra, seria por demais conhecido dos Cadetes, podendo gerar alguma familiaridade que facilitasse as suas vidas.

No ano seguinte, em 1937, as manobras foram realizadas em Rezende, estado do Rio de Janeiro, também em outubro. Normalmente realizados próximos ao fim do ano letivo, ou depois das provas orais e dos exames de instrução militar teórica e prática, estas manobras marcam a fase de maior ação do treinamento dos cadetes nas diversas funções no âmbito dos grupos de combate, inclusive na prática de comando. De maneira a dar-lhes melhores condições materiais e evitar que os Cadetes fossem desviados para funções secundárias, as manobras eram realizadas com o apoio de outras unidades do Exército. Tanto em pessoal, como em material, tais como: viaturas, atrelagens, cavalos de sela, condutores de viaturas, elementos de tropa especializada de qualquer Arma, etc. Em 1936 o apoio logístico ficou por conta do 3ª Companhia de Infantaria, de Minas Gerais. Em 1937 o apoio foi da 1ª Cia de Infantaria.

Como referido, todos os anos os Cadetes era obrigados a realizar manobras de instrução. Em 1938, Solon participa das manobras realizadas em Belo Horizonte, Minas Gerais, oportunidade que acaba sofrendo um acidente. Como abordado no capítulo anterior, as “Relações de Alterações” constituem um histórico do militar. Nelas, Solon produziu marcações em vermelho, com um “giz-de-cera”, dando destaque para alguns episódios de sua carreira. O episódio de seu acidente e, posteriormente, da alta da enfermaria foram assinalados por ele. Não foi possível descobrir a gravidade nem a natureza do acidente, no entanto ele acabou atingindo o grau necessário para o aproveitamento positivo na instrução, podendo dar continuidade nos estudos.

Quadro 9 - Plano de instrução militar teórica e prática de ensino fundamental comum do Regulamento de 1934

1º ANO	2º ANO
--------	--------

<p>I - EDUCAÇÃO MORAL INSTRUÇÃO GERAL</p> <p>1º Noções sobre a guerra e a missão do Exército nas democracias modernas; missão do oficial; papel da Escola Militar, como fonte essencial de recrutamento dos quadros de oficiais das armas.</p> <p>2º Noções sobre a organização do Exército (leis fundamentais em vigor e sobre a composição das armas).</p> <p>3º Conhecimento geral dos códigos militares (disciplinar, penal, etc.);</p>	<p>I - EDUCAÇÃO MORAL E INSTRUÇÃO GERAL</p> <p>1º Papel das forças morais no combate; psicologia do combatente, em particular do soldado de infantaria.</p> <p>2º Estudo pormenorizado da composição do batalhão; noções sobre os reaprovisionamentos e evacuações, neste escalão.</p>
<p>II - INSTRUÇÃO TÉCNICA</p> <p>1º - Exercícios, combate e serviço em campanha;</p> <p>a) Noções gerais sobre a marcha, o estacionamento, a segurança, o combate e os transportes; particularidades sobre a conduta do soldado;</p> <p>b) Escola do soldado, escola do grupo de combate (ordem unidade e maneabilidade); escola do pelotão (ordem unida); missões individuais (vigia esclarecedor, sentinela, observador, etc);</p> <p>c) Construção e melhoria de abrigos; construção de trincheiras e sapas (inclusive espaldões); revestimentos.</p> <p>2º - Armamento, material e tiro.</p> <p>a) Conhecimento completo do fuzil, do mosquetão e do fuzil metralhador; da pistola e das granadas; noções essenciais sobre a metralhadora pesada, o canhão de acompanhamento e morteiro; notícias sumárias sobre o armamento da cavalaria e da artilharia;</p> <p>b) Tiros de instrução de fuzil a distância real e do fuzil metralhador a distância reduzida;</p> <p>c) Conhecimento completo do material existente no grupo de combate, inclusive o equipamento individual.</p> <p>3º - Avaliação de distância e observação</p> <p>a) Noções gerais sobre avaliação de distâncias; avaliação à vista;</p> <p>b) Noções gerais sobre o serviço de observação; desenvolvimento do espírito de observação (acuidade visual e auditiva); treinamento físico do observador.</p>	<p>II - INSTRUÇÃO TÉCNICA</p> <p>1º - Exercícios, combate e serviço em campanha.</p> <p>a) Particularidades sobre a marcha, o estacionamento, a segurança, o combate e os transportes no âmbito da Infantaria, especialmente quanto à conduta do comandante do grupo de combate e da peça (metralhadoras e petrechos);</p> <p>b) Comando do grupo de combate e escola do pelotão (ordem unida e maneabilidade); escola da peça, inclusive comando (metralhadoras e petrechos); escola da companhia de brasileiros (ordem unida);</p> <p>c) Construção de trincheiras, sapas e abrigos coletivos; emprego do revestimento e das redes de arame, no âmbito grupo de combate, como elemento de um ponto de apoio como elemento avançado.</p> <p>2º - Armamento, material e tiro.</p> <p>a) Conhecimento completo do armamento de infantaria mediante um curso de armamento;</p> <p>b) Tiro de instrução de fuzil e fuzil metralhador à distância real e de metralhadoras (inclusive o tiro de combate);</p> <p>c) Conhecimento do material das unidades de infantaria;</p> <p>3º - Avaliação de distâncias e observação</p> <p>a) Estudo do material de observação;</p> <p>b) Emprego dos binóculos e telômetros na avaliação de distâncias e na observação;</p> <p>c) Estudo da observação no grupo de combate, no quadro do pelotão e isoladamente.</p>
<p>III - TOPOGRAFIA</p> <p>Orientação, escalas, bússola, giro do horizonte, leitura de cartas e problemas simples sobre a carta.</p>	<p>III - TOPOGRAFIA</p> <p>Levantamentos que deem informações de interesse militar; emprego da prancheta; esboços, inclusive panorâmicos.</p>
<p>IV – TRANSMISSÕES</p> <p>Noções sobre a ligação e as transmissões; generalidades sobre os meios de transmissão; alfabeto Morse e código de sinais; sinalização ótica e a braços; mensageiros.</p>	<p>IV – TRANSMISSÕES</p> <p>Estudo particularizado dos meios e funcionamento das transmissões na companhia; estudo do telefone; instalação e levantamento de uma rede telefônica.</p>
<p>V - INSTRUÇÃO TÁTICA</p> <p>Combate e serviço em campanha</p> <p>1º Treinamento do soldado nas diversas funções no âmbito do grupo de combate.</p> <p>2º Instrução do cabo, como fuzileiro, granadeiro, observador e renunciador.</p> <p>Curso de infantaria;</p>	<p>V - EQUITAÇÃO</p> <p>Instrução do cavaleiro (equitação elementar).</p> <p>VI - INSTRUÇÃO TÁTICA</p> <p>Combate e serviço em campanha</p> <p>1º Emprego do grupo de combate (inclusive o estudo de seu comando), no âmbito do pelotão.</p>

	2º Emprego da peça (de metralhadora e de petrecho), no âmbito da seção; emprego eventual da peça isolada. 3º Estudo do comando do grupo de Combate isolado. 4º Prática da redação de partes e informações.
--	--

Fonte: Quadro montado a partir do Decreto nº 23.994, de 13 de Março de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23994-13-marco-1934-502703-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 abr. 2018.

O primeiro ano da Escola Militar é, também, marcado por atos oficiais altamente simbólicos. Poucas semanas antes de participar das manobras em Taubaté, Solon prestava o compromisso à bandeira, sendo definitivamente incluso no Corpo de Cadetes, a 18 de novembro de 1936. Trata-se de um procedimento bastante significativo para os calouros até hoje. Prática instituída por José Pessoa, a cerimônia expressa o pertencimento dos cadetes a uma “tradição” vinculada ao que se considerava serem os “valores militares”⁷⁷ mais elementares. O “elemento simbolicamente mais importante era o espadim” (CASTRO, 2003, p. 43), réplica em miniatura da espada do próprio Duque de Caxias, patrono do Exército. Simbolizando a própria “honra militar”, o espadim e a cerimônia em torno dele, marcam o momento em que o calouro – bicho – é definitivamente “confirmado como Cadete” (CASTRO, 2003, p. 39).

O novato passa pelos rituais que levam à passagem da condição de bicho à Cadete, que coincide com a passagem da condição de paisano à de militar. A distinção entre militares e paisanos é o passo primordial, instaurador, do espírito militar. Mas não é o único [...] ao terminar o Curso Básico, o cadete já não é mais considerado paisano, mas é um militar ainda em “estado bruto”, que tem de ser “lapidado pela Arma” (CASTRO, 2003, p. 54).

O primeiro ano da Escola Militar é marcado por este “ritual”. Após as férias os cadetes recebiam sua classificação nas Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia. A classificação era, de fato, uma escolha que privilegiava (com o valor do “mérito”) os cadetes que obtiveram melhores médias durante o primeiro ano. Eles teriam a chance de ocupar primeiro às vagas de sua opção. Solon só pode escolher sua Arma no início de 1938, optando pela Cavalaria. A opção das Armas é uma escolha fundamental na vida do oficial. De acordo com Celso Castro, é uma opção definitiva para a vida de um oficial, “pior que um casamento, pois é para a vida toda e não pode mudar” (CASTRO, [1990] 2004, p. 56). A opção feita no início do segundo ano é determinante para o rumo

⁷⁷ A noção de “valor militar” foi abordada na sessão 2.3 da dissertação.

que a carreira irá tomar. Os oficiais carregam a Arma ao longo de toda a vida, só perdendo esta “identidade” se atingirem o generalato, “visto como a consagração da carreira: os generais estão acima das Armas” (CASTRO, 1990, p. 56). A opção individual deveria levar em conta o aspecto profissional da Arma, ou seja, os serviços e as atividades exigidas em decorrência da escolha individual acompanhariam o oficial ao longo de toda a sua carreira. O que teria levado Solon a escolher a Arma da Cavalaria?

A opção pela Arma da Cavalaria era comum entre os Cadetes provenientes do Rio Grande do Sul⁷⁸. No entanto, muitas vezes a escolha levava em conta a tradição familiar, como afirmou Celso Castro ([1990] 2004). Há, também, uma possibilidade de ser uma opção “regional”. O próprio Nelson Sodré, que optou pela Artilharia, menciona em suas memórias “o agrado de muitos, particularmente os cadetes do Rio Grande do Sul” pela Cavalaria. Grosso modo, havia uma tendência dos cadetes gaúchos optarem pela Cavalaria, tanto pela proximidade de servirem em unidades em sua terra natal, quanto pelas tradicionais relações com o ambiente rural, em fazendas.

⁷⁸ Embora seja uma afirmativa comum na bibliografia consultada, não há dados muito precisos para que se possa testar esta hipótese.

Figura 15 – Escudo (cavalo)⁷⁹, condecoração de 1º lugar da prova de hípica “General David Canabarro” no ano de 1941



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

A tradição familiar parece não se aplicar ao caso de Solon, pois até onde foi possível mapear, não há parentes que lhe herdem a tradição da Arma. Contudo, a filha do Coronel Solon, a senhora Eliane D’Ávila, comenta que a escolha de seu pai pela Arma da Cavalaria deu-se por um gosto particular dele por cavalos. Um gosto que fora adquirido “ainda na sua infância, nas fazendas de Vacaria” (D’AVILA, 2017). Há a possibilidade de que sua escolha pudesse estar atrelada à tradição familiar, pois era neto de um rico estancieiro, o “Coronel” da extinta Guarda Nacional Libório Antônio Rodrigues, contudo não está necessariamente atribuído à Arma do Exército. A senhora Eliane D’Avila afirma que o seu pai tinha uma verdadeira paixão por equitação e por cavalos, e reafirma a “tradição” de militares sul-rio-grandenses optarem pela cavalaria. “*Os gaúchos optavam quase todos pela cavalaria. Talvez por ter nascido numa fazenda, e o pai dele e os irmãos,*

⁷⁹ O Escudo (cavalo) era a premiação de primeiro lugar da prova de hípica “General David Canabarro”. Era uma prova bastante tradicional, sendo realizada em diversas ocasiões como, por exemplo, nas Olimpíadas Militares. A premiação era ofertada pela D. S. R. V. (Diretoria de Remonta). Solon disputou a prova diversas vezes, tendo conquistado, ainda, um 2º colocado, recebendo a “Medalha Vermeil”. A prova consistia de um percurso no qual os cavaleiros saltavam obstáculos. O vencedor era o competidor que completasse a prova com menos faltas no menor tempo possível.

todo mundo com cavalo. Hoje Vacaria é um lugar onde tem o melhor rodeio do Rio Grande do Sul, então acho que ele se criou em volta do cavalo (D'AVILA, 2017).

Figura 16- Solon em sua montaria (inicio dos anos 1940)



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

Naquele ano de 1938, Solon optou pela Arma da Cavalaria. O plano curricular praticado no 2º Ano de Solon na Escola parece não ter dado continuidade ao currículo de 1934, que previa cinco Aulas, como pode ser visto no Quadro 10. Nas “Relações de Alterações” dele, os exames realizados no fim do ano letivo traziam apenas quatro aulas, além do ensino militar da Arma de Cavalaria, não constando a 5ª aula – Noções de telegrafia e telefonia com fio; Noções de rádio-técnica geral. A disciplina que capacitava o aluno para a operação telegráfica e telefônica aparentemente não foi cursada na EMR. Somente em 1941, em ocasião de transferência para o Regimento Andrade Neves, que Solon viria a ter instruções a respeito, quando fora designado compulsoriamente para o curso de Transmissões junto à Escola de Transmissões do Exército, permanecendo adido como instrutor até o momento em que se voluntaria para a FEB.

Quadro 10 - Curso da Arma de Cavalaria – Ensino Fundamental – em 1929 e 1934

Decreto nº 18.713 de 1929	Decreto nº 23.994 de 1934
1ª aula - Mecânica racional.	1ª aula – Mecânica racional, precedida de cálculo vetorial.
2ª aula - Química.	2ª aula – Química.
3ª aula - Topografia e desenho topográfico.	3ª aula – Legislação e administração militares. Prática do processo militar.
4ª aula - Noções de direito, Legislação militar. Administração militar.	4ª aula – Topografia.
---	5ª aula – Noções de telegrafia e telefonia com fio. Noções de rádio-técnica geral.

Fonte: Quadro montado a partir do Decreto nº 23.994, de 13 de Março de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23994-13-marco-1934-502703-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 de out. 2019.

O ensino da Arma foi realizado com o previsto no regulamento de 1929. Na Tabela 3, como os resultados dos exames de 1938 pode-se constatar que apenas quatro aulas de ensino fundamental militar foram cursadas. Em que pese sua aprovação final, consta nas alterações a reprovação nos exames das 1ª, 2ª e 3ª Aulas, tendo na 2ª época de exames, atingido a nota suficiente para a aprovação.

Quadro 11- Relação dos conceitos e médias nos exames de 1938

Aula	Disciplina	Conceito	Média
1ª Aula	Mecânica racional.	Aprovado	Três
2ª Aula	Química	Aprovado	Três
3ª Aula	Topografia e desenho topográfico	Aprovado	Quatro
4ª Aula	Noções de direito, Legislação militar. Administração militar.	Aprovado	Três
Ensino Militar	*Ver Quadro 8	Aprovado	Cinco

Fonte: Registro de Alterações de Solon Rodrigues D'Avila.

Os exames finais da Escola Militar constavam em provas escritas, orais e práticas, de acordo com a natureza das aulas e das matérias do ensino militar. Todos os alunos prestavam, no mês de julho, um exame de habilitação, sobre parte das matérias teóricas que já houvessem sido instruídos. O exame de habilitação constava de apenas uma prova escrita.

O aproveitamento dos alunos em cada aula era, então, expresso pela média obtida, com a nota da prova escrita e as notas alcançadas nas “sabatinas” ou interrogatórios anteriores. Somando-se as médias das aulas e dividindo a soma pelo número de aulas, obtinha-se a média final. Havia uma segunda época de exames para os alunos que não atingiam o dependendo necessário. Se ao fim e ao cabo de todos os exames o desempenho fosse menor que três, o cadete seria considerado inabilitado e a seguir, desligado da Escola.

**Quadro 12 - Curso da Arma de Cavalaria 2º Ano – Ensino Teórico-Prático –
Regulamento de 1929**

I - Teórico	II - Prático
<p>a) Noções de higiene e profilaxia indispensáveis á saúde dos homens e á conservação do bom estado sanitário das habitações militares, em tempo de paz e de guerra.</p> <p>b) Estudo da metralhadora leve, artificios e engenhos de destruição empregados pela cavalaria.</p> <p>c) Estudo dos regulamentos de exercícios e combate da cavalaria e tiro das metralhadoras; continuação dos estudos dos regulamentos de instrução física, tiro das armas portáteis, serviço em campanha, organização do terreno, transmissões nas partes que interessam a arma e dos serviços gerais nos corpos de tropa.</p>	<p>a) Instrução física militar.</p> <p>b) Instrução individual e de conjunto - pelotão (titulo I da 2 parte e titulo II da 3 parte do regulamento para os exercícios e o combate da cavalaria. - 1924).</p> <p>c) Aperfeiçoamento da instrução técnica do tiro (fuzil, fuzil-metralhador, granada, metralhadora leve e pistola).</p> <p>d) Exercício de serviço em campanha, Marchas e estacionamento.</p> <p>e) Revisão da instrução dos agentes de transmissão, aperfeiçoando as partes que interessam a cavalaria; instrução dos radiotelegrafistas. Organização do posto de comando de um esquadrão.</p> <p>f) Exercícios de organização do terreno, no que interessa ao pelotão e ao esquadrão.</p> <p>g) Exercícios práticos de topografia; esboços planimétricos e panorâmicos.</p> <p>h) Exercícios de redação de ordens, partes e relatórios, concernentes a assumptos tratados na pratica.</p> <p>i) Esgrima.</p> <p>j) Equitação.</p>

Fonte: Quadro desenvolvido a partir do Decreto nº 23.994, de 13 de Março de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23994-13-marco-1934-502703-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 abr. 2018.

Assim como no ensino fundamental, o ensino teórico-prático da Cavalaria também era avaliado. Os Cadetes passavam por exercícios exame de combate da cavalaria; organização do terreno; destruições operadas pela cavalaria; armamento, equipamento e arreamento da cavalaria; transmissões; serviço em campanha; noções de topografia, esboços; higiene e profilaxia. E, ainda, uma instrução táctica do comando de patrulha, reconhecimento, pelotão. Por fim uma prova prática de equitação.

O ano de 1939 marca o início da Guerra na Europa. As movimentações mundiais em relação àquele contexto trouxeram ao Brasil o Comandante do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos, General George C. Marshall. Sua visita mobilizou toda a

cúpula militar e civil da ditadura do Estado Novo. O General estadunidense veio ao Brasil com uma comitiva composta por oficiais da Divisão de Planejamento de Guerra e da Aviação, no intuito de estabelecer contatos relativos à preocupação e prioridades para com a defesa nacional – estadunidense e brasileira – “em face da provável guerra que parecia cada dia mais próxima de eclodir na Europa e se ampliar na Ásia” (OLIVEIRA, 2015a, p. 39). A comitiva estadunidense participou de reuniões secretas e inúmeras cerimônias públicas. Uma delas foi realizada na Escola Militar do Realengo. A julgar pelas datas que a comitiva permaneceu no Brasil, entre 25 de maio a 07 de junho de 1939, possivelmente o último compromisso público da comitiva estadunidense em território brasileiro se deu em visita à Escola Militar.

Solon esteve presente na formatura que o General Marshall passou em revista do destacamento escolar, em 07 de junho. Nas “Relações de Alterações” contra um “elogio” coletivo, concedido pelo General Mario José Pinto Guedes, louvando os “valores” desempenhados Cadetes, que ostentaram “entusiasmo, garbo militar, compenetração e elevada disciplina com que se houve quando da revista passada ao Destacamento Escolar pelo Exmº Sr. General Marshall e desfile perante esta autoridade”⁸⁰. A visita de Marshall pode ser considerada um marco importantíssimo na formação da aliança militar entre Brasil-EUA.

O ano letivo de 1939 também contou com a visita de uma delegação do Colégio Militar Argentino. Infelizmente as razões para a visita da delegação argentina, que ocorreu em meados Setembro, não foram abordadas de forma mais detida pela historiografia militar. Possivelmente, esta visita se deu em contexto de aproximação entre as Forças Armadas dos dois países, tendo a delegação da argentina, participado das manobras em conjunto com os cadetes da EMR. Contudo, estas manobras não foram às tradicionalmente realizadas no fim do ano. As manobras de 1939 foram realizadas na própria região de Realengo, na Fazenda do Engenho Novo. Marcariam a proximidade do termino do ano letivo. De acordo com o dispositivo no Artigo 126 do Regulamento de 1929, os cadetes seriam declarados, ao termino do curso, Aspirantes-a-Oficial.

Quadro 13 - Relação dos conceitos e médias nos exames de 1939

Aula	Disciplina	Conceito	Média
1ª Aula	1ª aula - Balística.	Aprovado	Seis

⁸⁰ Registro de Alterações de Solon Rodrigues D’Avila.

2ª Aula	Noções fundamentais sobre a organização e a tática das diferentes armas (infantaria, cavalaria, artilharia, aviação) o emprego das unidades de Engenharia. Tática de cavalaria.	Aprovado	Cinco
3ª Aula	3ª aula - Noções de fortificação permanente (terrestre e de costa). Síntese histórica da fortificação.	Aprovado	Cinco
4ª Aula	4ª aula - Noções sobre as aplicações gerais da física, da química e da mecânica à técnica militar.	Aprovado	Quatro
5ª Aula	5ª aula - Historia militar.	Não consta nas alterações	
Ensino Militar	*Ver Quadro 9	Aprovado	Seis

Fonte: Registro de Alterações de Solon Rodrigues D'Avila.

A modernização dos currículos das Escolas Militares atendia objetivos que transformaram o ensino militar mais voltado aos exercícios práticos. Ao longo do processo, promoveu-se, também, a reformulação dos manuais de ensino, como o já referido Manual de Campanha C20-20 para Treinamento Físico Militar. Outro manual que atende ao mesmo padrão de traduções de um original francês foi o “Manual de Serviço em Campanha da Cavalaria: para os graduados e seus instrutores montados e motorizados”⁸¹, publicado em português em abril de 1941. Na introdução do manual o tradutor, o então capitão de cavalaria José Horácio Garcia, define que o objetivo do trabalho era “facilitar a tarefa de nossos camaradas, capitães e subalternos, apresentando-lhes modelos de documentos, conselhos sobre a organização da instrução e fiscalização dos trabalhos”. Segue dizendo que se ressentia da falta de orientação prática da tropa, bem como a falta de experiência para “organizar o exercício, para fazê-lo produzir, para fazê-lo agir sobre o instruindo”. O capitão também admite incluir suas próprias observações, justificando como deliberadas as alterações no material, para adaptar o trabalho às necessidades dos quadros brasileiros. Ora, se os manuais serviam para padronizar e regulamentar as instruções, a justificativa do capitão José Horácio Garcia revela, outra vez, que nem sempre elas eram seguidas a risca. Quantos outros manuais sofreram adaptações em suas traduções? De igual maneira, a

⁸¹ O historiador Dennison de Oliveira examina o conteúdo do mesmo manual em seu livro “Extermine o Inimigo: Blindados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial” (DENNISON, 2015). Publicado em 1941, o manual expressa bem a defasagem do Exército Brasileiro às vésperas do país se envolver no maior conflito armado da História Contemporânea. Das quase 500 páginas, poucas se dedicam à cavalaria motorizada, ficando-se quase integralmente à cavalaria hipomóvel. Ver: OLIVEIRA, Dennison de. Extermine o Inimigo: Blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Jorua, 2015.

adaptação explícita um dos aspectos da emulação militar, qual seja a de ser, sempre, incompleta.

Para a pesquisa não foram consultados os manuais utilizados por Solon durante o curso na EMR. Portanto, é possível apenas inferir que suas leituras técnicas seguissem o padrão dos manuais utilizados pelo Exército, no que consiste a traduções, por vezes adaptadas, de manuais franceses. Os manuais não previam, no caso da Cavalaria, do emprego de forças blindadas. Tão pouco as diretrizes de ensino dos currículos da EMR, como pode ser observado anteriormente.

**Quadro 14 - Curso da Arma de Cavalaria 3º Ano – Ensino Teórico-Prático –
Regulamento de 1929**

I - Teórico	II - Teórico-prático
1ª aula - Balística. 2ª aula - Noções fundamentais sobre a organização e a tática das diferentes armas (infantaria, cavalaria, artilharia, aviação) o emprego das unidades de Engenharia. Tática de cavalaria. 3ª aula - Noções de fortificação permanente (terrestre e de costa). Síntese histórica da fortificação. 4ª aula - Noções sobre as aplicações gerais da física, da química e da mecânica á técnica militar . 5ª aula - Historia militar.	a) Instrução física militar. II - Teórico-prático a) Instrução física militar. b) Revisão e desenvolvimento das instruções anteriores c) Aplicação do regulamento para os exercícios e combate da cavalaria (2ª parte, título I, e 3ª parte, títulos II e III). d) Noções de hipologia e higiene veterinária. e) Exercícios táticos na carta e no terreno. f) Noções gerais de administração nos corpo de tropa; administração detalhada do esquadrão. g) Esgrima. h) Equitação, inclusive a desportiva.

Fonte: Quadro montado a partir do Decreto nº 23.994, de 13 de Março de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23994-13-marco-1934-502703-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 abr. 2018.

Solon foi desligado da Escola em 19 de dezembro de 1939, retornando para o Rio Grande do Sul, onde senta praça no 3º Regimento de Cavalaria Divisionário, Regimento Osório. A defasagem de doutrina, de material e do emprego veículos motorizados será mais bem analisada na próxima sessão, assim como a sequência da carreira de Solon, agora como oficial da Arma de Cavalaria, e sua atuação na Segunda Guerra Mundial.

3.4 A “VELHA CAVALARIA DE ESPADA E LANÇA”: O 1º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO DA FEB

25 – 09 – 44

[...]

Sinto uma saudade imensa do cavalo, da velha cavalaria de espada e lança.

[...]

A constituição das forças blindadas no Exército Brasileiro remonta ao ano de 1921. Sob os auspícios da MMF o país vai adquirir um primeiro lote de doze unidades de tanques leves FT-17 da Renault, com capacidade de dois tripulantes. Veículos blindados, produzidos em razão da Grande Guerra 1914-1918, o FT-17 teve um impacto muito pequeno na influência doutrinária bem como na estrutura organizacional do Exército Brasileiro. Na época, o ensino da Cavalaria era basicamente todo ele voltado para a condição hipomóvel, ou seja, no combate montado em animais, desprezando elementos motorizados, como pôde ser observado nos currículos da Escola Militar do Realengo. Conforme dados apresentados pelo historiador Dennison de Oliveira (2015b), a quantidade de cavalos no Exército chegava a 23.500, para um efetivo de aproximadamente 93 mil homens. Em “1940, o Exército contava, em média, com um cavalo para cada quatro homens” (OLIVEIRA, 2015b, p. 45). Isto demonstra não apenas o enorme atraso, mas a limitação do Exército Brasileiro, às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

O segundo momento daquilo que, eventualmente, pode ser considerado como a “formação” das forças blindadas brasileiras foi uma aquisição de tanques leves, também com capacidade para dois tripulantes. Os 23 carros de combate modelo CV3-35 (ou L3/35), produzidos pela *Fabbrica Italiana Automobili Torino* (FIAT), juntamente com instalação do Centro de Instrução Moto Mecanizada consistiram na primeira “escola de guerra blindada” do Exército Brasileiro, fundada em 1938. Para Oliveira (2015b), os veículos de origem italiana foram muito utilizados, tendo inclusive sido empregados para guarnecer bases no nordeste brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial. Na época da guerra os CV3-35 tiveram de ser transportados de navio, devido à precariedade de acesso por via terrestre entre as regiões sudeste e nordeste do país.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o grau de desenvolvimento no que se referia ao emprego de veículos blindados no Exército Brasileiro era praticamente nulo. Faltavam aos nossos militares os meios necessários para fabricar e manter em condições de eficiência os veículos necessários

para treinar e desenvolver os recursos humanos indispensáveis a esse tipo de guerra. Pior ainda, não se possuía acesso à literatura mais atualizada sobre o tema, como por exemplo, os manuais de guerra blindada inglesa, alemã e francesa que começavam a surgir nessa época (OLIVEIRA, 2015b, p. 38).

Com a iminência da guerra, a gradativa aproximação entre o Brasil e EUA leva à aliança militar entre os dois países. A Aliança propiciou a aquisição de modernos veículos de combate, sendo a maior parte – 437 tanques leves Stuart – foram fornecidos a partir de 1942 até 1945, e prestaram serviço ao Exército Brasileiro até idos da década de 1970. Conforme as pesquisas do historiador Dennison de Oliveira (2015b), outro veículo que também foi fornecido em grande quantidade ao Brasil, é tanque médio M3 Lee/Grant. Solicitado pelos termos da Aliança Brasil-EUA e financiado pelo programa *Lend Lease*, que financiava e subsidiava a compra e o arrendamento de armamentos estadunidenses aos aliados daquele país na Segunda Guerra Mundial. Além dos 109 carros de combate M3 Lee/Grant, foram somados ao arsenal do Exército Brasileiro os M4 Sherman, possibilitando ao Brasil formar não apenas uma, mas duas divisões blindadas, de acordo com as tabelas organizacionais do exército dos EUA.

Este seria um momento de inflexão do poderio blindado brasileiro, pois a partir da Aliança militar com os EUA, o emprego dos veículos de combate impulsionou a mecanização de um exército que até então hipomóvel. É interessante notar que esse processo deu-se na esteira de uma nova emulação militar, que não mais da França, mas agora dos EUA, incorporava conceitos, doutrinas, materiais e maneiras de praticar a guerra. Contudo, o historiador Eduardo Svartman afirma que “durante a guerra, o processo de emulação militar ocorreu em dois níveis e velocidades distintos. O da FEB, intenso e rápido, e o do restante da força, superficial e lento” (SVARTMAN, 2016, p. 371). Essa diferença de velocidades acabaria tendo consequências importantes no próprio processo de desmobilização da FEB e, posteriormente, do não aproveitamento da experiência adquirida pelos soldados que lutaram na frente italiana.

A modernização dessa força hipomóvel, no sentido de formar tropas motorizadas é uma das metas a que se lançou o Exército do nosso país quando a Segunda Guerra Mundial entrou no seu segundo ano. Estava prevista a criação dos três primeiros batalhões que viriam a constituir três regimentos de cavalaria transportada, isso é, motorizada. Aqui se nota a emulação de procedimentos então vigentes nos EUA, segundo os quais algumas unidades montadas a cavalo dispunham de reboques rodoviários nos quais transportariam seus animais. Estes seriam desembarcados e colocados em ação, quando o terreno inviabilizasse o uso de quaisquer veículos a motor. O exército estadunidense manteve unidades desse tipo

até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. Foi a adoção dos jipes, veículos com tração nas quatro rodas e capazes de transpor a maior parte dos terrenos, que afinal, levou à dispensa dos cavalos no Exército dos EUA (OLIVEIRA, 2015, p. 47).

Mas se por um lado a Aliança entre Brasil e EUA propiciou a aquisição de novas geringonças blindadas, isso não quer dizer que o país tivesse quaisquer condições reais de mantê-las em plena capacidade de uso. Se a manutenção de cavalos em quantidades suficientes já era um desafio hercúleo ao Exército Brasileiro, como demonstrou Dennison de Oliveira (2015b), o que dirá de um conjunto de máquinas modernas? O próprio autor traz dados impressionantes sobre a inexistência de uma “infraestrutura produtiva, científica e industrial capaz de manter uma força blindada” (OLIVEIRA, 2015b, p. 46), que se somavam a falta de efetivos capacitados, ou seja, “quadros técnicos e profissionais, destinados a treinar militares aptos à prática de guerra moderna” (OLIVEIRA, 2015b, p. 46). As carências destacadas pelo autor iriam causar problemas graves na futura organização da própria FEB e, posteriormente, na possibilidade de replicar e manter um exército motorizado e moderno, ao estilo do estadunidense.

A partir de 1941, o Brasil passa a importar enormes quantidades de veículos dos EUA. Alguns dos veículos tornavam-se rapidamente obsoletos para a guerra que se praticava em solo europeu, sendo que nas frentes ativas já não eram mais usados em 1944. Para Dennison de Oliveira, isso teria dado margem para uma discussão entre o ministro da guerra, General Dutra e o chefe do Estado Maior do Exército dos EUA, General Marshall, quando o primeiro vai a Washington, em 1944 entrevistar-se com Marshall a respeito da formação da FEB. Naquela ocasião o general brasileiro teria comentado que a maior parte dos “tanques” que os EUA enviavam para o Brasil, eram veículos muito velhos e cobrou de Marshall que enviasse veículos mais atualizados, como por exemplo, os Sherman. E, ainda, que fossem fornecidos “destruidores de tanques”, ou seja, *destroyers* modelo M10 especificamente construído para caçar e destruir outros veículos blindados. Embora esta parte do pedido não tenha sido atendida, o Brasil recebeu um batalhão de M4 Sherman (53 carros), até o final da Segunda Guerra Mundial.

A partir de 1942 o país começou a receber materiais e armas modernas em quantidade que o capacitavam a prover os meios necessários ao cumprimento das missões de defesa nacional. Dentre estas, as mais importantes eram mesmo os veículos de combate blindados. A ansiedade no que se refere ao recebimento deste material por parte das autoridades brasileiras era enorme e implicava em encarar vários desafios. Por exemplo, era urgente prover quadros e efetivos para as novas unidades

blindadas que ficariam no Brasil, sediadas no centro e no sul do país. Esta era apenas uma das muitas tarefas a que se lançou o Exército naquela época. Mais ainda, o Brasil enviaria, em breve, uma força expedicionária à Europa, para lutar ao lado dos seus aliados, o que incluía criar uma unidade de carros blindados sobre rodas. As organizações que abrigariam as máquinas que chegavam em grandes quantidades, bem como a forma que assumiriam, seguiam indefinidas (OLIVEIRA, 2015b, p. 46).

Nos termos da aliança entre Brasil e EUA, foi acordada a criação de vagas nas escolas e centros de treinamentos estadunidenses para Oficiais brasileiros. O Exército Brasileiro enviava Oficiais aos EUA para capacitá-los no uso das armas e na introdução da doutrina militar estadunidense, o que inclusive foi necessário para a criação da própria Força Expedicionária Brasileira. De acordo com o Dennison de Oliveira (2015a), o número exato de oficiais não é conhecido, o que é um demonstrativo do estágio bastante precário do atual conhecimento da aliança entre Brasil-EUA. O autor estima que, aproximadamente, 1000 Oficiais foram enviados aos EUA para estagiar e estudar. Durante os cursos realizados naquele país eram fornecidos aos Oficiais brasileiros manuais, em língua inglesa, com instruções muito simplificadas, bastante sintéticas no objetivo de facilitar a assimilação daquelas instruções. Mas a demanda por profissionais qualificados era grande, não sendo suprida apenas pelos militares. De fato, civis também foram mobilizados para trabalharem na manutenção do novo acervo de viaturas e, também, para instruírem novos quadros.

O Exército teve que apelar para os representantes no Brasil das fábricas dos veículos que havia adquirido. Em seu relatório ao ditador, datado de janeiro de 1945, referente ao ano anterior, Dutra fez constar que pode contar com o espírito de cooperação das empresas como a *General Motors do Brasil S.A* e da *Ford Motor Company* em seus cursos de manutenção de veículos. A GM matriculou 190 praças, aprovando 123 deles. Já a Ford inscreveu 40 praças e aprovou 27. Não se sabe quantos deles seguiram com a FEB para a Itália. O fato é que o Exército ofertou diferentes tipos de cursos de curta duração, a fim de atualizar seu pessoal, tanto para os destinados a guarnecer o Brasil quanto para os que seguiriam para a guerra além-mar (OLIVEIRA, 2015, p. 58).

Com a criação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária⁸², no ano de 1943, o 2º Regimento Moto-Mecanizado, então sediado na Capital Federal, recebeu ordens para preparar um de seus Esquadrões para participar da Campanha da Itália. O Esquadrão de

⁸² A previsão inicial era de mobilizar, treinar e enviar para a Europa três (3) Divisões de Infantaria, que comporiam as tropas da Força Expedicionária Brasileira. Contudo, a enorme dificuldade de mobilização fez com que o Brasil enviasse apenas uma única Divisão de Infantaria, a 1ª D.I.E., que comporia a Força Expedicionária Brasileira.

Reconhecimento foi criado aos moldes doutrinários estadunidenses, ou seja, 1 Pelotão de Comando e 3 Pelotões de Reconhecimento, perfazendo um total de 156 (cento e cinquenta e seis) militares.

Entre os veículos utilizados pelo Brasil, podemos mencionar os M3 *Half-Track* – meia-lagarta – destinados exclusivamente ao Esquadrão de Reconhecimento da FEB. Foram fornecidos cinco destes veículos que não vieram inicialmente para o Brasil, pois foram despachados diretamente para a Itália e, funcionavam na base de apoio logístico e de manutenção ao Esquadrão. Outro veículo blindado que aparece no contexto da Aliança Brasil EUA é o T17 *Deerhound*. A importância deste veículo para a história das relações militares entre os dois países é explicitar as fraudes que ocorreram nos contratos de aquisição dos armamentos que o Brasil fez junto aos EUA. De acordo com Dennison de Oliveira (2015b), o Brasil comprou originalmente 79 carros M8 *Greyhound*, veículo padrão utilizado pela 1º Esquadrão de Reconhecimento da FEB na Itália, mas no lugar de enviar o conjunto dos carros M8, foram enviados para o Brasil os T17. Os veículos que, além de não terem sido solicitados, eram blindados bastante desatualizados e que não tinham mais condições para serem empregados naquela guerra. Eram empregados para fins policiais pelos estadunidenses e foram “empurrados” para o Brasil como se fossem os M8 encomendados originalmente.

Figura 17 - Modelo do T17 *Deerhound* no pátio do Museu Militar do CMS



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2019) no pátio do MMCMS.

Por sua vez, o Ford M8 *Greyhound* é um carro blindado⁸³ sobre rodas (6 rodas), armado com um canhão de 37mm, uma metralhadora Browning .30 e na torre uma metralhadora Browning .50. Na Figura 18 é possível observar um dos veículos M8 originalmente entregues às tropas brasileiras na Itália. A versão fotografada não conta com a metralhadora Browning .50 da torre, embora possa ser observado o trilho de apoio para o armamento. A versão do veículo com a metralhadora na torre jamais foi fornecida ao Brasil, que recebeu blindados M8 que tinham apenas uma metralhadora de calibre .30. Este fato demonstra que, além dos problemas com as fraudes contratuais e as dificuldades com a capacitação de pessoal, havia uma defasagem de poder de fogo entre os blindados M8 empregado por tropas estadunidenses e os fornecidos para o Brasil.

Figura 18 - M8 Greyhound⁸⁴ no pátio do Museu Militar do CMS



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2019) no pátio do MMCMS.

O Manual FM2-6, produzido pelo Exército dos EUA, é dedicado ao treinamento da tripulação do veículo, que era normalmente composta por quatro homens, que dividiam um espaço apertado no seu interior. A tripulação era, então, composta por um comandante

⁸³ A blindagem do deste veículo variava de 0,9 a 1,5 cm de espessura, medindo aproximadamente 5,0m de comprimento, 2,54 de largura e 2,25 de altura, com peso total de 7,8 toneladas. É impulsionado por um motor a gasolina Hércules JXD, 6 cilindros, 110hp, velocidade máxima de 90Km/h, autonomia de 565km, com capacidade de 261 litros de combustível.

⁸⁴ É possível observar, na lateral do veículo, a inscrição “Vira-Mundo”, pintada com tinta branca. Os M8 do Esquadrão foram “batizados”, contudo não há evidências concretas de que o exemplar que está no Museu Militar do CMS tenha sido o M8 “Vira-Mundo” original. Observam-se, também, as saias laterais, que poderiam ser removidas.

(normalmente um Tenente), um operador de rádio (muitos civis recrutados desempenharam a função de radioperador), um motorista e um artilheiro. Um exemplar do Manual FM2-6 compõe o arquivo pessoal de Solon Rodrigues D'Avila, e atualmente está no MMCMS. Era um instrumento produzido para instruir os líderes de pelotão e para os comandantes dos veículos, que por sua vez deveriam repassar as informações e instruir os demais soldados do Esquadrão.

Figura 19 - Oficiais⁸⁵ do Esquadrão em San Giuliano Vecchio (maio de 1945).



Fonte: Museu Cap Pitaluga, postada na página “V de Vitória” do *Facebook*.

No interior do veículo existia um sistema de microfones, ligados por interruptores e fios, para que os tripulantes conseguissem se comunicar. É possível imaginar o barulho no interior dos veículos, especialmente numa situação de combate. Além do som do motor, que se localizava na parte traseira do veículo, havia a possibilidade do som de disparos das metralhadoras do canhão de 37mm, além das vozes (ou gritos) dos tripulantes. E, se levarmos em consideração os possíveis disparos contra o veículo, o interior de um M8 em situação de combate deveria ser uma verdadeira cacofonia.

Os tripulantes eram instruídos em suas respectivas tarefas (comandante, operador de rádio, motorista e artilheiro) e se comunicavam e recebiam ordens por aparelhos de comunicação interna, para os quais foi desenvolvido um jargão específico, cuja principal função era abreviar os comando e melhorar sua inteligibilidade (OLIVEIRA, 2015b, p. 82).

⁸⁵ Da esquerda para a direita: Solon e Plínio Pitaluga, os demais não foram identificados.

Embora o número apareça com algumas divergências na bibliografia, foram destinados quinze M8 para serem utilizados pelo Esquadrão de Reconhecimento. O autor Manuel Thomaz Castello Branco (1960) apresenta uma lista com apenas 13 veículos. Por sua vez, o autor Expedito Carlos Stephani Bastos (2016) apresenta o mesmo número de Castello Branco, mas acrescenta que existiam 15 veículos, sendo dois indisponíveis, porém não explica o motivo. Dennison de Oliveira (2015b) também apresenta o número de 15 carros blindados. No dia 10 de novembro de 1944 o então Tenente Solon escrevia em seu diário algo a respeito dos M8 do Esquadrão de Reconhecimento: *“Hoje é dia 10 o meu diário atrasou-se de quatro dias, sem eu ter tempo para escrever, pois recebemos (12) M8, cada um deles com dois rádios e uma série de material de transmissão, que está tudo dentro da minha função”*. É provável que os outros três veículos estivessem com o 2º Pelotão, que então compunha o Destacamento da FEB, comandado pelo General Zenóbio da Costa.

Figura 20 - Solon em frente ao M8 "Leão do Norte"⁸⁶.



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

Os veículos foram batizados pelos soldados do Esquadrão. Dentre os nomes dados aos M8, estão: Andrade Neves, Leão do Norte, Pérola, Vira Mundo. Todos os veículos do Esquadrão também receberam a marcação FEB 510, identificando assim todos os veículos desta unidade, sejam M8, *Jeeps*, caminhões, reboques, *Half-Track*, na parte frontal e

⁸⁶ Há indícios que esta fotografia tenha sido produzida após o fim dos conflitos, durante o período de ocupação. É possível observar, na lateral do veículo, a inscrição “Leão-do-norte”, pintada com tinta branca. Além disso, pode ser visto uma cobra fumando, na parte dianteira do veículo, no espaço entre o tronco e o braço esquerdo de Solon. Observam-se, também, a ausência das saias laterais, que poderiam ser removidas.

traseira. Além disso, eram pintados os emblemas do Cruzeiro do Sul e, em alguns veículos o símbolo da FEB, uma cobra fumando.

Certamente o veículo mais utilizado pelo Esquadrão de Reconhecimento foi o *Jeep*. Eram equipamentos considerados leves ($\frac{1}{4}$ de Tonelada) e de alta mobilidade, possuindo tração 4x4, o que nas estradas enlameadas eram fundamentais. Conforme os números apresentados por Manuel Thomaz Castello Branco (1960) o Esquadrão teria a sua disposição 24 viaturas de $\frac{1}{4}$ de Tonelada. No entanto esses números podem ter sofrido algumas alterações não oficiais, por motivos um tanto quanto anedóticos. Solon anotou em seu diário um caso envolvendo estes veículos.

23 – 10 – 44

Foi iniciada hoje a instrução. Recebi 4 Jepps para a seção de comando, os quais foram entregues aos motoristas.

O Amaro saiu ontem para passear, e roubaram-lhe 1 Jepp, completamente novo. Ele em compensação apareceu com um novo...

Apareceu o Jepp de Amaro, porem o que ele trouxe continua no Esq.

Existem muitas histórias de furtos de materiais durante o período em que a FEB esteve na Itália. Uma destas histórias ficou bastante famosa e dá conta de que soldados brasileiros, em resposta aos furtos de matérias feitos por soldados estadunidenses, teriam roubado, na calada da noite, um “tanque” do acampamento *yankee*. De fato muitos veteranos da FEB, em suas memórias, relatam que a prática de furtos era algo bastante comum no acampamento, especialmente se enxergassem um objeto “dando sopa” por aí. Os alvos preferidos eram fáceis de carregar, como armas automáticas. Alguns relatos podem ser um tanto quanto exagerados, como é o caso do furto de um “tanque” (provavelmente um M4 Sherman), contudo as anotações de Solon confirmam que a prática de furtos não era restrita a objetos tão pequenos assim.

Figura 21 - Solon e outros oficiais do Esquadrão ao lado dos Jeeps (maio de 1945)⁸⁷.



Fonte: Fotografias feitas pelo autor (2018) no acervo do MMCMS.

Da época de sua criação até dezembro de 1944, o Esquadrão era comandado pelo Capitão Flavio Franco Ferreira que, na Itália, deixou o comando por motivo de saúde, sendo evacuado para o Brasil, sendo substituído em suas funções o então Sub-Comandante Tenente Plínio Pitaluga que, sendo promovido a Capitão, foi efetivado no Comando do Esquadrão de Reconhecimento em 10 de janeiro de 1945. No relatório produzido por Plínio Pitaluga, ele explica as dificuldades inicialmente encontradas para a formação e treinamento daquela unidade.

O 2º Regimento Moto-Mecanizado, então sediado na Capital Federal, recebeu ordens para preparar um de seus Esquadrões para participar da

⁸⁷ Na primeira fotografia Solon aparece de pé, ao lado do Jeep. Ao fundo, observar a traseira de um dos cinco M3 *Half-Track* – meia-lagarta – destinados ao Esquadrão de Reconhecimento da FEB. A fotografia foi tirada após a vitória na Itália, no acampamento em San Giuliano Vecchio, localizado aproximadamente a 13Km de Alessandria. Na segunda fotografia observa-se Solon, usando óculos escuros, e outros soldados do Esquadrão de Reconhecimento confraternizando com jovens italianas. Em seu diário, Solon comentou que na cidade de San Giuliano conheceu uma jovem italiana, morena e de olhos claros, “*que não é apenas bela, é belíssima...*”. Chamava-se Yda, de família “*simples e pobre*”, trabalhava com sua mãe como costureira. Não é possível saber se ela era uma das jovens na fotografia. Contudo, no dia 3 de junho de 1945, Solon escreveu algo que avilta a possibilidade de uma delas ser a Yda: “*Sai novamente a tarde, tenho passado na companhia de Yda e Tina. Tiram os fotografias. Fomos a noite dançar com costume, ao ar livre. O ambiente era péssimo e voltamos em seguida*”.

Campanha da Itália. Foi designado o 3º Esquadrão de Reconhecimento e Descoberta. Somente em 4 de fevereiro de 1944 foi dada Autonomia Administrativa a nova Unidade que passou a ocupar um pavilhão de madeira ao lado do picadeiro da Escola das Armas, ficando entretanto subordinado ao 2º Regimento Moto-Mecanizado quanto à alimentação. Embora não dispondo de todo o material orgânico foi iniciada a instrução, visando inicialmente ao preparo moral e físico. Em fevereiro e março de 1944, foram distribuídas 5 viaturas blindadas de reconhecimento e viaturas de rolamento misto [meia-lagartas], facilitando assim a formação dos motoristas. O selecionamento dos homens não foi completo, não se levando em conta especialização da Unidade. Isso prejudicou seriamente a formação dos motoristas, principalmente pela falta de reservas (PITALUGA, 1946).

Este relatório produzido por Plínio Pitaluga é o mais completo documento “oficial” produzido sobre o Esquadrão de Reconhecimento. Para a sua elaboração o Capitão Pitaluga contou com a contribuição dos tenentes do Esquadrão, que enviaram suas contribuições ao antigo Comandante. Há indícios que Solon Rodrigues D’Avila, que no mês de abril de 1945 chegou a ser sub-comandante do Esquadrão, também teria contribuído com este relatório, no qual estão descritos as fases de treinamento, o embarque dos escalões, e as ações na Itália. Em carta enviada ao Coronel Solon, em fevereiro de 1998, o General Pitaluga menciona os relatórios produzidos por Solon em 1945, agradecendo por sua contribuição em um novo projeto que buscava resgatar a memória do Esquadrão. O Coronel Solon guardava boas recordações do seu comandante. É interessante como ele próprio acaba analisando aquele momento de grandes modificações da Arma da Cavalaria, em especial no que consiste ao desempenho dos militares brasileiros.

A atuação dos tenentes Pitaluga e Belarmino na guerra é prova de que nem sempre o desempenho escolar é decisivo na qualificação do oficial. Ambos eram oficiais de Cavalaria da turma de 1934 e não os alcancei na Escola. O Belarmino e o Pitaluga não estavam classificados entre os primeiros de sua turma e, no entanto, tiveram atuação destacada durante a guerra. Quando o Capitão Franco Ferreira se afastou do Esqd Rec, o Pitaluga, que era o mais antigo, assumiu o Comando do Esquadrão e o Belarmino, também Capitão, ficou como Subcomandante. Todos os dois capitães foram excelentes oficiais da Força Expedicionária. Para concluir minha entrevista eu gostaria de destacar a atuação do meu Comandante de Esquadrão, o Capitão Pitaluga. Impôs-se como chefe pela sua competência profissional, coragem, liderança e energia. Foi um grande chefe e líder! Outros colegas meus também se destacaram, mas a principal figura do Esquadrão na guerra foi o nosso Comandante. Neste final de depoimento, quero deixar registradas as minhas homenagens ao Capitão Pitaluga, um grande guerreiro, um cavalariano de escol (D’AVILA, 2001, pp. 37-38).

Se por um lado o comandante do Esquadrão de Reconhecimento é reconhecido por seus comandados, por outro o Capitão Plínio Pitaluga fazia contar em folha de assentamentos o seguinte elogio ao Tenente Solon:

Ao desligar o Tenente Solon, este comando agradece a cooperação dedicada e interessada prestada a este Esquadrão, não somente prestada durante a preparação para a Guerra, como durante a Campanha. Como oficial de Ligação foi responsável pela preparação dos rádio-telegrafistas do Esquadrão e concorreu para o bom desempenho das Missões da Unidade, fazendo com que as Ligações e Transmissões no Esquadrão, não sofressem solução de continuidade. Oficial de grande personalidade moral, é ponderado e enérgico. Nas funções de Sub-Comandante, auxiliou a administração da disciplina do Esquadrão. Ao companheiro leal da Campanha da Itália, os meus sinceros agradecimentos⁸⁸.

A chegada de Solon ao Esquadrão de Reconhecimento deve-se ao se voluntariado. Uma atitude um tanto o quanto inesperada, pois a época muitos Oficiais utilizavam todo e qualquer subterfúgio para escapar da guerra. O Coronel Solon comenta que o seu voluntariado deu-se de forma “induzida”, ou seja, não teria sido motivada por um ardoroso sentimento patriótico, que ele próprio define nos seguintes termos:

Além da parte técnica tínhamos que estimular a ida para a guerra, falar na responsabilidade de bem representar o Brasil no exterior, essa coisa toda. Então mandavam a gente fazer um "blá-blá-blá" para os soldados. Eu repeti tanto este "blá-blá-blá" que acabei me convencendo de que deveria me apresentar voluntário para a FEB (D'AVILA, 2001, pp. 37-38).

O Esquadrão de Reconhecimento foi incorporado à 1ª D.I.E., em fevereiro de 1944. Contudo, as dificuldades de organização permaneciam especialmente no que consiste à falta de material para treinamento. Solon, e grande parte dos pelotões do Esquadrão de Reconhecimento embarcam para a Itália no 2º Escalão da FEB, partindo do porto do Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1944. Esse dia também marca o início do “diário de viagem” escrito por Solon.

O capítulo que ora finda procurou analisar a trajetória da formação militar do personagem Solon Rodrigues D'Avila. Vimos que a elaboração de uma identidade profissional militar deu-se num momento de reorganização institucional do Exército Brasileiro, que buscava capacitar e qualificar os seus efetivos, com a aquisição de novos equipamentos e a melhoria da estrutura física dos quartéis. Contudo, esse processo se deu

⁸⁸ Relação de Alterações – Caderneta de Assentamentos do Oficial da Arma de Cavalaria Solon Rodrigues D'Avila.

numa tentativa de emulação militar, inicialmente com o contrato de Missões Militares da França e posteriormente, com a Aliança militar com os EUA e o envio de uma tropa expedicionária para combater o Eixo na Europa. Observamos, também, que o processo de emulação militar impactou diretamente o Sistema de Ensino Militar, especialmente no que condiz a formulação de novos currículos para os Colégios Militares e da Escola Militar e, embora nem sempre fossem seguidos na prática, representam um momento que o Exército Brasileiro buscava qualificar e padronizar a formação de seus oficiais. Por fim, é sabido que a desatualização da formação militar dos oficiais brasileiros que foram combater na Itália, teve que ser superada as pressas, no calor dos combates.

Na sequência, a análise se deterá à compreensão da natureza de um manuscrito produzido pelo personagem Solon Rodrigues D'Avila, ao longo dos meses em que esteve subordinado ao Esquadrão de Reconhecimento da FEB. E, retomando a proposição original dessa dissertação, veremos como o militar, Oficial da Arma da Cavalaria, constrói-se nessa relíquia que preserva a crueza primária das percepções de Solon do conflito e que, posteriormente, deram sustentação material às suas memórias da guerra.

CAPÍTULO 4 - O “DIÁRIO DE VIAGEM” DE UM EX-COMBATENTE DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Esquecidos ou muito bem guardados, os diários emergem dos tempos, sobreviventes de anos em caixas ou no fundo de gavetas. Cúmplices de instantes permanecem silenciosos por anos. Frágeis guardiões dos sentidos sustentam-se impávidos aos segredos do inconsciente. Altares de memória escondem em seu âmago as oferendas dos sentidos. Queixosos dos elementos e das traças que os profanam, tornam-se relicários das vidas que eternizam.

Por suas características físicas e de conteúdo (manuscritos, em cadernos com lindas capas, às vezes fechados a chave, escrita intimista a confessar segredos da alma e do corpo), tendem a despertar sensações nostálgicas e até um certo fascínio, desviando o pesquisador de seus objetivos (CUNHA, 2015, p. 260).

Muitos são os encantamentos que os diários provocam, especialmente pela capacidade que esse tipo de documento tem de causar a sensação de uma imersão na experiência vivida. A historiadora Maria Teresa Cunha (2015) aponta para a necessidade de submetermos os diários “a uma operação historiográfica”, afim de que o/a pesquisador/a “não seja apanhado pelas armadilhas da subjetividade ou do efeito de verdade” (CUNHA, 2015, p. 260). Como visto anteriormente, a escrita de si pode ser vista como uma história espontânea e amadora, mas que organiza indícios históricos, cerzindo conjuntos de temas que dizem muito a respeito dos domínios da vida social e privada. Nas entrelinhas da escrita aparece a coletividade que envolve e condiciona os indivíduos, mas que ao mesmo tempo o força a falar umas coisas e a calar-se sobre outras. De acordo com Maria Teresa Cunha, a escrita de si, quando usada para contar, conserva e guarda a experiência humana, “salva do esquecimento e fixa no tempo vestígios do passado” (CUNHA, 2015, p. 251). Escrever constitui, ainda, uma maneira de produção de memórias e de passados. Os diários – e aqui especificamente o manuscrito produzido por Solon Rodrigues D’Avila – nos possibilitam uma ótima fonte de investigação histórica, sobretudo porque apesentam uma grande carga de subjetividade.

Outro autor que se dedica a compreender este gênero de escrita é Remi Hess (2006), que descreve as formas gerais de escritos como os diários. Para o autor, as principais características dos diários contemplam, dentre outras, a duração da escrita e a dimensão histórica do texto.

Com o tempo, o diário adquire uma *dimensão histórica*. Quando um diário é descoberto ou lido, com o distanciamento temporal, ele torna-se um banco de dados interessante para o historiador. Desse ponto de vista, na medida em que ele toma com frequência por objeto um vivido que não aparece em outras fontes escritas, fontes mais elaboradas ou mais mediatizadas, em consequência melhor construídas, o diário revela-se de um imenso interesse para a antropologia histórica (HESS, 2006, p. 94).

A história individual é um caminho possível para o entendimento de períodos históricos, nos propiciando maneiras de percorrer espaços, tempos e as relações que lá se estabeleciam. Os diários pessoais são raros registros do cotidiano e nos permitem bordejar os contornos de experiências sensíveis de tempos pretéritos. O diário escrito por Solon possibilita, portanto, uma leitura das sensibilidades e das experiências vividas no dia-a-dia de um 1º Tenente da Arma da Cavalaria, que atuou como Oficial das Ligações e Transmissões do 1º Esquadrão de Reconhecimento Motomecanizado da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália.

É bastante usual nos referirmos a manuscritos como o que foi produzido por Solon como um “diário-de-guerra”. Especialmente se considerarmos que a sua redação decorre do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, ainda, do voluntariado de Solon à vaga de Oficial das Ligações e Transmissões do 1º Esquadrão de Reconhecimento Motomecanizado da FEB. Contudo, a noção de “diário-de-guerra” é uma noção que se elabora a posteriori, tendo como base um “*status*” qualitativo conferido ao “manuscrito”. Um *status* que insere o “objeto-diário” no conjunto unitário e em si “completo”, como um “produto acabado”, com início, fim e meio.

Os diários de guerra dos soldados brasileiros, na verdade, são anotações da época da guerra, hoje transformadas em livros, dos relatos e das memórias que marcaram um tempo significativo para o combatente e seu grupamento, aquela memória que “atravessa”, “vence obstáculos”, “emerge” e irrompe os sentimentos associados a este percurso, que são ambíguos, mas estão sempre presentes (RIGONI, 2009, p. 48).

O manuscrito de que falamos representa uma ação singular na vida de seu redator, pois é desconhecido o fato dele ter mantido outro diário. O que não exclui a possibilidade de Solon ter mantido outros diários e tê-los descartado. O diário permaneceu desconhecido, até mesmo de sua família, só sendo descoberto por suas filhas no fim da década de 1990, mais de 50 anos após o “término” da escrita. Porém, diferente de outros diários de veteranos/as da FEB que foram publicados, o manuscrito produzido por Solon, entre os

meses de setembro de 1944 e agosto de 1945, permanece praticamente inalterado e em sua grafia original.

Existem muitos/as veteranos/as da Segunda Guerra Mundial que mantiveram diários durante a campanha da Itália. Inclusive muitos foram publicados, alguns ainda em vida, outros tantos em edições póstumas. Muitos diários publicados podem ser encontrados (com um relativo esforço) nos sebos e sites que os disponibilizam para *download*. Embora o processo de editoração não lhes retire a sua dimensão histórica, é preciso ter em mente que ao serem “publicados”, podem passar por processos que acabam lhes dando novas configurações. Portanto, é preciso ter em mente que muitos dos diários que acabaram publicados, perderam elementos que seriam importantes de serem analisados.

Um diário muito popular no “universo” de quem pesquisa os/as veteranos/as brasileiros/as, foi escrito pelo Major Ruy de Oliveira Fonseca durante a campanha da Itália e, publicado em 2002, sob o título “Uma face da glória. Reminiscências e diário de campanha”. A autora Patrícia da Silva Ribeiro analisa o diário, chamando a atenção para as diferentes versões que alteraram tanto a redação como o seu conteúdo.

O registro original é mais lacônico e, por vezes, inconcluso – as anotações são, invariavelmente, entremeadas por reticências possivelmente numa tentativa de sinalizar reflexões e pensamentos que não se completaram – enquanto os posteriores se apresentam mais elaborados e detalhistas. A impressão é que nos cadernos originais foram feitos apontamentos, para não deixar escapar datas, lugares e acontecimentos, que posteriormente seriam reconsiderados e ganhariam um tom poético bem ao estilo do que o major aprecia. Na intenção de aprimorar o texto, algumas informações foram acrescentadas – o morro do Livramento, por exemplo, não aparece na versão inicial, bem como as referências às primeiras impressões após o embarque –, umas palavras substituídas, outras cortadas, tornando o fluxo da narrativa mais atraente e emocionante. Apesar dos ajustes, é possível reconhecer o texto original nas duas versões que o sucedem, porém a ele se somam outras memórias incluídas a posteriori. As tais reminiscências as quais o major se refere no título do diário: “Uma face da glória, reminiscências e diário de campanha” (RIBEIRO, 2013, p. 235).

No caso do diário escrito pelo Major Ruy, a autora Patrícia da Silva Ribeiro teve apenas acesso às versões datilografadas, pois o próprio titular “refutava gentilmente meu pedido, afirmando que a segunda versão se encontrava, então, mais completa e acessível do que o original” (RIBEIRO, 2013, p. 230). As versões datilografadas, que nas palavras do Major Ruy seriam “mais completas”, acabam, de fato, incompletas em seu sentido unitário de um “manuscrito”, “objeto-de-guerra”. A autora salienta, ainda, que o diário do Major Ruy Fonseca era composto, originalmente, por três cadernos que foram numerados. As

páginas, também numeradas, conferiam ao documento uma lógica própria com vistas a um possível arquivamento.

As páginas dos cadernos foram divididas, dia após dia, acompanhando o roteiro geográfico seguido por seu pelotão durante a campanha na Itália, exatamente da mesma maneira que consta no exemplar datilografado. Suponho que na tentativa de conseguir o máximo aproveitamento das folhas, uma única página era utilizada para registrar mais de uma entrada, servindo como indicação de um novo dia apenas um X na margem da folha. No início do primeiro caderno, o major anotou: “do início até o dia 16 [de setembro de 1944], tudo foi registrado em meu caderno de pelotão, e, em seguida registrado a bordo aqui, assim” (RIBEIRO, 2013, p. 235).

Conforme referido a pouco, o diário produzido por Solon Rodrigues D’Avila mantêm-se em seu suporte original – uma caderneta e uma agenda –, o que possibilita a apreciação de elementos que podem ir além de seu “conteúdo”. Podemos, então, definir como “manuscritos” aqueles diários que ainda se preservam integralmente em seu suporte original, não tendo sofrido grandes alterações com o decorrer dos anos. Referimo-nos a possíveis reescritas, mas também a mudanças de suporte, como é o caso do diário publicado pelo ex-combatente Ruy Fonseca. Além de preservam elementos grafológicos, os manuscritos possibilitam enxergar subseqüentes adições realizadas no próprio suporte original, o que pode não aparecer nas transcrições publicadas.

Tendo em vista a fragilidade física do material, uma primeira ação em relação ao “objeto-diário” foi fotografá-lo, para posterior transcrição⁸⁹. A última etapa trouxe muitas dificuldades, especialmente pela caligrafia do Solon, que torna muitas palavras incompreensíveis⁹⁰. Assim, é preciso dizer que a própria transcrição, embora pretendesse manter o máximo de fidelidade com os originais (inclusive reproduzindo erros gramaticais, acentuação, etc), acaba de alguma maneira produzindo modificações no conteúdo.

Vimos anteriormente que, para ler e para pensar estas fontes e estes objetos, foi necessária uma maior compreensão da História Militar. Não vou me estender muito no ponto, já trabalhado no item 2.1 da dissertação, mas é importante destacar que na primeira vez que li o manuscrito produzido por Solon, meus conhecimentos sobre a campanha da Força Expedicionária Brasileira eram bastante inferiores aos que tenho hoje. Na época eu tinha algumas noções gerais do envolvimento brasileiro na guerra, mas nada tão

⁸⁹ O processo de transcrição foi descrito no capítulo “*Amém a La Vida*”: Arquivo Pessoal e Relíquias Militares de Solon Rodrigues D’Avila.

⁹⁰ Muitas palavras não foram identificadas, ou compreendidas. Na transcrição utilizamos a sigla P.N.I. para indicar as palavras não identificadas.

aprofundado. Desconhecia quase que por completo as minúcias da campanha, as operações, as localidades, a organização das unidades da 1ªDIE e os equipamentos utilizados pelos brasileiros. À medida que adquiri um pouco mais de conhecimento sobre esses eventos – o que significa ter incorporado todo um vocabulário próprio, que inclui termos, jargões ou expressões; siglas e abreviaturas próprias das atividades militares, etc –, foi-me, então, possível identificar novas frases e palavras usadas por Solon no diário. Portanto, a leitura (e transcrição) se deu não tanto pelos métodos paleográficos de comparação caligráfica de letras e palavras (que também foram importantes para identificação de muitas palavras), mas, por entender as condições e o contexto vividos por Solon, foi possível compreender, por exemplo, alguns estrangeirismos, ou seja, “aportuguesamentos” de palavras e de expressões em italiano, como nomes de lugares, cidades ou localidades; nome de pessoas ou de organizações; elementos culturais; sentimentos; ou, ainda, de características geográficas e climáticas. Enfim, a apropriação de noções, por vezes próprias da História Militar, é preciso para leitura de fontes produzidas por veteranos/as brasileiros/as que estiveram na Itália, não sendo diferente o caso do manuscrito produzido por Solon.

O projeto que se desenvolve desde a transcrição do diário e das subsequentes pesquisas sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial teve como um primeiro resultado pessoal, meu Trabalho de Conclusão de Curso⁹¹, no qual o conteúdo do diário foi objeto de um estudo bastante introdutório sobre as transformações dos sentimentos de Solon. Assim, as funções atribuídas ao diário no pós-guerra, ajudaram a construir testemunhos, memórias e novas narrativas sobre Solon e sobre a Força Expedicionária Brasileira. Contudo, as possibilidades para a redação de um diário, durante a campanha da Itália, bem como as implicações mais diretas para seu titular ainda podem ser mais bem observadas. Especialmente se o escrito for interpretado como um produto do envolvimento militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que transformou não apenas as vidas dos sujeitos diretamente envolvidos na linha de frente, mas, fundamentalmente, o conjunto das Forças Armadas, e em especial o Exército Brasileiro.

4.1 “NADA NECESSITO ESCREVER...”: UMA RELÍQUIA DA CAMPANHA DA ITÁLIA

⁹¹ MASI, Guilherme Nicolini Pires. “Isso é a Guerra... uma grande estupidez”: transformações dos sentimentos de um soldado febianos na 2ª Guerra Mundial. TCC (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. Orientado pela Profª Dra. Cláudia Mauch.

O estudo de narrativas autobiográficas, por meio de diários, abre caminhos para novas possibilidades de escrita da história, não sendo diferente para o caso da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Pensar o manuscrito como um objeto de campanha (ou de guerra), e o que deles pode-se traduzir sobre a participação de um jovem Oficial do Exército Brasileiro na Campanha da Itália, é algo que será realizado com a progressão do texto. Porém, antes disso, será preciso ter uma noção melhor elaborada sobre as razões de ser do diário.

A historiadora Maria Teresa Cunha (2015) transcreve um trecho bastante significativo para a definição dos diários. Citando a autora Zahidé Muzart, Cunha pretende, também, compreender as principais características desse gênero de escrita. O trecho selecionado pela autora nos dá uma contribuição importante para pensar os motivos que levam a escrita de um diário:

As razões e os motivos variam tanto que é quase desesperante dar-lhes uma ideia completa. Em primeiro lugar um diário se escreve ao sabor do tempo, é muito diferente de todas as autobiografias, memórias e outras partes próximas do gênero. O diário é observado dia a dia, mais ou menos escrupulosamente é sempre uma representação *in direct* e ao vivo da vida (MUZART, 2000, p. 181 *apud*, CUNHA, 2015, p. 257).

Portanto, são da ordem do diverso, os motivos que levam alguém a escrever um diário. No caso de Solon, cabe perguntarmos, quais teriam sido os seus motivos? Por que adotar uma prática que, até onde sabemos, não era comum em sua vida? Quais assuntos foram manuscritos? No momento da escrita, teria ele noção das possibilidades daquela “viagem”? Sua experiência de guerra seria uma condição para escrever sobre a Guerra? Ao longo dos dias é possível percebermos, com maior ou menor nitidez, a intenção, ou melhor, os “motivos” que movem a sua escrita. O próprio Solon apresenta sua perspectiva sobre a motivação para a escrita, classificando como “maiores” os “motivos” que destoam da normalidade. Ao mesmo tempo ele vincula o diário a uma vida, que pode ser tanto uma expectativa direta sobre a sua própria longevidade, como a intenção direta de escrever ou registrar as “desigualdades” dos dias. Uma intenção que pode ser interpretada como: se eu encontrar motivos, o diário terá uma vida longa. Se eu tiver uma vida longa, é possível que encontre maiores motivos pelos quais escrever.

Já não tenho o que escrever, pois nunca vi dias tão iguais; se esse pequeno diário tiver uma vida longa, talvez, dentro em breve encontrarei maiores motivos.

A autora Claudia Bettina Irene Römmelt Jahnel (2002) também analisa o gênero literário do diário e suas concepções de existência, observando as condições de vida pelas quais um diarista se dedica ao relato de seu cotidiano. Embora a autora tenha o enfoque em diários produzidos no século XIX, sua pesquisa ajuda na compreensão “de como e por que um indivíduo decide e se toma fielmente dedicado à ideia de manter um diário” (JAHNEL, 2002, p. 9). O processo de escrita diarística é pensado por Jahnel como a manifestação de um desejo extremamente íntimo e, ao mesmo tempo, consciente de guardar ou de preservar os momentos vividos. O ato de escrever um diário revela a consciência de seu autor, de estar vivendo uma época histórica e indica uma visão ampla sobre a vida. A escrita é uma manifestação do desejo de preservar do esquecimento as experiências vividas individualmente e, também, de preservar aqueles dias da memória que a “história oficial” não mencionará.

A entrada do dia 29 de abril de 1945 revela com profusão a ideia de que aquele manuscrito se tornara um “guarda memória” (LEJEUNE, 1995), ou seja, a maneira pela qual Solon atribui ao seu diário uma condição de guardião das suas memórias. Na não necessidade de guarda-las, ele escreve palavras que revelam empolgação com um dia inesquecível:

*29 de abril
Rendição da 148 Divisão Alemã!!!
Nada necessito escrever... nunca esquecerei as cenas deste dia...*

Assim como Cláudia Jahnel, a autora Maria Teresa Cunha entende que os diários são atos de memória e “redutos de expressões de sensibilidades que, mesmo em seus traços descontínuos, são modos de fazer e compreender a vida do dia a dia” (CUNHA, 2015, pp. 259-260). Levantamos a hipótese de que o próprio Solon jamais tenha pensado em escrever o diário dando-lhe os termos de preservar a sua história ou as suas memórias de vida, no entanto, a própria materialidade do diário revela esta intenção. Assim, todas as 145 entradas dão indícios dos porquês de sua escrita. Temos, portanto, um diário com um conteúdo extremamente diversificado, de um cotidiano que, mesmo no seu mais banal, não deixa de ser marcado pela excepcionalidade das circunstâncias. Suas abordagens e os seus comentários recaem sobre as mais diferentes experiências sensíveis, vividas ao longo dos

meses que esteve subordinado ao 1º Esquadrão de Reconhecimento. Contudo, um aspecto permanece inacessível, perdido no instante incapturável da ideia, que move a ação de “tomar notas” de seus dias. Teria ele sido influenciado por um companheiro, já a bordo do navio de transporte de tropas “*General Mann*”, tendo apenas imitado uma prática, que embora fosse proibida, era relativamente comum entre os Oficiais brasileiros? Ou o destino daquela caderneta adquirida na “Casa Bruno, Largo da Lapa 34-D”⁹², era, “desde sempre”, tornar-se um diário?

Figura 22 - Capas da Caderneta e da Agenda que constituem o diário



⁹² A primeira caderneta que compõe o conjunto do diário foi adquirida por Solon no Rio de Janeiro. A primeira folha da caderneta tem um carimbo indicando a “Casa Bruno, Largo da Lapa 34-D; Nº C – 1 – 31; Cr\$4,40”; Na mesma folha lê-se 21S3, datilografado à máquina, contudo não foi possível identificar o padrão em nenhuma outra referência.

Fonte: Fotografia feita pelo autor (2015) no acervo do MMCMS.

Como referido a pouco, o “objeto-diário” é constituído por uma caderneta de capa de couro e uma agenda do ano de 1945. A caderneta, adquirida ainda no Rio de Janeiro, e a agenda, adquirida na Itália, constituem a frágil materialidade do diário, que, em suas páginas, guarda estilhaços dos dias que Solon participou da campanha da Itália. Pensar o diário com um objeto permite que entendamos a própria historicidade que o envolve. Ou seja, de como uma caderneta e uma agenda ganham o *status* de relíquia, ou nesse caso, de relíquia de guerra.

Com o entendimento de que a materialidade do objeto-diário – papel – guarda, em si, uma historicidade, a autora Maria Tereza Cunha destaca a importância de observarmos os diários como artefatos, em si, e de como estes utensílios são transformados em relíquias de memórias. No que consiste ao manuscrito produzido por Solon, o historiador Ianko Bett (2017), responsável pelo setor de pesquisa do museu no qual o objeto-diário está salvaguardado, problematiza a própria condição física, a “sua preservação, seus usos e desusos no transcurso de sua existência, desde o momento em que serviu de suporte material para o registro do dia a dia da guerra até o processo de sua musealização” (BETT, 2017, p. 02). Assim, a partir de sua leitura do historiador francês Pierre Nora, o autor trabalha com a noção de “vontade de memória” para traduzir a intenção de Solon em manter a materialidade de suas memórias, enraizadas do “objeto-diário”. Bett elabora três categorias de “tempos das memórias de guerra”, nas quais o “objeto diário-de-guerra” assume diferentes protagonismos.

O “primeiro tempo das memórias de guerra” se inicia com o próprio ato da escrita e a sua imediata condição de preservação do “objeto-diário” e de elaboração da identidade de Solon. Esse tempo das memórias de guerra é, portanto, “derivado, num primeiro momento, das experiências vivenciadas pelo autor durante sua presença na guerra” (BETT, 2017, p. 02). Outro componente desse “primeiro tempo” é a própria condição material do objeto-diário, ou seja, o suporte que foi utilizado para a escrita é de um material frágil – papel –, que se levado a condições adversas poderia ser facilmente danificado, ou mesmo destruído.

Como se sabe, os militares, em suas atividades, estão sujeitos às mais diversas situações (que se potencializam durante um conflito) inclusive as de fundo meteorológico como umidade, chuvas, e, no caso da FEB, nevascas. Portar objetos de papel, nesses casos, requer um cuidado muito especial, principalmente se for levado em conta a quantidade de vezes com que foi manuseado no tempo em que seu autor permaneceu em solo italiano (BETT, 2017, p. 03).

Com base na questão levantada pelo autor, é interessante pensarmos quais teriam sido os métodos utilizados por Solon para preservar a integridade material de seu diário? Teria ele criado alguma espécie de “embalagem” que preservasse o manuscrito de eventuais danos físicos? Talvez alguma lata, ou mesmo um pano para enrolá-lo, enfim, esta é uma informação que, possivelmente, jamais saberemos ao certo. É preciso lembrar que em dado momento o objeto-diário era constituído pela caderneta e por uma agenda, havendo, portanto, uma dupla preocupação com a integridade dos objetos. Um elemento que pode ter contribuído para a ótima preservação do objeto-diário é o fato de Solon ser um Oficial do Esquadrão de Reconhecimento, podendo, eventualmente, tê-lo guardado em algum compartimento de um dos veículos de combate M8, do qual era comandante. Porém a preocupação com a segurança do objeto-diário ia além das possibilidades de extravio. Conforme referido, os diários não eram oficialmente permitidos, e se caíssem em mãos “tedescas” poderiam ser utilizados como informações para o inimigo. Apesar da proibição, esta foi uma prática de escrita muito comum entre os/as veteranos/as brasileiros. A fragilidade frente aos danos físicos, e uma provável punição caso fossem descobertos, provavelmente foram motivos que levaram Solon a manter o diário consigo, o maior tempo possível. Há indícios bastante contundentes no conteúdo do diário que indicam que se eles ficassem consigo em momentos iminentes ao combate, ou a uma situação de grande risco e de tensão. Desde os primeiros dias no *front*, em novembro de 1944, até o retorno para o Brasil, o diário esteve junto de si.

20 – 11 – 44

Nesse momento, começa novamente a cair bombas aqui por perto e por precaução coloquei o meu capacete de aço, que é bastante incomodo.

14 de abril

São 1.15 da tarde... poucos km a nossa frente trava-se uma batalha, pois a Inf. Mais uma vez ataca; é grande o rumor da Art. e Aviação que voa em piques sobre o fronte.

16 de abril

A situação não está boa, apesar da aparente calma que reina. Estou novamente em meu M8, são agora 5.30 da tarde. No momento estou enviando um fax que se confunde com a metralhadora que canta poucos metros de mim, juntamente com nossos morteiros – os alemães estão contra-atacando?

17 de abril

singular. A frequência de palavras ou de termos revela, também, que o tempo da escrita é o “agora”, ou melhor, o presente instante vivido e próximo do acontecido e, mesmo que retroceda a um passado, refere-se ao tempo máximo de algumas poucas horas ou dias⁹⁴.

Escritos a mão, materializados em papel e tinta, os diários eternizam, em folhas amareladas pela passagem do tempo, ideias, saberes, valores, acontecimentos e dizeres, além de fantasias, medos e experiências – tudo isso são representações de um outro tempo que dão sentido ao mundo social, criando outras realidades (CUNHA, 2015, p. 253).

Solon narra acontecimentos de um presente que passa em referência de “si”. Os diários são escritos autobiográficos, ou seja, escritos de si. Todavia, explica a historiadora Patrícia da Silva Ribeiro, “a autobiografia é produção que tem começo, meio e fim, enquanto o diário é uma página em branco que vai sendo escrita conforme as circunstâncias que se apresentam para seu autor” (RIBEIRO, 2013, p. 212). A autora compreende que os diários são sempre um “porvir que reserva a cada dia, uma surpresa para o próprio autor e o leitor” (RIBEIRO, 2013, p. 212). Muito embora os diários não se reduzam à cronologia de suas datações, as datas são fundamentais, uma vez que são elas que determinam as “entradas” no diário.

Nos diários, a noção de tempo é fragmentada, pois está baseada na efemeridade do presente e na imprevisibilidade do futuro. Especialmente se considerarmos que o manuscrito é produzido por um sujeito que tem, em seu horizonte de expectativas, a possibilidade de, a qualquer momento, ser morto. Assim, a fugacidade do tempo é um elemento importante para pensarmos a representação que o diarista faz sobre si. O que é confidenciado ao papel é uma parcela infinitesimal dos dias, que sofrem uma verdadeira pinçagem, selecionando o que será lembrado e esquecido. O diarista descarta a maior parte dos dias, reunindo apenas aqueles “fragmentos” que lhe interessam, ou que lhe conferem um sentido.

Só para recordar: O diário “é uma escritura essencialmente de dentro, onde os sentimentos, as sensações internas ocupam um grande lugar, uma escritura que rejeita uma organização formal, uma escritura essencialmente do registro do descontínuo, do efêmero” (CUNHA, 2015, p. 262).

⁹⁴ Os maiores períodos de interrupção da escrita se dão entre o dia 30 de julho de 1945 e o já referido dia 07 de agosto de 1945. Outra interrupção se dá entre os dias 13 e 23 em dezembro de 1944.

A redação do vivido é sempre limitada e o objeto da anotação “pode ser um pensamento, um sentimento, uma emoção, a narração de um evento, de uma conversa, de uma leitura” (HESS, 2006, p. 92). O diário é, portanto, um retrato de seu diarista que narra assim que possível, o momento em que vive uma experiência, capturando os arranjos de seu espírito e os seus pensamentos mais íntimos. Contudo, o próprio Solon traduz sua ação como um produto da disposição e do tempo.

23 – 12 – 44

[...]

Todos esses dias passei também na Colina. Quanta coisa deixou de ser escrita, quantas cenas... porém no fronte não se tem disposição para escrever e muitas vezes falta o tempo.

A escrita na linha de frente é produto de tempo e da disposição. Cabe, porém, a pergunta: Quais as possibilidades para a escrita de um diário naquela guerra? Se por um lado pensamos na materialidade do diário, em sua preservação física perante a fortuna dos dias, por outro lado devemos pensar em como um sujeito, envolvido no cotidiano atribulado das operações militares de um exército em guerra, encontra-se consigo, nas páginas em branco de uma caderneta.

Porém, não existem regras ou formas fixas para se escrever um diário. É uma disciplina 'livre'. Existem, portanto várias modalidades de como escrever o seu diário. Segundo REICHARDT (1998), podem ser distinguidos três tipos de autores de diários: o cronista, o escritor do momento e o comentarista. Isso corresponde a uma distinção em diários históricos, documentários e íntimos, divisão essa que nem sempre é aplicada tão distintamente (JAHNEL, 2002, p. 11).

As maneiras pelas quais Solon escreve os seus dias oscila entre momentos descritivos, monólogos aconselhadores e diálogos com seu confidente. O padrão de sua escrita estabelece uma verdadeira conversa, formando uma interlocução, ora consigo mesmo, ora com o próprio diário.

26 – 09 – 44

Temo que não escreverei mais hoje, pois tem sido um dia bem cacete; até amanhã Solon.

2 – 10 – 44 (Segunda)

[...] *Acautela-te Solon!! Não julgues nunca pelas primeiras impressões.*

23 – 12 – 44

Como estás abandonado, Diário...

15 de maio
S. Juliano
[...] Cuidado Solon,...

Sendo assim, a escrita de um diário, por ser uma expressão da disposição individual do diarista, assume contornos bastante livres no que consiste à forma e ao estilo. No seu manuscrito, Solon não se acomoda em um único estilo, alterando-o ao sabor dos dias. Por vezes direto e apressado, outras vezes mais cadenciado e descritivo.

É possível percebermos que a própria prática de escrita faz com que ele, aos poucos, “se solte” no texto, deixando os pensamentos mais fluídos, menos formais, menos censurados. Há uma transformação no estilo literário, bastante perceptível em entradas que são gradativamente mais longas. E, mesmo que eventualmente uma entrada não seja tão longa, há uma elaboração mais refinada dos temas que serão selecionados e da forma como a realidade acaba representada.

É justamente por ser uma escrita autobiográfica, voltada para si (para o “eu”), que esse manuscrito apresenta um desenvolvimento à medida que os fatos vão acontecendo. Apesar de muitas vezes ele escrever “lembrando” de fatos ocorridos, o “passado” acaba-se confundindo, muitas vezes, com o instante da escrita. O padrão de escrita se repete ao longo de todo o manuscrito, o que faz com que os instantes de passado recém-acabado fluam aparentemente sem nenhum objetivo específico. Solon escreve nada além do que a impulsividade do momento determina.

Em se tratando de uma escrita livre, o diarista não se vê obrigado a voltar aos assuntos abordados no dia anterior ou mesmo a concluir pensamentos que podem ser abandonados no meio caminho sem maiores prejuízos a seu ver. Dessa forma, por mais que o leitor busque através dele se aproximar da intimidade alheia, nunca poderá saber o que realmente aquele texto significa para seu autor. Existe nas entrelinhas um mundo de outras lembranças em suspenso e somente o autor tem a chave para a sua plena compreensão. Para tentar penetrar nesse universo estritamente particular, é preciso ir além do texto e observar o que está implícito: discontinuidades, continuidades, repetição de temas e silêncios. Assim, embora fragmentada e descontinuada, a escrita do diário é também repetitiva e regular, em especial no que diz respeito às entradas e aos temas. A data, o tipo de cabeçalho, eventualmente o lugar e, por vezes, também as divisões temáticas compõem os modelos de entrada que anunciam o que será registrado (RIBEIRO, 2013, p. 245).

O autor Remi Hess (2006) escreve que o diário, mesmo íntimo, é um escrito para o outro. Porém, a noção de outro pode residir no próprio devir de si. Assim, “mesmo se eu escrever um diário para eu mesmo ler, este eu é outro entre o momento da escrita e o

momento da leitura, ou releitura. É essa mudança que se operou em mim que eu avalio relendo o meu diário” (HESS, 2006, p. 92). O diário é um suporte para o que se deixará de ser. E nesse sentido recebem uma expressão de enorme centralidade nos arquivos de pessoas, transformando o próprio indivíduo em um “coleccionador de si”. No caso dos diários produzidos durante guerras, eles assumem uma condição fundamental como materialização de sua experiência de guerra. E, ao considerarmos que esse gênero de escrita é inteligível ao processo de constituição do sujeito, em que ele tenta elaborar-se a si próprio, o caso dos “diários-de-guerra” guardam uma peculiaridade. Uma característica que, embora não seja exclusiva desses escritos, está certamente presente, ou seja, os sujeitos tentam se constituir processualmente em meio à violência, à destruição generalizada, aos cenários de miséria social, desconforto físico e mental, e em situações que envolvem o risco de sofrerem, ou presenciarem, acidentes, ferimentos graves, mutilações e morte.

Na sequência do texto, veremos as impressões de Solon sobre aqueles cenários, eventos e experiências vividas entre setembro de 1944 e agosto de 1945.

4.2 “PODEMOS DIZER QUE ESTAMOS REALMENTE NA GUERRA”: UMA VIAGEM EM DIAS DE GRANDE ESTUPIDEZ

A escrita do diário se inicia a bordo do navio de transporte⁹⁵ de tropas USS General W.A. Mann, da Marinha dos Estados Unidos, que foi usado durante a Segunda Guerra Mundial para transportar os brasileiros para a Europa. O 1º Tenente Solon ignorava seu destino ao partir do porto do Rio de Janeiro, no dia 22 de setembro de 1944. Por “dias intermináveis” ele esteve a bordo do navio que singrou pelas águas do Atlântico e do Mediterrâneo, até o porto de Nápoles, na Itália. O destino final daquela “viagem” para o velho continente era desconhecido dos milhares de soldados brasileiros que, por medidas de segurança, só ficaram sabendo onde iriam desembarcar nos últimos dias da “longa e injuriante” jornada.

⁹⁵ A travessia do Atlântico deu-se em comboio. Os navios de transporte de pessoal que levaram os 2º e 3º escalões da FEB recebiam a escolta do cruzador *Rio Grande do Sul*, brasileiro, e pelos cruzadores estadunidenses *Memphis*, *Trumpter* e *Cannon*. Após longos dias travessia chegaram, no início da noite de terça-feira, três de outubro, a Gibraltar. Os navios brasileiros que faziam a escolta deixam o comboio, transferindo a segurança para a marinha estadunidenses, responsável pelo patrulhamento do Mediterrâneo. Mesmo escoltados, tanto o *General Mann*⁹⁵ quanto o *General Meighs* estavam equipados com metralhadoras e canhões, armamento necessário em caso de ataques aéreos e, principalmente, de submarinos. Já em águas mediterrâneas os navios navegavam ainda durante três dias, para enfim chegar ao porto de destino.

20 – 09 – 44

O Esq. Deslocou-se as 7,20h para o P.I, onde fomos transportados em trem da central, para o cais do porto.

O embarque foi feito as 9.45, sem atropelo e em ordem.

Uma vez no navio, o Esq. foi encaminhado para o compartimento 303L e eu fui para o meu camarote.

As 5,30 tivemos a visita do Sr. Presidente da República, o qual saudou as tropas.

Com um estilo apressado, com frases curtas e secas, as primeiras páginas do diário apresentam impressões descritivas dos dias. A brevidade da narrativa indica apenas as movimentações do dia, desde o Morro do Capistrano, o transporte de trem e o embarque ordenado, a visita de Getúlio Vargas.

A FEB foi dividida em cinco escalões, com aproximadamente cinco mil homens em cada. A grande maioria dos mais de 25 mil brasileiros enviados para a Europa foi transportada em navios como o *USS General W.A. Mann*, que transportou o 1º e o 2º Escalão, e o *USS General M.C. Meigs*, que transportou os demais escalões. No 1º Escalão estavam, dentre outras unidades, o 1º Pelotão do Esquadrão de Reconhecimento que só estaria completo após a chegada do 2º Escalão, no qual Solon estava presente. Houve, ainda, outro tipo de transporte, que envolveu “parte dos oficiais e enfermeiras que seguiram para a Europa por via aérea, o que diminuiu consideravelmente o desconforto com a viagem” (MAXIMIANO, 2004, p. 55).

O início da “viagem” marca, também, o início de uma prática de escrita quase cotidiana; embora mantenha anotações ao longo dos dias, Solon não escreve exatamente todos os dias. Uma prática que é interrompida, de maneira abrupta, em 30 de junho de 1944, mas não pela morte do seu diarista que viveu até os 90 anos. O retorno da Itália foi antecipado, pois, de acordo com o seu relato, teria pedido ao então Coronel Castello Branco para regressar ao país, visto que “já estava com meu trabalho pronto, não tinha mais nada o que fazer e queria ver se podia voltar para o Brasil para assistir o meu pai que estava doente” (D’AVILA, 2001, p. 33). Solon foi, então, evacuado do Teatro de Operações da Itália, por via aérea, embarcando na cidade de Nápoles, com escalas em Tunis, Casablanca (último porto estrangeiro) e chegando ao Brasil em 10 de julho de 1945. Segundo sua filha, a senhora Eliane D’Avila, ele foi o primeiro “pracinha” natural do Rio Grande do Sul a retornar para o estado.

A autora Patrícia da Silva Ribeiro faz uma reflexão bastante importante sobre os diários de veteranos/as brasileiros/as da Segunda Guerra Mundial. Seu estudo nos auxilia a

compreender como os diários manuscritos por esses sujeitos podem ser distinguidos de dos diários íntimos, tendo em vista a dificuldade efetiva de se estabelecer uma caracterização já que todos os diários “se revestem de sensíveis afinidades no que tange à escrita pessoal” (RIBEIRO, 2013, p. 215). Uma diferença fundamental entre os diários íntimos e os diários manuscritos por veteranos/as está justamente na iminência guerra. Ao estudar o diário do Major Ruy de Oliveira Fonseca, também ele um veterano da FEB, a autora compreende que aqueles registros visam, essencialmente “valorizar ou denunciar determinados aspectos circunstanciais e, por algumas vezes, a ele se limitam. São as circunstâncias biográficas vivenciadas pelo autor que determinam o início e o fim do diário” (RIBEIRO, 2013, p. 215).

Diferentemente dos diários íntimos que podem ser iniciados ou interrompidos em qualquer estágio da vida sem que, por isso, sejam considerados inacabados. Quando o registro diz respeito a um evento específico, pode-se notar também, a exemplo do que aconteceu com o diário de guerra do major Ruy, a coincidência entre a última página do diário e a “morte” do autor, ainda que ele sobreviva fisicamente àquele episódio específico. Assim, o término do diário que narra a experiência do major Ruy na guerra marca efetivamente o fim de sua existência como combatente da FEB (RIBEIRO, 2013, p. 215).

O diário não recebeu notícias por quase um mês após o regresso de Solon da Itália, até o dia 07 de agosto de 1945. Solon tinha acabado de receber a sua dispensa formal da FEB, bem como os vencimentos⁹⁶ e a permissão para gozar de suas “férias”. Aquela noite, aparentemente ébria, seria marcada por incertezas com o Brasil e com vida. Após ter “passado com Inês”⁹⁷, solitário em um quarto na Urca, lia, escutava música e pensava. Que pensamentos lhe fizeram companhia naqueles momentos? Alguns acabaram sendo confidenciados para *si*, no diário.

7 de agosto

[...]

*Meu reinado foi desfeito... Bem sei o motivo. O Brasil não está bem para viver-se. Vida cara, confusão, etc...Não estou satisfeito com a vida e não encontrei ainda aquilo que me há de fazer-la boa,... **Continuo como tempo da guerra**, sem um objetivo pelo qual lutar... Sei que isso é grave e por isso vivo a procura do objetivo sem encontra-lo (**grifo do autor**).*

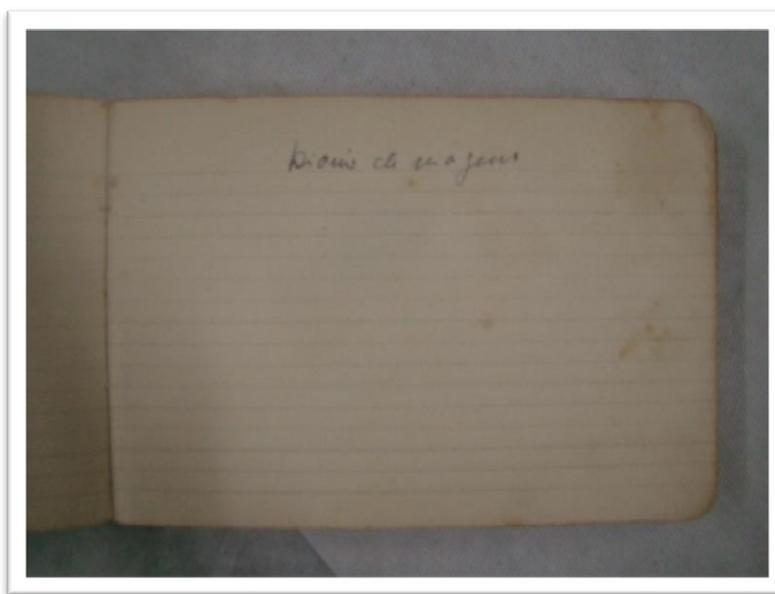
⁹⁶ Infelizmente não foi possível encontrar os valores recebidos por Solon na data de 12.09.1945. Segundo a cópia de suas alterações, foi publico ter recebido a cópia de sua ficha de descontos, conforme solicitação feita em ofício nº 470-Tes., de 20 de Agosto do corrente ano, a Pagadoria Central da FEB.

⁹⁷ A única vez que Solon menciona Inês é na anotação referente do dia 07 de agosto de 1945. Assim, é impossível estabelecer qual a relação entre os dois. Resta apenas conjecturar a possibilidade de que essa tenha sido uma relação efêmera entre um homem e uma mulher.

Seria aquela a primeira vez que relia seu diário depois do retorno ao Brasil? Certamente não foi a última. O diário se encerra e, com o seu fim, também o registro das experiências mais imediatas dos dias de “viagem”. Após a noite na Urca, o diário recebeu apenas uns poucos acréscimos ao longo dos mais de 60 anos em que esteve guardado – destaca-se um nome, anotado a lápis, na borda superior da página que guarda a “grande estupidez” do um dia vinte de novembro de 1944. Voltarei a essa página e a esse nome, num momento mais oportuno.

Para Remi Hess (2006), os diários operam sobre dois eixos: duração e intensidade. A escrita está determinada, a priori, por um tema; por um contexto que recebeu no título a delimitação de uma “viagem”. Nota-se, porém, que ao fim e ao cabo o diário não é mais sobre uma viagem, mas sobre o “tempo da guerra”. Mas será esse um diário-de-guerra? Tenho, como hipótese, que a condição de “diário-de-guerra” é algo, a priori, inexistente. Sendo que a própria caderneta está identificada, na capa, com o nome de seu titular: Solon; e, ao abri-la, lê-se o título: “Diário de Viagem”.

Figura 24 – A primeira página da caderneta com anotação: “Diário de Viagem”



Fonte: Fotografia feita pelo autor (2015) no acervo do MMCMS.

O batismo do diário é um indício importante para nos aproximarmos do que ele próprio Solon compreendia daquela experiência vindoura, ou seja, o que seria narrado era, em princípio, uma viagem. O emprego do termo retira do manuscrito um aspecto que poderia predefini-lo na tradição militarista de narrar batalhas, enfatizando as características

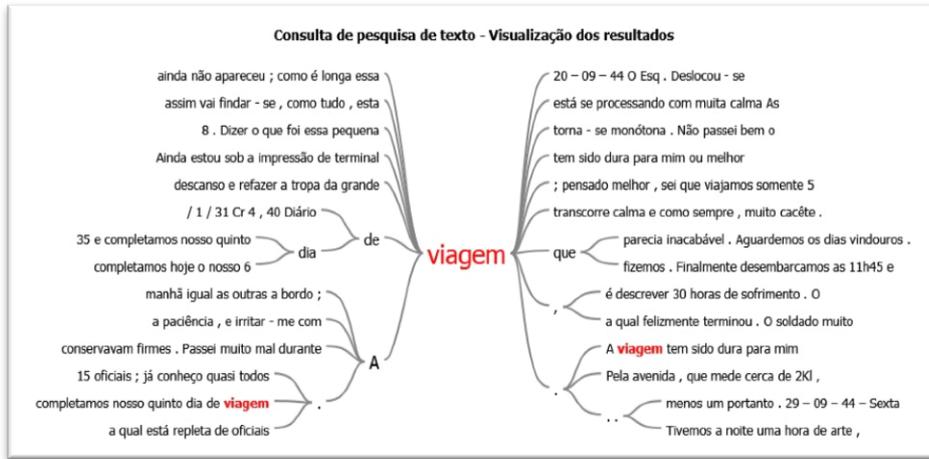
fundamentalmente bélicas, táticas e estratégicas das ações praticadas ou das experiências vividas. Cabe, então, novamente a pergunta de que se as suas experiências de guerra seriam uma condição para a escrita sobre a Guerra?

De fato podemos dizer que a Guerra estava fisicamente próxima, causando uma grande influência sobre suas possibilidades de interação com o que ocorria à sua volta. Não creio que houvesse alguma possibilidade de Solon produzir um “diário” sem que, ao tomar notas sobre o que ocorria naquela época e naqueles cenários, escrevesse uma espécie de “diário-de-guerra”. No entanto, o manuscrito vai além do que pode ser concebido pelo termo, ou seja, desde o seu início, e ao longo das 145 entradas, Solon escreve sobre questões tão íntimas que acabam conduzindo a uma autoimagem que não está unicamente delineada por traços militares, ou por “feitos guerreiros”.

Há, no manuscrito, um caráter ambíguo no que consiste a sua formulação enquanto “diário-de-guerra”. Se por um lado temos a condição de ler o seu diário como um produto acabado, conjunto (as 145 entradas) pelo qual se estabelece a perspectiva de uma unidade finalizada em um “diário-de-guerra”, por outro lado não podemos deixar escapar as considerações de sua multiplicidade interna. A leitura do conjunto final do diário (já com a carga de relíquia-de-guerra, objeto de um arquivo pessoal musealizado) acaba condicionando cada nova página ao ontem, afastando a ideia de que o hoje era, para Solon, apenas uma folha em branco. Fato é que ele escrevia um dia após o outro, cerzindo as múltiplas possibilidades de assuntos em categorias igualmente diversas. O manuscrito apresenta-se cheio de proezas, de contemplação e de reflexões pessoais sobre a sua condição, mas também sobre amizade, paz, família, religião, juventude, política etc, em que são elaboradas perspectivas críticas com relação ao que ocorre no seu entorno. A “Guerra” é, então, mais uma categoria possível de ser analisada.

Algumas das características gerais, perceptíveis na estruturação do manuscrito, denotam que as páginas redigidas por ele seguem em função do modo como o diarista percebe e seleciona eventos constitutivos de uma assincronia da rotina que transcorre. É interessante buscarmos enxergar a ótica assumida pelo diarista e como ele expressa cada novo “hoje”. Não se trata de descrever o que realmente houve naquele dia, mas de contar o que o autor disse que viu, sentiu e experimentou em relação aos acontecimentos daquele dia, ou período de dias. Nesse sentido, o diário é resíduo de um mundo em guerra, ao qual o autor reage, elaborando sua escrita e as suas reflexões. Por suas características específicas, o manuscrito situa o leitor não só nesse mundo da guerra, mas mundo da guerra.

Figura 25 - Frases que no diário estão relacionadas ao termo "viagem".



Fonte: Desenvolvido pelo autor, NVivo 11 (2019).

Se o peso do título desse manuscrito está condicionado ao relato de uma “viagem”, de fato o termo aparece poucas vezes no diário. Somente 14 vezes em todo o manuscrito, o que abrange um total de 0,68% de seu conjunto final. Ao levarmos em conta o significado etimológico da palavra viagem, verificadas nos principais dicionários da língua portuguesa, teremos a definição de um ato de deslocamento que pode ser realizado por uma ou mais pessoas entre locais ou pontos relativamente distantes entre si, com qualquer propósito, motivou ou duração. A viagem pode ser feita, utilizando-se ou não qualquer meio de transporte para cobrir um percurso de mar, terra ou ar. Também se pode entender como uma viagem todo um período de movimentos com estadias mais ou menos longas em um, ou mais, destinos. Certamente que Solon tinha, mais ou menos, esta mesma noção sobre o termo viagem.

Se cada página em branco era a possibilidade de um novo dia-de-viagem, é significativo que o termo apareça apenas nos dois primeiros meses, justamente o período em que ele está em deslocamento para a Itália. Além do título do manuscrito, o termo aparece em algumas entradas nos dias seguintes à chegada dele e de seus companheiros em Nápoles e, em seguida ao deslocamento nas lanchas de transporte (L.C.I – *Landing Craft Infantry*) até Livorno e, ainda, no acampamento próximo à Pisa. Do dia 20 de setembro ao dia 14 de outubro, a “viagem” provocou os sentidos de Solon de muitas maneiras. As impressões iniciais, que beiram uma espécie de euforia com o desconhecido, transformam-se gradativamente em outros sentimentos.

[...] A viagem está se processando com muita calma.

25 – 09- 1944

Mais uma manhã igual as outras a bordo; a viagem torna-se monótona.

27 – 09 – 44

São agora 12.h 35 e completamos nosso quinto dia de viagem.

A viagem tem sido dura para mim ou melhor duríssima.

[...]

Hoje pela manhã resolvi perder a paciência, e irritar-me com a viagem; pensado melhor, sei que viajamos somente 5 dias e faltam portanto 10.

28– 09 – 44

[...]

Esqueci-me de anotar, que completamos hoje o nosso 6° dia de viagem... menos um portanto.

5 – 10 – 44

São 13h.30. Dei serviço das 10 as 12 no compartimento 303L – Soubemos ontem que amanhã viajaremos ao porto destino (Nápoles).

14 – 10 – 44 (aniversário do meu pai)

[...] Nada se faz durante o dia e nada será feito, pois o local aqui é para descanso e refazer a tropa da grande viagem.

A impressão final daquela “viagem” deu o tom à suas memórias. Com o passar dos anos, aqueles quinze dias a bordo do General *Mann* tornam-se uma lembrança dura, de momentos tensos e de desconforto. Quando foi entrevistado, no final da década de 1990, Solon pautou as “suas considerações” sobre a viagem com base no seu “velho” diário. Ele próprio pontua as dificuldades vividas durante os longos dias de travessia do Atlântico:

É difícil de, em poucas palavras, falar sobre a viagem. Foram quinze dias de muita tensão, desconforto, mas também de ensinamentos. Eu relatei algumas observações, alguns aspectos da viagem no meu momento. Inicialmente, os problemas que eu percebi e senti. Primeiro o enjôo no navio que foi um horror. Eu passava o dia enjoado e não era só eu, quase todo mundo enjoava. O segundo problema para nós foi a alimentação inadequada. O que salvava a pátria eram as sobremesas. Compotas finíssimas ou então muita fruta: maçã, pêra, uva etc. O outro incômodo foi o calor insuportável, um calor terrível, úmido e abafado. Por último cito a tensão causada pelos exercícios de abandonar o navio. Isso era a toda hora e nos momentos mais imprevisíveis: às vezes à noite, às vezes durante o dia, "Brrrrrrrrrr", tocava o alarme para abandonar o navio. Nunca sabíamos, ninguém sabia, se era para valer ou apenas mais um exercício. Ficávamos nervosos, cada vez que soava aquela sirene no navio (D'AVILA, 2001, p. 25).

Os quatro itens mencionados por Solon (enjoo, dificuldades com a alimentação, calor e tensão com os exercícios) podem muito bem ser relacionados com outros aspectos,

próprios da organização da FEB, da logística para o transporte das tropas, da organização estadunidense e etc. Contudo, chama atenção no depoimento do veterano que as suas lembranças são, majoritariamente, sensíveis ao corpo. Uma lembrança que remete ao cheiro salgado de maresia, imiscuído ao gosto amargo de refluxo estomacal, a tremedeira fria que segue ao ato de gorfar. As mãos geladas, a cabeça dói, a garganta arranha. O calor modorrento que inebria a mente e amolece o corpo, o sufocamento malcheiroso da cabine e o arrepio nos pelos ao encher os pulmões com ar puro do convés. A mordida doce e levemente ácida de uma maçã, o sabor escorregadio de uva. Passos metálicos, um zum-zum-zum de conversas e o *fox-trot* arranhado de uma vitrola.

Embora inicialmente relate uma viagem, a guerra também está ali, bem como a consciência dos riscos que viria a ter nas suas experiências. Contudo, não há no diário a necessidade intrínseca de citar, ou de analisar os aspectos doutrinários a serem transmitidos, ou mesmo integrados a sua condição de militar. Embora, vez ou outra, o militar que lá escrevia aponte para a intenção e para a necessidade de aprender e de “tomar notas” de como fazer a guerra.

9 – 10 – 44

[...]

Tudo funciona perfeitamente, sem atropelos, sem algazarra, cada um sabendo perfeitamente o que vai fazer.

Seria interessante que todos os brasileiro em ação prestassem muita atenção, tomassem nota, para que quando voltassem ao Brazil, levassem pelo menos um pouco de vontade, de fazer do Brazil, um país grande.. o que só se conseguiria com a educação do povo, dentro dos verdadeiros princípios.

Já estou vendo, que com economia não se faz guerra, nem se dá bem estar ao povo.

As observações feitas por Solon, para o que considera como “os verdadeiros princípios” necessários para fazer a guerra e para dar bem estar ao povo, coincidem com a narrativa feita pelo general Mascarenhas de Moraes. O comandante da FEB escreveu em suas memórias que, quando visitou o estado-maior do comando Aliado no Mediterrâneo, em missão realizada em dezembro de 1943, teria ficado encantado “com a organização da base militar, ainda estabelecida no Norte da África, e com o panorama da frente de batalha, já transplantada para o Sul da Itália, depois da invasão e transposição da Sicília” (MORAES, 1984, p. 139). Após aquela missão de observação, realizada nos últimos dias de 1943, um grupo de oficiais brasileiros teria permanecido no T.O, sendo isto considerado por César Campiani Maximiano como uma espécie de destacamento precursor da FEB,

“formado por quatro oficiais permaneceu na Itália, encarregado de enviar relatórios e observações pertinentes às necessidades da tropa a caminho” (MAXIMIANO, 2010, p. 40). Os relatórios enviados, conforme destacado por Mascarenhas de Moraes em suas memórias, abrangiam aspectos bastante relevantes para a organização da FEB, como é o caso das “rigorosas condições climáticas a serem suportadas pela tropa, exigindo agasalhos e calçado adequados” (MORAES, 1984, p. 139). Contudo, as observações feitas pelo General Mascarenhas, responsável direto pelo treinamento e equipamento dos combatentes, não teriam sido bem aproveitadas pelo Ministério da Guerra.

Infelizmente minhas observações pessoais não foram devidamente aproveitadas pelo Ministério da Guerra. Tenho, no entanto, o dever de relatar esta e outras deficiências, não só porque repercutiram negativamente nas operações, mas também para que se colha o ensinamento a aplicar em situações futuras (MORAES, 1984, p. 140).

Se compararmos o que o Marechal Mascarenhas de Moraes relata em suas memórias com o que observou e concluiu o então Tenente Solon, percebe-se o quão impressionante era, para os brasileiros, a necessidade de organização para aquela guerra. Os dois militares, cada um a seu modo, chegaram à conclusão do quão grande era a defasagem do Exército Brasileiro para aquele tipo de embate. O Marechal comenta que após que logo a missão de observação, teria concedido entrevistas à imprensa, explicando suas impressões sobre a visita ao Teatro de Operações do Mediterrâneo. De acordo com o autor César Maximiano, Mascarenhas teria dito, possivelmente numa dessas entrevistas: “Meu Deus! Esta é uma guerra de ricos!” (MAXIMIANO, 2010, p. 40).

Para além das já conhecidas dificuldades que o Brasil teve para recrutar, selecionar e treinar homens para a FEB, bem como da difícil realidade das Forças Armadas do país frente aos custos de uma guerra como aquela, é interessante notarmos que mesmo um jovem oficial, ocupando o posto de 1º Tenente, com poucos anos de carreira, chegaria à mesma conclusão que o General experiente, comandante da FEB. Evidentemente que um General comandante e um 1º Tenente observam e praticam atividades muito distintas na organização militar, especialmente num exército que se prepara para um enfrentamento de grandes proporções, como foi o caso na Segunda Guerra Mundial. Contudo, a organização logística, o esforço e a prática de guerra estadunidense permitiu que ambos, mesmo ocupando postos tão distantes na graduação da hierarquia militar, chegassem às mesmas conclusões. A “eficiência” do modelo estadunidense se fazia sentir até nos mínimos

detalhes, como por exemplo, na realização de refeições a bordo do navio, a organização, a higiene e a segurança, ou ainda, a distribuição de agradados como o caso de cigarros e etc.

23 – 09 – 44

Todos já estão familiarizados com o navio, o que torna mais fácil o serviço de rancho etc. Rancho é servido por compartimentos, por um processo bem pratico e rápido. [...] São 9.45h. um marinheiro americano passou pelo meu camarote, deixando uma folha com instruções, (economia de PNI, objetos achados, etc...)[...]As 10h. Um Tem. Cel. Brasileiro, e dois oficiais americanos que fazem diariamente a inspeção do navio, passaram pelo meu camarote; uma das camas se achava desarrumada, o que foi anotado.

24– 09 – 44 – “Domingo”

Todas as ordens e avisos são a bordo são dadas por intermédio dos alto falantes.

27 – 09 – 44

[...]

Nas primeiras horas de hoje (2.30) passamos pela linha do Equador; para comemorar esse fato o comandante do navio mandou distribuir, a cada homem, um pacote de cigarros “Chesterfield” eram 10 carteiras cada um. Somos aproximadamente 6.000, inclusive oficiais, é fácil ver-se a quantidade de cigarros, e que cigarros...

A chegada à Itália não representou o fim da viagem. Desembarcados no porto de Nápoles, os escalões da FEB seriam transportados para o Norte, até o porto de Livorno, e de lá para Pisa. Em Pisa, os brasileiros ficaram acantonados para a ambientação geral antes da chegada ao *front*. Porém, antes do término da viagem, Solon pode dar uma “escapada”, para visitar aquela Nápoles transformada numa verdadeira Babel. Vale a pena transcrever integralmente as impressões de sua “tocha napolitana”⁹⁸.

7 – 10 – 44

São 11.h45, o navio continua atracado e nós sem poder sair – preferia estar em alto mar, do que em um porto, sem poder sair. É grande a ansiedade de todos, para darem uma volta, conhecer a cidade e porque não, dizer, os napolitanos....

Tenho a impressão que só sairemos daqui para tomar nova condução que nos levará a LIVORNO.

Consegui finalmente dar um pulo em Nápoles. Sai com o prazo de 1 hora afim de visitar outro navio que veio conosco, porem na verdade fui para a cidade. Nápoles, ao contrário da primeira impressão que tive, é uma cidade grande, com muito movimento, e bastante comércio. A parte que consegui ver, o movimento era intenso – grandes murmúrios de

⁹⁸ O termo “tocha” era utilizado pelos febianos para se referirem às fugas passageiras, para passar períodos de tempo maiores que o permitido pelas licenças. Essa prática foi comum, tanto no Brasil, quanto na Itália, principalmente durante o período de ocupação, após o termino das hostilidades. As “tochas” eram uma prática tão corriqueira que inclusive existiu um jornal de campanha com esta expressão como nome.

marinheiros, de diferentes nacionalidades, se confundiam com a multidão – eram americanos, canadenses, marroquinos e por fim australianos, com seus cabelos de fogo, (geralmente) bigode grande, fumando cachimbo.

Apesar do movimento, o aspecto geral é de tristeza, muita miséria, muito luto, muitos pedintes, geralmente menores. Existem ruas em que a edificação está bem destruída.

Seis garotos me abordaram afim de saber se eu não queria um “senhorita”, (PNI) como dizem eles.

Chamou-me muita atenção a beleza dos cavalos que tracionavam as carroças – lindos animais, de grande altura.

As mulheres que vi são de estatura comum, geralmente morenas, não faltando sempre algumas rubras. Os tipos são os mais variados possíveis, porém mais feia que as brasileiras. Usavam o vestido muito curto. Os homens também de estatura média e morenos.

As palavras de Solon transpõem uma espécie de excitação com a hostilidade do ambiente daquela metrópole. Os efeitos dos impactos de bombas e a cadencias de tiro só seriam mencionados muito depois da chegada à Itália. Porém, a guerra se fazia presente na paisagem; o olho de quem escreve foi tomado pela cadaverização desenhada por destroços, a aniquilação generalizada, a decadência de uma região que outrora pertencera a reis. Na “tocha napolitana”, Solon descreve a destruição da cidade, suas casas transformadas em ruínas, o porto com navios naufragados, a aniquilação de elementos que num passado deviam representar uma beleza natural; a miséria social, especialmente das “senhorinhas” – submetidas à prostituição, por vezes “oferecidas” por crianças.

Nascido na Ucrânia, em 1917, Boris Schnaiderman, radicou-se no Brasil desde seus oito anos. Naturalizado brasileiro participou da FEB. Professor de literatura da Universidade de São Paulo, Schnaiderman escreveu uma obra ficcional intitulada “Guerra em Surdina: Histórias do Brasil na 2ª Grande Guerra” (1985). No livro o autor constrói a narrativa do Sargento João Afonso, um civil, estudante de medicina, que se voluntariou para a FEB. A obra pode ser ligada à literatura de testemunho, como sugere o autor Bruno Barretto Gomide (2009). A obra guarda, então, um caráter “que procura, diante da experiência da catástrofe e das situações-limite, dizer o indizível e ponderar a natureza do trauma, seja ele ocasionado pelo cárcere ou pelo horror das trincheiras” (GOMIDE, 2009, p. 229). Nápoles, em outubro de 1944, é descrita por Solon que aparentemente não esperava encontrar aquele cenário. O personagem João Afonso dá um tom a mais às impressões dos brasileiros que chegavam à Itália.

A cidade com que se entrou em contato era bem diferente da Nápoles das canções, dos romances e dos cartões-postais. Era, antes de tudo, uma

cidade feia e triste, transformada em algo intermediário entre um acampamento e um bordel para soldados.

Havia ali duas ou três ruas largas, com edifícios do começo do século e alguns outros de puro gosto fascista, que mais pareciam enormes paralelepípedos de granito. Circulava por elas verdadeira multidão uniformizada. Marroquinos bronzeados pareciam muito desajeitados nos seus uniformes franceses. Louros ingleses de *short*, com ar de escoteiros, um jeito de quem estivesse brincando de guerra. Robustos americanos e franceses esbeltos, a malícia parisiense nos olhos. E australianos, neozelandeses, canadenses, palestinos, poloneses, num torvelinho ao qual vieram juntar-se os brasileiros, ainda atordoados com a mudança de ambiente e as novas emoções.

Aquela multidão enchia as calçadas, entrava nas lojas providas principalmente de bugigangas coloridas, comprava frutas na calçada, falava alto, soltava pragas e palavrões.

Os poucos civis que se viam nas ruas andavam quase espremidos contra as paredes, deixando os passeios livres aos militares. O que impressionava mais nos habitantes da cidade não era a magreza, nem o ar doentio, mas, antes de tudo, os rostos parados, inexpressivos, cansados de sofrimento. Podia-se andar dias a fio sem encontrar um sorriso ou um olhar mais afável. Sempre na mesma dureza, um misto de apatia e esgotamento.

No meio da multidão uniformizada, circulavam bandos de moleques, de cinco a quatorze anos, ágeis, espertos, com olhos de adulto, de quem já conhece todas as misérias. Eram os cicerones dos soldados. Conheciam duas ou três frases em inglês, umas quantas em francês, enfim o suficiente para transformá-los em iniciadores nos mistérios sórdidos da cidade. Agarravam os militares pela manga da túnica, perguntavam-lhes: “Do you want a girl?” – e sussurravam palavras misteriosas sobre “two sisters, uma bionda, l'altra bruna”, que o moleque tinha em casa.

Guiados pelos *scugnizzi* de olhar malandro, os rapazes uniformizados abandonavam as ruas principais e penetravam nas vielas proibidas, naquele labirinto de ladeiras estreitas e mal calçadas, que se estendia além das placas “Off-Limits”. Tudo ali parecia diferente, um mundo sujo e repugnante, que fedia a urina e lixo. As casas eram velhas e feias, de quatro a cinco andares, e, por cima da rua, havia cordas estendidas com roupa secando. Sobre os passeios, crianças nuas, imundas, arrastavam-se aos pés dos transeuntes. E, no ar, pairava um rumor confuso de choros, gritos, brigas e discussões.

“Vedere Napoli e poi morire”. Pois sim, só se for de desgosto! (SCHNAIDERMAN, 1985, pp. 60-62).

Nápoles era marcada pela guerra, fora palco de duras batalhas, decorrentes da aguerrida defesa alemã. Ao chegarem à Itália, os soldados brasileiros são integrados ao V Exército estadunidense, comandado pelo General Mark Clark. O V Exército dos EUA e o VIII Exército britânico integravam o XV Grupo de Exércitos Aliados, comandados pelo General inglês *sir* Harold Alexander. O V Exército era constituído, naquela época, por dois corpos de exército, o II e o IV, e estava bastante desfalcado de divisões. O momento daquela guerra obrigou os Aliados a desviarem muitas divisões para os desembarques

efetuados no sul da França. O IV Corpo do General Crittenberger, tinha a missão de abrir brechas na chamada Linha Gótica, em poder dos alemães.

A prática de guerra alemã caracterizou-se, na Itália, por sucessivas linhas fortificadas, que cobriam desde o mar Tirreno até o mar Adriático, aproveitando-se da topografia acidentada dos Apeninos, que dificultava o avanço das tropas Aliadas, especialmente das unidades blindadas. O avanço dos Aliados contra as forças regulares alemães, comandadas pelo marechal Albert Kesselring, estimadas em 28 divisões (26 alemães e duas italianas), se deu com muita dificuldade e a custo de um número grande de baixas.

Os intensos combates traziam enormes consequências para a população civil, que, além da destruição física das suas cidades, sofria com a desestabilização econômica e social. Muitos perderam tudo. As famílias, quando não eram dizimadas pela fome, doenças e, por tiroteios ou pelas explosões de suas residências, eram, muitas vezes, separadas. Solon escreve o termo “*esfolatos*” – cuja grafia correta é “*sfollati*” – ao referir-se às ondas de refugiados, que vagavam pelas estradas, evadindo-se das regiões ainda sobre jugo dos alemães.

22 – 11 – 44

No lugar em que me encontro é grande o número de “esfolatos” todos muito mal vestidos e mal alimentados.

8 – 12 – 44

Aqui me encontro em uma Colina a quase 15 dias vendo e sentindo as misérias da guerra... É verdadeiramente trágica e triste a situação das famílias refugiadas que chegam em nossas linhas. Famílias e mais famílias, numerosas, as quais são encaminhadas para Silla, a pé. Chegam geralmente com alguma roupa e sem nenhuma alimentação, todos famintos. Recebem algum resto de comida, pão ou café, com alegria indescritíveis. Muito tenho sofrido pela situação dessa gente, porém como não sou culpado disso, vou endurecer um pouco mais o coração.

25 de março

Os “esfolatos” começaram já a passar por Laca, com destino a Lizano.

A Itália, além de uma cruenta guerra de libertação, acertava suas contas internamente, numa verdadeira guerra civil. Um dos aspectos característicos da luta de libertação está representado pelo emprego de formações guerrilheiras que combatiam ao lado das unidades aliadas. Na Itália, esta atividade teve início em 1943, e se realizou em maior escala no inverno de 1944 e 1945. No setor do 5º Exército, ao qual estava subordinada a Força Expedicionária Brasileira, muitas unidades de *partisans* italianos

lutaram ao lado dos países Aliados, algumas foram cedidas ao comando da FEB. O relatório sobre a contribuição italiana na guerra contra a Alemanha, publicado em 1947 pelo Ministério das Relações Exteriores da República Italiana, apresenta os grupos guerrilheiros que lutavam por sua liberdade ao lado das tropas brasileiras. No relatório consta que na região onde as unidades de FEB atuavam, foram empregados *partisans* da “*brigada bolonhesa Giustizia e Libertá*”. A autora Carmen Lúcia Rigoni (2003) comenta que a aquela brigada era uma das menores de milícias insurgentes que lutaram nas montanhas bolonhesas. A sua formação teria sido no “dia 24 de junho de 1944, na pequena Igreja de Ronchidoso” (RIGONI, 2003, p. 57), localidade de Gaggio Montano, onde se reuniram os primeiros participantes, composta em sua maioria por cidadãos gaggenses. Combateu na região de *Gaggio Montano* com cerca de 150 homens, sendo comandada pelo “capitão Toni (Antonio Giuriolo)” (RIGONI, 2003, p. 57). Aparentemente o grupo foi colocado à disposição do Esquadrão de Reconhecimento, praticando ações militares no *front* de Gaggio Montano, Porreta Terme e Sila, uma região constantemente batida por patrulhas alemãs, que tentavam infiltrar-se nas linhas brasileiras.

Figura 26 – Soldados do Esquadrão observam o deslocamento de civis italianos.



Fonte: Imagem retirada do grupo “Família Tristão e Virginia D’Avila” da rede social *Facebook*, postada em jul. 2017.

É preciso destacar que no Teatro de Operações italiano, especialmente nas regiões em que as tropas brasileiras atuaram, o terreno não era propício para grandes engajamentos entre forças mecanizadas, por ser caracteristicamente montanhoso. Era uma guerra de infantaria de montanha, que para aquelas condições deveriam ser bastante especializadas. Essa característica tornava o emprego de veículos, mesmo os blindados, algo bastante precário, pois os deixavam expostos à observação inimiga, e suscetíveis ao fogo alemão. Além disso, as estradas eram constantemente obstruídas por minas, pela artilharia alemã, ou ainda por nevascas.

Os carros-de-combate tinham um canhão 37mm, duas metralhadoras .30 e o aparelho de rádio. Então quando o Esquadrão era designado para ocupar este ou aquele lugar, acontecia, às vezes, de chegar lá apenas os jipes. Quer dizer, os carros de combate – o segmento forte do Esquadrão – ficavam na retaguarda, não nos acompanhavam. Então ocupávamos posições com meia dúzia de gatos pingados. O motorista do M8, o radioperador, e o próprio carro-de-combate, ficavam para trás. Levávamos junto, para aumentar um pouco o poder de combate, um ou outro especialista. Nos carros-de-combate tínhamos o motorista, o radioperador, o atirador de canhão e o Comandante do carro (um Tenente ou um sargento). Alguns tinham que ficar no carro para operá-lo. De maneira que o efetivo do Esquadrão para ser empregado era reduzidíssimo (D'AVILA, 2001, p. 26).

Como podemos perceber no relato feito por Solon, os veículos M8 eram por vezes deixados em posições de retaguarda, não sendo possível emprega-los naqueles cenários. Por lá praticarem uma guerra de montanha, os M8 acabavam tendo uma baixa utilidade efetiva, pois além de terem uma manobrabilidade ruim fora de estradas, os únicos caminhos com alguma condição para pilotagem eram constantemente batidos pela artilharia inimiga. A vantagem topotática dos alemães era tamanha, que utilizar aqueles veículos seria um verdadeiro desperdício de material, além da possibilidade de colocar em risco as vidas dos soldados do Esquadrão. No relatório do Capitão Plínio Pitaluga é possível observarmos como ele descreve a situação.

Feito o reconhecimento das posições americanas, o Esquadrão, na noite de 16 para 17 de novembro, deslocou-se para Cruciale onde se achava os postos avançados dos americanos. As posições eram dominadas completamente pelo maciço Belvedere – Della Torracia e flanco esquerdo a brecha se estendia a mais de 6 quilômetros. **Logo de início ressaltou a impossibilidade de se levar os carros de reconhecimento a região, pois seriam objetivos fáceis da artilharia alemã, bastante ativa nessa ocasião e mesmo a ponte ao sul de Cruciale achava-se destruída e a variante não permitia a passagem daquelas viaturas.** Nessa mesma noite o 3º Pelotão penetrava em Gaggio Montano, sem encontrar com

elementos alemães. Retraiu-se pela manhã continuando em posição em Cruciale; em quanto o 1º Pelotão achava-se em Seretone e o 2º em reserva. As ligações com a Task Force 45 foram realizadas as 10 e 15 horas (PITALUGA, 1946, **grifo do autor**).

Como vimos, o Esquadrão de Reconhecimento teve que combater em muitas ocasiões sem o auxílio de seus veículos blindados. A defasagem de armas e a carência de pessoal faziam com que a “região sobre a responsabilidade do Esquadrão apresentava-se particularmente, suja e dobrada, com caminhamentos propícios à infiltração” (PITALUGA, 1946). Ou seja, a atuação em conjunto com os *partisans* italianos era imprescindível para reforçar as posições do Esquadrão. Aqueles homens eram empregados nas patrulhas, geralmente realizadas durante o período noturno, o que aumentava ainda mais as dificuldades e o risco.

O autor César Campiani Maximiano (2004) estudou os aspectos das patrulhas realizadas em terra de ninguém. Utilizando-se dos relatos de alguns ex-combatentes, o autor apresenta um panorama de enormes dificuldades, mesmo para os soldados mais experimentados. Era uma contribuição fundamental a dos guerrilheiros, que forneciam aos Aliados os seus conhecimentos, tanto dos locais em que atuavam, guiando-os por “caminhos mais seguros” e que estavam melhores habituados, bem como, em escaramuças, por serem, muitas vezes, mais experimentados em algumas situações de combate do que muitos soldados recém-chegados ao *front*. Os *partisans* realizavam missões de guias, na escolta de desertores inimigos e como polícia provisória, em ações de combatentes, nos serviços de suprimento e auxiliavam com os refugiados civis. Em suas primeiras impressões do *front*, Solon descreve os “patriotas italianos”, e a maneira como combatiam o inimigo.

8 – 12 – 44

Há muito que era para ter citado o que tenho observado sobre os “Partizans”, patriotas italianos. Temos agora a disposição do Esq. 100 homens. São voluntários que lutam pela libertação da Itália. Esses homens, mal vestidos, mal alimentados, mal armados, pois seu armamento é o mais variado possível (alemão, inglês, americano) é o soldado mais disposto que já tenho visto.

Cumprem todas as missões mais arriscadas, sempre com boa vontade... Estão sempre alegres e prontos para fazerem parte de uma patrulha. Daqui por diante, muito terei que falar sobre os Partizans.

A Segunda Guerra Mundial é, habitualmente, reconhecida pela movimentação de enormes exércitos de conscritos. Contudo a luta contra a dominação nazifascista,

especialmente na Europa, mas também em outras regiões do globo, encontrava uma força complementar que, sem dúvida, contribuiu em muito para a derrocada do Eixo. Para os “patriotas italianos”, aquela era uma guerra tripla, na qual lutavam, paralelamente, contra a invasão alemã, numa guerra nacionalista, contra os fascistas, numa guerra civil, e para muitos grupos comunistas, uma guerra de classes.

A guerra de guerrilha, tal qual praticada pelos *partizans*, consistia de diferentes métodos e, como descreve Solon, utilizava-se de diferentes armamentos. As ações das guerrilhas são, geralmente, praticadas aproveitando-se de um momento favorável ao guerrilheiro, contra um alvo “fácil”, o que não quer dizer que a ação não envolva riscos. A resistência civil se dava de muitas formas, não se restringindo apenas em ações armadas, contudo a ação dos guerrilheiros envolvia práticas de sabotagem de diversas ordens (explosões de estradas de ferro, pontes e depósitos de suprimentos), forneciam inteligência (informações sobre unidades inimigas, localização, suprimentos, etc), além de ações diretas como em assassinato de fascistas, na tomada de localidades, cidades e, também, nas patrulhas em terra de ninguém. Inicialmente, a resistência se dava com pequenos grupos, desorganizados e mal preparados, mas que paulatinamente iam se estruturando nos subterrâneos do sistema, aproveitando de oportunidades favoráveis para a ação. Muito por conta de um senso de oportunismo, o armamento dos *partisans* era, por vezes, de origem alemã, recolhidos após uma emboscada ou ação de assalto. O relatório do Ministério Italiano apresenta um número bastante expressivo de ações que foram praticadas pelos *partisans* italianos entre os anos de 1943 e 1945.

Desde o dia do desembarque em Nápoles, até a primeira missão de Solon no *front*, decorreu quase um mês. Um tempo que foi destinado a recuperar as tropas brasileiras daquela longa viagem, além de treina-los, o máximo possível, com instruções que pudessem ser aplicadas no *front*.

Inicialmente, Solon ficou num acampamento próximo à Pisa, “num antigo campo de caça dos reis da Itália” (D’AVILA, 2001, p. 24). O acampamento era organizado aos moldes dos EUA, contudo àqueles dias iniciais foram de adaptações. Solon relata algumas dificuldades com as instalações sanitárias e o serviço de rancho. A dificuldade de adaptar-se ao paladar dos alimentos fornecidos pelos EUA o forçava a recorrer a “conserva, pão e café”. O historiador Luciano Meron (2014) descreve, em seu artigo sobre a alimentação e os hábitos alimentares da FEB, o que comiam os soldados brasileiros no Brasil e na Itália. Um dos elementos que chama atenção é a diferenciação da alimentação fornecida para as praças e oficiais, no Brasil, e a posterior padronização nas unidades da FEB. Cabe, então,

destacar que nos quartéis brasileiros as condições das instalações, higiene e qualidade dos viveres servidos para as praças eram, muitas vezes, impróprias para o consumo (o que também pode ser estendido para as condições sanitárias).

No Brasil as refeições eram pouco variadas, com quantidades irregulares além de, muitas vezes, estarem impróprias ao consumo. A comida era preparada nas cozinhas das unidades ou em “carros-cozinha” (carroças aparelhadas com utensílios de cozinha) quando necessário levar alimentos para unidades distantes dos quartéis. Com a mobilização para a formação da FEB, os contingentes cresceram muito além da capacidade já comprometida dos quartéis. As condições sanitárias destes últimos eram preocupantes (MERON, 2014, p. 03).

A forte hierarquização nos quartéis brasileiros era um elemento que distinguia praças e oficiais. A diferenciação dava-se de tal modo que a alimentação fornecida para as praças era “basicamente constituídas de arroz, feijão e carne seca. A qualidade e o sabor dependiam muito da dedicação e habilidade das equipes de cozinha de cada unidade” (MERON, 2014, p. 03). Na Itália, as tropas brasileiras estavam subordinadas ao modelo organizacional estadunidense. A organização e o funcionamento doutrinário daquele país revelavam a preocupação de “fornecer uma alimentação nutritiva aos combatentes, assim, desde o transporte ao front e, especialmente neste, os soldados eram abastecidos de refeições regulares, muitas vezes fartas, e, quando possível, quentes” (MERON, 2014, p. 03). Servir alimentos de qualidade, além de manter os soldados saudáveis e com disposição física, tinha a função de elevar o moral das tropas. Alimentos de qualidade e servidos quentes eram fundamentais nesse processo. Mas se por um lado a qualidade e a quantidade de viveres que eram servidos, no navio duas vezes ao dia (às 09H e às 16H) e na Itália nos horários habituais, por outro lado o paladar agridoce dos alimentos de origem estadunidense nem sempre foram tolerados pelos brasileiros. Solon teve muita dificuldade com a alimentação, recorrendo a algumas estratégias para contornar o seu problema.

– 28 –

[...]

A questão da alimentação tem sido um problema bem difícil para nós; acho intolerável a alimentação que nos servem, e não existe outra...

1 – 10 – 1944 – Domingo

[...]

O dia de hoje tem se caracteriza para mim pela forma que tenho passado; a refeição das nove foi horrível e a das quatro pior ainda.

Sinto-me fraco pela falta de alimentação, enfim, poderia ser pior.

2 – 10 – 44 (Segunda)

[...]

Nesse momento como pão com chocolate, não por esporte, pois sinto fome e tive hoje a feliz ideia de trazer um pedaço de pão da refeição das 4h.

9 – 10 – 44

[...]

Embarcaram as 17 horas, e as 18 foi paga uma ração, para os soldados que já estavam com muita fome, pois só receberam uma refeição pela manhã. (ração K – conserva). Esses barcos, ao contrário do que eu pensava, ainda oferecem conforto e nota-se que a organização americana é formidável.

[...]

Fizemos (os oficiais) uma refeição logo que chegamos a bordo (carne, PNI, café, pão, manteiga, sobremesa).

13 – 10 – 44

[...]

A alimentação continua a ser conserva, pão e café.

O incômodo com agridoce dos alimentos parece ter sido contornado com a chegada à Itália. Contudo, o historiador Dennison de Oliveira, que também escreveu um artigo sobre a alimentação da FEB, destaca que “uma vez desembarcados em terra ao cabo de uma viagem de quinze dias teve início um regime misto de alimentação no qual a base eram os suprimentos fornecidos pelos estadunidenses, complementado por ingredientes da culinária brasileira” (OLIVEIRA, 2016, p. 131). Os alimentos de origem brasileira foram demandados pelo Serviço de Intendência da FEB (SI/FEB), que cuidava da parte da logística voltada para as atividades de suprimento, e teriam sido inclusos nos cardápios fornecidos aos soldados brasileiros.

O que deve ser destacado aqui é que nem remotamente o comandante da intendência da FEB pretendia reproduzir na Itália o limitado e medíocre padrão alimentar então vigente nos quartéis brasileiros. Muito pelo contrário, o que se pretendia para essa dieta composta exclusivamente por gêneros de origem nacional era que fosse, em boa medida, uma emulação do padrão estadunidense. Uma enorme variedade e diversidade de itens, em alguns casos equivalentes aos dos EUA, foi prevista para compor a ração de campanha do Exército Brasileiro em operações de guerra no exterior. Pra ele a embalagem dos produtos brasileiros demandados era inteiramente possível sendo sugeridas embalagens equivalentes as dos EUA para mais de 40 itens que deveriam vir do Brasil.

A extensa e variada lista de ingredientes demandados para compor a dieta exclusivamente brasileira da FEB constituía, sem dúvida, um agudo contraste com o onipresente e invariante cardápio de feijão-arroz-jabá que seguia vigorando nos quartéis do Brasil (OLIVEIRA, 2016, p. 135).

A questão alimentar das tropas brasileiras é um problema que ainda gera dúvidas nos historiadores da FEB, tendo sido a solução um fornecimento misto de gêneros, provenientes dos EUA e do Brasil. Se os reclames de Solon com a alimentação foram constantes durante a viagem, não se repetem ao longo do manuscrito. De fato ele não menciona mais a “dificuldade” com o paladar das rações estadunidenses, sendo uma explicação plausível para isso se dê num auto-constrangimento frente à miserabilidade dos civis italianos.

14 – 10 – 44 (aniversário do meu pai)

São 15:30, por causalidade a mesma hora que escrevi ontem. Estou sentado em frente a minha barraca, à sombra de frondosa “pinhos de Riga” e em frente também a avenida principal deste lindo parque onde outrora ficava o campo de caça do Rei da Itália. Nada se faz durante o dia e nada será feito, pois o local aqui é para descanso e refazer a tropa da grande viagem.

Pela avenida, que mede cerca de 2Kl, arborizada por ambos os lados por pinos de Riga, desfilam grande número de transeuntes, principalmente mulheres e moças as quais, apesar de bom aspecto e bem vestidas, param e pedem “pane” geralmente vem de bicicleta.

Hoje pela manhã consegui uma lavadeira, uma linda italianinha com cerca de 20 anos e muito bonita – chamava-se “Viveta”. Tenho impressão que antes da guerra não trabalhava numa profissão, pois tem o jeito fino. O nosso soldado está estranhando o conforto que estão tendo. Já receberam mosquiteiros e vão receber colchas inteiriças, bem como abrigos e etc. Ainda não sai do acampamento.

A miséria e a destruição faziam parte da paisagem italiana. Contudo, outros problemas careciam de soluções. Solon descreve muitos elementos importantes que podem ser analisados sobre o período no acampamento de Pisa, especialmente a maneira pela qual o tempo no acampamento foi aproveitado. Cabe, então, ressaltar a necessidade de recuperar fisicamente as tropas daquela longa travessia, além de sanar a enorme carência de adestramento dos soldados, um grave problema enfrentado por todos os escalões da FEB.

O atraso do treinamento da FEB, quando comparado à preparação das divisões estadunidenses era enorme. Assim, tão logo recebida pelo Gen Mark Clark, este determinou pessoalmente o adestramento da 1ª D.I.E. em operações de montanha, pois ela teria de enfrentar os Apeninos no inverno, com gelo, paisagens desconhecidas e sequer imaginadas pelos soldados brasileiros, acostumados aos trópicos. Com um tom irônico, o historiador Dennison de Oliveira descreve o fato de que as únicas tropas brasileiras inteiramente treinadas pelos estadunidenses tenham sido aquelas que chegaram à Itália nos últimos escalões e que, de fato, nunca entraram em combate. Embora seja evidente o impacto

negativo da defasagem no treinamento da FEB, “muito se conseguiu fazer para sanar as carências de instrução da tropa” (OLIVEIRA, 2015a, p. 248). Todavia, se as condições de instrução das unidades combatentes da FEB eram precárias, para os homens do Esquadrão de Reconhecimento a realidade parece ter sido ainda mais deplorável. O Capitão Plínio Pitaluga descreve o período de treinamentos dando a seguinte explicação:

O Vº Exército, com os deslocamentos de elementos para a invasão do sul da França, atravessava uma crise de efetivos e também devido as condições topográficas encontrava-se na defensiva, detido nos contrafortes dos Apeninos. Não havia necessidade de tropa de reconhecimento e daí a decisão de se deixar o Esquadrão em último lugar na ordem de preferência para o recebimento de material. Inicialmente foram entregues algumas viaturas de 1/4 Ton. e 1 viatura de 2 ½ Ton. para o transporte e instrução. O armamento somente nos primeiros dias de novembro, começou a ser distribuído atrasando assim o início da instrução de tiro. O esforço foi voltado para o preparo físico e moral, tendo em vista que a mudança de ambiente, a vida em comum em grande acampamento, os problemas sexuais e outros estavam concorrendo para o afrouxamento dos laços disciplinares. Nesta fase, foi feita uma nova inspeção de saúde visando as doenças venéreas e o tratamento odontológico (PITALUGA, 1946).

Foram realizados verdadeiros minicursos ministrados por Oficiais estadunidenses, nos quais os Oficiais e praças do Esquadrão recebiam cursos de informações e curso de minas e armadilhas, realizado tanto na área do acampamento, como em Caserta. Também receberam instruções de motorista, manutenção das viaturas e operação de rádio. O período de adaptação e de cursos pareceu, para Solon, um período bastante monótono.

23 – 10 – 44

Foi iniciada hoje a instrução. Recebi 4 Jepps para a seção de comando, os quais foram entregues aos motoristas.

[...]

25– 10 – 44

Durante a manhã houve Ed. Física – até na guerra uma física me persegue – e depois armamento. A tarde, manutenção e agora, depois todos na Int. de motorista;

[...]

26 – 10 – 44

[...]

O dia de hoje passou chovendo e além da instrução, nada houve de anormal.

[...]

30 – 10 – 44

Pela manhã instrução.

[...]

31 – 10 – 44

Recebimento de armamento para a seção.

Na parte da tarde escola de motorista, onde estive até a pouco;

[...]

1 – 11 – 44 (quarta-feira)

Iniciu-se hoje o mês de novembro, com um dia igual a muitos outros que tenho passado nesse acampamento. Estamos na fase das “minas” e durante o dia o Esq tem 4 horas de aula sobre minas. Amaro já tinha um curso, e numa barraca está repleta de minas encontradas pelo Amaro.

Não sei quando iremos para a área de treinamento. Somente depois disso seremos empregados.

[...]

2 – 11 – 44

São 4.30 da tarde. O meu dia hoje foi tomado por um curso que estou frequentando (Informações)

[...]

3 – 11 – 44

Passei o dia em aula.

4 – 11 – 44

Continuo no curso. A vida do acampamento já se torna monótona.

[...]

5 – 11 – 44

Mesmo no domingo, tivemos aula pela manhã. Durante a tarde não sai.

[...]

6 – 11 – 44

Encerrou-se hoje o mesmo curso rápido no qual aproveitei bastante.

[...]

O historiador Dennison de Oliveira demonstra bem a defasagem dos treinamentos da FEB que, embora tenham sido iniciados ainda no Brasil, careciam de material e de instrutores. O autor apresenta dados impressionantes envolvendo os efetivos brasileiros, especialmente no que se refere à saúde dos soldados. Logo que os primeiros escalões desembarcaram na Itália, foram realizados “dezenas ou até centenas de casos de internamento hospitalar devido a diferentes doenças” (OLIVEIRA, 2015a, p. 248). Os relatórios também faziam menção às baixas condições físicas da tropa, especialmente pelo seu grau de adestramento.

[...] falta de treinamento completo para as tropas, falta de liderança e responsabilidade da parte dos oficiais, particularmente dos oficiais subalternos, baixos padrões e disciplina sanitária, falta de entendimento de nosso sistema de suprimento, operação e manutenção pobres de veículos e

armas, e especialmente falta de especialistas treinados como mecânicos, motoristas e pessoal de comunicação. Também houve grandes dificuldades com as roupas e equipamentos brasileiros. Todos os itens de cobertores e roupas de lã eram totalmente inadequados para o clima italiano no inverno, e foi necessário enviar ao Teatro estoques de sobretudos dos EUA, jaquetas, roupas de baixo, luvas, capas de lã, calças, perneiras, sapatos e capas de chuva. Suas deficiências em treinamento e disciplina causaram preocupação considerável (OLIVEIRA, 2015a, p. 248).

No caso do Esquadrão de Reconhecimento, as condições desfavoráveis ocasionadas por um treinamento apressado e deficitário, seriam agravadas pelo atraso na entrega dos materiais e pela maneira pela qual os soldados foram inicialmente empregados. Atuando desmontados, como infantes, porém, os armamentos utilizados pelos eles não eram os mesmo recebidos pelos soldados da Infantaria.

Desde o início, se previa que as guarnições teriam também que combater fora de seus veículos, isto é “desmontadas”. Embora tivessem de atuar como infantaria comum várias vezes, o armamento destinado a estes militares era, ou muito leve, ou então, inadequado. Foram distribuídas Carabinas M1, as quais eram armas com alcance bem inferior aos fuzis usados pelos infantes da FEB, e tripés para uso no solo das metralhadoras .30 a serem removidas das torres quando necessário. Tratava-se de uma arma muito mais pesada do que os fuzileiros-metralhadores (Browning Automatic Rifle – BAR) que a infantaria usualmente empregava em seus grupos de combate (OLIVEIRA, 2015b, p. 76).

À medida que os dias no acampamento se prolongavam, a ansiedade para ir para o *front* crescia. Especialmente quando as notícias que chegavam davam conta de que os companheiros, de outras unidades da FEB já estavam sofrendo baixas. No dia 06 de novembro de 1944, Solon anotou em seu diário algumas palavras que deixam claro o sentimento de ansiedade para fazer-se útil: “soube a pouco pelo Sub. Cmt. ainda em caráter confidencial, que dentro de 5 dias mais ou menos iremos para o front. É bem melhor que estar aqui inativos quando nossos companheiros já começaram a morrer...”. A ansiedade de sair daquela monótona rotina do acampamento e “enfrentar a guerra” aparece nas lembranças de Solon sob outro sentimento, o de confiança.

Eu me sentia preparado e confiante para enfrentar o combate. Até anotei aqui no meu esquema: "Muito confiante". Muito confiante, porém com muitas dúvidas. Não sabia o que poderia acontecer. Todo o pessoal do Esquadrão estava confiante. Todos queriam mesmo enfrentar a guerra. Era para isso que estávamos na Itália (D'AVILA, 2001, p. 24).

Muitos homens e unidades da FEB receberiam o verdadeiro treinamento na frente de combate. Antes disso, porém, o então Tenente Solon teve que lidar, apressadamente, com uma verdadeira “montanha” de materiais. O atraso na entrega dos materiais, mencionado no relatório de Plínio Pitaluga, encontra semelhança na sua justificativa para o atraso de quatro dias, entre os dias 06 e 10 de novembro, na escrita em seu diário. Ele se lembra do momento “que nos entregaram de material de transmissões foi algo impressionante. A metade deixávamos nos estacionamentos da retaguarda porque não dava para levá-los até a frente de combate” (D’AVILA, 2001, p. 24). A falta de tempo devido à demanda de serviços rendeu-lhe uma surpresa: “[...] Nada mais fiz nesses dias e agora ao ler esse pequeno diário fiquei espantado a verificar que passou tanto tempo desde a última vez que escrevi nele [...]... Amanhã continuarei meu trabalho com os rádios”. Era um trabalho minucioso, e fundamental para o Esquadrão.

Solon era Oficial das Ligações e Transmissões do Esquadrão de Reconhecimento, sendo o principal responsável pelo funcionamento dos rádios e das transmissões. Apesar de ter feito o Curso de Transmissões para Oficiais da Cavalaria, na Escola de Transmissões, a real efetividade daquela instrução parece ter sido prejudicada pela falta de material que seria empregado durante os combates. Solon recorda que durante o período de preparo da FEB, no Brasil, foram realizados alguns exercícios de transmissões, “mas como não tínhamos o material que iríamos usar na Itália, foi um treinamento sem muita objetividade. Treinávamos com rádios antigos que eu já conhecia do curso” (D’AVILA, 2001, p. 23). O material estadunidense, adequado para aquela guerra, só seria entregue na Itália e apenas alguns dias antes do deslocamento para a linha de frente.

Os cursos oferecidos aos soldados brasileiros durante o mês de outubro e os primeiros dias de novembro de 1944, foram suficientes apenas para dar algumas noções gerais de como utilizar aquela miscelânea de equipamentos. A falta de tempo para formar pessoal especializado foi suprida, de maneira paliativa, pela convocação de civis com conhecimento técnico. Embora esse tenha sido o caso dos radiotelegrafistas civis, convocados e colocados à disposição do Esquadrão, o aproveitamento dos conhecimentos técnicos de civis convocados não foi uma regra na organização dos quadros da FEB. No caso dos radiotelegrafistas do Esquadrão de Reconhecimento, Solon descreve a facilidade de entrosamento deles por serem “ótimos operadores do “piripipi””, os “civis” receberam a divisa de cabo, e foram colocados como mecânicos de rádio do Esquadrão.

Apenas recebi o material. Mas havia instrutores norte-americanos ministrando instrução de comunicações. Eu tinha no meu Pelotão um excelente técnico em rádio. Era um civil que havia sido convocado. [...] Na Escola de Transmissões não dava para o nosso pessoal aprender a operar com desembaraço o Sistema Morse. Dos três, um era o radioperador do meu carro e os outros dois eram do Comandante e Subcomandante do Esquadrão, respectivamente. Os três operadores se entendiam muito bem. Os carros de combate além das RAD 300, de longo alcance, tinham um rádio com dez canais para as ligações dos pelotões com o resto do Esquadrão. Então nós estabelecemos: o canal 1 vai atender o Comandante do Esquadrão; o canal 2 o Subcomandante; o canal 3 o Oficial de Transmissões e os demais canais os pelotões. Alguns soldados nossos tinham *Walk talk* e podiam falar para o jipe do Comandante do grupo e com o Comandante do Pelotão, se ele não estivesse muito distante. O serviço de comunicação, para a época, era excelente, quase perfeito (D'AVILA, 2001, p. 23).

A montagem dos instrumentos teve enorme contribuição da Companhia de Manutenção, que auxiliava o pessoal do Esquadrão de Reconhecimento no recebimento do material e na montagem dos rádios nos jipes, caminhões e nos M8. Porém, muitos serviços que supostamente deveriam ter sido realizados com antecedência, ficaram por fazer. O relatório de ex-comandante do Esquadrão evidencia que, no período final do preparo do Esquadrão para a entrada em linha, tudo foi simplesmente apressado a tal ponto que muitos equipamentos foram recebidos apenas algumas horas antes da partida para a linha de frente.

No dia 6 de novembro o Esquadrão recebeu ordens para apressar o recebimento de material de diversas procedências, tendo em vista o seu emprego imediato sem passar pela fase de readaptação e treinamento prevista. Dentro de uma semana, quase todo o equipamento achava-se nas mãos da tropa e praticamente sem a realização de exercícios de conjunto no âmbito do Pelotão, o Esquadrão era dado como pronto para entrar em ação. As últimas viaturas e reconhecimento e transporte de rolamento misto foram entregues com 4 horas antes da partida do Esquadrão para a frente, recebidas da Companhia de Manutenção sem a devida revisão. Os morteiros 60 mm recebidos na véspera não foram utilizados em exercícios de tiro por absoluta carência de tempo, agravada a situação pelo fato de não ter ainda no Brasil, feito o emprego dessa arma, por falta de munição. Muito auxiliaram o recebimento desse material a ação de oficiais americanos e a capacidade da 1ª Companhia de Manutenção. O volume de material recebido ultrapassava a capacidade de transporte das viaturas orgânicas da unidade, daí a necessidade de se conseguir do G4⁹⁹, 2 viaturas de 2 1/2 toneladas para auxiliar o deslocamento. Principalmente na parte de transmissão o aumento de acessórios e sobressalentes foi considerável. O espírito combativo da tropa era bom, mostrando-se o homem ansioso por entrar em ação. Não foi possível proporcionar a turmas de praças estágio na linha de frente, pois o 2º Pelotão que se

⁹⁹ Seção do Estado Maior responsável pela Logística, na FEB chefiado pelo Major Aginaldo José Senna Campos.

encontrava a disposição do Destacamento General Zenóbio, nessa ocasião achava-se em reserva. No dia 13 de novembro os oficiais reconheceram a região de reunião, em Granaglione, e no dia 15 o Esquadrão, em 2 colunas, deslocava-se para Granaglione. No dia 16, o 2º Pelotão reuniu-se ao Esquadrão, continuando porém em Capugnano (PITALUGA, 1946).

O autor Cesar Campiani Maximiano (2004) escreve que antes de uma tropa ter seu “batismo de fogo”, passariam por um período de adaptação ao *front*, no que seria chamado de “estágio”. Para o autor, embora dê a impressão de ser algo tranquilo, o período era na realidade um momento de choque, no qual a guerra, ou melhor, o combate na linha de frente foi apresentado aos soldados. A realidade daqueles cenários era cruel, “mesmo nos setores tidos como “calmos”, nos momentos mais comuns de sossego relativo na linha de frente” (MAXIMIANO, 2004, p. 123). Embora estivesse previsto um período de adaptação, vimos no relatório de Plínio Pitaluga que o Esquadrão de Reconhecimento não teve a mesma oportunidade. A decisão de empregar ofensivamente as tropas da 1ª D.I.E deu-se pelo comando do IV Corpo de Exército. O Marechal Mascarenhas de Moraes descreve as dificuldades geradas com essa decisão.

Buscando concretizar o estipulado na Conferência do Passo de Futa, com o emprego ofensivo da 1ª DIE antes da chegada do inverno, o IV Corpo de Exército decidiu realizar um conjunto de operações denominadas “Preliminares”. Como corolário de tal decisão, as tropas brasileiras estacionadas na área de Pisa, com o adestramento incompleto, foram levadas prematuramente para a frente de combate, onde defrontaram um inimigo operante, organizado em posições excelentes e dominantes. Ademais, a despeito dos esforços dos chefes militares norte-americanos e brasileiros, a entrega do armamento destinado aos 1º e 11º RI não fora ultimada em 18 de novembro, o que era lamentável e estava em desacordo com o combinado na mencionada conferência.

Ante tal açodamento, completou-se o aparelhamento material por batalhão, dentro dos regimentos de Infantaria, o que prejudicou fundamente a coesão dos corpos de tropa e impediu deploravelmente a terminação do adestramento militar (MORAES, 1984, p. 107).

Outra situação que comprova a inexperiência dos soldados do Esquadrão de Reconhecimento é que os próprios Tenentes, que geralmente comandavam os Pelotões, também se estreavam na linha de frente. Depois de muitos problemas com o treinamento, um contato mínimo e apressado com os equipamentos, os soldados foram enviados à linha de frente para serem empregados “fora” de suas funções, sem poder utilizar os principais instrumentos do Esquadrão – os veículos blindados M8. Nas palavras de Solon, o cenário

dos Apeninos apresentava um “panorama que observei ontem é dos mais belos que já tinha visto. Montanhas cobertas de neve, tudo branco...”.

15 – 11 – 44

Depois do dia dez, muito tive que fazer, não sobrando tempo para nada. Ontem finalmente, o Esq. deslocou-se para novo ponto onde estamos acantonados. (Granaglione). Pela primeira vez em minha vida militar, estou (vendo e armando) parte de um acampamento.

As tropas brasileiras que chegaram à Itália praticamente sem instrução, e quase integralmente sem nenhuma experiência real de combate, após de alguns meses, melhoraram tanto que obtiveram resultados tão bons quanto as unidades estadunidenses com experiência de anos de combates. Contudo, a inexperiência dos primeiros dias no *front* pode ter sido mortal um dos Tenentes do Esquadrão de Reconhecimento.

Uma das primeiras missões do Esquadrão na guerra foi ocupar a região de *Gaggio Montano*, substituindo as tropas estadunidenses do 370º Regimento de Infantaria da 92ª Divisão de Infantaria¹⁰⁰ dos EUA. Era uma região cercada por montanhas, cujo cenário coberto de neve impressionava Solon. As dificuldades com o clima chuvoso e as nevascas que pintavam as encostas de branco foram amenizadas pela instalação dos soldados em casas da localidade, muitos dormindo em uma casa depois de quase dois meses. Diferente de outros milhares de soldados das unidades da FEB que enfrentaram o rigoroso inverno italiano enfiados nos “*fox-holes*”, muitos oficiais do Esquadrão tiveram o privilégio de ficar hospedados nas casas das famílias. Ao menos esse foi o caso de Solon, que em muitos

¹⁰⁰ A 92ª Divisão de Infantaria era formada por soldados negros. Conscritos ou voluntários de praticamente todos os estados dos EUA, os soldados da 92ª DI estadunidense ficaram conhecidos por *Buffalo Soldier*. A “*Buffalo Division*” era a “única grande unidade de infantaria composta de negros que teve serviço ativo na Segunda Guerra Mundial” (MAXIMIANO, 2010, p. 338), contudo eram comandados por oficiais brancos. A historiadora Anielly Tedesco Oliveira analisa a incorporação da 92ª DI ao V Exército dos EUA e o contato entre os soldados negros dos EUA e da 1ª DIE. Os soldados negros dos EUA e as tropas da FEB atuaram no mesmo setor de operações e “a proximidade das duas forças permitiu certa interação entre elas e direcionou a atenção dos correspondentes de guerra da imprensa negra, que acompanhavam a *Buffalo Division*, para o Exército Brasileiro, no qual não havia práticas de segregação racial, o que gerou uma série de reportagens sobre a Força Expedicionária Brasileira nos periódicos afro-americanos” (OLIVEIRA, 2017, p.11). A autora, então, analisa os discursos produzidos pelo jornal afro-americano *The Pittsburgh Courier* sobre a Força Expedicionária Brasileira e o Brasil, “de modo a usá-los como uma forma de alcançar as suas reivindicações pelo fim da segregação racial no seu país” (OLIVEIRA, 2017, p. 11). Embora a FEB fosse um exército supostamente “integrado”, não se deve afirmar que não houvesse a existência de racismo, ou de atitudes racistas. A autora comenta, também, que a não existência de segregação reforçava o discurso do periódico estadunidense, que colocava “a Força Expedicionária Brasileira, como avatar do Exército, em uma posição de exemplo a ser seguido, reforçando também as reivindicações do jornal por Forças Armadas não-segregadas nos Estados Unidos. Pode-se inferir, então, a intenção do *Courier* de manter a impressão, nos leitores, da possibilidade real de ter suas reivindicações atendidas, já que um dos aliados dos Estados Unidos praticava a democracia racial dentro de suas Forças Armadas e de sua própria sociedade” (OLIVEIRA, 2017, p. 11).

dias ficou “muito bem localizado em um ótimo quarto com uma cama muito boa, mesa, cadeiras, água corrente etc. A família muito camarada e ontem conversamos por muito tempo até as 9.30 da noite na varanda onde havia uma lareira”.

Apesar do conforto das casas, o lugarejo era constantemente batido por morteiros e pela Artilharia alemã, o que fez com que os soldados do Esquadrão tivessem no seu primeiro contato com a realidade da guerra um bombardeio que, nas palavras de Solon, deixou “todo mundo correndo, para baixo e para cima, ate cessar o ataque” (D’AVILA, 2001, p. 27).

A atividade do Esquadrão, na região de entorno à *Gaggio Montano*, era realizar patrulhas de reconhecimento. No dia 20 de novembro, o 2º Grupo Blindado, estadunidense, pede informações ao Esquadrão sobre a localidade de Montiloco. Segundo o próprio Solon, “de onde nós estávamos podíamos ver, lá em cima, uma casinha. Era Monteloco” (D’AVILA, 2001, p. 27). Uma “casinha” que estava sendo ocupada por alemães. O local já havia sido observado por patrulhas do Esquadrão durante os dias anteriores, porém as informações passadas aos estadunidenses foram insuficientes. O Coronel Solon lembra em seu depoimento que os estadunidenses “queriam informações mais detalhadas sobre o local: Quem está lá?, Quantos são?, O que há por lá?” (D’AVILA, 2001, p. 27). O então comandante do Esquadrão, na época o Capitão Franco Ferreira, designou um novo reconhecimento, que acabaria tragicamente.

Se os dias de uma grande viagem davam à Solon, um aspecto por vezes melancólico, outras vezes enjoado, e muitas vezes admirado com todas aquelas novidades vividas. Logo outras experiências o transformariam. Um nome, anotado a lápis, na borda superior de uma das páginas. Amaro. O Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira era, sobretudo, “um ótimo companheiro”. O nome explicita o efeito devastador que a experiência da guerra teve no modo como que Solon se constrói manuscrito, e como, mesmo depois de décadas, ficaria marcado em sua memória – o diário também é marcado. E ali, naquela página de desespero e de tristeza, a guerra permanecerá sendo aquilo que sempre foi: “Uma grande estupidez”.

Figura 27 - Frases que no diário estão relacionadas ao termo "guerra".



Fonte: Desenvolvido pelo autor, NVivo 11 (2019).

Se por um lado a viagem deixa de ser o mote de seus dias, por outro a guerra irrompe, em sua totalidade, macabra e agourenta, rasgando as linhas do manuscrito, incômoda aos sentidos de Solon. As frases correlacionadas ao termo correspondem um total de 4,9% de todo o manuscrito. São frases que estão diretamente relacionadas ao entendimento que Solon tinha, ou desenvolvia, da guerra. As páginas que guardam o dia e da noite de 20 de novembro de 1944, ao serem lidas hoje, escondem o ritmo de seu preenchimento. Abaixo, introduzo uma separação (entre colchetes), inexistente no manuscrito, mas que ajudam a perceber o seu amadurecimento.

20 – 11 – 44

Estou perdendo a noção do tempo, pois somente hoje soube que é dia 20, segunda-feira. De 15 para cá, minha vida tem mudado um pouco e podemos dizer que estamos realmente na guerra. De Granaglione nos deslocamos como sempre a noite, no front para Crociale onde ficamos por 3 dias. Neste local, todas as manhãs fomos bombardeados pela Art. e Mort. alemães os quais conseguiram um impacto direto em nosso P.C. – Não houve vítimas.

Ontem nos deslocamos para Gaggio Montano, onde também os alemães nos bombardearam todas as manhãs.

Os M8, somente ontem uniram-se a nós pelas dificuldades das estradas (minas e pontes destruídas).

Nesse momento, começa novamente a cair bombas aqui por perto e por precaução coloquei o meu capacete de aço, que é bastante incomodo. Nossa Art. atira seguidamente por sobre nossas cabeças. Depois que sai de Pisa nunca mais recebi cartas e agora vou escrever algumas.

[...]

São 11.15 da noite estou só em uma luz de uma vela e lanço mão desse diário para que ele seja testemunha da grande tristeza de que estou tomado. Amaro, um ótimo companheiro, sai com uma patrulha, porém não regressou...

Seu corpo tombou em Montilocco, atingido por uma rajada de metralhadora e não foi possível trazê-lo. Isso se deu a pouco mais de 2 km de nossa posição, de onde estava meu P.C. Acompanhei pelo som a troca de fogos. Os alemães porém estavam dentro de uma casa e por conseguinte bem abrigados.

Isso é a guerra. Uma grande estupidez

O silêncio está sendo cortado de tempo em tempo pela Art. Que está localizada muito a nossa retaguarda.

Tentei escrever hoje para Liza e para casa. Não foi possível. Como aparentar alegria se estou triste? Amanhã será outro dia, esperamos.

O “diário-de-viagem” foi reelaborado, o título foi dado por outro Solon, pretérito do estar “realmente na guerra”. Com todas as precauções, aquela caderneta que foi levada para o *front*. Lá ela recebe outra condição, a de “*testemunha-da-grande-tristeza*”. O diário torna-se uma espécie de refúgio que “acolhe com segurança os pensamentos mais íntimos e abre um espaço próprio para o desenvolvimento da pessoa no qual ninguém pode interferir” (JAHNEL, 2002, p. 14). Impondo-se gradualmente, os agourentos acontecimentos do dia 20 de novembro forçam Solon a um deslocamento de *si* à situação de guerra, com consequências, quer imediata, quer posteriores, na sua própria identidade.

Naquele momento Solon refere-se ao diário como sua testemunha: “*estou só em uma luz de uma vela e lanço mão desse diário para que ele seja testemunha da grande tristeza de que estou tomado*”. Buscava nele um refúgio, uma trincheira para sua dor. A autora Patricia Ribeiro afirma que diários escritos por militares em situação de guerra são, muitas vezes, o “resultado de um exercício de catarse das pressões e brutalidades experimentadas na guerra” (RIBEIRO, 2013, p. 2019). Os diários de veteranos/as são, também, produtos de uma ação catártica decorrente das agruras sofridas e das tragédias vistas e vividas durante a guerra. Nesse quesito é interessante notarmos que Solon, embora descreva algumas situações verdadeiramente trágicas, preserva o seu manuscrito “esterilizado”. Sendo a guerra “uma grande estupidez”, esta não seria mais representada em sua forma mais esdrúxula. É possível que o próprio Solon desse, ao ato de escrever, um

sentido que buscasse a sua condição humana frente a situações que levam a humanidade à margem de sua existência.

CONCLUSÃO

21 de maio

Parece mentira, porém a monotonia começou a invadir minha vida. Já tenho saudade da guerra que terminou, movimento, ação, surpresa, imprevistos, etc.

A tragédia da Segunda Guerra Mundial fez dezenas de milhões de vítimas, civis e militares, arrastando homens, mulheres e crianças de todos os continentes para cenários de desolação, miséria e morte. O conflito europeu, iniciado com a invasão nazista na Polônia, estendeu-se gradualmente por todo o globo. O ataque japonês à *Pearl Harbour*, nas ilhas estadunidenses do Havaí, em dezembro de 1941, definiu a sorte de todo o continente. O Brasil, inicialmente neutro frente ao conflito europeu, muda a sua posição em janeiro de 1942, após a Conferência dos Chanceleres realizada no Rio de Janeiro, oportunidade em que fora pressionado pelos EUA a cumprir acordos de solidariedade continental firmados anteriormente. A resposta nazista não tardou. O ano de 1942 testemunhou diversos ataques de submarinos alemães a navios brasileiros, ocasionando muitas vítimas. A opinião pública pedia retaliação. Em agosto daquele ano o ditador Getúlio Dornelles Vargas declara guerra ao Eixo. Quase dois anos após a declaração de guerra, o então 1º Tenente da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro, Solon Rodrigues D'Avila embarcava para a Itália. Voluntário do 1º Esquadrão de Reconhecimento, Solon é um dos 25.445 brasileiros/as que compuseram a Força Expedicionária Brasileira.

A presente dissertação foi dividida em três capítulos, nos quais abordamos a trajetória profissional militar do personagem Solon Rodrigues D'Avila, entre os anos de 1930 e 1945, a fim de compreender as construções de si por ele elaboradas, e como elas estão vinculadas à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Ao longo da dissertação, apresentamos um panorama bastante amplo sobre o campo de estudos da História Militar e como a experiência democrática pós-constituição de 1988 tem contribuído para a sua renovação. Embora exista uma produção quantitativamente relevante, muito do que foi escrito e publicado sobre os/as brasileiros/as na guerra seguiu alheio ao ambiente acadêmico. A partir da década de 1990 o contexto lentamente se modifica, tendo se potencializado nas duas primeiras décadas do século 21. O renovado interesse de historiadores/as (tanto civis quanto militares) em estudar os fenômenos militares e suas instituições, no Brasil, encontra sua representatividade no recente lançamento, tanto em âmbitos regional quanto nacional, de Grupos de Trabalhos de

História Militar da Associação Nacional de História (ANPUH) e, na consolidação do Simpósio Nacional de História Militar.

As histórias da participação do Brasil naquele conflito carecem de novas abordagens, especialmente no que condiz à realidade dos 25.445 homens e mulheres brasileiros/as que foram transportados para a Itália, onde muitos viveram experiências extremas nas frentes de combates europeias. É, então, que uma questão fundamental para o ofício histórico surge com cada vez mais força, o acesso às fontes. Como acessar os vestígios da participação dos/as veteranos/as brasileiros/as da Segunda Guerra Mundial? O acesso a cada um dos sujeitos que lá esteve é tão impossível quanto necessário. Assim sendo, os arquivos pessoais daqueles sujeitos devem ser encarados como um recurso valioso aos/as pesquisadores/as do assunto. Porém, no Brasil, há muitos elementos que dificultam as ações de revisitar a história do país na guerra. Embora a atual ampliação do campo da História Militar tenha gerado novas demandas por documentos, o acesso a eles ainda encontra algumas barreiras. As dificuldades de pesquisa histórica no Brasil é uma triste realidade. A falta de organização de acervos, o descaso público com a gestão de arquivos históricos, a precarização de instituições mantenedoras de documentação e as dificuldades econômicas dos museus históricos são apenas alguns exemplos. No que tange aos veteranos/as brasileiros/as, a realidade é ainda mais preocupante. Quase 75 anos após o término da Segunda Guerra Mundial, são poucos/as que ainda permanecem vivos. E, de um conjunto de mais de 25 mil brasileiros/as enviados/as para a Itália, apenas alguns casos de acervos pessoais encontram-se disponíveis pesquisa em instituições públicas. É nesse contexto que o “Fundo Solon” do Museu Militar do Comando Militar do Sul, em Porto Alegre/RS, ganha sua importância.

Os arranjos documentais de caráter pessoal podem ser compreendidos dentro do gênero de escrita de si, no qual o personagem seleciona e preserva objetos materiais que constituem uma “memória de si”. A construção de si, operada por Solon em seu arquivo pessoal, define, num primeiro momento, os aspectos da sua trajetória individual, escrevendo sua existência a partir da reafirmação de uma identidade de militar, de ex-combatente e de veterano da Segunda Guerra Mundial. O arquivo é, de fato, uma narrativa sobre a trajetória de sua carreira profissional militar, na qual o titular preservou as relíquias de uma Guerra.

O “eixo de sentido” no caso aqui contemplado foi definido pela profissão exercida por Solon ao longo de sua vida, o que acabou influenciando na opção de suas herdeiras, que doaram os “documentos” de seu “papai” para a Comissão de Acervo do Museu Militar do

Comando Militar do Sul, em julho de 2013. Portanto, Solon não foi o único acumulador do referido acervo. No luto, as senhoras Eliane e Elisabeth D'Ávila reuniram as relíquias do pai, construíram álbuns de recortes e de fotografias, amalgamando aquelas identidades projetadas por Solon dando novos enquadramentos as suas memórias de guerra. O ato de doação daquele acervo, a uma instituição pública vinculada ao Exército Brasileiro, atualiza a mutabilidade de determinadas ideias de memória e de história nas suas diferentes temporalidades e em diferentes espaços.

O caráter pessoal do arquivo é, então, ressignificado no espaço público. No MMCMS os objetos de Solon passam por um processo de musealização, por meio do qual são privados de sua função original, mas que preserva (e mesmo imbui) valores simbólicos de relíquias de uma guerra. Uma das relíquias mais significativas do acervo é, então, diário originalmente manuscrito por Solon durante os meses de setembro de 1944 e agosto de 1945, período em que desempenhou as funções de Oficial de Ligações e Transmissões do 1º Esquadrão de Reconhecimento da FEB. Assim como o arquivo, o diário pessoal de Solon também se configura como um “ato biográfico”, que evidencia a necessidade, mesmo que inconscientemente, de produzir significados especiais relacionados às suas próprias experiências vividas.

A trajetória militar de Solon Rodrigues D'Ávila foi, então, revisitada a partir de suas relíquias, e dos diferentes valores a elas atribuídas pelos sujeitos que se vinculam ou interpretam o arquivo pessoal. A partir delas compreendemos um período da história brasileira no qual as Forças Armadas, e especificamente o Exército Brasileiro, buscava emular a formação de seus militares aos moldes franceses. A reformulação do Sistema Militar de Ensino, nas primeiras décadas do século XX, gerou a necessidade de atualizar os currículos, em especial dos Colégios Militares e da Escola Militar. Há, ainda, a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o Sistema Militar de Ensino, especialmente no que tange ao Sistema de Colégios Militares do Brasil. Por sua vez, a formação dos Oficiais do Exército Brasileiro é um processo contínuo de instruções e de aperfeiçoamentos técnicos, também sendo necessários estudos que explorem com maior aprofundamento os aspectos da formação militar nos anos que antecedem a entrada do Brasil na guerra. Especialmente no que consiste à aplicabilidade dos currículos, que como podemos notar com o caso de Solon, nem sempre era integralmente praticado.

FONTES

BARBOSA, Marcus Vinícius. BETT, Ianko; MASI, Guilherme Nicolini Pires Masi. **Transcrição do Diário de Guerra do Coronel Sólton Rodrigues D'Avila**. Porto Alegre: [S.n.], 2015. Nota: Artigo não publicado.

Boletim do Exército número 22, expedido em 20 de Abril de 1934, que definia em caráter explicativo as Instruções para a escrituração do histórico de vida dos oficiais e assemelhados

Boletins Escolares de Abril de 1936. Localização 30495. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Julho de 1936. Localização 30498. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Outubro de 1936. 30501. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Novembro de 1936. 30502. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Dezembro de 1936. 30504. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Abril de 1937. 30510. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Julho de 1937. 30513. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Dezembro de 1937. 30518. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Abril de 1938. 30522. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Julho de 1938. 30525. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Dezembro de 1938. 30530. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Boletins Escolares de Abril de 1939. 30534. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

BRASIL, **DECRETO Nº 12.956**, de 10 de Abril de 1918. Approva o regulamento para os collegios militares.

BRASIL, **DECRETO Nº 15.416**, de 27 de Março de 1922. Approva o regulamento para os collegios militares.

BRASIL, **DECRETO Nº 16.394**, de 27 de Fevereiro de 1924. Approva o regulamento para a Escola Militar.

BRASIL, **DECRETO Nº 18.713**, de 25 de Abril de 1929. Approva o Regulamento da Escola Militar.

BRASIL, **DECRETO Nº 18.729**, de 02 de Maio de 1929. Approva o Regulamento dos Collegios Militares.

BRASIL, **DECRETO Nº 192**, de 20 de junho de 1935. Suspende a execução do regulamento aprovado pelo decreto n.º 23.994, de 13 de março de 1934.

BRASIL, **DECRETO Nº 23.994**, de 13 de Março de 1934. Approva o Regulamento da Escola Militar.

BRASIL, **DECRETO Nº 3.741**, de 28 de Maio de 1919. Autoriza o Governo a contractar, na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exercito.

BRASIL, **DECRETO Nº 5.632**, de 31 de Dezembro de 1928. Dispõe sobre o ensino militar e dá outras providencias.

BRASIL, **DECRETO Nº 53**, de 11 de Setembro de 1934. Approva o Regulamento dos Collegios Militares.

BRASIL, **DECRETO Nº 6.465**, de 29 de Abril de 1907. Approva provisoriamente o regulamento para o Collegio Militar.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1946.

BRASIL. **Decreto nº 20.109, de 15 de junho 1931**. Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das Escolas de Enfermagem.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939**. Dispõe sobre o Serviço Militar.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.084, de 1º de março de 1941**. Estatuto dos Militares.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.795, de 17 de agosto de 1944**. Cria no Exército as condecorações denominadas Medalha de Campanha, Medalha de Guerra e Cruz de Combate.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.500, de 23 de julho de 1946**. Lei de Serviço Militar.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946**. Approva o Estatuto dos Militares.

BRASIL. **Lei nº 646, de 4 de março de 1949.** Dispõe sobre o amparo a participantes da Força Expedicionária Brasileira, que serviram no teatro de operações da Itália, em 1944 e 1945.

BRASIL. Ministério do Exército. **Estado-Maior do Exército. Manual de campanha: Treinamento Físico Militar.** Ministério do Guerra, 1934.

BRASIL. **Regulamento de continências, signaes de respeito, honrarias e cerimonial militar para o Exército e a Armada.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1937.

D'AVILA, Eliane Barcellos. **Entrevista com Eliane Barcellos D'Avila [16.10.2017].** Porto Alegre. Entrevistadores: Guilherme Nicolini Pires Masi e Ianko Bett. Arquivo de áudio (2H15).

D'AVILA, Solon Rodrigues, 2001. In MOTTA, Aricildes de Moraes (Org). **História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial.** Tomo: 7. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército.** Brasília: EME, 1996.

Fundo Coronel Solon Rodrigues D'Avila, Acervo do Museu Militar do Comando Militar do Sul. Porto Alegre.

PITALUGA, Plínio. **Relatório do Capitão Comandante do 1º Esquadrão de Reconhecimento Moto-Mecanizado da 1ª D.I.E ao Ministério da Guerra 1ª. R.M. 1ª. D.I.** Rio De Janeiro (Capistrano), 30/01/1946.

Relatório Final da Subcomissão que investigou a morte do presidente João Goulart. Disponível no CD-ROM da coletânea “A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória”. Subcomissão Especial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política comparada**. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1990.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) UNB, Brasília, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. Ciências e Letras : **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, p. 167-175, 2002.

BETT, Ianko. COSTA, Nathalia Santos da. Oficinas em Práticas Museológicas: uma experiência de educação patrimonial no Museu Militar do Comando Militar do Sul (MMCMS). In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; et. al. (Org.). **Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios**. 1ed. Porto Alegre: Selbach e Autores Associados, 2015.

BETT, Ianko. Do registro de memória ao objeto musealizado: Uma análise dos usos de um diário de guerra de um combatente da Força Expedicionária Brasileira – FEB. **Anais... XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**, Brasília, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado Maior na Campanha da Itália (1943-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, vol. 45, n. 2, 2009.

CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. **O Casarão da Várzea: um espaço masculino integrando o feminino (1960 a 1990)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). PUC-RS, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. RJ: Zahar, 2005.

CARVALHO, Virgínia Mercês Guimarães. **Ex-Combatentes do Brasil – Entre A História e a Memória do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1945-2009)**. Dissertação de Mestrado em História. UFPE, CFCH, PPGH, Recife, 2009.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. **Exército e Nação**: estudos sobre a história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1990] 2004.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. Apresentação: Uma geração de pioneiros. In: CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. **Pesquisando os militares brasileiros**: experiências de cientistas sociais. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CLARK, Mark W. **Risco Calculado**: a história da Guerra no Mediterrâneo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1970.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade**: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CUNHA, Maria Teresa. Diários Pessoais. Territórios abertos para a História. In Carla Bassanezi Pinski e Tania Regina de Luca (Orgs.). **O Historiador e suas fontes** – 1. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. et al. (Org.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DIAS, Gonçalves. Antologia Poética. 5ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000). Tese de Doutorado. (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2003.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). Londrina: Eduel, 2012.

FERRAZ, Francisco César Alves. Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências. In. Dossiê Brasil na Segunda Guerra Mundial, **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 22, n. 34, jul. 2016.

FERRAZ, Francisco César Alves. História militar e história social: a historiografia da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial como estudo de caso. In: BETT, Ianko et. al. (orgs.). **Anais...do II Encontro de História Militar e I Colóquio de Pesquisas do Grupo de Estudos em História Militar do MMCMS (GEHM-MMCMS)**. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2017.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, jul. 1998.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Pesquisa histórica e arquivos pessoais: o exemplo do arquivo Gustavo Capanema. In: ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim (coords.). **Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação**. CITCEM. Sersililo: Porto, Portugal, 2017.

GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GOMIDE, Bruno Barreto. Monte Castelo em dezembro: a guerra em surdina de Boris Schnaiderman. In: GOMES, Angela de Castro; Schmidt, Benito Bisso. **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV e Editora UFRGS, 2009.

HESS, Remi. Momento do diário e diário dos momentos. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Mena Barreto (Orgs). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**. Teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

JAHNEL, Claudia Bettina Irene Römmelt. **O arquivamento do Eu: O Diário de Hugo Delitsch e as lembranças de Emma Antom (1844-1859)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Curitiba, UFPR, 2002.

JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional – Estudo Social e Político**. Rio de Janeiro. Edições GRD, 1967.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LE GOFF, J. Documento monumento. In: **História e memória**. 4 ed. trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP Ed. UNICAMP, 1996, p. 535-549.

LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 111-120, jul. 1997.

LISBOA, Ana Filipa Morais. **Valores militares na Força Aérea Portuguesa**. Tese de Mestrado. (Mestrado em Psicologia Aplicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Especialidade de Psicologia Social e das Organizações, Lisboa, 2008.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. A produção da história militar recente: desafios e perspectivas. In: **Anais... III Seminário de Estudos: Poder Aeroespacial e Estudos de Defesa**. Programa de pós-graduação em Ciências Aeroespaciais – UNIFA. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.unifa.aer.mil.br/seminario3_pgrad/trabalhos/marcello-jose-gomes-loureiro.pdf Acesso em: 01 set. 2015.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo (17), p. 63- 201, nov. 1998.

LUFT, Marcos Vinícius. **"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)**. Dissertação de Mestrado História. PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2013.

LUVAAS, Jay. História Militar – O ponto de vista de um Historiador Clássico. In: WEIGLEY, Russell F. **Novas Dimensões da História Militar**. Volume 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. **Revista História em Reflexão**, vol. 2, n. 4, UFGD, Dourados, 2008.

MARTINS, Alcimar Marques de Araújo. **A influência da MMF na evolução do ensino na ECEME e seus reflexos nos dias atuais**. (Monografia da ECEME). Rio de Janeiro: ECEME, 2003.

MASI, Guilherme Nicolini Pires. **Isso é a Guerra... uma grande estupidez: transformações dos sentimentos de um soldado febianio na 2ª Guerra Mundial**. TCC (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MATLOFF, Maurice. A Natureza e o Escopo da História Militar. In: WEIGLEY, Russell F (org.). **Novas Dimensões da História Militar**. Volume 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

MAXIMIANO, César Campiani. **Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945**. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

McCANN, Frank. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937). Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 2009.

MERON, Luciano. Saco vazio não para em pé: a alimentação e os hábitos alimentares na FEB (1944-1945). **Anais...** do I Seminário Alimentação e Cultura na Bahia, Centro de Estudos do Recôncavo, UEFS, 2014.

MORAES, J.B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. 1ª Ed. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S/A, 1947.

MORAES, J.B. Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. **Revista História Unisinos**, v. 16, n. 3, pp. 271-282, set./dez., 2012.

MORILLO, Stephen; PAVKOVIC, Michael F. **What is Military History?** 2nd ed. Cambridge: Polity, 2013.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Org). **História oral do Exército na segunda guerra mundial**. Tomo: 7. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

MOTTA, Jeovah. **Formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1976.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). PUC-RS, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 10, out.1993.

OLIVEIRA, Anielly Tedesco. **V de Vitória**: a Força Expedicionária Brasileira e a luta pelos direitos civis dos negros americanos (1944-1945). Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em História. Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2017.

OLIVEIRA, Dennison de. “O combatente melhor alimentado da Europa”: a alimentação da Força Expedicionária Brasileira e a aliança Brasil-EUA durante a Segunda Guerra Mundial (1943-1945). **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 116-141, jul. 2016.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA**: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Jorua, 2015a.

OLIVEIRA, Dennison de. **Extermine o Inimigo**: Blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Jorua, 2015b.

OLIVEIRA, Dennison de. O problema com a história militar não é ser militar, mas ser história. In: BETT, Ianko et. al. (orgs.). **Anais...**do II Encontro de História Militar e I

Colóquio de Pesquisas do Grupo de Estudos em História Militar do MMCMS (GEHM-MMCMS). Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2017.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. In. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, São Paulo, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RESENDE-SANTOS, João. **Neorealism, States, and the Modern Mass Army**. New York, Cambridge University Press, 2007.

RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e luta: construindo a memória da FEB**. Tese de Doutorado. (Doutorado em História). Fundação Getúlio Vargas, 2013.

RIGONI, Carmen Lúcia. **Diários de Guerra: Memórias e Testemunhos dos Soldados Brasileiros que Combateram na Itália Durante a 2ª Guerra Mundial (1944-1945)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

RIGONI, Carmen Lúcia. **La Forza Di Spedizione Brasiliana-FEB-Memória e História: Marcos na Monumentalística Italiana**. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, Curitiba, 2003.

ROCHA, Cristal Magalhães da. **Força Expedicionária Brasileira e seu lugar no patrimônio documental brasileiro: identificando arquivos**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RODRIGUES, Fernando da Silva. História do ensino militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro (1889-1944). **Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, V. 12, n. 24, p. 86-98, 2016.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Militares, Fronteiras e Identidade Nacional. In: BETT, Ianko et. al. (orgs.). **Anais...do II Encontro de História Militar e I Colóquio de Pesquisas do Grupo de Estudos em História Militar do MMCMS (GEHM-MMCMS)**. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2017.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Renovação e Revoltas: A Escola Militar do Realengo Entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930. **Revista Territórios e Fronteiras** v. 2, n. 2 – Jul/Dez. 2009.

SANCHES, Marcos Guimarães. A Guerra: Problemas e Desafios do campo da História Militar Brasileira. **Revista Brasileira de História Militar**, Ano I, n.1, abril 2010.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina**: histórias do Brasil na 2ª Grande Guerra. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SILVA, Maristela Feitas. **Resgatando a memória**: A história das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Adriana Barreto de. Pesquisando em Arquivos Militares. In. CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org). **Antropologia dos Militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Da II Guerra Mundial à Guerra Fria: Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. **Latin American Research Review**, v. 49, p. 83-103, 2014.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 281-299, 2012.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação**: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Porto Alegre, Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2006.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O Exército Brasileiro e a Emulação dos Modelos Francês e Estadunidense no Século XX. **Revista Escola Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.22 n.2, pp. 361- 380, 2016.

TEIXEIRA, Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. **Revista A Nação e a Defesa**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, ano XVI, nº 59, pp. 53-71, 1991.

WEIGLEY, Russell F. Introdução. In: WEIGLEY, Russell F. **Novas Dimensões da História Militar**. Volumes 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.